

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**A TRAJETÓRIA DA LEI DO REGISTRO DO PATRIMÔNIO VIVO DO RN – RPV
(2007–2017): uma avaliação de implementação**

MARIA DAS GRAÇAS CAVALCANTI PEREIRA

**NATAL
2018**

MARIA DAS GRAÇAS CAVALCANTI PEREIRA

**A TRAJETÓRIA DA LEI DO REGISTRO DO PATRIMÔNIO VIVO DO RN – RPV
(2007–2017): uma avaliação de implementação**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito à obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Assunção

NATAL
2018

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN –
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – CCHLA

Pereira, Maria das Gracas Cavalcanti.

A trajetória da lei do Registro do Patrimônio Vivo do RN – RPV (2007–2017): uma avaliação de implementação / Maria das Gracas Cavalcanti Pereira. - Natal, 2018.
193f.

Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Pós-Graduação em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Assunção.

1. Registro do Patrimônio Vivo - Lei do RPV - Rio Grande do Norte - Tese. 2. Políticas Públicas - Avaliação - Tese. 3. Patrimônio imaterial - Tese. I. Assunção, Luiz. II. Título.

RN/UF/BS-CCHLA

CDU 351.711(813.2)

MARIA DAS GRAÇAS CAVALCANTI PEREIRA

**A TRAJETÓRIA DA LEI DO REGISTRO DO PATRIMÔNIO VIVO DO RN – RPV
(2007–2017): uma avaliação de implementação**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito à obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais.

Aprovado em: ____/____/ 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luiz Assunção — Orientador

Prof. Dr. Alcides Fernando Gussi — Examinador Externo (UFC)

Prof.^a Dr.^a Márcia da Silva Pereira Castro — Examinador Externo (UERN)

Prof. Dr. Lincoln Moraes de Souza — Examinador Interno (UFRN)

Prof.^a Dr.^a Paula Fernanda Brandão Batista dos Santos — Examinador Interno (UFRN)

AGRADECIMENTOS

A Deus, de quem emana toda fonte de sabedoria, luz, força, sopro da vida.

A meus pais, Cleto e Francisquinha, de quem herdei, acima de tudo, a força de vontade e a capacidade de ver no trabalho uma forma de enobrecer a existência humana.

A minha família, por compreender e aceitar minha ausência nos eventos mais especiais, sem jamais deixar de apoiar-me em todo este percurso.

A meu marido, Nilton, em especial, que esteve a meu lado nesta caminhada, auxiliando-me com a leitura dos meus escritos, com a elaboração de meus mapas e das ilustrações, numa demonstração de companheirismo absoluto desde o projeto até sua finalização. Por sua transigência ímpar nesses quatro anos, em que nos restringimos de viagens mais longas e dos convites para tocar seu violão nas serestas com amigos comuns.

Aos meus filhos Paloma e Vinícius, aos meus enteados Thiago e Tatiana, a minha nora Naiara e aos meus netos Guilherme e Thalita, tesouros na minha vida, o perfume dos meus dias.

Ao meu orientador, professor Dr. Luís Assunção, meu eterno agradecimento, pelas oportunidades que me foram dadas e pela confiança em mim depositada, para o cumprimento desta importante etapa da minha vida. Meu respeito e minha admiração.

Ao professor Dr. Lincoln Moraes de Souza, por me haver aceitado como “orientanda adotiva”, dando-me a oportunidade de partilhar de seu universo de saberes, em especial de seus conhecimentos na área de avaliação de políticas públicas, o que foi fundamental para a construção desta tese.

À professora Paula Fernanda Brandão, pela leitura atenciosa da tese e por importantes contribuições, desde a qualificação.

Aos habilitados pelo programa do RPV–RN, por terem acolhido irrestritamente a minha pesquisa.

Ao corpo técnico da FJA–RN, gestores e instituições de apoio à implementação do programa, pelas informações valiosas prestadas a esta pesquisa.

Aos funcionários do PPGCS/UFRN, Otânio e Jefferson, pela presteza e pelo cuidado no atendimento das demandas acadêmicas.

À minha amiga Any Kadidja, parceira do doutorado e da vida, por ter alimentado o meu espírito ao longo deste período.

À Capes, pelo apoio financeiro que me foi concedido, criando-me a possibilidade de dedicar-me única e exclusivamente à realização desta tese.

Aos Giappianos, por contribuírem nas discussões da área de avaliação de políticas públicas, o que possibilitou a reconstituição da trajetória de implementação da Lei do RPPV–RN.

A todos os componentes da Base de Pesquisa de Culturas Populares da UFRN, pela torcida e pelas contribuições valiosas recebidas no início da pesquisa.

A todos os professores, membros da banca, por compartilharem deste momento.

Todo dia de ontem pode ter sido árduo. Muitas lutas vieram, deixando-te o cansaço. Provas inesperadas alteram-te os planos. Soma, porém, as bênçãos que Deus te entregou. Esquece qualquer sombra, não pares, serve e segue. Agora é novo dia, tempo de caminhar.

Chico Xavier.

RESUMO

A avaliação em pesquisa científica e em documentos oficiais é reconhecida como instrumento integrante da gestão pública e como aprimoramento das políticas públicas, principalmente a partir da década de 1990. Esta pesquisa propõe-se justamente, à luz de uma reflexão sobre políticas públicas para a cultura, avaliar a trajetória da Lei do Registro do Patrimônio Vivo no RN – RPV, que concede bolsas vitalícias para grupos artísticos ou artistas que, com mais de 20 anos de atuação, detêm saberes pertinentes à produção e preservação de aspectos da cultura popular, provocando o afloramento do problema da pesquisa: *o que tem dificultado ou facilitado a implementação do programa do Registro do Patrimônio Vivo no RN?* A moldura conceitual adotada viabiliza a combinação de múltiplos aportes teóricos, possibilitando o entrelaçamento entre teoria e prática. Trata-se de uma abordagem qualitativa, delineada como estudo documental para avaliar a trajetória da Lei do RPV – RN, entre os anos de 2007 a 2017, seguindo algumas técnicas da avaliação de trajetória em Gussi (2008) e da avaliação de políticas públicas, em Figueiredo e Figueiredo (1986), Stake (1999), Draibe (2001), Silva (2001), dentre outros. Dada a complexidade do tema, outros domínios do conhecimento também foram convocados a respaldar a análise, como o aporte teórico-metodológico das Ciências Sociais, com reflexões em várias categorias, a exemplo da concepção de trajetória de Bourdieu (2003), para a objetivação das relações entre os agentes e as forças presentes no campo, além de outras categorias presentes na formulação da Lei, tais como a de cultura, tradição, memória e patrimônio imaterial, pautadas nas reflexões de vários autores. A pesquisa justifica-se por seu propósito maior de contribuir para a difusão e a preservação do patrimônio cultural imaterial no RN, derivando saberes para as gerações futuras, e mesmo assumindo a pretensão de não interferir nos modos de percepção dos implementadores dessa política preservacionista numa realidade particular como a que se coloca sob o enfoque desta avaliação. As conclusões a que se chega orientam para a compreensão de que as determinações e as contradições, presentes na implementação do RPV–RN, evidenciam os significados de sua essência para a construção do conhecimento.

Palavras-chave: Lei do RPV–RN (Registro do Patrimônio Vivo). Políticas Públicas. Avaliação. Patrimônio Imaterial. Tradição.

RESÚMEN

La evaluación en investigación científica y en documentos oficiales es reconocida como instrumento integrante de la gestión pública y como perfeccionamiento de las políticas públicas, principalmente a partir de la década de 1990. Esta investigación se propone justamente, a la luz de una reflexión sobre políticas públicas para la cultura, evaluar la trayectoria de la Ley del Registro del Patrimonio Vivo en el RN – RPV, que concede becas vitalicias para grupos artísticos o artistas que, con más de 20 años de actuación, poseen conocimientos pertinentes a la producción y preservación de aspectos de la cultura popular, provocando el afloramiento del problema de la investigación: ¿qué ha dificultado o facilitado la implementación del programa del Registro del Patrimonio Vivo en el RN? El marco conceptual adopta y viabiliza la combinación de múltiples aportes teóricos, posibilitando el entrelazamiento entre teoría y práctica. Se trata de un abordaje cualitativo, delineado como estudio documental para evaluar la trayectoria de la Ley del RPV – RN, entre los años 2007 a 2017, siguiendo algunas técnicas de la evaluación de trayectoria en Gussi (2008) y de la evaluación de políticas públicas, en Figueiredo y Figueiredo (1986), Stake (1999), Draibe (2001), Silva (2001), entre otros. Dada la complejidad del tema, otros ámbitos del conocimiento también fueron convocados a respaldar el análisis, como el aporte teórico-metodológico de las Ciencias Sociales, con reflexiones en varias categorías, a ejemplo de la concepción de trayectoria de Bourdieu (2003), para la objetivación de las "las relaciones entre los agentes y las fuerzas presentes en el campo, además de otras categorías presentes en la formulación de la Ley, tales como la de cultura, tradición, memoria y patrimonio inmaterial, pautadas en las reflexiones de varios autores. La investigación se justifica por su propósito mayor de contribuir a la difusión y la preservación del patrimonio cultural inmaterial en el RN, derivando saberes para las generaciones futuras, e incluso asumiendo la pretensión de no interferir en los modos de percepción de los implementadores de esa política preservacionista en una realidad particular como la que se plantea bajo el enfoque de esta evaluación. Las conclusiones a que se llega orientan hacia la comprensión de que las determinaciones y las contradicciones, presentes en la implementación del RPV–RN, evidencian los significados de su esencia para la construcción del conocimiento.

Palabras clave: Ley del RPV-RN (Registro del Patrimonio Vivo). Políticas públicas. Evaluación. Patrimonio Inmaterial. Tradición.

ABSTRAIT

L'évaluation de la recherche scientifique et des documents officiels est reconnue comme un instrument intégral de gestion publique et d'amélioration des politiques publiques, notamment depuis les années 1990. Cette recherche est proposée précisément, à la lumière d'une réflexion sur les politiques publiques de la culture, pour évaluer la trajectoire de la loi du Enregistrement du patrimoine vivant dans la RN – RPV, qui accorde des subventions à vie à des groupes artistiques ou des artistes qui, avec plus de 20 ans d'expérience, possèdent des connaissances pertinentes pour la production et la préservation de la culture populaire, provoquer l'émergence du problème de la recherche: qu'est-ce qui a entravé ou facilité la mise en œuvre du programme du Registre du Patrimoine Vivant dans la RN? Le cadre conceptuel adopté permet la combinaison de multiples contributions théoriques, permettant l'imbrication entre la théorie et la pratique. Il s'agit d'une approche qualitative, présentée comme une étude documentaire pour évaluer la trajectoire de la loi RPV–RN, entre 2007 et 2017, suivant quelques techniques d'évaluation de trajectoire dans Gussi (2008) et l'évaluation des politiques publiques, Figueiredo et Figueiredo (1986), Stake (1999), Draibe (2001), Silva (2001), entre autres. Compte tenu de la complexité du sujet, d'autres domaines de la connaissance ont également été invités à appuyer l'analyse, comme le soutien théorique et méthodologique des sciences sociales, avec des reflets dans diverses catégories, telles que la conception de la trajectoire de Bourdieu (2003), à l'objectivation de les relations entre les agents et les forces présentes sur le terrain, ainsi que d'autres catégories dans la formulation de la loi, comme la culture, la tradition, la mémoire et le patrimoine immatériel, ont guidé les réflexions de plusieurs auteurs. La recherche se justifie par son plus grand but de contribuer à la diffusion et à la préservation du patrimoine culturel immatériel dans RN, les connaissances découlant pour les générations futures, et même en supposant que le prétexte de ne pas interférer dans les voies de la perception de la mise en œuvre de cette politique préservationniste une réalité notamment à la lumière de cette évaluation. Les conclusions que nous arrivons guide pour comprendre les déterminations et les contradictions présentes dans la mise en œuvre du RPV–RN, montrent la signification de son essence pour la construction de la connaissance.

Mots-clés: Loi du RPV–RN (Registre du patrimoine vivant). Politiques publiques Évaluation Actifs incorporels. Tradition

LISTA DE SIGLAS

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEC-RN – Conselho Estadual de Cultura
CMEC – Cadastro Municipal de Entidades Culturais
CMN – Câmara Municipal de Natal
CNPQ – Conselho Nacional de Política Cultural
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CPL – Comissão Permanente de Licitação
DPI – Departamento de Patrimônio Imaterial
FEC – Fundo Estadual de Cultura
FIC – Fundo de Incentivo à Cultura
FJA – Fundação José Augusto
FUNCARTE – Fundação Capitania das Artes
FUNDARPE – Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco
GIAPP – Grupo Interdisciplinar de Avaliação de Políticas Públicas
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFRN – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor.
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros.
MINC – Ministério da Cultura
PEC – Plano Estadual de Cultura
PMC – Plano Municipal de Cultura
PNC – Plano Nacional de Cultura
PPGCS – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
PT – Partido dos Trabalhadores
RPV – Registro do Patrimônio Vivo
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECULT – Secretaria de Cultura
SMC – Sistema Municipal de Cultura
SNC – Sistema Nacional de Cultura
TBPN – Teatro de Bonecos Popular do Nordeste
UFCE – Universidade Federal do Ceará
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Resultado da pesquisa documental–habilitados do RPV-RN (2010 A 2017)	53
Quadro 2 – Leis implementadas no Nordeste com habilitados até o ano de 2017.....	81
Quadro 3 – Resultado de dados colhidos na pesquisa documental FJA – (2010 a 2017), com as programações culturais da instituição.....	87
Quadro 4 – Métodos e Técnicas da Avaliação de Processo.....	99

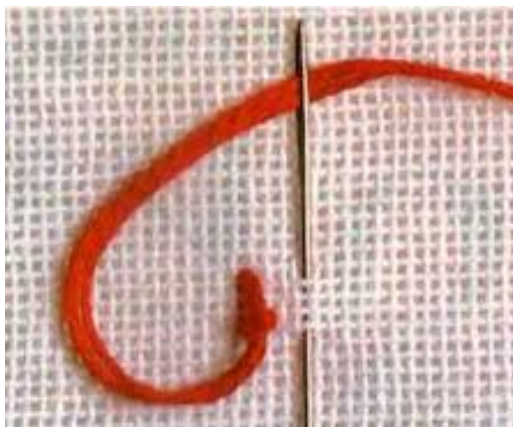
LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa físico do Estado do Rio Grande do Norte, com marcação numérica nas regiões dos mestres habilitados pelo RPV-RN.....	52
Figura 2 – Mestre João Viana com o Capitão João Redondo.....	55
Figura 3 – Mestre Antônio Vieira (Antônio de Rosa), em sua residência, no decurso da pesquisa de campo.....	58
Figura 4 – Momento em que o mestre Xexéu recebeu o certificado de Patrimônio Vivo do RN.....	60
Figura 5 – Mestre João Grigório em sua oficina, Santa Cruz–RN.....	64
Figura 6 e 7 – Apresentação do Grupo no Município de Pedro Avelino–RN em janeiro de 2018.....	67
Figura 8 – Foto do Mestre Valdemir Marques dos Santos, ao lado de Erinaldo, parceiro no refrão das Loas.....	71
Figura 9 – Apresentação na noite da confraternização do grupo Chegança, na sua sede própria, em 20/12/2017.....	72
Figura 10 – Componente da ala feminina do grupo Chegança de Barra de Cunhaú, em apresentação na Cidade da Criança, FJA–RN, na programação do dia das Crianças.....	72
Figura 11 – Apresentação do grupo Chegança na Cidade da Criança em agosto de 2017.....	73
Figura 12 – Justificativa do Deputado Estadual Fernando Mineiro sobre o Projeto de Lei n. 086/07.....	93
Figura 13 – Primeira visita à sede do Grupo Chegança, de Barra do Cunhaú.....	147

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: fios que dão início à trama.....	14
1 DESATANDO E REATANDO OS NÓS: diálogo com as políticas do patrimônio cultural imaterial.....	27
1.1 A CULTURA NO SISTEMA MINC – MINISTÉRIO DA CULTURA.....	30
1.2 POLÍTICAS CULTURAIS NO RN: um recorte contemporâneo.....	38
2 CONECTANDO LAÇOS: histórico da lei do RPV–RN, características, funcionamento e bases conceituais.....	44
2.1 BIOGRAFIAS SINTÉTICAS DOS HABILITADOS DO RPV–RN, ESCOLHIDOS PARA A PESQUISA: interface com os conceitos de tradição, diversidade, performance, memória e patrimônio.....	53
2.2 OUTRAS LEIS CRIADAS PARA A CULTURA POPULAR NA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL.....	75
2.3 O PRESENTE COMO “LACUNA” ENTRE PASSADO E FUTURO: vazio entre os editais de 2009 e 2012, até o ano de 2017, sem publicações.....	84
3 TECIDOS DE MÚLTIPLOS FIOS E ARTESÃOS: avaliação e processo na implementação da Lei do RPV–RN.....	89
3.1 UMA TRAMA INTENSA: por que avaliar?.....	100
4. O PROCESSO DA TESSITURA: reflexões do campo.....	109
4.1 A INTERPRETAÇÃO DOS INTERPRETADORES: vozes dos envolvidos na implementação do programa do RPV–RN.....	118
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	156
REFERÊNCIAS.....	164
ANEXOS.....	176
ANEXO 1 - RELATÓRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA PARA O EDITAL DO RPV – RN (2009)	
ANEXO 2 - PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DO CONCURSO DO RPV – RN (2009)	
ANEXO 3 - RELATÓRIO DO CONCURSO DO RPV – RN (2012)	
ANEXO 4 - LEI DO RPV-RN (Lei n. 9.032/2007)	
ANEXO 5 - DECRETO DE REGULAMENTAÇÃO DO RPV (Decreto n. 20.666/2008).	

INTRODUÇÃO: fios que dão início à trama



Esta pesquisa, que se desenvolve na subárea do campo das políticas públicas, visa acompanhar a trajetória da Lei do Registro do Patrimônio Vivo RPV–RN (anexo–4), que incorpora a cultura em seu horizonte metodológico, numa dimensão antropológica, focalizando os muitos atores e grupos que compõem o universo da tradição e do patrimônio imaterial do RN ressaltado na formulação do programa.

A política de incentivo à cultura concede bolsas vitalícias para grupos artísticos ou para artistas, com mais de 20 anos de atuação, que detêm conhecimentos para a produção e preservação de aspectos da cultura popular e visa preservar as manifestações socioculturais existentes no Estado, incentivando a transmissão dos conhecimentos e das habilidades desenvolvidas por pessoa ou grupo de pessoas, com significativa importância para a cultura tradicional e popular norte-rio-grandense¹.

A Lei do RPV–RN (anexo–4), de autoria do Deputado Estadual Fernando Mineiro, sancionada pela então Governadora Wilma Maria de Faria, e instituída pelo Decreto n. 20.666, de 19 de agosto de 2008 (anexo–5), que regulamentou a Lei Estadual n. 9.032, de 27 de novembro de 2007, e estabeleceu o Registro do Patrimônio Vivo (RPV), passou a vigorar em 2009; e já em 2010, pagou as primeiras bolsas vitalícias e mensais, no valor de R\$ 750,00, a sete pessoas físicas, e, no valor de R\$ 1.500,00, a três grupos (pessoas jurídicas) aptos à preservação de aspectos da cultura tradicional e popular no RN.

¹ Expressa no Cap. I Artigo 2, do Decreto 20.666 (2008), que sancionou a Lei do RPV–RN, dando outras providências.

Para estarem aptos a essa bolsa, os inscritos além de comprovar a participação em atividades culturais há mais de 20 anos, contados da data do período de inscrição, deviam estar capacitados a transmitir seus conhecimentos ou suas técnicas, a alunos ou aprendizes, dentre outros direitos e deveres. Os valores das bolsas são atualizados anualmente², pela variação do INPC, sempre referenciados pelo IBGE.

A teia em volta dessa temática começou a ser manipulada no ano de 2008, quando fui indicada como membro da equipe da coordenação do RN³, para proceder ao inventário do Teatro de Bonecos Popular do Nordeste⁴, visando a seu reconhecimento como Patrimônio Cultural do Brasil.

Dessa dita trama, dois fios teimavam em se desprender, representados por dois mestres do teatro de João Redondo⁵ (nomenclatura mais conhecida no RN para o teatro de bonecos), certificados como Patrimônio Vivo, pela Lei do RPV–RN (anexo–4). O primeiro fio é representado por João Viana da Silva, habilitado como mestre do Teatro de João Redondo nesse programa; o segundo, por Antônio Vieira da Silva, habilitado na categoria Boi de Reis, outra atividade desenvolvida por esse mestre, que também faz a brincadeira no teatro de João Redondo, ou melhor, pertence, também, ao universo brincante do primeiro.

Esses dois sujeitos se rebelavam, através de suas falas, principalmente sobre a falta de assistência técnica da Fundação José Augusto (FJA) aos habilitados como Patrimônio Vivo do RN. Como, na época, desconhecia os trâmites legais⁶ a que esses candidatos tiveram de se

² Até dezembro de 2017, o valor das bolsas pagas a pessoa física era 1.393,78; para pessoa jurídica, era 2.788,09, com reajustes em janeiro de 2018.

³ Como pesquisadora desse universo lúdico desde (2002), experiência que me serviu de lastro para o mestrado (2010), quando produzi uma pesquisa voltada para a memória, brinquedo e brincadeira da mestra Dadi, do município de Carnaúba dos Dantas–RN — única mulher, até então, a fazer essa forma de teatro em nosso estado.

⁴ O Teatro de Bonecos Popular do Nordeste – Mamulengos (PE), Babau (PB), João Redondo (RN), Cassimiro Coco (CE) (TBPN), ao final do processo do inventário da avaliação da comissão IPHAN–Departamento de Patrimônio Imaterial, foi aprovado, por unanimidade, como Patrimônio Cultural do Brasil e inscrito no Livro de Formas de Expressão do Patrimônio Cultural Brasileiro. A decisão foi anunciada no dia 05 de março de 2015, na 78ª reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, que ocorreu na Sede do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em Brasília. O pedido de inclusão foi solicitado pela Associação Brasileira de Teatro de Bonecos (ABTB), o que afirma a tendência de uma apropriação da sociedade sobre suas manifestações. Os 22 conselheiros foram favoráveis ao parecer lido pelo relator, Conselheiro Luiz Viana Queiroz. Com a aprovação do registro, o Teatro de Bonecos passa a ter proteção institucional do IPHAN, ou seja, mais uma garantia de salvaguarda desse bem cultural, que já se mantém vivo com a força de seus praticantes.

⁵ O Teatro de Bonecos tornou-se uma tradicional brincadeira, com origens no hibridismo cultural, durante o período de colonização do Brasil. A troca intensa possibilitou uma diversidade de temáticas: religiosa, profana ou de costumes populares. E, apesar de esse bem ser amplamente conhecido como mamulengo no Nordeste, em cada Estado, desenvolveu-se de forma diferenciada; por isso, possui diversas denominações: Cassimiro Coco, no Maranhão e Ceará; João Redondo e Calunga, no Rio Grande do Norte; Babau, na Paraíba; Mamulengo, em Pernambuco.

⁶ Propostas de Candidatura; Análise Preliminar das Candidaturas; Análise das Candidaturas Habilitadas; Julgamento das Candidaturas e Disposições Finais.

submeter para se tornar detentores desse título, a ocorrência ficou registrada nas fichas individuais do inventário, precisamente no campo de observações.

No encerramento do inventário, em setembro de 2009, houve, em Natal, um encontro de João Redondo, para que os mestres inventariados se conhecessem e pudessem mostrar suas malas, seus bonecos e suas brincadeiras. Ao final deste evento, houve uma assembleia para a criação da Associação Potiguar de Teatro de Bonecos do RN –APOTB⁷.

Ora, isso equivale a dizer que agora eu tinha a responsabilidade de resolver essa pendência; dessa vez, constando no campo de metas a serem cumpridas, como prioridade, as respostas dadas aos dois membros participantes dessa grande rede que se tornou a APOTB – RN.

Movida por essas pretensões, propus-me, primeiramente, analisar a parte documental da Lei do RPV–RN (anexo–4), de n. 9032, criada em 27 de novembro de 2007, composta por 13 artigos, para, assim, poder conhecer as disposições legais relativas a essa política pública, sob a tutela do Estado, que nomeou a Fundação José Augusto para fazer sua implementação, contando com o apoio do Conselho Estadual de Cultura, em termos de assistência técnica e administrativa necessária ao bom desempenho de suas atividades. Além disso, fazia-se indispensável a leitura das disposições gerais e finais do Decreto n. 20.666 (anexo–5), de 19 de agosto de 2008, que regulamentou a referida Lei, instituindo o Registro do Patrimônio Vivo no Rio Grande do Norte.

O domínio desse conhecimento sobre a referida Lei revelou-me mais um desafio de pesquisa, haja vista que os muitos fios de sua tessitura (os subitens que a integram) apresentam dimensões interdisciplinares, econômicas, sociais e simbólicas muito amplas.

É justamente na confluência desses saberes que se delineia nossa perspectiva de investigação, cujo objetivo geral é o de *avaliar a trajetória da Lei do RPV–Registro do Patrimônio Vivo no Rio Grande do Norte*.

Pensando na elaboração de um tecido mais resistente, enriquecemos as tramas com múltiplos fios, para a composição dos objetivos específicos, quais sejam: identificar os fatores que dificultam o alcance dos propósitos, das estratégias e do desempenho, formulados como metas previstas na Lei do RPV–RN (anexo–4); conhecer os serviços, recursos e apoios técnicos existentes no órgão implementador, para viabilizar o atendimento dos habilitados do programa; verificar o limite de uso, na prática, dos conceitos de cultura, tradição e patrimônio imaterial

⁷ Esta pesquisadora foi escolhida como presidente da instituição, com a responsabilidade de defender o interesse dos mestres, por um pleito de dois anos, sendo reeleita por mais dois anos e permanecendo nesse posto até setembro de 2015, por desistência da presidente eleita para o terceiro pleito.

empregados pela gestão pública, na formulação do programa, para refinar os procedimentos; identificar os motivos de impedimento para a não publicação de novos editais, para o concurso do RPV–RN.

No processo de elaboração desses objetivos específicos, alguns questionamentos foram-se interpondo com tamanha insistência que provocaram o afloramento do problema da pesquisa, assim colocado: *o que tem dificultado ou facilitado a implementação do programa do Registro do Patrimônio Vivo no RN?*

A busca por respostas a esse problema deu o mote para levantar a hipótese da pesquisa: *a Lei do RPV–RN propicia o pagamento das bolsas vitalícias, como um benefício para a classe artística, mas isso é insuficiente para a preservação da cultura popular das futuras gerações.*

Com o intuito de embasarmos a resposta ao problema da pesquisa, saímos para o campo com a seguinte pergunta de partida: *como o programa do RPV–RN está sendo implementado?* Decerto, após a avaliação da trajetória da Lei do RPV–RN, seria possível verificar o que o programa conseguiu ou não realizar, e quais as estratégias encontradas como tentativa para alcançar os objetivos e metas expressas, visando à produção e à preservação da cultura tradicional no RN.

No decorrer da elaboração do projeto desta pesquisa, surgiram outras questões, de notável pertinência: por que avaliar? O que me levou a eleger como objeto de pesquisa a avaliação da trajetória da Lei do RPV–RN?

Entendemos que a decisão de avaliar nasce, provavelmente, associada a alguma questão. Necessidade de quem? O que essa pessoa queria saber? Por quê? Como vai utilizar os resultados? Essas são as primeiras perguntas que o avaliador deve fazer para identificar as razões, esclarecer os propósitos e os procedimentos, quando decide usar a avaliação em sua pesquisa.

Tomando essas perguntas como norteadoras, ampliamos o horizonte metodológico da pesquisa sobre avaliação⁸, incorporando a cultura do ponto de vista da antropologia, indo ao campo para construir, através da observação participante e das técnicas que a envolvem, uma postura relativista, centrada na compreensão de que os diferentes atores, envolvidos nas políticas públicas, concebem e entendem os seus resultados a partir de referenciais próprios de sua cultura.

⁸ Disciplina disponibilizada pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais no período de 2014.2, ministrada pelo Professor Lincoln Moraes de Souza. Assim, fui apresentada a mais um universo complexo e plural e, conseqüentemente, integrada ao Grupo Interdisciplinar de Estudos e Avaliação de Políticas Públicas – GIAPP, base que se ocupa, com muita seriedade, em estudar e formar novos pesquisadores, além de divulgar as pesquisas no meio acadêmico nacional, como tem mostrado o aumento no número de publicações sobre o tema em questão.

Nessa perspectiva, a avaliação tende a ser multirreferenciada, pois contempla vários destinatários dessas políticas e os diferentes significados que lhes são dados, sem, contudo, atribuir-se a esses significados, uma hierarquia de valores, que pode vir a julgar a política sob o prisma de um único agente envolvido (GUSSI, 2017).

Segundo Morgan (1983, p. 21), “metodologias são esquemas de resolução de problemas que diminuem a distância entre a imagem sobre o fenômeno e o próprio fenômeno”. É, pois, com o propósito de encurtar essas distâncias, que definimos a metodologia desta pesquisa, com base no paradigma qualitativo, com questões que perpassam as diferentes contradições internas e os pontos de estrangulamento, numa multiplicidade de estruturas conceituais complexas, muitas das quais sobrepostas umas às outras, sendo simultaneamente estranhas. Nessa configuração, “o pesquisador tem que, de alguma forma, primeiro apreender e depois apresentar” (GEERTZ, 2015. p.7).

Como o método escolhido deve ser selecionado, tal qual uma carta de navegação, nesta pesquisa, realizou-se um entendimento do todo, com a soma das partes, para fazer uma descrição da trajetória da Lei do RPV–RN (anexo–4), em que se buscou interpretar os diferentes significados, nos mais distintos posicionamentos percorridos pelo programa, indo da agenda à formulação, à implementação e à avaliação, partindo da ideia de que ela não tem um sentido singular e que está circunscrita nas ressignificações dos atores, fundamentando as questões que o pesquisador pretende responder.

Essa noção tem como referência a sociologia reflexiva de Bourdieu (1989), para apreender as representações sociais e, a visão de mundo e as perspectivas dos atores envolvidos nos programas sociais, desenvolvida por Gussi (2008), quando procura realizar uma articulação entre antropologia e políticas públicas. Nesse processo, o autor desta última menção acompanha a trajetória institucional do programa de microcrédito implementado pelo Banco do Nordeste do Brasil – BNB, e, assim como Bourdieu, transpõe o conceito de trajetória de vida para as instituições, afirmando que elas, assim como a vida, podem ser apreendidas pelos processos relativos aos múltiplos trajetos e posições que estas ocupam no campo social, ao longo do tempo, com a pretensão de decifrar as teias que emanam da situação em estudo, incluindo-se aí, evidentemente, os dados coletados, mas sem relegar o fato de que estes não falam por si mesmos, ainda que possam seduzir o pesquisador nesse sentido.

Na realidade, priorizam-se os significados, não somente aqueles relacionados à política (para os que formularam a Lei, para quem a executa – a instituição –, nesse caso a Fundação José Augusto – FJA, ou para aqueles que a vivenciam, os habilitados pelo programa como

Patrimônio Vivo do RN) mas também aqueles relativos às interpretações dos atores acerca de tais posicionamentos, a partir de suas próprias representações.

Tyler (1930) foi o primeiro a desenvolver um método sistemático de avaliação de projetos, que se baseava no estabelecimento de uma relação entre os objetivos definidos e os resultados obtidos. Como sua argumentação era lógica, cientificamente aceitável, fácil de adotar pelos avaliadores, exerceu grande influência sobre os teóricos da avaliação que o sucederam.

Assim, abrindo os braços para a diversidade de modelos expostos na literatura da avaliação, adaptamos para esta pesquisa um modelo compatível com a pretensão de alcance dos resultados desejados, tomando como fio condutor a compreensão apontada por Figueiredo e Figueiredo (1986), e algumas técnicas do modelo das faces da avaliação, proposto por Stake (1967), que oferece um quadro de referências para levantarmos perguntas sobre o fundamento lógico, as intenções, os eventos reais e os padrões, mostrando como a abordagem de avaliação de Tyler (1930) foi refinada, em se utilizando de instrumentos alternativos de coleta de dados.

Os sujeitos de pesquisa foram criteriosamente escolhidos, levando-se em conta a facilidade de acesso e a singularidade do segmento que representam. Dessa forma, decerto, alcançaríamos uma compreensão melhor do programa como um todo. Do conjunto desses sujeitos, fizeram parte⁹ os mestres Grigório Santeiro (escultor), Xexéu (cordelista), João Viana (teatro de João Redondo) e Antônio de Rosa (boi de Reis), como pessoas físicas; e como pessoas jurídicas, o grupo Cabocolinhos de Ceará-Mirim e o grupo Chegança, de Barra de Cunhaú (Canguaretama).

As unidades de análise, por sua vez, buscaram a direção das fases de todo o processo, desde a sua fase embrionária, incluindo os efeitos provocados pelas etapas anteriores, como nos indica SILVA et al. (2008, p. 97):

envolve mobilização e alocação de recursos, divisão de trabalho (tempo); uso de controles (poder), interação entre sujeitos; interesses diversos, adaptações; riscos e incertezas sobre processos e resultados; noção de sucesso e fracasso, destacando-se a relevância dos sujeitos sociais desse processo e suas racionalidades para o seu funcionamento.

Diferentemente das trajetórias biográficas, que descrevem a vida como um caminho, uma estrada, uma carreira, com suas encruzilhadas, a proposta para percorrer a trajetória da avaliação de processo na implementação dessa política pública envolve um coletivo, composto

⁹ Utilizo nesse momento o nome dos mestres como são mais conhecidos.

pelos habilitados, pelos gestores, pelas instituições de apoio e pelo corpo técnico, para fazer o seu acompanhamento.

Quanto aos procedimentos técnicos utilizados, a pesquisa envolveu três modelos, tais como: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e levantamento de campo. A pesquisa bibliográfica e a documental utilizaram-se de dados existentes, para responder as indagações da avaliação, e também do acervo constante na gráfica Manimbu (FJA), para a produção de cartazes, constando a programação cultural da instituição, no período avaliado.

O primeiro procedimento englobou as discussões de diferentes autores para embasamento da avaliação da trajetória da Lei do RPV–RN (anexo-4). O segundo procedimento, a análise de documentos oficiais institucionais elaborados pelo Estado (notadamente a Lei 9.032, e o Decreto 20.666 (anexo-5), que serviram de base para a sua implementação), valeu-se de documentos contemporâneos ou retrospectivos, classificados cientificamente como autênticos, fazendo um cruzamento documental em períodos históricos distintos, entre 2007 e 2017. O terceiro procedimento envolveu a realização de uma pesquisa de campo, na qual foram aplicados questionários estruturados, com perguntas submetidas a todos os entrevistados; e questionários semiestruturados, com os atores envolvidos, direta ou indiretamente, na implementação do programa, com perguntas personalizadas para cada entrevistado, primeiro seguindo com um fluxo de conversação espontânea, e depois passando para as questões centrais da avaliação proposta, apoiado pelas variáveis e indicadores, essenciais para a construção dos dados empíricos. Para além disso, realizou-se entrevista com grupo focal¹⁰, o que permitiu um debate provocador e livre, nos primeiros momentos, seguido por perguntas formuladas, direcionadas ao objetivo da pesquisa.

A elaboração das entrevistas objetivou captar a interpretação de diferentes atores envolvidos com a implementação do programa do RPV no Rio Grande do Norte. Os habilitados escolhidos para a pesquisa foram identificados pelos nomes registrados nas inscrições, assim como os representantes das instituições de apoio. Os demais envolvidos foram representados por meio de cores e tons (amarelo, azul, verde, vermelho e laranja), a fim de preservar suas identidades.

O roteiro foi pensado em quatro fases. Em primeiro lugar, procedeu-se à aplicação do

¹⁰ É uma técnica de pesquisa ou de avaliação qualitativa, não-diretiva, que coleta dados por meio das interações grupais ao se discutir um tópico sugerido pelo pesquisador, baseada na comunicação e na interação. Ocupa, como técnica, uma posição intermediária entre a observação participante e a entrevista de profundidade. Os entrevistadores de grupo pretendem ouvir a opinião de cada um e comparar suas respostas; sendo assim, o seu nível de análise é o indivíduo no grupo. A unidade de análise do grupo focal, no entanto, é o próprio grupo. Se uma opinião é esboçada, mesmo não sendo compartilhada por todos, para efeito de análise e interpretação dos resultados, ela é referida como do grupo. (Morgan, 1997)

pré-teste, que compreendeu o período de setembro de 2016 a fevereiro de 2017, guiado por algumas questões levantadas pela construção de Figueiredo e Figueiredo¹¹ (1986). Em seguida, percebeu-se a necessidade de retorno ao campo, refazendo o caminho com os habilitados da pesquisa, na aplicação de novas perguntas, seguindo nova programação, no período de março a julho de 2017.

Posteriormente, entre julho e dezembro de 2017, cumpriu-se a etapa das entrevistas com os sujeitos do processo de concepção e implementação do programa, a exemplo do autor da Lei do RPV–RN, o Dep. Estadual Fernando Mineiro (PT), e da gestora atual da instituição, Isaura Amélia Rosado Maia (2016–2018), que esteve como Secretária Extraordinária, na FJA–RN, no período de 2011 a 2014. Também fizemos entrevistas com os membros do corpo técnico administrativo que possibilitaram a implementação do programa, os quais, em sua maioria, estão efetivados nos cargos desde o início da implementação do programa (2007–2017); com Iaperi Araujo, atual presidente do Conselho de Cultura do Estado, órgão apoiador da implementação da lei do RPV–RN; com o atual presidente nacional da comissão de folclore, Severino Vicente, que à época exercia a função de presidente estadual da comissão de folclore do RN, e que, em comum acordo com a FJA, ficou responsável pelo acompanhamento dos deveres dos habilitados do programa, prestando-lhes a assistência técnica e administrativa necessária ao bom desempenho de suas atividades.

O conjunto de informações advindas dessas entrevistas serviram para que pudéssemos melhor compreender suas representações e também para embasar a pergunta de partida da pesquisa.

O plano de análise propõe-se sintetizar a informação em indicadores e selecionar as ferramentas estatísticas a serem utilizadas. A escolha centrada em projetos sociais ancora-se em parâmetros qualificados e/ou quantificados que servem para detalhar em que medida os objetivos de um projeto foram alcançados, dentro de um prazo delimitado de tempo e numa localidade específica, permitindo, dessa forma, tirar conclusões sobre o seu desenvolvimento.

Assim, escolhemos dois indicadores que expressaram com profundidade as mudanças em processo e não apenas o grau de variação que tenha ocorrido, o de eficácia e o de efetividade. Segundo Draibe (2001) o de eficácia, no plano mais geral, diz respeito, por um lado, à relação entre características e “qualidades” dos processos e sistemas de sua implementação e, por outro,

¹¹ Em que medida são cumpridas as atividades especificadas nas disposições da Lei? Em que medida estão presentes os recursos necessários? Em que medida estão sendo observadas a sequência das ações? Qual o grau de proximidade observado entre a quantidade e a qualidade das ações, serviços ou produtos planejados e os que estão sendo executados? Que manifestações de queixa ou satisfação ocorrem entre os diversos atores envolvidos na execução dessa política? Que oportunidades existem para aperfeiçoar a exploração do recurso?

os resultados a que chega. O de efetividade, refere-se à relação entre objetivos e metas. Ou seja, a efetividade de um programa mede-se pelas quantidades e níveis de qualidade com que realiza seus objetivos específicos, isto é, as alterações que se pretende provocar na realidade sobre a qual o programa incide, promovendo efeitos ou não.

A organização da coleta e dos dados seguiu, em parte, o quadro de referências criado por Stake (1967): 1) oferecer o pano de fundo, a justificativa e a descrição do fundamento lógico do programa (o que inclui sua necessidade); 2) fazer uma lista de antecedentes significativos (insumos, recursos, condições existentes), transações (atividades, processos) e resultados; e 3) registrar os julgamentos feitos sobre as condições, as transações e os resultados do programa. Essa coleta mereceu uma abordagem extensa, bem como uma reflexão sobre seus limites e possibilidades, comprovados pelas interpretações dos intérpretes nas entrevistas.

Na definição do percurso a ser cumprido, seguimos a proposição de Draibe (2001), que atenta para a dimensão de resultados e de processo. O caminho mais adequado para esta pesquisa foi então o de processo, que é fundamental para acompanhar a trajetória da Lei do RPV–RN, e que permite uma avaliação antecipada dos efeitos desejados, deixando para o avaliador a busca das relações de causa e efeito entre a implementação e as mudanças ocorridas, aferindo o reconhecimento e a valorização das formas de expressão apresentadas nas comunidades dos habilitados.

Seguindo os passos dessa sistematização, centrada na avaliação de processo da implementação da Lei do RPV–RN (anexo–4), chamamos a atenção da agenda e da formulação da política, estabelecendo um contraponto com o *habitus* científico de pesquisa e com um corpo teórico importante para explicitar a versatilidade dos campos sociais inferidos, dando-lhes legitimidade. Da mesma forma, analisamos a coerência interna do órgão responsável por sua implementação, no que diz respeito aos mecanismos da trajetória dessa política, em seus diversos momentos, como indica Bourdieu (1996), para quem uma trajetória é a objetivação das relações entre os agentes e as forças presentes no campo, que diferentemente das biográficas, descrevem a dinâmica entre grupos historicamente sucessivos no espaço social.

Visando encontrar fios resistentes para a compreensão do processo que envolve a avaliação de políticas públicas para a cultura, uma área em processo de formação e de integração no Brasil, tornou-se necessária a procura por trabalhos em nível de *stricto sensu*, tanto nos grupos e bases de estudos de avaliação de políticas públicas de várias instituições universitárias em nosso país quanto em sítios dos bancos de teses e dissertações, como, por exemplo, o portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Embora essa busca tenha resultado no registro de alguns trabalhos sobre a

temática, em especial sobre as Leis de fomento à cultura em vários estados do Nordeste do Brasil¹², não se obteve um acervo tão significativo para as nossas pretensões.

Priorizamos o diálogo sobre avaliação com Draibe (2001), Weiss (1978), Silva (2001), House (1983) e Stake (1999). Bourdieu (2003) e Gussi (2008) foram fundamentais na análise da trajetória da Lei do RPV–RN, assim como Figueiredo e Figueiredo (1986), Guba & Lincoln (2011), Hamilton (2001); e também Minayo (2005), que nos indicou o horizonte disciplinar da antropologia, como expertise metodológica privilegiada para a ampliação de seu uso na avaliação de políticas públicas.

Com esses fios ordenados de acordo com o comprimento do tear, define-se a urdidura¹³, entrelaçando-se os fios que fazem parte da trama. Para essa difícil triagem, iniciamos primeiramente pelo caminho da cultura, seguindo por várias vertentes conceituais, com diversos autores que tratam dessa temática, até chegarmos ao cenário da primeira gestão do governo Lula e do então ministro da cultura Gilberto Gil (2003–2006), que traz, para a cena das políticas públicas de cultura no Brasil, novas perspectivas e questões, contemplando novas modalidades a serem incorporadas, tais como as culturas populares, as afro-brasileiras, as indígenas, as de gênero, as de orientações sexuais, as das periferias, as da mídia audiovisual, cultura digital, dentre outras.

Entre os conceitos de Cultura, seguimos, como fio condutor, o pensamento de Geertz (1989), que acredita, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, como uma ciência interpretativa, à procura do significado. Também fizemos ancoragem nos postulados conceituais de Chauí (1995), Botelho (1997), Hall (1996, 2003), Certeau (1995), Burke (1989), Canclini (1997), Bakhtin (1987), dentre outros. Ademais, tiramos proveito das considerações feitas por Calabre (2005) e Abreu (2003), dentre outros trabalhos (compartilhados) de dissertações e teses sobre a temática em foco, cujos

¹² Nessa procura inicial, foram encontrados os trabalhos de Marcia Mansur de Oliveira, “Vidas dedicadas: a Lei do Registro do Patrimônio Vivo: transmissão, reconhecimento e tradição”, da UFPE; “Tesouros Vivos e Mestres da Cultura: uma política pública de preservação da Cultura Tradicional popular no Ceará”, de José de Anchieta da Cunha, e experiências mais pontuais, no campo da avaliação de Políticas públicas, como a dissertação de Jois Alberto, “Política Cultural no RN: uma avaliação das Casas de Cultura Popular”, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN, como também as teses desse mesmo departamento, escritas pelos alunos do GIAPP – Grupo de estudos de avaliação de políticas públicas, tais como, “Avaliação do Programa da Saúde da Família no RN”, de Paula Fernanda Brandão Batista dos Santos; “Política de Assistência Social no Brasil: uma análise a partir das tipologias de políticas públicas”, de Márcia da Silva Pereira Castro, e, ainda, “Programa de Aquisição de Alimentos: avaliação da implementação pela CONAB no RN”, de Richardson Medeiros de Araújo, dentre outras, como as pesquisas de Alcides Gussi (UFCE) sobre o horizonte antropológico das Políticas, sob a noção de trajetória, relacionadas na Bibliografia, foco desta pesquisa.

¹³ Tear é uma ferramenta simples, que permite o entrelaçamento, de uma maneira ordenada, de dois conjuntos de fios, denominados trama e urdidura, formando como resultado uma malha denominada tecido. Urdidura é formada por um conjunto de fios tensos, paralelos e colocados previamente no sentido do comprimento do tear.

conceitos e resultados norteiam as instituições públicas culturais, tratando os três eixos mais atuais, *formação, fomento e memória*, por serem linhas temáticas recursivas, no âmbito do debate político cultural em nosso país.

Para as reflexões sobre os conceitos de tradição, memória e patrimônio imaterial, presentes na formulação do corpo da Lei do RPV–RN (anexo-4), vários caminhos se apresentaram, para reforçar os fios da teia, como as teorias refletidas por Benjamin (1985), Halbwachs (1990), Zumthor (1993), Alves (2011), Botelho (2001), Rubim (2003) dentre outros, além de sites do Minc disponíveis para consulta e necessários para a construção deste trabalho.

A proposta da pesquisa tornou-se relevante, na medida em que pretende contribuir para o avanço da avaliação de políticas públicas, dando concretude a uma nova forma de avaliar essas políticas, instaurando a confiabilidade no estudo da trajetória de uma Lei que beneficia vários segmentos da cultura popular, remetendo-nos a um diálogo com o campo disciplinar da Antropologia, com a elucidação do funcionamento de instrumentos importantes na difusão e preservação do patrimônio cultural imaterial, para que este seja resguardado e salvaguardado¹⁴.

Além disso, amplia a discussão e reflexão das causas da não publicação de mais editais para o concurso do RPV–RN, como fator de desenvolvimento social e econômico.

Em aspectos mais gerais, ao passo em que foram colocados em prática tais procedimentos, o trabalho foi sendo reformulado e mais detalhado. A tese foi dividida em cinco partes, além desta introdução, que, como os demais capítulos, intitula-se pelo recurso da metaforização, em que se alude a todo o processo de tecelagem – seus inúmeros fios, suas várias combinações, sua série de desenhos, enfim sua abrangência de formas e criações inesgotáveis.

Assim sendo, a tessitura da pesquisa inicia com o entrelaçar de dois fios¹⁵ que marcaram o começo desta trajetória, no ano de 2010, delineando como objeto para o projeto do doutorado, mesclado por várias cores e tons, que se foram tecendo em suas várias partes – o objetivo, a justificativa, o problema, a pergunta de partida, a hipótese e a metodologia utilizada –, tramadas por fios sólidos, para fazer a avaliação da trajetória da Lei do RPV–RN (anexo-4).

No primeiro capítulo, *desatando e reatando os nós*, constrói-se o diálogo sintético com as Políticas de Patrimônio Imaterial, com os antecedentes históricos. Nos subitens seguintes, trata-se sobre a Cultura no Sistema MinC e as Políticas Culturais no RN, para dar conta das

¹⁴ Entende-se por ‘salvaguarda’ as medidas que visam garantir a viabilidade do patrimônio cultural imaterial, tais como a identificação, a documentação, a investigação, a preservação, a proteção, a promoção, a valorização, a transmissão – essencialmente por meio da educação formal e não formal – e revitalização deste patrimônio em seus diversos aspectos (UNESCO, 2006, p. 5).

¹⁵ Mestre João Viana da Silva e Mestre Antônio Vieira da Silva.

referências institucionais no campo da cultura, fazendo um recorte contemporâneo na trama de sua complexidade e de suas implicações na atualidade.

No segundo capítulo, conectam-se os laços com a exposição do histórico da Lei do RPV–RN (anexo–4), suas características, seu funcionamento e suas bases conceituais. Em subsequência, trata-se das biografias dos patrimonializados escolhidos para a pesquisa, para cobrir os acontecimentos e as experiências dos entrevistados, recorrendo-se aos conceitos de tradição, diversidade, performance e memória. Também se contemplam outras leis criadas para a cultura popular e implementadas na Região Nordeste do Brasil. Para finalizar, tecem-se considerações sobre o presente vislumbrando-o como “lacuna” entre passado e futuro¹⁶: isso em se tratando do vazio entre os editais publicados em 2009 e 2012 e a expectativa de outras publicações, que, até hoje (2017), não aconteceram.

No terceiro capítulo, apresentamos um tecido de múltiplos fios e artesãos, centrado na *avaliação de processo* na implementação da Lei do RPV–RN (anexo–4), seguindo sua trajetória e trazendo algumas informações da agenda, da formulação e da implementação desta. E em retorno à última fase da trajetória, constrói-se uma trama de muitos fios que se entrelaçam num significativo questionamento: por que avaliar? Numa tentativa de resposta, trazemos as muitas teorias sobre o campo da avaliação das políticas públicas. Também discorremos sobre as dificuldades e necessidades ao aprimoramento da atividade de avaliação, com suas principais características e seus diversos usos.

No quarto capítulo, fazemos o registro do processo da tessitura, desde os relatos das pesquisas iniciais. Tratamos da interpretação da Lei nas vozes dos atores envolvidos na implementação do programa, como veem, como interpretam a Lei, resultando num texto polifônico, com os sujeitos significantes da pesquisa (os habilitados, os técnicos e o gestor). O subitem deste capítulo alude à coleta e à análise dos dados, viabilizando o entrelaçamento entre teoria e prática, atendendo os requisitos do método qualitativo, ao garantir a representatividade e a diversidade de posições dos grupos sociais que formam o universo da pesquisa. É ainda, neste capítulo, que registramos as reflexões dos sujeitos, decorrentes da análise dos dados.

No quinto capítulo, tecemos as considerações finais, em que apresentamos os limites da investigação e as sugestões para trabalhos futuros, como também fazemos ponderações a serem observadas pelo órgão implementador do programa, a FJA – RN, tendo em vista que, mesmo com poucas pesquisas sobre avaliação de políticas públicas para a cultura no Brasil, existem

¹⁶ A ideia e o termo vêm de Hannah Arendt¹⁶, usados para exprimir um conceito frequentemente encontrado na ruptura do tempo presente, na descontinuidade, na surpresa, enfim, numa concepção de temporalidade no presente como possibilidade ou acaso.

muitos estudos que lançam luzes sobre determinados aspectos, promovendo um currículo integrado, pois o que torna científica uma avaliação não é a descoberta de uma única verdade, mas sim o empenho para examinar as observações e validar o seu significado ou os seus diferentes significados.

Dessa forma, evidenciamos as implicações e as consequências da perspectiva desta pesquisa para a gestão cultural, acreditando, contudo, que os resultados alcançados com este trabalho se constituirão em um aspecto da complexidade e das diferentes dimensões que envolvem a cultura, ao realizar tanto a avaliação da trajetória da Lei e a interpretação dos dados quanto o processo e a dinâmica da referida política pública, para alcançar os objetivos apresentados pela pesquisa.

1 DESATANDO E REATANDO OS NÓS: diálogo com as políticas do patrimônio cultural imaterial

Neste capítulo, introduzimos as linhas mais importantes dos antecedentes históricos das Políticas do Patrimônio Cultural Imaterial, a partir do diálogo com diversos autores, que são referência na literatura recente sobre a temática.

O Conceito de Patrimônio é considerado, pela maioria dos autores que tratam essa temática atualmente, como qualquer espaço, qualquer objeto material, qualquer prática social, qualquer tipo de conhecimento que pode ser identificado, exaltado ou rebatido como “patrimônio”, seja por um ou mais grupos sociais, tornando-se possível “patrimonializar” até mesmo pessoas, como evidencia o Registro do Patrimônio Vivo no RN, objeto desta pesquisa, que visa salvaguardar indivíduos que detêm determinados saberes tradicionais e que estariam sob o risco de ser esquecidos.

A Lei do Patrimônio Vivo (anexo-4) entende por Patrimônio Cultural os conhecimentos e artes – modos de fazer – que caracterizam a vivência cultural, coletiva ou individual de um povo, a religiosidade, as brincadeiras, o entretenimento e outras práticas da vida social, transmitidos ou legados a gerações presentes e futuras, pela tradição enraizada no cotidiano das comunidades. Tais definições encontraram inspiração na Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial da UNESCO, de 2003.

A inauguração da Política do Patrimônio Cultural no Brasil é atribuída à atuação de Mário de Andrade, no Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo entre 1935 e 1938, primeira experiência efetiva de gestão pública na área da cultura (CALABRE, 2009, p.18).

A preservação do patrimônio cultural se relaciona com as políticas implantadas pelos Estados, ou seja, as políticas públicas de preservação. Também se faz presente na memória proclamada por suas comunidades. O resultado disso foi a produção de narrativas nacionais baseadas nos valores dos grupos dominantes, que se legitimam, por um lado, pela permanência/materialidade e erudição de suas construções e, por outro, pela dificuldade dos grupos subalternos em valorizar e divulgar diferentes critérios de reconhecimento de um bem, além daqueles já sedimentados pela história oficial e por técnicos autorizados.

Assim, o conceito de patrimônio cultural imaterial é visto como amplo e dotado de forte viés antropológico, além de abarcar, potencialmente, expressões de todos os grupos e camadas sociais. Esse conceito passou a ser compreendido tanto por seu aspecto tangível quanto pelo intangível: “[...] não aparecem mais como duas áreas separadas, mas como um conjunto único

e coerente de manifestações múltiplas, complexas e profundamente interdependentes dos inúmeros componentes da cultura de um grupo social” (LÉVI-STRAUSS, 2001, p. 24).

Nessa percepção, as dimensões materiais e imateriais do patrimônio são entendidas, conceitualmente, como complementares. Realça-se, todavia, o fato de que a noção de patrimônio cultural imaterial permitiu destacar um conjunto de bens culturais que, até então, não era oficialmente incluído nas políticas públicas de patrimônio orientadas pelo critério de excepcional valor artístico e histórico do bem a ser protegido.

A medida mais importante no processo da constitucionalização da cultura foi a aprovação da Emenda Constitucional n. 48 de 2005, que criou a obrigatoriedade do Plano Nacional de Cultura (PNC), o qual estabeleceu a necessidade de se estender para todo o território nacional as políticas culturais, criando também o imperativo de interligação entre os níveis de governo e os entes federativos (ALVES, 2011).

O Decreto que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, n. 3.551, de 4 de agosto de 2000, rege o processo de reconhecimento de bens culturais como patrimônio imaterial, institui o registro e, com ele, o compromisso do Estado em inventariar, documentar e produzir conhecimento, sempre apoiando a dinâmica dessas práticas socioculturais. Com base nessa legislação, instaura-se o conjunto de políticas públicas de cultura que configuram o contexto contemporâneo do Patrimônio Cultural Imaterial. O Ministério da Cultura e o IPHAN optaram, por sua vez, pela expressão *patrimônio cultural imaterial*, alertando, entretanto, para a falsa dicotomia sugerida por esta expressão, entre as dimensões materiais e imateriais do patrimônio cultural.

A partir de 1991, os “Estados e Municípios passaram a formular Leis específicas, acerca do patrimônio cultural imaterial”. Entre os Estados do Nordeste, Pernambuco foi o primeiro a fazer o Registro do Patrimônio Vivo, em 2002, sendo seguido pelos estados do Ceará, Bahia, Alagoas, Paraíba, Maranhão e Rio Grande do Norte.

Por sua vez, o artigo 2º da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (UNESCO, 2003, p.16) entende por patrimônio cultural imaterial

as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

Observa-se, na exposição desse artigo, que a noção de patrimônio imaterial está muito próxima da ideia de tradições populares. Por um lado, porque os objetos provenientes dessas tradições não se enquadram nas exigências e requisitos do discurso patrimonial autorizado, permanecendo somente aquilo que é visto como intangível. Por outro, porque essa nova ideia de patrimônio está fortemente influenciada por um viés antropológico, que assume uma concepção ampla de diversidade e cultura, favorecendo a inclusão dessas práticas no debate patrimonial (ALVES, 2009).

Desde 2005, o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial lança editais anuais para o fomento a projetos, encaminhados por instituições públicas e organizações não governamentais, de mapeamento de referências culturais imateriais e de apoio às condições de existência de bens culturais imateriais em diferentes regiões brasileiras.

No processo de discussão do sistema brasileiro de salvaguarda do patrimônio imaterial, o conceito de referência cultural tornou-se imprescindível. Esse conceito está na base da nova visão da preservação e da gestão dos bens culturais brasileiros, expressas pelas políticas atuais do patrimônio cultural imaterial: “Falar em referências culturais significa dirigir o olhar para representações que configuram uma ‘identidade’ da região para seus habitantes, e que remetem à paisagem, às edificações e aos objetos, aos fazeres e saberes, às crenças e hábitos” (FONSECA, 2000, p. 11).

A referência cultural torna-se um conceito-chave na formulação e na prática da política brasileira de salvaguarda. Assim, as ações que contribuem para a melhoria das condições socioambientais de produção, reprodução e transmissão de bens culturais imateriais são organizadas em iniciativas denominadas planos de salvaguarda.

Os planos de salvaguarda são compreendidos como uma forma de apoio aos bens culturais de natureza imaterial, buscando garantir as condições de sustentação econômica e social. Atuam, portanto, no sentido da melhoria das condições de vida materiais, sociais e econômicas que favoreçam a vivência do grupo produtor, a transmissão e a continuidade de suas expressões culturais.

Nessa direção, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), por meio do Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI), tem procurado promover iniciativas que trabalhem a consciência de grupos e comunidades no sentido de despertá-los para buscar o acesso a esses direitos, a exemplo do que aconteceu com o segmento de um dos fios da pesquisa, o universo do Teatro de Bonecos do Nordeste (Mamulengos, João Redondo, Babau e Cassimiro Coco), que deu entrada ao processo de inventário e esperou onze anos para que fosse inscrito

no Livro de Formas de Expressão do Patrimônio Cultural Brasileiro, e reconhecido como Patrimônio Cultural do Brasil, pelo IPHAN e pela sociedade.

O conjunto de ações envolvidas é amplo e variado, podendo ser assim resumido em apoio à transmissão do conhecimento às gerações mais novas, com a promoção e divulgação do bem, também priorizados na Lei do RPV–RN (anexo–4). Não obstante, há também as ações de sensibilização da sociedade para o reconhecimento da importância desses bens, de trabalhos de divulgação, de formação de público e, eventualmente, de inserção econômica, ampliação ou abertura de mercados, ou seja, de práticas culturais que imprimam um significado à vida de seus praticantes, valorizando-a.

1.1 A CULTURA NO SISTEMA MINC – MINISTÉRIO DA CULTURA

A trajetória do conceito de cultura, que sofreu rupturas importantes no decorrer do tempo, é por demais longa. Mas, como o tempo cultural não é cronológico, como diria Aloizio Magalhães (1987, p.75), “as coisas do passado podem, de repente, tornarem-se altamente significativas para o presente e estimulantes no futuro da humanidade”.

Reportando-nos à década de 1930, constatamos que o conceito tornou-se amplo uma vez que inclui desde a produção filosófica até a Educação Física, passando pelas causas patrióticas e humanitárias, para transformar-se, no período posterior, tanto no sentido do seu papel na vida do indivíduo, quanto no sentido de participação democrática, quando uma parte dos movimentos sociais utilizava a cultura como manifestação da identidade social de grupos historicamente excluídos. O que se traz de novo não é a ampliação do conceito de cultura, que, aliás, já estava constitucionalizado; a novidade é a ampliação do seu uso: aplica-se não apenas a grupos organizados mas também às massas destituídas.

E, assim, as políticas públicas para a cultura no Brasil foram sendo constituídas, em grande parte por grupos de ações concentradas em períodos de exceção democrática, mais especificamente, na Ditadura do Estado Novo (1937–1945) e na Ditadura Militar (1964–1984). Contudo, vale ressaltar o fato de que elas avançaram, especialmente, após a década de 50, com o interesse sobre a dimensão econômica dos produtos da cultura (ORTIZ, 2005), marcada pela centralidade do Estado, como instância de formulação e organização das estruturas produtivas da cultura.

Da década de 1950 até os anos 80, vivencia-se um período caracterizado por uma expansão fragmentada, com ações desconexas, voltadas para setores específicos da atividade

cultural: patrimônio histórico, cinema e audiovisual, políticas de leitura, bibliotecas, e assim por diante.

No período que antecede a Constituição de 1988, logo no início dos anos 80, sua elaboração iria apoiar-se, notadamente, nas formulações de Celso Furtado (1976), alargando-se o conceito de cultura para outras dimensões. E nem se tinha a ideia daquilo que ele chamava de “cultura como melhoria da qualidade de vida”, em que se vislumbra o ser humano na sua integralidade. Até então, concebia-se *cultura* associada ao clássico da literatura, das artes cênicas, da expressão corporal etc.

A Constituição introduziu uma visão mais ampla de cultura, pois, antes dela, a concepção tão-somente abrangia as artes e as letras. Na seção acerca da Cultura, estabelece que “o Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional” (Art. 215). E já em seu art. 216, considera tanto os bens de natureza material, quanto os de natureza imaterial, como parte do patrimônio cultural brasileiro, assim proclamando:

Constituem-se como patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Sob tal perspectiva, a cultura é percebida como todo comportamento humano que toma feição na prática social. Além do mais, como destaca o artigo 215 e 216-A, da Constituição Federal, institucionalizando os direitos culturais, corroborado pelo artigo 27 da Declaração dos Direitos Humanos, a cultura é reconhecida como um direito de todos os cidadãos.

Muito embora o MinC tenha sido criado em 1985, no governo Sarney, a área da cultura, antes desse período, já se havia expandido por diferentes espaços. Albino Rubim (2011, p. 124) explicita as tensões vividas entre esse setor e o governo, no seu período inicial:

O Ministério foi criado em 1985, desmantelado pelo presidente Fernando Collor de Melo e transformado em Secretaria em 1990 e recriado em 1993 por Itamar Franco. Tancredo Neves, antes de morrer, resolveu criar o ministério. O presidente José Sarney instalou o ministério, mas simultaneamente, tomou medidas políticas, como a inauguração da lógica das leis de incentivo, que fragilizaram o ministério em seu processo de implantação. Fernando Collor,

no primeiro e tumultuado experimento neoliberal no país, praticamente desmontou a área de Cultura no plano federal. Acabou com o ministério, reduziu a cultura a uma secretaria e extinguiu inúmeros órgãos.

Ao que parece, o Ministério da Cultura funcionava, basicamente, sob a regência das leis de benefício fiscal, com baixíssima formulação quanto ao papel da cultura. Assim, a combinação das ações dos presidentes Sarney e Collor, junto com as políticas de Fernando Henrique Cardoso, compõem um cenário de políticas culturais marcadas por deficiências e instabilidades, sustentadas numa ideologia que se pautava na crença de que a atividade cultural – assim como os demais setores produtivos – poderia autogerir-se, regulada apenas pelas leis do mercado.

Em muitas concepções sobre políticas culturais no Brasil, em sua maioria baseadas em casos empíricos (por ser ainda um campo recente), é possível identificar algumas tônicas, como a expressão da área de atuação e dos agentes envolvidos. Abrindo-se esse ângulo de visão, tem-se um conceito abrangente em que se implicam dimensões culturais e políticas, adotadas previamente, norteando o planejamento, a implementação e o resultado do que foi formulado.

Para Isaura Botelho (2001, p.74), “a clareza da dimensão determina o tipo de investimento da política cultural, dividida em antropológica e sociológica”. Essas dimensões referem-se a um conjunto diversificado de demandas profissionais, institucionais, políticas e econômicas, que esta pesquisa põe em foco. Para cada uma delas, encontramos conceitos diferentes de cultura.

A dimensão antropológica da cultura produz-se através da interação social dos indivíduos, que elaboram seus modos de pensar e sentir, constroem seus valores, manejam suas identidades e diferenças e estabelecem suas rotinas. A dimensão Sociológica da Cultura está restrita ao campo das artes em geral (dança, música, teatro, artes plásticas, cinema, dentre outras), centrando-se em questões como a sua produção, distribuição e circulação.

Contudo, Lia Calabre (2009, p. 264) apresenta ainda outra dimensão, que é a política, “mais coercitiva, menos autoritária, inclusiva, socializada”, vez que “esse exercício permite compreender as relações de poder e o espaço para a participação social”. Para Rubim (2007, p. 149), “toda política cultural traz embutida, de modo explícito ou não, uma concepção a ser privilegiada de cultura”; e essa concepção permite delimitar a extensão dos objetos da política cultural e suas modalidades.

Segundo Chauí (1995), uma política cultural no Brasil torna-se inseparável de uma cultura política. Na visão dessa autora, a política cultural apresenta-se sob várias formas:

- a) a *liberal*, que identifica cultura e belas-artes, estas últimas consideradas a partir da diferença clássica entre artes liberais e servis, são vistas como privilégio de uma elite escolarizada e consumidora de produtos culturais;
- b) a do *estado autoritário*, na qual o Estado se apresenta como produtor oficial de cultura e censor da produção cultural da sociedade civil;
- c) a *populista*, que manipula uma abstração genericamente denominada *cultura popular*, entendida como produção cultural do *povo* e identificada como o pequeno artesanato e o folclore, isto é, com a versão popular das belas-artes e da indústria cultural;
- d) a *neoliberal*, que identifica cultura e evento de massa, consagra todas as manifestações do narcisismo desenvolvidas pela *mass média*, e tende a privatizar as instituições públicas de cultura deixando-as sob a responsabilidade de empresários culturais.

Essa reflexão da autora tornou-se pública em uma palestra que proferiu em 1994, uma década antes da primeira gestão do governo Lula, quando o Ministério da Cultura colocou em prática muitos projetos nas relações entre o Estado e a Cultura.

Assim sendo, a mutação do cenário das políticas culturais no Brasil só vai se dar a partir de 2003 até 2010, quando surge uma possibilidade de reversão dessa especificidade, momento em que o Estado Nacional passou a ter um papel mais ativo, no campo da cultura, desenvolvendo um conjunto efetivo de políticas culturais:

O Ministério da Cultura, sob a liderança do ministro Gilberto Gil, investiu na recuperação de um conceito abrangente de cultura, que já fora o embasamento das políticas dos anos 1970/1980. A cultura passa então a ser considerada em sua dimensão antropológica, o que significa assumi-la como a dimensão simbólica da existência social brasileira, como o conjunto dinâmico de todos os atos criativos de nosso povo, aquilo que, em cada objeto que um brasileiro produz, transcende o aspecto meramente técnico. Cultura como “usina de símbolos” de cada comunidade e de toda a nação, eixo construtor de identidades, espaço de realização da cidadania (BOTELHO, 2011 p. 69-81).

Ao assumir um conceito alargado de cultura, o ministério da Cultura investe na desconstrução de práticas discursivas, que forjaram uma produção elitista da cultura nacional e uma compreensão da cultura como privilégio de poucos.

Em seu discurso de posse, o ministro Gil procurava redefinir a presença do Estado na Cultura, afirmando seu papel de “proporcionar condições necessárias para a criação e a produção de bens culturais”. Esse sentido “pleno” corresponderia ao tão controverso conceito antropológico, assumido como ponto de partida para a elaboração e implementação de políticas públicas para a cultura.

Frente a essa problemática, Botelho (2001) coloca como necessária a distinção entre a cultura que se processa no plano do cotidiano e aquela cuja ocorrência requisita um circuito organizado. A questão crucial era encontrar o caminho para atingir a dimensão antropológica em termos prático-institucionais.

Os discursos produzidos pelos integrantes do MinC apontavam para a elaboração de uma política cultural a partir de dois princípios: centralidade e transversalidade; princípios que iriam implementar e fortalecer as políticas culturais dos estados, a fim de promover o desenvolvimento cultural sustentável, por um lado, reconhecendo e valorizando as identidades e as memórias culturais locais, incluindo a regulamentação de profissões de mestres detentores e transmissores dos saberes e fazeres tradicionais, além de ampliar as ações intersetoriais e transversais, por meio das interfaces com a educação, a economia, a comunicação, o turismo, a ciência, a tecnologia, a saúde, o meio ambiente, a segurança pública e os programas de inclusão digital, com estímulo a novas tecnologias sociais de base comunitária. Por outro lado, incentivando a criação e manutenção de ambientes lúdicos para o desenvolvimento de atividades artísticas e culturais em escolas públicas e espaços educacionais sem fins lucrativos (museus, hospitais, casas de saúde, instituições de longa permanência, entidades de acolhimento e abrigos, centro de atenção psicossocial, centros de recuperação de dependentes químicos, de ressocialização de presos e presídios).

Na acepção de Hall (1997, p. 05), refere-se à “forma como a cultura penetra em cada recanto da vida social contemporânea, fazendo proliferar ambientes secundários, *mediando* tudo”. Ela não seria, portanto, determinada pelo movimento do mundo, mas determinante não somente da forma mas também do caráter desse movimento e ainda de sua dinâmica própria, dentro da perspectiva que podemos perceber nas palavras do então Presidente da República (2003), Luiz Inácio Lula da Silva, no Programa Cultural para o desenvolvimento do Brasil¹⁷:

É outra – e é nova – a visão que o Estado brasileiro tem, hoje, da cultura. Para nós, a cultura está investida de um papel estratégico, no sentido da construção de um país socialmente mais justo e de nossa afirmação soberana no mundo. Porque não a vemos como algo meramente decorativo, ornamental. Mas como base da construção e da preservação de nossa identidade, como espaço para a conquista plena da cidadania, e como instrumento para a superação da exclusão social – tanto pelo fortalecimento da autoestima de nosso povo, quanto pela sua capacidade de gerar empregos e de atrair divisas para o país. Ou seja, encaramos a cultura em todas as suas dimensões, da simbólica à econômica.

¹⁷ LULA da Silva, Luiz Inácio. Programa Cultural para o desenvolvimento do Brasil. Ministério da Cultura. Brasília, 2006.

Importantes passos foram dados no seu governo, no sentido de assegurar essa nova visão da cultura brasileira, assim como sua permanência na agenda do país. No cumprimento desse propósito, o primeiro desafio de sua gestão foi circunscrever os limites de atuação do Estado nas políticas culturais e seus objetos de intervenção.

Durante os anos de 2003, 2004 e 2005, muitas discussões, seminários e conferências ocorreram, objetivando criar mecanismos legais, que permitissem o aumento dos recursos, para o financiamento cultural público e, por conseguinte, o aumento do poder de gestão e coordenação das ações (ALVES, 2011). Dessa pauta, constava, por exemplo, a criação do Sistema Nacional de Cultura, que passaria a coordenar e a gerir as mudanças, assim como a execução do Plano Nacional de Cultura (PNC), contendo uma gama plural de interesses, como elementos constituintes de ambos os sistemas, que poderiam promover o desejável encontro de conteúdo e forma, erigindo os alicerces de uma verdadeira cidadania cultural.

Ao longo do governo Lula (2003), e no decorrer das gestões de Gilberto Gil e Juca Ferreira, no Ministério da Cultura (MinC), implementou-se uma série de ações que transformaram a maneira de se fazer e pensar as políticas públicas, executadas no Brasil neste setor, com o objetivo de agilizar o sistema e reformular uma política de incentivos, antes centrada basicamente na Lei Rouanet (RUBIM, 2003).

Para ilustrar essa afirmação, citaremos algumas ações significativas, que darão visibilidade a essas mudanças. Com a retomada do papel do Estado nas políticas culturais, o panorama da gestão cultural no país, enseja boas possibilidades de mudanças. Depois da aprovação, pelo Congresso Nacional, do Plano Nacional de Cultura (PNC), que define um planejamento de dez anos para o campo cultural (e, em especial, para a construção do Sistema Nacional de Cultura (SNC)), foi estabelecida a vinculação dos recursos da União, Estados e Municípios, através da PEC 310/2004 (MinC, 2007).

Outra inovação jurídico legal foi a criação do Sistema Federal de Cultura – SFC, instituído pelo decreto lei n. 5.520, de 24 de agosto de 2005, que também instituiu o Conselho Nacional de Políticas Federais e o PROCULTURA, este último uma nova proposta de política de financiamento para a cultura, apresentado à consulta pública pelo MinC, no fim de março de 2009, e entregue ao Congresso Nacional no início de 2010.

Com isso, o ministério dissolveu e criou novas secretarias, quais sejam: Secretaria de Articulação Institucional, Secretaria de Políticas Culturais, Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura, Secretaria de Programas e Projetos Culturais, Secretaria do Audiovisual e Secretaria de Identidade e Diversidade Cultural.

Assim, pode-se sustentar que o PNC é o catalizador do processo de constitucionalização da cultura. Esse processo foi marcado por uma significativa e intensa participação social. Segundo dados do Ministério da Cultura, cerca de aproximadamente 4,2 mil pessoas contribuíram para a elaboração desse complexo documento, que incorpora a pluralidade e a diversidade, elementos-chave da cultura brasileira.

Esse planejamento, consolidado em bases democráticas, com diretrizes e ações de curto, médio e longo prazo, tanto para o Estado quanto para a sociedade civil, foi de fundamental importância para garantir a continuidade das políticas públicas. Serve não apenas para proteger mas também para incentivar o pleno desenvolvimento cultural em nosso país.

O Plano Nacional de Cultura aprovado pela Lei n. 12.343/2010 é hoje o principal marco legal para o desenvolvimento das políticas públicas de cultura no país. Apresenta uma proposta de construção de pacto político inédito no campo cultural, quando coloca, em um mesmo patamar, Estado e Sociedade civil, transformando-os em atores políticos, com a mesma importância e capacidade de formulação, implantação e avaliação de políticas públicas, tal como se faz nesta pesquisa, com a trajetória da Lei do RPV–RN.

O PNC é composto por princípios, objetivos, diretrizes, estratégias, ações e metas elaborados de forma participativa, sob a coordenação institucional do Ministério da Cultura, e as instituições a ele vinculadas (Iphan, IBRAM, Ancine, FCRB, Funarte, FBN), sendo estas denominadas de Sistema MinC. Além disso, conta com o acompanhamento do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC).

O funcionamento do CNPC também é uma dinâmica inédita e relevante, na vida política da cultura brasileira. Em relação ao Conselho Nacional de Cultura, constituído durante a gestão Fernando Henrique Cardoso, assinala sua mais notável diferença, por incluir, de modo efetivo (pela primeira vez na história do país) a Sociedade Civil, cuja presença em seu plenário tem mais representatividade que o próprio Estado. Os representantes do Governo Federal, dos Estados e dos Municípios dividem assentos com os membros dos Colegiados Setoriais do circo, da dança, da música, do teatro, das artes visuais, do livro, da leitura e da literatura, da cultura popular, da cultura indígena, da moda e de tantos outros segmentos, entidades e atores políticos, que compõem a diversidade do campo cultural brasileiro.

O Conselho tem contribuído muito com o debate nos colegiados, quanto ao rumo das políticas públicas culturais do país, da mesma forma que tem tido papel relevante, no apoio à gestão do MinC, por seu caráter também decisório.

O Sistema Nacional de Cultura/SNC foi (e segue sendo) importante, não só na gestão do patrimônio cultural. Ele permitiu, também, a interligação entre os meios políticos, o banco

de dados e das informações que possuíam. As políticas de patrimônio cultural encontravam-se, de certo modo, afastadas das demais atividades das secretarias de cultura.

Em 2007, o Ministério da Cultura implementa o Programa *Mais Cultura*, dividido em três extensões básicas, todas com foco na participação da sociedade civil e jurídica: cultura e cidadania (que organiza o programa Cultura Viva); cultura e cidades; e a cultura e economia.

O programa *Cultura Viva* é a iniciativa que mais se aproxima das culturas populares. Sob seu patrocínio, começaram os encontros com grupos de cultura popular, promovidos ainda quando o ministro Gilberto Gil estava no Ministério da Cultura. Esses encontros incutiram nos autores/atores a consciência da importância de seus atos para o país.

Além dessas dimensões, também se ressalta, no PNC, a necessidade de fortalecer os processos de gestão e participação social. O Ministério da Cultura (MinC) torna-se o responsável por monitorar e avaliar as metas do Plano Nacional de Cultura (PNC), conferindo periodicamente se o Plano está sendo cumprido de forma eficaz e de acordo com suas diretrizes, sendo o Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) responsável por esse monitoramento.

Na maioria dos municípios, as ações de política cultural dependem somente da vontade da prefeitura, raramente envolvendo a sociedade civil nos processos de elaboração e execução. Atualmente, o Sistema Estadual de Cultura atingiu 44,45%¹⁸ dos municípios brasileiros. Tibau, no Rio Grande do Norte, foi o último município a fazer a sua inclusão. Após a adesão ao SNC, Estados e Municípios podem aprimorar a gestão cultural, com a criação do órgão de gestão local, do conselho de política cultural, da conferência e do plano de cultura, além do sistema de financiamento. A assinatura do acordo de cooperação federativa entre o MinC e o ente federado, que se compromete a estruturar o seu sistema de cultura, marca a adesão ao sistema.

Isso posto, faz-se importante observar que o SNC foi tramado nos moldes do Sistema Único de Saúde (SUS). Almejava-se que assim como o modelo, o sistema viesse a descentralizar as ações e recursos do MINC chegando a todos os municípios do país. Diferentemente do sistema da saúde, o SNC ainda não se constitui em um instrumento utilizado pelos gestores públicos; não se sabe se por falta de vontade política ou por dificuldades em sua elaboração e implementação; ou pior: pelo fato de a cultura não ocupar a centralidade nas discussões das políticas públicas como vetor econômico e de desenvolvimento do país.

¹⁸ Dados do MinC de outubro de 2017.

1.2 POLÍTICAS CULTURAIS NO RN: um recorte contemporâneo

Dando continuidade ao processo de chamada social, para a estruturação/implementação desse organismo vivo, que é o Sistema Nacional de Cultura, relembremos do primeiro Fórum Potiguar Cultural, que aconteceu no dia 28 de fevereiro de 2011, no Instituto Federal de Ciências e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN, no Campus Cidade Alta, sob a coordenação de um grupo independente das instâncias governamentais. O evento teve um quórum substancial, superando uma centena de participantes, contando, inclusive, com a presença de vários parlamentares federais e municipais e também com jornalistas dos principais meios de comunicação de Natal.

Nesse fórum, o que mais chamou a atenção, especialmente da parte dos expositores, foi a falta de conhecimento do público sobre os mecanismos previstos no SNC, disponíveis na internet. A representação do SEBRAE – Serviço de Apoio a Pequenas e Médias Empresas do RN, presente no Fórum, percebendo a possibilidade de alavancar economicamente o setor cultural no Estado, encampou a iniciativa de realizar uma caravana de capacitação, por três microrregiões, em caráter de projeto piloto. O objetivo seria o de sensibilizar, sobretudo os gestores de cultura, sobre a importância de aderir ao SNC, haja vista que, até aquele momento, apenas 11 dos 167 municípios do Rio Grande do Norte o haviam feito, o que representava um baixo índice (7 % de adesão).

Vale, no entanto, ressaltar que, devido ao baixo desenvolvimento econômico do interior do Rio Grande do Norte, concentrado nos dois polos industriais (nos arredores de Mossoró, no Oeste do Estado, e na capital), teriam de procurar, primeiramente, alternativas para interiorizar o turismo cultural e fortalecer a produção cultural da região não urbana.

Afora esses dois grandes centros metropolitanos, a população vive basicamente do setor primário: agricultura, carcinicultura, pecuária e pesca. A ausência de grandes empresas no interior inviabiliza qualquer iniciativa calcada em legislação de incentivo, com base em renúncia fiscal, também chamada de mecenato. A propósito, somente os dois grandes centros dispõem desse mecanismo: em Natal, por meio do Programa Djalma Maranhão; e em Mossoró, via Programa Vingt-un Rosado. Outras formas como o Fundo de Cultura, o Conselho de Políticas Culturais e os programas de viabilização, de formação na área Cultural, são desconhecidos no interior.

Mas mesmo se contrapondo a essa vertente econômica da cultura¹⁹, a caravana foi realizada, com o apoio do SEBRAE, em parceria com o Fórum Potiguar de Cultura, na primeira quinzena de maio de 2010. Dessa experiência inovadora, sobressaíram, (nas três edições) resultados bastante significativos, como a percepção, por alguns participantes, de que a ausência dessa capacitação para os gestores é, em parte, um vetor proposital. Especialmente se acreditarmos que os gerentes culturais que conseguirem modificar a forma de pensar “para os meus”, em um pensar “para todos” podem abalar um sistema que funciona, secularmente, na manutenção do poder político.

No dia 02 de abril de 2012, o Rio Grande do Norte aderiu ao Sistema Nacional de Cultura, sendo simbolicamente representado por 30 municípios do Estado que firmaram o compromisso de integrar-se ao sistema. O acordo foi assinado pela então Secretária Extraordinária de Cultura, Isaura Amélia Rosado, e contou com a presença de João Roberto Peixe, Secretário de Articulação Institucional do MinC; foi um sim às políticas culturais do Governo Federal.

Essa adesão ao sistema assegurou a transparência e o controle social ao setor, a partir da implementação do Conselho de cultura, dos fundos de cultura e de outras formas de participação de produtores culturais e da comunidade em geral nas políticas públicas.

O Plano Estadual de Cultura resulta, a princípio, de uma organização parcial das diretrizes e estratégias, durante o processo inicial, a partir dos conteúdos validados nas Conferências Regionais e no processo atual de trabalho das câmaras técnicas, constituídas pelos Fóruns Territoriais de Planejamento da Cultura, segundo os direitos preconizados pela Constituição Federal (e a de nosso Estado) assegurados a todos os cidadãos e válidos para os próximos 10 anos. Esse Plano foi concebido pelas diferentes Regiões do Estado, atendendo aos novos e contemporâneos ditames da política cultural nacional, voltados para as três dimensões da cultura: a simbólica, a econômica e a cidadã.

O texto-base do Plano, para consulta pública em junho, foi elaborado em oficinas, seminários e conferências regionais de cultura, com participação pública e privada. As sugestões foram discutidas, filtradas e sistematizadas por grupos de trabalho em várias instâncias, até a versão final organizada.

¹⁹ As motivações que levam as empresas a investir em cultura podem ser encontradas na pesquisa encomendada pelo Ministério da Cultura do Brasil, intitulada “Diagnóstico dos Investimentos em Cultura no Brasil” (1998). Segundo os empresários, os aspectos que motivam o investimento cultural são a consolidação da imagem institucional (65,04%); a agregação de valor à marca da empresa (27,64%); o reforço do papel social da empresa (23,58%); os benefícios fiscais (21,14%); o retorno de mídia (6,50%) e a aproximação do público alvo (5,69%).

Como política permanente de Estado, o referido plano foi elaborado e aprovado, de forma aberta e democrática, para guiar o investimento público e privado na cultura, pelos próximos dez anos, construindo, assim, a base para fomentar a criação e a produção, a difusão e a expansão das artes como bens culturais, sociais e econômicos.

Mesmo porque, quando se fala de gestão da cultura no Rio Grande do Norte, os números são alarmantes, como, por exemplo, o pequeno número de municípios que possuem conselhos e contam com secretarias exclusivas para esse fim. Quanto às Leis de fomento, as que se destacam são o Programa Djalma Maranhão, do município de Natal, Lei n. 4.838, de 09 de julho de 1997 e a Lei Estadual Câmara Cascudo, n. 7.999, de 30 de dezembro de 1999.

O Governo do Estado do Rio Grande do Norte publicou no Diário Oficial, de 03 de junho de 2017, o valor da primeira etapa da Renúncia Fiscal de 2017, da Lei Estadual Câmara Cascudo, no valor de R\$3.000.000,00. Uma vez sancionada, a nova Lei que regulamentará o Programa Estadual de Incentivo à Cultura, do Governo do Estado, divulgará a segunda parcela da renúncia fiscal, no valor de R\$ 3 milhões, totalizando o montante de 6.000.000,00 (seis milhões de reais), para incentivar o desenvolvimento da cultura do Rio Grande do Norte.

Em se tratando de Fundo destinado à cultura, contamos com o Fundo de Incentivo à Cultura (FIC)–Decreto Lei n. 4.522, de 5 de janeiro de 1994, instituído pelo município de Natal, que, nos anos de 2016 e 2017, ficou sem incentivos, diante da retração da economia. O Fundo Estadual de Cultura (FEC), criado em 2011, pelo Decreto Lei n. 5.460, de 29 de dezembro de 2011, previu investimentos, para o ano de 2017, de R\$ 9.500.000,00 (nove milhões e quinhentos mil reais), para a modalidade “Liberação de Recursos Não Reembolsáveis”, divididos entre seus editais. A função precípua do FIC é fomentar a produção artístico-cultural potiguar, mediante o custeio (total ou parcial) de projetos culturais, de iniciativa de pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, relacionado à pesquisa, à edição de obras e à realização de atividades artísticas.

O Plano Estadual de Cultura do RN foi transformado em projeto de Lei a ser votado na Assembleia Legislativa e sancionado pelo Governo do Estado. Ele agora está sendo avaliado e alguns pedidos de ajustes no seu texto foram feitos à Fundação José Augusto, que, após tomar as devidas providências quanto a essa solicitação, fez o encaminhamento deste à Assembleia Legislativa para ser reavaliado pela Comissão de Cultura desse órgão.

O Plano Municipal de Cultura é parte integrante do futuro Sistema Municipal de Cultura, sendo o instrumento de gestão de médio e longo prazo, no qual o poder público assume a responsabilidade democrática de implantar políticas culturais continuadas, que ultrapassem os limites de uma gestão de governo, obedecendo aos princípios de planejar e democratizar as

políticas públicas para a cultura. Na prática, é o documento que norteia e estabelece as estratégias, ações e metas necessárias à implementação das políticas culturais.

A instituição do Sistema Municipal de Cultura (SMC) deve dar-se por meio de Lei própria, encaminhada à Câmara de Vereadores pelo prefeito do município. Nessa Lei, devem constar a estrutura e os principais objetivos de pelo menos cinco componentes: Órgão Gestor (Secretaria de Cultura ou equivalente), Conselho Municipal de Política Cultural, Conferência Municipal de Cultura, Plano Municipal de Cultura e Sistema Municipal de Financiamento à Cultura (com o Fundo de Cultura).

O trabalho de elaboração do Plano Municipal de Cultura foi realizado²⁰ em três etapas distintas: a *mobilização* e análise de propostas, nas regiões administrativas da cidade; a *sistematização* e elaboração das propostas, nos grupos de trabalho, com os representantes das regiões (consulta pública e elaboração); o *encaminhamento do documento* à Câmara Municipal de Natal para a análise e aprovação do documento.

Foram realizados dez encontros presenciais e disponibilizadas, através de consulta pública, online, as propostas, elaboradas pelos participantes, através do Blog da SECULT/FUNCARTE, dando condições para que a sociedade civil pudesse acompanhar e monitorar o andamento dos trabalhos, interagindo a partir de sugestões, e avaliando as propostas para o segmento cultural do Município.

Vale registrar o fato de que, para chegar a seu formato atual, o Plano Municipal de Cultura contou com o apoio de quase duas centenas de cidadãos (que, com responsabilidade social, participaram das reuniões de sensibilização, de proposição de ações) e também de equipes de técnicos, cujos participantes foram definidos pela comunidade dentre os presentes.

No total, foram realizados dez encontros presenciais, nas quatro regiões administrativas da cidade (nos bairros de Felipe Camarão, Cidade da Esperança, Bom Pastor, Redinha, Lagoa Azul, Cidade Alta, Rocas, Mirassol, Pirangi e Vila de Ponta Negra). Dentre os participantes, foram selecionadas trinta representantes para os GTs (Grupos de Trabalho), que se debruçaram sobre as várias sugestões propostas, derivadas das reivindicações da comunidade. Ao todo, foram realizadas sete reuniões voltadas à apreciação dessas propostas. Concluído o trabalho dos GTs, o texto de cada região seguiu para Consulta Pública (Blog da FUNCARTE) com 18 estratégias e 68 ações. O texto final, após identificação de semelhanças e especificidades, agregou novas sugestões, resultantes da consulta, e foi encaminhado ao executivo.

²⁰ Memória do processo de elaboração do Plano Municipal de Cultura, constante na cartilha de elaboração, p.6.

O PMC foi entregue à Câmara Municipal de Natal, pelo então Prefeito Municipal, Carlos Eduardo Alves, em 07 de junho de 2016, como parte integrante do futuro Sistema Municipal de Cultura, que vai nortear as ações deste segmento, independente do gestor. Na ocasião, o chefe do Executivo municipal entregou o plano ao presidente da Câmara de Vereadores, Franklin Capistrano. A solenidade foi realizada no Salão Nobre da Prefeitura do Natal e contou com a participação de secretários de governo, vereadores e representantes dos mais diversos segmentos culturais da cidade.

Os componentes do Conselho Municipal de Cultura, escolhidos para o novo período (2016 a 2018), mantiveram-se fiéis ao estabelecido desde o final dos anos 1980–1990, quando ele foi criado, na primeira gestão da prefeita Wilma de Faria. A Câmara Municipal de Natal – CMN aprovou, em 07 de dezembro de 2017, o Plano Municipal de Cultura–PMC, importante instrumento de gestão de planejamento de políticas culturais. Com isso, Natal conta agora com mais um documento essencial para orientar os gestores, no tocante às prioridades de investimento na cultura, de maneira planejada e continuada. O PMC terá validade por 10 anos (2017 a 2027).

O documento insere Natal na perspectiva de constituir o futuro Sistema Municipal de Cultura, concluindo, assim, o compromisso de pactuar, com o Governo Federal, investimentos e propostas necessárias para o setor cultural.

Atualmente, o Município de Natal conta com dois órgãos do Executivo, responsáveis pela gestão das políticas públicas para a Cultura: a Secretaria Municipal de Cultura, criada no ano de 2014, e a Fundação Cultural Capitanía das Artes, fundada em 1982, que mantêm um Cadastro Municipal de Entidades Culturais – CMEC, cujo objetivo é indicar o quantitativo, em relação às atividades artísticas e culturais da cidade e seus realizadores, e contribuir (com esse banco de dados) para a identificação dos Agentes Culturais do Município. Atualmente, (2015) o CMEC registra 1.852 inscritos, subdivididos em diferentes linguagens artísticas. Além disso, já faz uso de ferramentas que permitem avaliar a relação custo/benefício do investimento nas festas de tradição, considerando dados informais e algumas pesquisas segmentadas, realizadas por órgãos representativos do comércio da Capital. E se faz necessário dizer que se assinalou um considerável aumento no fluxo turístico no período, o que configura um cenário favorável ao investimento na cadeia da economia criativa da Cidade, movimentando significativamente o comércio local.

Mas é preciso alertar para o fato de que essa perspectiva de proteção e preservação do patrimônio exige ações planejadas e integradas, através de parcerias públicas e privadas, juntamente com as comunidades envolvidas, para a inclusão gradativa e crescente dos grupos

de tradição, representados pelas quadrilhas juninas, pelos grupos folclóricos, pelas agremiações carnavalescas, pelos intérpretes, pelas bandas, visando à sustentabilidade e continuidade das atividades.

Essa preocupação com a salvaguarda da cultura tradicional e popular coloca um desafio constante para a gestão pública. Ciente disso, a Câmara Municipal do Natal aprovou, e o Prefeito de Natal, Carlos Eduardo Alves, sancionou a Lei de número 6.459, de 06 de maio de 2014, institui o registro de bens culturais de natureza imaterial, determinando o registro dos referidos bens em livro específico dos saberes, das celebrações, das formas de expressões e dos lugares, definindo, como patrimônio cultural e imaterial do Município,

todas as práticas, representações, expressões, conhecimentos técnicos junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados, e que as comunidades, os grupos e indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural, e que são transmitidos de geração em geração.

Como é possível constatar, no decorrer da história das políticas culturais, em grande linha, houve enfrentamento de problemas, com perspectivas diferenciadas, na maioria das vezes, com a presença e a retomada recorrente dos mesmos temas ou de transformações, como as que ocorreram nas últimas três décadas, com a valorização, proteção e construção das identidades nacionais, regionais, geracionais, dentre outras.

Para dar conta dessa complexidade de informações, buscamos dados confiáveis a fim de reconstituir, mais fidedignamente, a trajetória da Lei do RPV–RN (anexo–4).

2 CONECTANDO LAÇOS: histórico da lei do RPV–RN, características, funcionamento e bases conceituais

A Lei do Patrimônio Vivo no Brasil surge no rastro de uma série de discussões acerca da salvaguarda do patrimônio imaterial e encontra repercussão no âmbito nacional e internacional. Como marco histórico em nosso país, temos no ano de 1936, um debate mais amplo, com a elaboração do anteprojeto de proteção ao patrimônio artístico nacional, elaborado por Mário de Andrade, a pedido do então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, que servirá de subsídio para a elaboração do texto do Decreto – Lei n. 25/37 e, mais tarde, como orientação para a Constituição de 1988, mais explicitamente para a formulação dos artigos 214 e 215 (SILVA, 2002).

No âmbito internacional, a discussão foi consolidada através da constituição de instrumentos jurídicos para a proteção dos bens culturais, as chamadas Declarações, Recomendações e Convenções da UNESCO, que têm como marco inicial, em 1945, a publicação da Declaração Universal dos Direitos do Homem. Inaugura-se, assim, uma nova perspectiva sobre a noção e o valor da cultura, seguida pela Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 1972, pela Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular de 1989 para, enfim, desembocar, em 2003, na Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial.

Em decorrência das discussões sobre a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, tanto no âmbito internacional quanto no nacional, vários Estados criaram normas para estabelecer a proteção dos bens de natureza imaterial. O Maranhão foi o primeiro estado brasileiro a criar uma Lei sobre a proteção do patrimônio cultural, em 1990. A Lei n. 5.082, de 20 de dezembro de 1990, versa sobre a proteção do patrimônio imaterial, fazendo referência direta à Constituição Federal, que além de instituir o tombamento, criou o instrumento da declaração de relevância cultural, que deveria ser dirigida não só aos bens materiais mas também às expressões culturais.

Importante ressaltar, também, a existência de programas nacionais de salvaguarda, que serviram como modelo de experiência, tais como os realizados pelo Japão²¹, “Tesouros

²¹ O programa Tesouros Humanos Vivos, elaborado com base em experiência japonesa no pós-guerra, aprovado pela UNESCO em 1993 e adaptado por vários países signatários da Convenção de 1972, não foi, até o presente momento, adotado no Brasil em nível federal, tendo sido, por outro lado, incluído em várias políticas estaduais de cultura (CASTRO, 2008, p. 15).

Humanos Vivos”, e pela França, conhecido como “*Maîtres d’Arts*”²², este último voltado para incentivar os mestres a transmitirem conhecimento a jovens aprendizes e para incentivar a reinserção do produto desses ofícios tradicionais no mercado.

Em alguns Estados brasileiros, foram sendo criadas leis que focaram os mestres, como foi o caso da Lei de Registro do Patrimônio Vivo de Pernambuco e dos Estados de Alagoas, Ceará, Bahia, Paraíba e Rio Grande do Norte, que institucionalizaram políticas de reconhecimento e valorização das expressões da cultura popular e tradicional, devido ao fato de a legislação brasileira não ter adotado as características do programa Tesouros Humanos Vivos da UNESCO, por envolver as expressões culturais e não os mestres, como patrimônios vivos.

As legislações da maioria dos Estados são bem semelhantes, existindo poucos pontos diferentes entre elas. Todas preconizam o registro de pessoas ou grupos de pessoas, que detenham conhecimentos ou técnicas necessárias para a produção e a preservação da cultura tradicional popular, como patrimônios vivos ou tesouros vivos, além do pagamento de uma bolsa, como auxílio financeiro mensal. Como contrapartida, estabeleceram a transmissão dos conhecimentos ou técnicas para a sociedade, através de programa de ensino-aprendizagem instituído pela administração pública; e somente nas legislações de Pernambuco, Alagoas, Paraíba e do Rio Grande do Norte, concede-se ao Estado a cessão dos direitos patrimoniais do autor sobre os conhecimentos e as técnicas que detiverem.

O Registro do Patrimônio Vivo no RN foi criado, por sua vez, pela necessidade de sistematizar uma política pública estadual, que garantisse não somente o reconhecimento das pessoas da cultura de tradição oral mas também a promoção e a transmissão de seus conhecimentos. A ideia principal seria fomentar, por meio de incentivo financeiro, para que esse saber-fazer fosse transmitido às próximas gerações, viabilizado por oficinas ou atividades cotidianas, em geral promovidas pelas instâncias governamentais.

Esse programa concede bolsas vitalícias²³ para grupos artísticos ou artistas, que, com mais de 20 anos de atuação, detêm os conhecimentos necessários para a produção e a preservação de aspectos da cultura popular no RN, limitando o máximo de sessenta concessões

²² Os *Maîtres d’Arts* “são pessoas que encarnam, no mais alto grau, as competências e técnicas necessárias para o andamento de certos aspectos da vida cultural francesa e para a perenidade de seu patrimônio material. O Programa (...) inseriu-se numa política de apoio e reconhecimento deles: mestre-chapeleiro, mestre-alfaiate e costureiro, mestre-gravurista aos ofícios de arte, que aliam tradição e inovação” (ABREU, 2003, p. 85). É a excelência e a raridade de suas competências que os distinguem. São alguns mestres-criadores e restauradores de vitrais, mestres-restauradores de móveis antigos.

²³ O deputado Fernando Mineiro (PT-RN) aborda a questão de outra forma: “Quando a gente ouve assim ‘vitalícia’ parece até que é um tempo enorme. Mas essas pessoas em geral já são idosas. Lembre que somente para serem elegíveis, os mestres têm que desenvolver aquela atividade há pelo menos 20 anos”.

na decorrência do tempo de existência do programa e, diferente de alguns estados do Nordeste (como, por exemplo, Alagoas e Paraíba, que não concedem benefícios a grupos, pessoa jurídica de direito privado) prevê, para esse segmento, três vagas para o edital inicial.

A Lei Estadual n. 9.032, de 27 de novembro de 2007 (anexo-4), que instituiu, no âmbito da Administração Pública Estadual, o Registro do Patrimônio Vivo do Estado do Rio Grande do Norte (RPV-RN) foi apresentada pelo Dep. Estadual Fernando Mineiro (PT), em 22 de agosto de 2007, e aprovado pela Assembleia Legislativa em novembro do mesmo ano. Regulamentada em 19 de agosto de 2008, através do Decreto n. 20.666, foi publicada no Diário Oficial do Estado, em julho de 2009. Desde então, o período para inscrições nos editais da Lei foi datado até 20 de agosto do mesmo ano. Ela é composta por 13 artigos.

Nas disposições gerais do Capítulo I, Art. 2º do Decreto 20.666, define-se o que seja “patrimônio vivo”, quando se visa preservar as manifestações socioculturais existentes no RN, incentivando a transmissão dos conhecimentos e das habilidades desenvolvidos por uma pessoa ou grupo de pessoas, com significativa importância para a cultura tradicional e popular norte-rio-grandense.

O órgão escolhido para sua implementação foi a Fundação José Augusto²⁴, com o apoio do Conselho Estadual de Cultura, conforme estabelecido na Lei, em seu Art. 4º, que indica os deveres da FJA nesse processo:

I – prestar a assistência técnica e administrativa necessária ao bom desempenho das atividades dos inscritos no RPV-RN; II – acompanhar o cumprimento dos deveres atribuídos aos inscritos no RPV-RN; III – elaborar relatório bienal das atividades desenvolvidas pelos inscritos no RPV-RN e submetê-lo à apreciação do Secretário de Estado da Educação e da Cultura; IV – organizar o concurso destinado a selecionar os inscritos no RPV-RN; e

23 A Fundação José Augusto compreende um complexo cultural em que as partes, cumprindo atividades específicas, confluem para o objetivo comum de apoio à cultura norte-rio-grandense, com as manifestações (teatro, literatura, música, artes plásticas, cultura popular etc.) e os seus produtores (artistas, escritores, músicos, mamulengeiros etc.). Essa entidade autônoma, com personalidade jurídica de direito privado, foi criada pelo Decreto-lei n. 2.885, de 8 de abril de 1963. Outros instrumentos legais, no decorrer do tempo, alterariam alguns dos dispositivos constantes nessa lei original, bem como sua própria estrutura, extinguindo e criando novos setores operacionais. Está localizada na Av. Jundiá 641, Tirol, na cidade de Natal-RN. Conta com três centros, abrangendo a pesquisa, a documentação e a difusão cultural, um instituto de música, pinacoteca, teatros, museus, bibliotecas, casas de cultura popular e memoriais, e ainda a Cidade da Criança, com ações voltadas para as crianças e adolescentes, com vistas ao desenvolvimento artístico, inerente à cultura. A missão da Fundação José Augusto é promover o desenvolvimento sócio cultural e científico do Estado, mediante colaboração com o Poder Público. E lhe compete estimular, desenvolver, difundir e documentar as atividades culturais do Estado; preparar pessoal para o desempenho de atividades prioritárias ao processo de desenvolvimento; desenvolver um plano editorial visando, sobretudo, à promoção do autor potiguar e nordestino; promover investigações científicas em todos os campos de conhecimento; promover a restauração, conservação e manutenção de monumentos históricos e artísticos do Estado; promover a manutenção e documentação dos bens culturais móveis e imóveis do Estado e desenvolver um programa de bibliotecas públicas em todos os municípios do Estado.

V – promover o registro de pessoa natural ou pessoa jurídica no RPV–RN e, quando for o caso, o cancelamento da respectiva inscrição.

O artigo 5º, desse mesmo capítulo, estabelece que serão realizadas cinco inscrições anuais no RPV–RN, dentre as quais duas para pessoas naturais; três para pessoas jurídicas de direito privado. Segundo o disposto no Art. 2º, da Lei Estadual n. 9.032, de 2007, o número de bolsas de incentivo não poderá exceder, simultaneamente, sessenta concessões.

O número inicial de participantes seria decidido através de Decreto, a ser expedido no prazo máximo de 90 dias, em que seria fixado também o número de inscritos anuais e o número máximo de inscrições ativas, inclusive especificando acerca do quantitativo de pessoa física e jurídica, no Art. 4º, inciso 4º, com fundamento na Lei n. 9.032, de 27 de novembro de 2007.

Em 16 de junho de 2009, o Decreto de n. 21.193 dispõe sobre o número inicial de participantes no RPV–RN, alterando o Decreto Estadual n. 20.666, de 19 de agosto de 2008, a que se adicionou o seguinte: *Art. 5º –A “ O número inicial de participantes no RPV–RN não excederá o quantitativo de dez, sendo: sete pessoas naturais; e três pessoas jurídicas de direito privado, segundo o disposto no art. 2º, § 2º, da Lei Estadual n. 9.032, de 2007. (NR)”*.

Para concorrer à seleção pública, conforme a Lei, determina-se que os candidatos sejam indicados por parte legítima. As entidades que estão habilitadas a pedir a instauração do processo de candidaturas são: o Conselho Estadual de Cultura; a Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte; os Municípios do Estado do Rio Grande do Norte; a Comissão de Folclore do Estado do Rio Grande do Norte; e Entidades sem fins lucrativos, sediadas no Estado do Rio Grande do Norte, que estejam constituídas há pelo menos dois anos, nos termos da Lei civil, e que incluam, entre as suas finalidades, a proteção ao patrimônio cultural ou artístico do Estado. Cada proponente poderá inscrever apenas um concorrente em cada edição anual do concurso (Art.7º, I, II, III, IV).

Após a formulação do requerimento de inscrição por parte legítima e instruída, com a anuência expressa do candidato ao registro do RPV–RN e a aceitação dos deveres previstos na Lei para os inscritos, além dos demais documentos que comprovem o atendimento dos requisitos previstos nesta Lei para a sua inscrição (Art. 8º), o Diretor da Fundação José Augusto – FJA vai considerar habilitada a inscrição do candidato e mandará publicar o edital no Diário Oficial e em jornais de ampla circulação na capital do Estado, para conhecimento público das candidaturas, e eventual impugnação, no prazo de 30 dias, contados a partir da publicação.

A comissão especial designada para analisar as candidaturas deverá, conforme consta na Lei, em seu Art. 8º. Inciso 2º, ser composta por cinco membros, dentre os quais deverá haver um membro representante da Comissão Estadual de Folclore, designado pelo Diretor da

Fundação José Augusto – FJA, e outras pessoas de notório saber e reputação ilibada, na área cultural específica, as quais deverão proceder à escolha dos concorrentes ao título de patrimônio vivo do Estado do Rio Grande do Norte, a partir dos seguintes critérios: a relevância do trabalho desenvolvido pelo candidato em prol da cultura norte-rio-grandense; a idade do candidato (se pessoa natural) ou a antiguidade (no caso de grupo) e a avaliação da situação de carência social do candidato.

O relatório referente ao processo seletivo, conforme expresso na forma da Lei, é feito de maneira objetiva, pela Comissão especial, contendo recomendações quanto à preferência da inscrição do RPV–RN, e apresentado em audiência pública, no Conselho Estadual de Cultura, que faz a emissão da idoneidade dos candidatos ao registro, revelados naquele ano e cujas inscrições foram deferidas, devendo o resultado ser publicado.

A importância do trabalho desenvolvido pelo candidato ou pelo grupo em prol da cultura é constatada por meio de currículo e comprovação das atividades culturais, ao longo dos mais de vinte anos, sendo esse título comprobatório exigido pela Lei, no ato da inscrição. Ademais, estar capacitado a transmitir seus conhecimentos ou suas técnicas a alunos ou aprendizes, exceto aqueles com incapacidade física causada por doença grave, cuja ocorrência seja comprovada mediante exame médico-pericial, com base em laudo conclusivo elaborado ou ratificado por junta médica da Secretária de Estado da Administração e dos Recursos Humanos, é mais uma obrigatoriedade constante da Lei do RPV–RN (anexo–4).

Considerar-se-á habilitado como Patrimônio Vivo do RN o sujeito que atender aos seguintes requisitos: estar vivo, ser brasileiro e residente no Estado do Rio Grande do Norte há mais de 20 anos (Art. 2º, I, II, III), contados da data do pedido de inscrição, estar capacitado a transmitir seus conhecimentos ou suas técnicas para alunos ou aprendizes.

No caso de grupos, estes precisam estar em atividade, constituídos sob qualquer forma associativa, serem dotados ou não de personalidade jurídica na forma da lei civil, comprovadamente há mais de vinte anos, contados da data do pedido de inscrição. Só que, nesse caso, a concessão da inscrição do RPV–RN fica condicionada à aquisição, pelo grupo, da personalidade jurídica na forma da lei civil (Art. 2º, inciso 2º), mantendo-se a denominação tradicional do grupo, o objeto cultural e a finalidade não lucrativa.

A inscrição no RPV–RN acarreta, para a pessoa física ou para o grupo inscrito, como pessoa jurídica (Art.3º, I, II, III), o direito ao uso do título, entregue em solenidade pública. Além do título de Patrimônio Vivo do Estado do Rio Grande do Norte, eles têm direito à

percepção de uma bolsa vitalícia, que será atualizada pela variação do INPC²⁵, com um valor inicial de 750,00 (se pessoa física) e R\$ 1.500,00, para grupos culturais, a ser distribuída entre os seus membros, na forma prevista nos seus atos constitutivos (Art. 4º, II). Outro direito também concedido aos patrimonializados é a prioridade na análise de projetos por eles apresentados ao Sistema de Incentivo à Cultura, de que trata a Lei n. 11.914, de 28 de dezembro de 2000.

Os direitos atribuídos aos patrimônios vivos, na forma prevista da Lei do RPV–RN, de n. 9.032/2007, têm natureza personalíssima e são inalienáveis e impenhoráveis (Art. 4º, inciso 2º), não podendo ser cedidos ou transmitidos, sob qualquer título, a cessionários, herdeiros ou legatários; todavia, não geram qualquer vínculo de natureza administrativa com o Estado.

E vale sublinhar o fato de que esses direitos extinguir-se-ão pelo cancelamento da inscrição, na forma prevista da Lei, tanto pelo falecimento do inscrito (se pessoa física) e ou pela dissolução, de fato ou de direito, no caso de grupo, pessoa jurídica (Art. 4º, inciso 3º).

Além dos direitos previstos, a inscrição no RPV–RN também determina os deveres dos inscritos, que precisam ser respeitados por todos os patrimonializados. Assim sendo, participar de programas de ensino-aprendizagem, organizados pela Fundação José Augusto – FJA (Art. 5º, I), cujas despesas venham a ser custeadas pelo Estado, é dever primordial dos inscritos.

Outro dever dos contemplados, previsto na lei, é a cessão (ao Estado) dos direitos patrimoniais de autor sobre os conhecimentos e as técnicas que detêm (Art. 5º, II), desde que para fins não lucrativos de natureza educacional e cultural, em especial para a documentação e divulgação (e sem exclusividade) relativamente a outros eventuais cessionários, que o inscrito houver por bem constituir. Num primeiro momento, a cessão ao Estado desses direitos pode parecer algo natural e legítimo; principalmente se for considerado o fato de a própria lei estabelecer que essa cessão seja para finalidade educacional e cultural.

Para acompanhar o cumprimento dos deveres dos patrimonializados, a Fundação José Augusto – FJA conta com o apoio da Comissão Estadual de Folclore, que lhes presta a assistência técnica e administrativa necessária ao bom desempenho de suas atividades. A cada dois anos, até o exercício financeiro subsequente ao biênio objeto de análise, a instituição implementadora, a FJA, elaborará relatório (Art. 6º, inciso 1º) a ser apresentado ao Secretário de Cultura do Estado, relativo ao cumprimento ou não, pelos inscritos, dos deveres a eles atribuídos na forma da Lei.

²⁵ Até dez de 2017, a bolsa vitalícia para pessoa física correspondia ao valor de 1.393,78 e para grupos, pessoa jurídica, a 2.788,09.

Não será considerado descumprimento de seus deveres a impossibilidade (para o inscrito ou para o grupo) de participar dos programas de ensino e de aprendizagem de conhecimentos ou técnicas, desde que tal impossibilidade tenha sido comprovada por incapacidade física e que, para esse fim, haja comprovante médico-pericial (Art. 6º, inciso 3º). Se por dois biênios consecutivos, ou por três biênios não consecutivos, ficar constatado em relatório o descumprimento de quaisquer dos deveres que lhe são atribuídos, isso implicará o cancelamento do registro do inscrito inadimplente junto ao RVP–RN. O cancelamento da inscrição dará direito de recurso ao interessado, como mero efeito devolutivo, ao Conselho Estadual de Cultura, que, apreciando-o, manterá ou reformará a decisão recorrida (Idem, inciso 4º e 5º).

O primeiro Edital do Concurso para o RVP–RN foi publicado no Diário Oficial do Estado, em 09 de julho de 2009, com a publicação dos primeiros habilitados como Patrimônio Vivo, em 08 de dezembro do mesmo ano, traduzindo a diversidade cultural do Estado do Rio Grande do Norte, representado por vários segmentos da Cultura popular.

O relatório desse edital, bem sucinto, publicado no DOE, com a aprovação dos habilitados, foi emitido pela Comissão Especial (anexo–3), através da Resolução nº 01/2009 – CEC–RN, que considerou idôneas as candidaturas propostas para a inscrição no Registro do Patrimônio Vivo do Estado do RN, estando aptos a receber o título do RVP, como pessoa física, os mestres João Grigório da Rocha (Grigório Santeiro – Santa Cruz/escultura); João Gomes Sobrinho (Xexéu –cordelista – Santo Antônio – RN); João Viana da Silva – (João Viana – São José de Campestre/teatro de João Redondo); Antônio Vieira da Silva – Antônio de Rosa – Boi de Reis Surubim (Macaíba– RN); Luiz de Oliveira Campos – Repentista e Cordelista (Mossoró– RN, falecido em 2013); Antônio Rodrigues da Silva – Antônio da Ladeira – Boi de Reis (Santa Cruz – RN, falecido em 2014); Sebastião João da Rocha – Tião Oleiro–Congos de Guerra (Santo Antônio – RN, falecido em 2016).

Na categoria pessoa jurídica, o Grupo Fandango, de Canguaretama; o Grupo Folclórico Caboclinhos, de Ceará-Mirim; o Grupo Chegança, de Barra de Cunhaú (Canguaretama), que produziu efeitos financeiros, a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente à publicação do ato concessivo da inscrição, começando a pagar as primeiras bolsas em 2010.

Como incentivo aos mestres do Estado do RN, a Lei prevê que, a cada ano, um edital seja lançado; inicialmente contemplando dois mestres e três grupos e, a cada edital publicado, seja definindo o número de vagas, até chegar o limite máximo estabelecido pelo programa, que é de sessenta registros. Até aqui nenhum mestre ou grupo habilitado perdeu o reconhecimento já adquirido.

Nos anos seguintes, entre 2010 e 2011, não houve lançamento de editais. No ano de 2012, um edital do concurso foi publicado²⁶, a comissão especial para avaliação foi anunciada²⁷ e, posteriormente, teve as inscrições prorrogadas por mais trinta dias. Dessa vez, colocando disponível o número de vagas para dez bolsas vitalícias, no valor de R\$ 987,21, para pessoa física, e de R\$ 1.974,76, para pessoa jurídica. O resultado final para o criador da Lei, Deputado Fernando Mineiro, como consta em seu blog, ficou inconcluso, sem a divulgação dos contemplados.

No decorrer da pesquisa documental, no setor financeiro, observamos, na lista de pagamento efetuada em março de 2014, a entrada de mais dois nomes de mestres e de um grupo, para o recebimento da bolsa, diferente da lista de pagamento aos habilitados das primeiras bolsas, em 2010. Como naquele ano já se contabilizava o falecimento de dois mestres, julgamos a probabilidade de ter havido uma substituição.

Logo a seguir, em conversa com o presidente da comissão Estadual de Cultura, Iaperi Araújo, com a intenção de saber que tipo de apoio a comissão dava à implementação do RPV–RN, tivemos ciência de que os familiares da escultora Luzia Dantas tinham apresentado um pedido de defesa e que o conselho tinha aprovado. Essa informação derrubou nossa interpretação sobre a inserção de seu nome na lista de pagamentos, ou melhor, que teria havido substituição por falecimento. Quanto ao mestre Antônio Fernandes Reinaldo, mais conhecido como Antônio Sobrinho e o grupo Boi de Reis de Cuité, do município de Pedro Velho – RN, não se esclareceram os motivos da concessão da bolsa vitalícia.

Nos anos seguintes, de 2013 a 2016, não houve qualquer publicação de editais para o concurso do RPV–RN. Em 2016, falece mais um habilitado, Sebastião João da Rocha, mais conhecido como Tião Oleiro. No ano de 2017, também se repete a não publicação de editais. Foi ainda nesse ano que tivemos mais uma baixa no grupo dos habilitados (pessoa física): falece o mestre Antônio Fernandes Reinaldo, mais conhecido como Antônio Sobrinho.

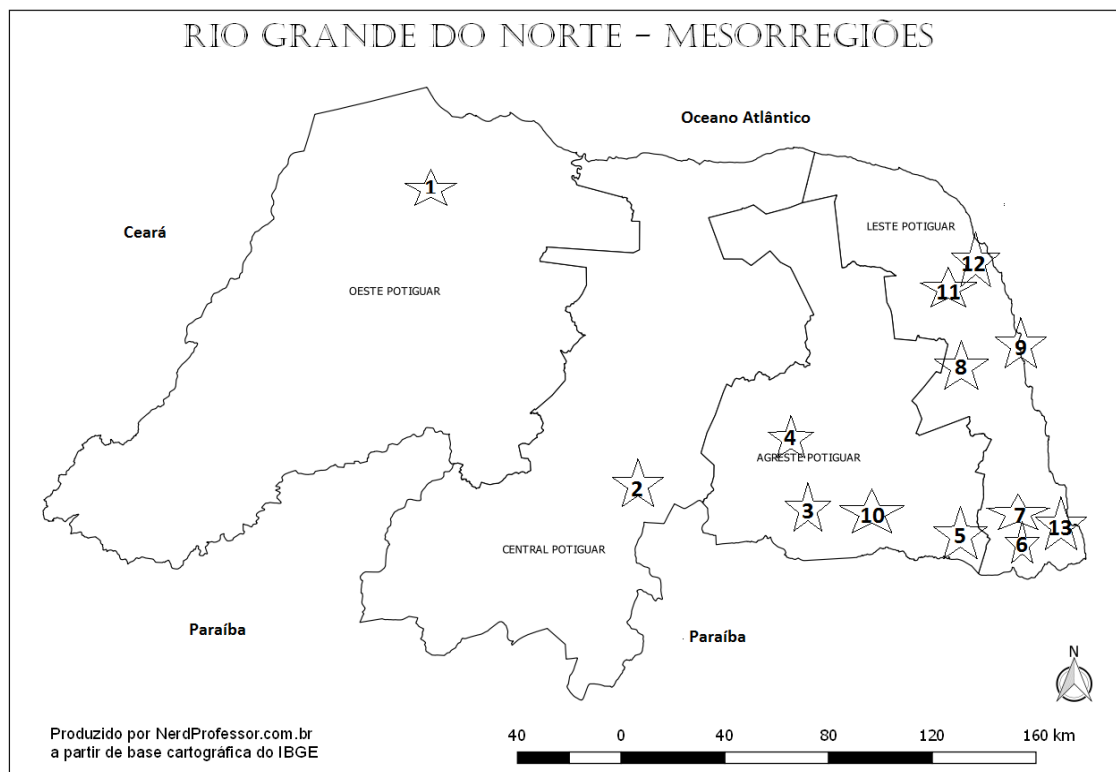
Assim, de acordo com os resultados computados entre o primeiro e o segundo edital do concurso publicado, depois da implementação do programa, tem-se, em 2017, quatro grupos intitulados com o Registro do Patrimônio Vivo do RN, como pessoa jurídica, e cinco pessoas

²⁶ Horário e local das inscrições: 9h às 12h, na CPL (Comissão Permanente de Licitação), na sede da Fundação José Augusto, Rua Jundiá, 641, Tirol, Natal RN.

²⁷ A Comissão de análise do edital do RPV–RN (2012) é formada por Sérgio Cunha, Ivanira Ribeiro e Sônia Santos (representantes da FJA); Severino Vicente e Aucides Sales (Comissão Estadual de Folclore); Ana Maria Cascudo (Conselho Estadual de Cultura); e Maria Gersa Soares e Cláudio Cavalcanti (Conselho Estadual de Educação). Ela possui caráter temporário, devendo ser constituída a cada concurso voltado para a escolha dos inscritos no RPV–RN, extinguindo-se com a apresentação do relatório circunstanciado ao Conselho Estadual de Cultura, com a análise das candidaturas habilitadas.

físicas, beneficiadas com a bolsa vitalícia. Todas as despesas, decorrentes dessa Lei, correrão por conta dos créditos orçamentários da Fundação José Augusto – FJA. Na sequência, delineia-se um mapa do RN (figura 1), com as regiões em que residem os habilitados do RPV desde a sua implementação (inclusive os falecidos), observando-se a numeração do quadro 1, que lhe sucede.

Figura 1 – Mapa físico estadual do Estado do Rio Grande do Norte, com marcação numérica nas regiões dos mestres habilitados pelo RPV–RN



Fonte: IBGE, 2017

Quadro 1 – Resultado da pesquisa documental – habilitados do RPV–RN (2010 a 2017)

Legenda			
Habilitado	Nome	Situação	Observação
1	Luiz Campos – Mossoró	Falecido	
2	Luzia Dantas – Currais Novos	Ativo	
3	João Grigório – Santa Cruz	Ativo	Avaliado
4	Antônio da Ladeira – Santa Cruz	Falecido	
5	João Gomes Sobrinho – Santo Antonio	Ativo	Avaliado
6	Grupo Chegança B.do Cunhaú – Canguaretama	Ativo	Avaliado
7	Boi de Reis de Cuité – Pedro Velho	Ativo	
8	Antônio Vieira – Macaíba	Ativo	Avaliado
9	Antônio Sobrinho – Natal	Falecido	
10	João Viana – S José de Campestre	Ativo	Avaliado
11	Tião Oleiro – Ceará Mirim	Falecido	
12	Grupo Cabocolinho – Ceará Mirim	Ativo	Avaliado
13	Grupo Fandango – Canguaretama	Ativo	

Fonte: Produzido mediante pesquisa documental na FJA–RN (2017).

A princípio pode-se avaliar que esse número de habilitados é incipiente para o Patrimônio Cultural do RN, atualmente com quatro grupos (pessoas jurídicas) e cinco pessoas físicas, comparado com outros estados do Nordeste e com os que estão na lista, esperando a divulgação de mais editais no futuro.

2.1 BIOGRAFIAS SINTÉTICAS DOS HABILITADOS DO RPV–RN, ESCOLHIDOS PARA A PESQUISA: interface com os conceitos de tradição, diversidade performance, memória e patrimônio

O reconhecimento dos mestres ou grupo habilitado pelo RPV–RN não passa pela formação técnica, mas por critérios em conformidade com a Lei que rege o programa, sendo a idade, o repasse do saber-fazer, a história de vida, o reconhecimento público, a notoriedade das práticas e costumes para a tradição cultural que definem as regras do processo, comprovadamente.

Para esta pesquisa, escolhemos quatro mestres (pessoas físicas) e dois grupos (pessoa jurídica) contemplados com a bolsa vitalícia no Registro do Patrimônio Vivo do RN: João Viana (Teatro de João Redondo), Antônio Vieira (Boi de Reis), Xexéu (Cordelista), Grigório Santeiro (Escultor), Grupo Cabocolinhos, de Ceará-Mirim e a Chegança, de Barra do Cunhaú.

O critério de escolha envolveu vários motivos: os mestres João Viana da Silva e Antônio Vieira da Silva foram escolhidos por pertencerem ao universo do teatro de João Redondo e por

serem possuidores do título de Patrimônio Vivo; o mestre cordelista Xexéu justificou sua escolha por sua memória versátil no domínio da literatura de Cordel; o mestre escultor Grigório foi escolhido pela singularidade de sua arte e pela inexistência de registro artístico em sua família, tendo apenas um sobrinho que está dando prosseguimento à sua arte.

A escolha do grupo Cabocolinhos deveu-se à diversidade de seus componentes da tradição e da contemporaneidade e também à participação de mulheres inseridas no grupo, tanto na dança como em outras funções, dando uma visão de continuidade, sem necessariamente existir a produção de oficinas para a formação de multiplicadores, pois o grupo é formado praticamente pelos descendentes de mestre Déo, os quais aprendem a dançar desde pequenos e só deixam de participar por problemas de saúde ou falecimento.

O outro grupo escolhido foi a Chegança, de Barra do Cunhaú; primeiro, por serem representantes de um auto muito antigo e depois pela diversidade de seus integrantes, e também por ser o único que conseguiu construir, com os recursos da bolsa vitalícia, uma sede própria, dando mais autonomia ao grupo.

Assim, seguindo o pensamento de Zumthor (1993 p.142), *de que estudar as oralidades é primordial*, vimos que a tarefa também é desafiadora em buscar a paixão da palavra viva que habita no silêncio do corpo, desvendando-a durante a prática nesse campo, ouvindo os possuidores do título de patrimônio vivo, que incentivam a transmissão dos conhecimentos e das habilidades da cultura tradicional e popular norte-rio-grandense.

Habilitados da Pesquisa:

João Viana da Silva/João Viana (04-1-1930)

Nasceu em Serra de São Bento, distrito do município de São José do Campestre. É casado com Irene Dias da Silva, com quem teve sete filhos, nenhum dos quais se tornou multiplicador de sua arte. Reside na Rua da Paraíba 410-A no Município de São José de Campestre – RN.

A indicação de seu nome para o concurso do edital do RPV–RN, no ano de 2009, deu-se através da Casa de Cultura Palácio Borborema Potiguar, do município de São José de Campestre – RN, no segmento teatro de João Redondo, inscrito como pessoa física.

O mestre João Viana é discípulo de uma linhagem de mestres da tradição do Teatro de João Redondo, como, por exemplo, dos irmãos Relâmpo (Antônio, José e Miguel). Essa forma de teatro está enraizada, de modo profundo, na tradição popular do Nordeste, guardando

elementos vinculados à tradição dos folguedos ibéricos, remanescentes dos espetáculos da Commedia Dell'arte. Possui como forte característica a fabricação artesanal de bonecos e objetos de cena, geralmente feitos em madeira, pelos brincantes/artesãos, e a manipulação desses bonecos/personagens, com o objetivo de encenar histórias tecidas na tradição, nutridas pelo improviso e pela novidade.

Essa brincadeira²⁸ é a responsável pelo entretenimento dos moradores de sítios e lugarejos, escolas, praças públicas e pequenos circos mambembes, na casa do próprio bonequeiro ou em outro lugar, marcado pelo proponente interessado. Acontece geralmente em áreas abertas, por trás de uma pequena cortina ou tolda, com espaço reservado para o brincante movimentar os bonecos. Essa é uma apresentação magistral de vivacidade, de colorido, de alegria, com ritmo e expressão sem sofisticação, ancorada na tradição.

O mestre João Viana relembra, em entrevista, que sempre foi bem acolhido nos sítios e lugarejos. Quando acertava uma apresentação, já sabia que não tinha hora para acabar, dada a satisfação do dono do lugar. Quando entrava noite a dentro, não havia censura; evidentemente, com a devida moralidade imposta no início da brincadeira, depois se aceitavam até obscenidades e pancadaria entre os bonecos (sem repressão), atizando a performance do mestre que ia liberando também sua expressão.

Figura 2 – Mestre João Viana com o Capitão João Redondo



Fonte: Acervo da autora (2014)

²⁸ A atividade de apresentar esse teatro em meio aos artistas que participam, assim como ao público que a ele assiste, é denominada pelo verbo brincar. Regionalmente, esse tipo de representação teatral é conhecido pelo nome de brincadeira ou brinquedo.

Essa forma de teatro cria algo para ser visto e apreciado. A maioria dos mestres do RN preferem os bonecos de luva em sua brincadeira, confeccionados em madeira, como, por exemplo, o mulungu. O mestre João Viana também assume essa preferência. Hoje em dia são confeccionados bonecos empregando técnicas tradicionais e com novas tecnologias, como as que são vistas no teatro de animação.

Outra característica marcante dessa brincadeira está no fato de que o teatro de bonecos dispõe de uma infinita variedade de signos que o intérprete/o mestre brincante incorpora como uma ferramenta potencial de seu trabalho criativo. O mestre João Viana tem uma grande produção de bonecos e de objetos de cena, além de confeccionar as bonecas de pano que servem de damas para os bonecos, na performance do baile, na fazenda do capitão João Redondo, principal passagem da brincadeira desse teatro no RN.

Para Zumthor (2000, p. 35), “performance implica competência, que é o saber-ser. É um saber que implica e comanda uma presença e uma conduta, uma ordem encarnada em um corpo vivo”. Nesse universo brincante, cada representação difere uma da outra, devido às circunstâncias variáveis, o que inclui não só o tempo e o espaço mas também o estado de espírito da plateia e dos brincantes.

O riso, uma decorrência natural no Teatro de João Redondo, parece ser o motor dessa atividade estética, de mundos risíveis, metamorfoseados em desdobramentos poéticos em favor do humor, contrapondo-se a tudo que é fechado, sério. Revela a forma de sentido nas relações sociais; é tudo o que, de repente, é quebrado na nossa expectativa, sempre subversivo, em oposição. As histórias são pensadas buscando esse retorno. Por isso o uso da linguagem torna-se componente vital na fala das personagens desse teatro, permitindo relacionar contrastes que partem da criatividade do mestre brincante.

Para muitos brincantes, o princípio da brincadeira está ligado à sua experiência e ao ato de assistir ou de se apresentar pela primeira vez. Com o mestre João Viana, também não foi diferente. Foi o mestre Zé Bernardino, que encantava crianças e adultos, que o fez tomar gosto pelo ofício de bonequeiro; a partir de 1962, passou a confeccionar seus próprios personagens. Ele é dono de um acervo com mais de 60 bonecos, que representam a cultura popular nordestina, com diversos personagens, como o capitão, o vigário, o vaqueiro, dentre outros. O sentimento de amor e paixão que move o mestre faz toda a diferença no seu processo de “brotar a semente” dos saberes e fazeres da arte do ofício.

O teatro de bonecos é puro fascínio e apresenta sempre dualidades: é uma arte para adultos e crianças; é espetáculo de entretenimento e processo educativo; é sonho e realidade. Recriar o ambiente do “brinquedo” mobiliza a participação coletiva exige múltiplos talentos

expressivos de cada indivíduo. Manter esse espírito atuando no mundo integrado dos espetáculos é um desafio. Talvez se possa dizer que o objetivo seja contaminar a performance com a espontaneidade e a informalidade que regem a festa popular.

O mestre João Viana já participou do encontro sul-americano de culturas populares, como membro da Comissão Folclórica de São José do Campestre. Atualmente, é associado da APOTB – Associação Potiguar de teatro de Bonecos do RN e participante de vários encontros de bonecos e bonequeiros, promovidos por essa instituição. No momento presente, tem 87 anos e é reconhecido como Patrimônio Cultural do Brasil.

Antônio Vieira da Silva – Antônio de Rosa (16-06-1941)

Nasceu no Município de São Gonçalo do Amarante. É casado com Rosenilda Bezerra da Silva. Tem 12 filhos do primeiro casamento e 2 filhos do segundo casamento. O seu filho mais velho, Luís Antônio, faz parte do Boi de Reis Surubim, como componente. Os dois filhos mais novos já foram integrantes do grupo que ele coordena há trinta anos, mas desistiram ao longo do tempo. O mestre reside na comunidade Lagoa do Tapará – São Gonçalo do Amarante-RN.

Sua indicação para o edital do concurso ao RPV-RN, em 2009, deu-se através da Fundação Cultural Dona Militana, do município de São Gonçalo do Amarante – RN. Inscreveu-se no segmento Boi de Reis, como pessoa física.

Figura 3 – Mestre Antônio Vieira (Antônio de Rosa), em sua residência no decurso da pesquisa de campo



Fonte: Acervo da autora (2015)

Representante da categoria Boi de Reis, ele é uma das grandes marcas da tradição da cultura popular no RPV–RN. A manifestação desse folguedo pode ser encontrada de Norte a Sul do Brasil, com apresentações em épocas distintas do ano, com variações de nomes e narrativas. Definido como um folguedo popular, o Bumba-meu-boi extrapola o aspecto lúdico da brincadeira, para fazer sentido como uma grande celebração, que gravita em torno do boi, com o seu ciclo vital e do universo místico-religioso.

A ligação do homem com o boi, no Brasil, está intimamente relacionada ao universo da cultura popular, particularmente nas manifestações folclóricas do Nordeste colonial açucareiro. A sua procedência étnica está no entrelaçamento das culturas europeia, africana e ameríndio-brasileira, como também na complexa composição de cada uma dessas culturas.

A versão potiguar do Bumba-meu-boi nordestino é o Boi Calemba, expressão registrada por diversos folcloristas, a exemplo de Câmara Cascudo e Mário de Andrade, dentre outros. No Rio Grande do Norte, o Boi de Reis tem uma denominação diferente: Boi de Reis, Boi de Janeiro, Boi Pintadinho e Boi Calemba, com mudanças peculiares no seu enredo, nas danças e nas músicas. Depoimentos de outros mestres, como o do saudoso Severino Guedes, responsável pelo Bambelô Asa Branca, e também o Manual do Boi Calemba (GURGEL, 1985) revelam que o Boi Calemba, por volta da década de vinte e trinta, era o boi que se apresentava no carnaval.

Existe, na memória popular e na dos mestres mais antigos desse e de outros grupos, uma classificação para os integrantes desse auto: “enfeitados” e “mascarados”. O Boi geralmente se apresenta com 17 figurantes, incluídos nesse total, os músicos do conjunto. Mas o Boi de Reis Surubim apresenta-se com 10 componentes e 2 músicos. Divididos no primeiro grupo pelo mestre da brincadeira, os galantes com espadas (quatro ou seis) e as damas (dois garotos travestidos de mulher), responsáveis pelo lado sério do espetáculo, cantando louvações e benditos. Entre uma canção e outra, dançam animados baiões ao som da rabeca, quando o mestre (nesse momento) assume outra função no grupo, a de músico. Esse primeiro grupo contracenava com o segundo grupo, os “mascarados”, responsáveis pela parte cômica do espetáculo.

As roupas dos galantes impressionam pelo efeito visual, decoradas com fitas coloridas e riqueza de espelhos. Já os “mascarados”, são representados por três personagens, Mateus, Birico e Catirina, nomes variáveis, a depender da região. No Boi Surubim, só são dois “mascarados”, o Birico e o Mateus, pois os componentes que agora estão no grupo, não sabem brincar com a Catirina. Eles se apresentam vestindo roupas surradas, rosto pintado de carvão, cantando loas, representando pantomimas para parodiar os concentrados “galantes”, evocando sua condição de vaqueiro escravo, da saga da pecuária nordestina, como diria Gurgel (1999, p.102).

Na maioria das apresentações, diante do pouco tempo de que dispõem para que o auto aconteça, em torno de 60 minutos, eles entoam os cantos iniciais de louvação, encerrando com o canto de despedida, cantado por todos, sem apresentar a morte do boi. Entre os bichos e os fantasmas que fazem parte das figuras do auto do Boi de Reis Surubim está o Boi, o Bode, a Burrinha, o Gigante e o Jaraguá. Mas vale ressaltar o fato de que todos os personagens e figuras vêm sofrendo modificações em várias partes do Brasil, substituições e acréscimos. Tudo isso acontece de acordo com as posses dos mestres dos grupos. A orquestra é composta, geralmente, de rabeca, pandeiro e, às vezes, outro instrumento de corda ou mesmo a sanfona.

Apesar de ter o boi como elemento central, esse segmento reúne diversas outras manifestações culturais, articulando várias formas de expressão e saberes – como as músicas, as danças, as performances dramáticas, os personagens e o artesanato.

O mestre Antônio de Rosa também é brincante do teatro de João Redondo, associado da APOTB – Associação Potiguar de teatro de Bonecos do RN, atuando nesse segmento em vários encontros de bonecos e bonequeiros, promovidos por essa instituição. Atualmente é detentor do título de Patrimônio Cultural do Brasil.

João Gomes Sobrinho–Xexéu (13-12-1938)

Nasceu no Sítio Lages, Município de Santo Antônio do Salto da Onça. O poeta, que agora está viúvo e tem 79 anos, continua morando em Santo Antônio e trabalhando na lavoura. Na entrevista, revela sua nova condição: “Arranjei outra companheira. Vivo com ela e com 12 filhos. Os outros sete já casaram”. Entre tantos filhos, nenhum decidiu-se a seguir sua arte.

Mestre Xexéu foi indicado para o concurso do edital do RPV – RN, em 2009, através da Prefeitura Municipal de Santo Antônio–RN, para o segmento Literatura de Cordel. Reside no Sítio Arisco 90, Zona Rural de Santo Antônio do Salto da Onça–RN. O nome de batismo, João Gomes Sobrinho, serve-lhe apenas em documento oficiais. Seu codinome Xexéu é sua “verdadeira” identidade em todos os lugares por onde se apresenta.

Figura 4 – Momento em que o mestre Xexéu recebeu o certificado de Patrimônio Vivo do RN



Fonte: Acervo da FJA (2010)

Como tantos outros, não teve acesso à escola. Sua experiência inicia-se no autodidatismo, conforme diz: “Lá não tinha escola – refere-se ao lugar de nascimento – e eu tinha muita inveja de quem sabia ler e escrever. Então comprei uma cartilha de ABC, botei dentro do chapéu e saí procurando alguém para me ensinar. Quando encontrava quem sabia ler pedia uma explicação”. Aos nove anos de idade, já fazia versos de improviso.

Na condição de autodidata, escreveu poesia dentro de uma técnica perfeita, com poética, rima e métrica. Além disso, demonstra uma capacidade inventiva e uma curiosidade bem típicas de quem atua, movido por um sentimento de integralidade e domínio pelo que faz. É como se ele estivesse sempre em processo de explorar e desvendar seu objeto, aprimorar sua prática e “parir” novos temas.

O poeta popular é considerado um representante do povo, o repórter dos acontecimentos da vida no Nordeste brasileiro. A Literatura de Cordel pode narrar desde histórias de amor aos feitos do cangaceiro Lampião ou a importantes acontecimentos de interesse público, com repetições, rimas, ênfases e o prolongamento de algumas palavras especialmente relevantes para o contexto de enunciação, pois tem suas marcas registradas na escrita e reveladas por formas que abrangem tanto a forma do cordel escrito quanto suas apresentações orais.

A Literatura de Cordel é assim chamada pela forma como são vendidos os folhetos, dependurados em barbantes (cordão), nas feiras, mercados, praças e bancas de jornal, principalmente nas cidades do interior e nos subúrbios das grandes cidades. A tradição dessas publicações populares, geralmente em versos, não existe apenas no Brasil. Essa manifestação popular chegou ao Brasil no balaio dos colonizadores portugueses, instalando-se primeiramente na Bahia, mais precisamente em Salvador – então capital brasileira, e depois se irradiou para os demais estados do Nordeste. Por volta de 1750, apareceram os primeiros poetas da literatura de cordel oral.

A historicidade do cordel, demonstrada de forma oral, inicialmente, expressa a situação socioeconômica e abrange inúmeros aspectos do Nordeste do Brasil. Esse segmento revela a linguagem como expressão cultural, empregada como ponto de articulação dos processos ideológicos e dos fenômenos linguísticos. É um meio de interligação e comunicação da sociedade, quer em suas feiras, quer nos grupos e nas famílias quando se reúnem em festas. Na poesia rimada, os cantadores registram os acontecimentos ou revisam os diferentes personagens.

Os folhetos da literatura de cordel não são escritos para a leitura silenciosa, ou em voz baixa; podem ser apresentados em prosa, verso ou peça teatral, pela via da tradição oral, passada de geração a geração, realimentando a tradição. O que nos leva a pensar na abordagem da

performance em Zumthor (2000, p. 41), que a relaciona à prática da linguagem poética, ligando-a ao corpo, tal como expressa:

O poético (diferente de outros discursos) tem de profundo, fundamental necessidade, para ser percebido em sua qualidade e para gerar seus efeitos, da presença ativa de um corpo: de um sujeito em sua plenitude psicofisiológica particular, sua maneira própria de existir no espaço e no tempo e que ouve, vê, respira, abre-se aos perfumes, ao tato das coisas. Que um texto seja reconhecido por poético (literário) ou não depende do sentimento que nosso corpo tem. Necessidade para produzir seus efeitos; isto é, para nos dar prazer.

Essa reflexão que o autor faz sobre o processo da performance remete-nos ao fato de a Literatura de cordel fazer uso da *linguagem poética* e de ser o *corpo* o veículo que *dá forma* ao que se quer comunicar. A oralidade no cordel exige uma dramatização porque a sua estrutura é organizada para que o leitor seja o intérprete, em todos os sentidos, das palavras.

Zumthor (1993) reconhece a importância da intervocalidade, como ela desdobra e se amplia, instaurando um dialogismo duplo: a relação que se estabelece no interior do texto e com os outros textos. Nesse sentido, a voz é um espelho mágico, por ser simultaneamente memória e Lei, como na tradição cristã, para quem o Cristo é verbo: valoriza a palavra.

Segundo Burke (1957, p. 103), as narrativas são consideradas como um “equipamento (ou preparação) para viver”. Elas não são simplesmente um meio de comunicação, vez que comunicando elas os marcam. Em outras palavras, as narrativas estabelecem um paradigma de como entender o presente e desempenha um papel semelhante ao rito. Assim é construída a rede que acomoda o dom de narrar e é dessa forma que a narrativa se vem desfazendo hoje em todos os lados, depois de ter sido atada, há milênios, aos ofícios mais antigos. Na visão de Benjamim (1985, p. 68), “quanto mais natural a atividade com que a narração é seguida, tanto mais profundamente cala aquilo que é transmitido”.

Durante a entrevista, o mestre diz que leu vários poetas, como Castro Alves, Cassimiro de Abreu e Machado de Assis. Desde sua adolescência, ouvia grandes cantadores, que o influenciaram através da poesia cantada ao som da viola. E, assim, começou a escrever e a recitar versos, tendo dividido saraus com Patativa do Assaré, Antonio Dias, Chico Traíra, dentre outros poetas consagrados.

Esse patrimônio materializa-se numa grande variedade de manifestações poéticas e maior fruição pela leitura em voz alta. Como aponta Zumthor (1993), em seus estudos sobre a oralidade e a cultura popular, a movência do texto oral é criação contínua. Mestre Xexéu tem na natureza sua maior musa, a exemplo, do poema intitulado “Vozes da Natureza”, inspirado

em suas memórias (o sítio em que viveu a infância, a mangueira rosa que inspirou os seus primeiros versos, a tamarineira que uma vizinha sua derrubou e os passarinhos que ele observava no interior).

Por sua importância singular, a vida e obra desse mestre vêm sendo frequentemente estudadas nas universidades. Já se apresentou em diversas partes do Brasil, como em São Bernardo do Campo, Curitiba, e Brasília. Suas narrativas, de início demonstradas oralmente, já se transformaram em milhares de folhetins impressos e utilizados nas escolas do município em que reside. O documentário intitulado “XEXÉU, um poeta potiguar”, narrando sua história, foi premiado na I Mostra Nordestina de Curta-metragem, no Festival de Cinema de Natal (2005).

Dentre seus trabalhos de maior repercussão, destacam-se: Retirante da Seca, Caboclo Sonhador, Flor da Mangueira Rosa, Voz da Tamarineira e Beija-flor mensageiro. Nas suas longas narrativas, trata de temas como direitos humanos, aquecimento global, biodiversidade e ecologia, além de retratar os problemas cotidianos, através da interação social, para informar à plateia, e também para diverti-la, numa encruzilhada de vozes em que se misturam memória e tradição, como diria Câmara Cascudo: “A memória é a Imaginação do povo, mantida e comunicável pela tradição, movimentando as culturas convergidas para o uso, através do tempo.” Assim, Xexéu mostra a sua própria cultura em emergência, com força, espírito, riso e drama.

João Grigório da Rocha–Grigório (18–06–1945):

Conhecido como Grigório Santeiro (Figura 5, abaixo), nasceu em Santa Cruz do Inharé–RN, em 1945. Estabeleceu-se em Natal com muita dificuldade, exercendo a função de carpinteiro, na década de 1960. A partir daí, começou seu trabalho como escultor. Viúvo, hoje com 72 anos, mestre Grigório, que foi indicado para o edital do concurso do RPV–RN, em 2009, através do Conselho Estadual de Cultura, reside na Rua Nossa Senhora dos Navegantes 129, Cônego Monte, Santa Cruz–RN, em uma casa que foi herança de seus pais. Tem dois filhos. De sua família, não tem multiplicadores de sua arte, à exceção de um sobrinho (Manoel Jean), que era parceiro no seu ateliê e, por ser muito talentoso, se tornou seu seguidor.

Figura 5 – Mestre João Grigório em sua oficina (Santa Cruz–RN)



Fonte: acervo da autora (2016)

Mestre Grigório não alcançou o aprendizado da leitura. Isso porque, desde criança, sempre viu o trabalho como prioridade absoluta. Com o alistamento militar (7º Batalhão de Engenharia e Combate de Natal), aprendeu a assinar o nome, o que ocorreu, segundo lembra, no fim do governo de Aluísio Alves. Casou-se aos 27 anos. Depois ficou viúvo, com um casal de filhos. Hoje tem 3 netos. Quando questionado sobre esculpir ex-votos, para pagamento de promessas, diz que, se receber uma encomenda, ele faz. Mas não gosta muito, pois empalha muito seu tempo e estraga a madeira, que daria para fazer, na maioria das vezes, uma peça mais elaborada.

Bem próximo do pensamento de Dewey (2010), quando afirma que na experiência do fazer (produção artística) e do perceber (apreciação) se estabelece a diferenciação entre o belo ou estético na arte e o que não é. Se o objeto produzido é utilitário, como potes, tapetes, roupas etc., é irrelevante. A separação entre útil e belo se deu a partir do desenvolvimento da industrialização.

Mas, voltemos à simplicidade de mestre Grigório, que é muito católico, gosta de rezar na solidão do mato e tem por devoção São Francisco, Santa Rita de Cassia e Nossa Senhora do Desterro. Exerce a profissão de artesão desde 1970, mas somente no ano de 1973 tornou-se profissional. Orgulha-se de nunca haver precisado fazer rabiscos, nem medições, para esculpir suas peças. Tudo vai saindo de sua memória de infância, retratando desde a ordenha das vacas

ao carro-pipa, o cotidiano na roça; tudo rememorado e expresso em suas esculturas em madeira. Assim é que vislumbra novas possibilidades de exploração dos modos de fazer sua arte. A inspiração do mestre sempre vem através de sonhos; mas o prazer estético rege a criação.

O mestre tem predileção por temas locais; mas também gosta de fazer esculturas de Padre João Maria, os Três Reis Magos e o Presépio. Hoje suas obras estão nas mãos de grandes colecionadores e apreciadores de arte de Natal, como, por exemplo, Antônio Marques. No seu pequeno ateliê, apenas a imagem de Santa Rita de Cassia, padroeira da cidade de Santa Cruz–RN, lugar em que vive há muitos anos. Assim, vai acumulando o seu processo de criação, fonte de sua capacidade de percepção do mundo e de sua experiência cotidiana, reatualizando sua prática pelo fazer repetido, inovando e reinventando novas peças, unindo arte e técnica ao mesmo tempo.

De seu ponto de vista, ele produz não somente o objeto mas lhe acrescenta as técnicas que permitem a produção, num processo permanente de superação de dificuldades, aliando à naturalização de seu saber-fazer uma atenção constante para que a peça não perca sua marca, para o sucesso das etapas seguintes: comercialização e circulação.

Grupo “Cabocolinhos”, de Ceará-Mirim

O Grupo Folclórico Cabocolinhos, de Ceará-Mirim tem mais de 80 anos. Foi indicado para o edital do concurso do RPV–RN, em 2009, pela Ordem Franciscana Secular de Ceará-Mirim (RN).

Cabocolinhos é uma dança inspirada nos usos e costumes indígenas, em que, ao som do arco e da flecha, com acompanhamentos de sopro, como a flauta, a gaita e os instrumentos de percussão, como os tambores, os integrantes do grupo executam vários movimentos coreográficos, com uma série de saltos e troca-pés, divididos em duas filas.

A data de origem do grupo não é precisa. Segundo Severino Roberto, seu presidente atual, quando seu pai chegou ao município, por volta dos anos de 1920, já existia o grupo. Em 1929, o mestre do grupo era Joaquim Inácio; em 1930, Chico Emídio. Por vários anos, teve à frente o mestre Déo, que só deixou o grupo por falecimento ocorrido, em 1995, aos 72 anos. Segundo Gurgel (2001), após a morte de “seu” Déo, os Cabocolinhos dissolveram-se, reorganizando-se, posteriormente, sob um novo comando. Foram três anos de luto, sem se apresentar. Apenas em 1999, após reunião dos integrantes, é que ficou decidido que o grupo retomaria as suas apresentações.

Em *Danças Dramáticas do Brasil* (1959), Mário de Andrade classifica os caboclinhos como uma dança dramática. E explica: “Dança dramática é aquela onde a dança sobrepuja muito sobre os elementos artísticos do brinqueado e exige virtuosamente não somente dos personagens solistas como do corpo de figurantes. A parte dramática é expressa quase que exclusivamente pela coreografia”. O aprender a dançar no grupo Cabocolinhos, de Ceará-Mirim acontece, geralmente, em casa, com os pais, de geração a geração. Para alguns componentes, dançar no grupo é continuar a fazer a “brincadeira” de grande valor para seus antepassados; é uma questão de orgulho.

As pessoas estão ligadas por um passado comum, por costumes, crenças e saberes comuns, coletivamente partilhados. A cultura, a tradição e a memória são elementos que fazem com que as pessoas se identifiquem, umas com as outras, ou seja, reconheçam que têm e partilham vários traços em comum.

O que nos leva a pensar nas reflexões de Zumthor (1997, p. 14) sobre tradição, que “tem a função de transmitir a cultura que está guardada na memória. Ela passa para o futuro através da memória, que é seletiva. Esta é dinâmica”. O passado para ele se renova no momento em que a tradição traz elementos destes para o presente, modificando-o de acordo com o contexto atual. A memória do grupo, prosseguindo nas reflexões de Zumthor (1997, p. 15), “é que cria a história, ata o liame social e, assim, dá continuidade aos comportamentos que constituem uma cultura”.

O grupo costuma cultuar sua memória e tradição nas apresentações culturais pelo Estado (Figura 6 e 7); principalmente no carnaval. Compõe-se de mais de quarenta brincantes, de várias faixas de idade: entre 50 e 60 anos, cinco componentes; o restante do grupo é de jovens entre 3 a 30 anos. Nas apresentações, a evocação indígena é permanentemente festejada em cortejos, sem hora marcada para acabar.

Figura 6 e 7 – Apresentação do Grupo em João Pessoa – PB e no Município de Pedro Avelino – RN em janeiro de 2018



Fonte: Acervo do grupo Cabocolinhos (2018)

O aprender a dançar no grupo acontece, geralmente, em família, com os pais fazendo a introdução das crianças, como aconteceu com os mais antigos; e só param de dançar por problemas de saúde ou quando desejam mesmo, possibilitando a entrada de componentes fora da esfera familiar, que se vão integrando aos processos mais dinâmicos da contemporaneidade, ressignificando-se, ganhando novos fatores de identificação.

Observar, exercitar e apresentar são etapas que compõem o processo de aprendizagem, que, muitas vezes, se colocam como adversidades, relatadas na informalidade da entrevista com alguns membros do grupo, tanto pela falta de tempo, pois a maioria trabalha, ficando apenas com o domingo de folga, quanto pela falta de um lugar adequado para fazer os ensaios.

Na entrevista utilizando a técnica de grupo focal, percebeu-se, nas falas da maioria dos componentes, que continuar a fazer parte do grupo Cabocolinhos é valorizar sua tradição, é manter-se encantado, mesmo conhecendo pouco sobre sua história, por não haver nada registrado dos seus antepassados. Inicialmente se encontravam com o objetivo de se divertir no carnaval. Mas com o decorrer dos anos, a diversão passou a fazer parte do ano todo.

Segundo Câmara Cascudo (1972), Cabocolinhos é uma dança inspirada nos usos e costumes dos índios, que, ao som do arco e da flecha, com acompanhamento de instrumento de sopro, como a flauta, que imita o som do pássaro Cabocolinhos, os integrantes do grupo executam vários movimentos coreográficos, com saltos específicos e próprios, trocando pés, divididos em duas filas, imitando ataque e defesa, com loas e gesticulação abundante.

A movimentação, segundo Cascudo, depende da melodia, que varia de lenta a rápida. Os espaços de apresentações são os mais variados. Antigamente era muito tradicional apresentarem-se na Festa da Padroeira e no Carnaval do município; hoje suas apresentações também ocorrem em outros espaços, festas ou feiras alusivas à cultura, comprovados pelo currículo do grupo.

O saudoso folclorista Deífilo Gurgel (1999) revela, em suas pesquisas, que os Cabocolinhos do RN distinguem-se de outros índios de fantasia, por não restringirem suas apresentações apenas aos dias do carnaval, não se vestirem de penas, e por serem mais alegres e vibrantes que os das tribos meramente carnavalescas. Além disso, não usam o arco e a flecha apenas como instrumento de guerra, mas, sobretudo, como instrumento musical, que lhes dá o ritmo para suas danças, realizadas ao som de gaita ou pife, que chamam flauta. O folguedo é formado por dois cordões, nos quais se movimentam suas figuras centrais. Os principais bailados são: primeira forma, capão, baiano, parte de guerra, lançadeira e despedida.

O estandarte antigo apresenta o desenho de dois pássaros (cabocolinhos), um de frente para o outro, bordado em lantejoulas. O modelo atual reproduz a cabeça de um índio. Os elementos utilizados na apresentação do grupo são só a flecha e o arco. A flecha é feita de madeira da mata e linha, enfeitada com papel de seda azul, amarelo, verde, vermelho e branco. O arco é feito de cipó raspado, enfeitado com papel de seda branco, sempre usado atravessado em cruz no corpo. A indumentária mistura elementos das cores do pássaro cabocolinho (branco, amarelo, azul e verde). O branco para as calças, lenços e sapatos. O tecido usado é o cetim. São três jogos de camisas, uma amarela, uma azul e uma verde. A vestimenta fica completa com o uso de uma espécie de tanga azul sobre a calça branca. O calçado é o tênis, e na cabeça o uso de um cocar de papelão, coberto com penas e enfeites. Antes, a indumentária era composta por uma calçola (calça no meio da perna), feita com tecido de flanela, penas no tornozelo e nos punhos.

Os instrumentos musicais especialmente utilizados nas apresentações são a gaita, que é feita de metal e afinada com cera; o apito, que é de plástico; e o tambor, como instrumento de percussão, feito de metal.

O folguedo dos Cabocolinhos, chamado assim pelos integrantes do grupo e representado em seu estandarte, tem o pássaro com esse nome como símbolo, ou ainda, Caboclinhos dito por outros, que se apresenta como uma espécie de imitação de ataque e de defesa, numa alusão às tribos indígenas. No decorrer da apresentação, diversos personagens entram em cena, desempenhando as mais diferentes funções, com a intenção de mostrar um belo espetáculo.

O mestre é considerado por todos como o personagem mais importante: conhece o folguedo em toda a sua dimensão, tanto a musical, coreográfica, cênica, quanto a poética e ritual. Depois tem o matroá, cuja função é comandar o desfile, saindo na frente, com uma distância de 20 a 40 metros; a porta-bandeira, que tem o papel de dançar mostrando a bandeira do grupo; os fiscais (4), com a função de proibir a entrada de pessoas estranhas nos cordões; os batedores (4), para tocar os bombos; o gaiteiro (1), responsável por fazer os toques; os marujos, sendo vários dançarinos componente dos cordões; os guias (2), cuja função é puxar a dança de seu cordão e dizer as loas; o peró-mingu (1), que fica localizado no final da fila, com a função de terminar a parte de guerra dizendo uma loa; e o presidente, que tem a função de procurar recursos para o grupo e dançar no meio dos cordões, servindo de contramestre, ajudando o mestre a fazer um belo espetáculo.

Essas funções vão sendo conquistadas, gradativamente, ao longo do tempo, obedecendo a certa hierarquia. Na iniciação do grupo, brinca-se no final do cordão e, aos poucos, se vai conquistando outras posições. Existe também uma diretoria, que é formada pelo presidente, vice-presidente, 1º e 2º secretários, tesoureiro e coordenador. Atualmente, o seu presidente é Severino Roberto da Silva. O grupo é formado, juridicamente, mesmo antes da inscrição para o concurso do edital do RPV–RN.

Segundo os "brincantes", em entrevista, mestre é aquele que organiza as danças com o apito, e guia é o responsável por puxar a dança de seu cordão e dizer as loas. Dentro do grupo, existe uma hierarquia que divide os membros em funções específicas, as quais vão sendo conquistadas, a partir de um estágio menor, passando pelo “peró-mingu” até o “mestre”. A escolha dos membros da diretoria é feito em assembleia (a última marcada para janeiro de 2018).

Eric Hobsbawn (2007) distingue duas formas de tradição: a tradição autêntica, em que os valores tradicionais são constituídos ao longo do tempo, possuindo um caráter de antiguidade, e a tradição inventada, que estabelece, através de procedimentos artificiais, suas origens históricas, temporais e simbólicas, destacando-se outro fator constituinte fundamental, a memória. Entendida como processo ativo, social, construído tanto de modo individual quanto coletivamente, a memória é responsável pela organização do passado em relação ao presente, de modo que a reprodução contínua de memórias, de emoções ou de acontecimentos passados, confere continuidade à experiência. Assim é o Cabocolinhos de Ceará-Mirim.

Grupo “Chegança” de Barra do Cunhaú

Sua origem se deu no Bairro das Rocas, em Natal, no início do século passado. O grupo Chegança, de Barra de Cunhaú foi indicado para o edital do concurso do RPV–RN, em 2009, através da Comissão norte-rio-grandense do Folclore.

A Chegança é um núcleo dramático composto pelo mouros. Nesse núcleo, é travado um combate naval, que representa a luta entre cristãos (vestidos de azul) e mouros (vestidos de vermelho), uma alusão às lutas pela Restauração da Península Ibérica. Segundo a romanceira potiguar, Dona Militana, essa manifestação espontânea repassada entre gerações, até os nossos dias, traduz-se como um auto natalino, constituindo-se em formas alternativas de relação com diferentes conhecimentos, a memória e a cultura de tradição.

Nesse sentido, a memória constitui-se em uma forma de preservação e de retenção do tempo, salvando-o do esquecimento e da perda. Nesse caso, as testemunhas da oralidade do grupo não estão mais lá, em sua maioria. Concentram-se agora na memória do seu presidente, Valdemir Marques dos Santos (Figura 8), que lidera o grupo há mais de trinta anos. Isso leva às reflexões de Halbwachs (1990, p.12) para quem o indivíduo que lembra é sempre um indivíduo inserido e habitado por grupos de referência; a memória é sempre construída em grupo, mas é também, sempre, um trabalho do sujeito.

Figura 8 – Foto do Mestre Valdemir Marques dos Santos, ao lado de Erinaldo, parceiro no refrão das Loas



Fonte: Acervo de Zé Nunes (2016)

Essa é a realidade vivenciada pelo senhor Valdemir que se sente desencantado e desestimulado em repassar as loas tradicionais ao grupo (nem mesmo as pequenas partes, para dar resposta à sua parte nas apresentações), em virtude do visível desinteresse dos componentes mais jovens, sucessores dessa tradição. Ademais, ele também não faz o registro das loas por meio digital, nem por escrito, tendo em vista ser apenas alfabetizado. O que novamente nos leva a Halbwachs (1990, p. 23): “Um homem que se lembra sozinho daquilo que os outros não se lembram, assemelha-se a alguém que vê o que os outros não vêem”.

Seu Valdemir resiste para não fazer tal registro e não pensa que as memórias possam escapar de seu “arquivo” individual, ignorando o tempo que se esvai, sem tomar uma medida enérgica para salvaguardar a permanência do grupo, para as gerações futuras. A memória coletiva, segundo Halbwachs (1990, p. 53), “envolve as memórias individuais, mas não se confunde com elas. Ela evolui segundo suas leis, e se algumas lembranças individuais penetram algumas vezes nelas, mudam de figura, assim que sejam recolocadas num conjunto, que não é mais uma consciência pessoal”.

No momento presente, a tradição do grupo subsiste muito viva. Em entrevista com os mais jovens componentes, e, em outro momento, apenas com as mulheres, percebe-se que há um orgulho, por parte de todos em manter essa tradição, mesmo respondendo apenas os refrãos das loas²⁹ nas apresentações, repetindo os gestos e as danças, como os antepassados do grupo, ora lentos, ora mais arrastados, animando as duas filas.

O grupo é formalizado juridicamente; e isso se deve à exigência da inscrição do edital para o concurso do Registro do Patrimônio Vivo no RN. O número de componentes que configuram essa representação é de aproximadamente 40 pessoas, chamadas de tripulação, que se revezam nos papéis de oficiais, marinheiros e marujos. Atualmente, o grupo tem mais componentes mulheres (Figura 9 e 10), fato recente, diante da saída dos homens, por vários motivos. Assim, as mulheres foram aceitas para preencher essas vagas, mas não em posições de destaque, com alguma patente superior; sempre como marujos, enfermeiras, dentre outras. E isso, mesmo tendo como espelho o quadro da corporação nas Forças Armadas do Brasil, com a presença de mulheres com altas patentes.

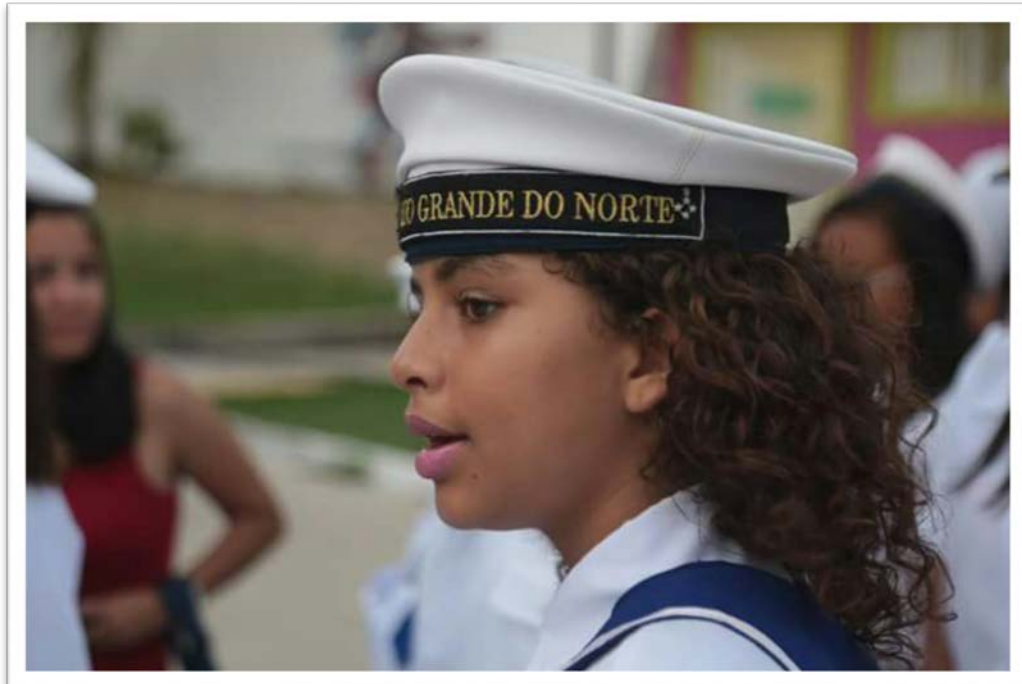
²⁹ Cantigas entoadas por grupos populares. Segundo dicionário Houaiss, o mesmo que louvar.

Figura 9 – Apresentação na noite da confraternização do grupo Chegança em sua sede própria, em 20/12/2017



Fonte: acervo da autora (2017)

Figura 10 – Componente da ala feminina do grupo Chegança, de Barra de Cunhaú, em apresentação na Cidade da Criança (FJA–RN) na programação do dia das Crianças



Fonte: Acervo de Zé Nunes (2017)

Os integrantes do grupo Chegança, ao fazer a montagem da barca para se apresentar em momentos de festa, geralmente, nas comemorações do nascimento de Jesus, vestem fardas da Marinha Mercante brasileira (Figura 11). É um auto dramatizado. O enredo é ordenado em sequência de cantigas náuticas de diversas épocas e origens. Elas retratam duelos de espada, obrigando os fiéis a se renderem e a invocarem o nome da Virgem Maria. Os figurantes recebem patentes e postos, entre os quais se destaca o Ração ou Despenseiro, dois Gajeiros, o Embaixador e o Rei Mouro. Assim iniciam o espetáculo, entoando várias marchas, com duração de mais de três horas de espetáculo.

Figura 11 – Apresentação do grupo Chegança na Cidade da Criança, em agosto de 2017



Fonte: Acervo da FJA (2017)

Assim os vários personagens se formam: mar-e-guerra, imediato, médico, capitão, piloto, mestre e contramestre (onze por ala), com o calafate numa fila e o gajeiro na outra. Há também o “Ração” e o da “Vassoura”, que constituem um núcleo cômico. O acompanhamento do grupo é feito por uma orquestra de instrumentos variados, como a rabeca, o violão, o cavaquinho, o banjo, a zabumba e o tarol, girando de acordo com a disponibilidade de instrumentos e de tocadores do grupo. O folclorista Deífilo Gurgel (1999, p. 103), assim define a apresentação:

Esse auto da Chegança, não obstante sua semelhança com o Fandango do município de Canguaretama – RN, pela indumentária dos participantes, deste se distingue, pelo seu núcleo dramático, um combate naval travado entre cristãos e mouros, inspirado nas lutas pela Restauração da Península Ibérica, no qual intervêm figurantes caracterizados de mouros. O número de marujos é maior que no Fandango e as jornadas, num total de vinte e quatro, demandam um longo período de seis horas, para serem todas cantadas. O elemento cômico do espetáculo está representado nas pessoas do Ração (cozinheiro) e do Vassoura (faxineiro). O acompanhamento musical restringe-se a instrumentos de percussão, tambor e caixa, enquanto no Fandango predominam os instrumentos de corda, violão, rabeca e banjo.

Assim como o europeu marcou a cultura africana, o africano, por sua vez, também ficou no imaginário português, como afirma Cascudo: Quando o português chegou ao Brasil, o mouro já havia sido expulso do Algarve duzentos e cinquenta anos antes. Nos finais do século XV na Espanha o reino de Granada era castelhano, justamente em janeiro do ano em que Cristóvão Colombo largaria de Palos para a expedição deslumbrante. “O mouro viajou para o Brasil na memória do colonizador. E ficou. Até hoje sentimos a sua presença na cultura popular brasileira” (CASCUDO, 1984, p. 15).

No território brasileiro, a chegança recebeu diferentes denominações: marujada, nau catarineta, barca, barquinha, fandango, fragata. O fato que mais surpreende nessa manifestação é o fato da mesma ter sido levada das regiões dejangadas (Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco) e Recôncavo baiano, para o interior de Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo e Rio Grande do Sul. Isto evidencia como foi forte a influência cultural transmitida pelas migrações do nosso povo do nordeste para o centro oeste, sudeste e sul do Brasil.

Atualmente, com 90% da sede própria construída, com espaços específicos para atender às necessidades do grupo, como, por exemplo, local para a guarda de suas indumentárias, o grupo tem mais autonomia, comparando-se aos demais habilitados, que carecem de um lugar para fazer até mesmo seus ensaios.

O pesquisador Mário de Andrade, em visita à sede do grupo, no ano de 1928, ainda no bairro das Rocas, em Natal–RN, afirmou que a Chegança nada tem, a rigor, de caráter nacional. O auto apresenta formas portuguesas e incorpora características particulares que o diferenciam de outros autos marítimos. É uma versão brasileira, em especial nordestina, originada das mouriscadas da Europa. Em rápidos intervalos de uma jornada para outra, os integrantes declamam e encenam uma luta entre as partes, com uma fila representando os cristãos, e a outra, os mouros infiéis.

Esse folguedo popular apresenta-se hoje preservando aspectos tradicionais de sua musicalidade e expressão corporal, com a tradição circulando com a contemporaneidade, seja

na introdução de novas loas e coreografias, seja com a adaptação dos jovens, que têm outros atrativos no mundo do entretenimento, revigorando o grupo, reinventando a tradição.

Apesar de biografias distintas, marcadas por uma diversidade de saberes e processos bastante característicos, percebe-se, nas histórias dos mestres e dos grupos escolhidos para a pesquisa, que há, para além dos saberes, sentimentos fortes de engajamento e envolvimento com o ofício. As experiências dos habilitados mostram que o combustível vital para a sua motivação interior não se encontra em fatores externos, mas em preferências pessoais, sendo ainda influenciados, tanto por suas biografias individuais quanto por suas visões de mundo.

2.2 OUTRAS LEIS CRIADAS PARA A CULTURA POPULAR E IMPLEMENTADAS NA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL

No discurso da UNESCO, a necessidade de identificar, apoiar e reconhecer os detentores dos saberes populares aparece como forma de privilegiar as ações de transmissão³⁰.

Os Estados do Nordeste, em sua maioria, já reconheceram seus mestres³¹ populares com várias nomenclaturas atribuídas a pessoas ou grupos, como Mestres das Artes, Patrimônio Vivo, Tesouros Vivos da Cultura, Mestre de Saberes e Fazeres. Boa parte dos Estados tem um número fixo de vagas para os reconhecimentos; depois de atingido esse número, novas inscrições acontecem apenas com a substituição dos “assentos” já ocupados – um funcionamento muito parecido com o da Academia Brasileira de Letras.

Numa iniciativa inédita no país, Pernambuco é o primeiro estado brasileiro a instituir, no âmbito da Administração Pública, o Registro do Patrimônio Vivo (RPV-PE), que reconhece

³⁰ É preferível assegurar que os detentores do patrimônio imaterial continuem a adquirir conhecimento e os transmitam às gerações seguintes. Levando em conta esses objetivos, é preciso inicialmente identificar estes detentores de “saber-fazer” e os reconhecer oficialmente (ABREU, 2009, p. 85).

³¹ O que faz um mestre? Quando a gente toma essa palavra mestre na sua acepção mais tradicional, que é quando ela chega ao Brasil, aplicada aos ofícios de artesanato, mestre é aquele que transmite o seu saber. No Brasil, a gente herdou, das antigas corporações de ofício europeias, da idade média, essa forma de organização de produção de artesanato, que veio das corporações de ofício, em que você tinha uma hierarquia que organizava a produção, definida por mestres, oficiais e aprendizes. Você começava em uma oficina como aprendiz; durante muito tempo, você ficava ali ajudando, aprendendo, até que se tornava um profissional e virava um oficial daquela corporação, daquela oficina sob a tutela de um mestre. Até que, com o passar do tempo, já teria um conhecimento altamente consolidado e você podia, então, alçar à condição de mestre e abrir a sua própria oficina. Esse é o sistema das corporações que a gente herda no Brasil devido à colonização portuguesa. E isso persiste entre nós até o século XIX, como forma de organização reconhecida, inclusive reconhecida pela constituição brasileira de 1824. Posteriormente é que esse quadro vai ser mudado. Ele deixa de ser uma designação oficial e esse dado se perde dentro dos censos econômicos e desenvolvimentistas do país. Mas, no plano da cultura popular, essa designação persistiu. Então é mestre Vitalino, é mestre Vitorino, é mestre fulano de tal (Saberes e fazeres na construção social da maestria: um estudo dos mestres ceramistas da Bahia).

(e gratifica com uma pensão vitalícia mensal), representantes da cultura popular e tradicional do Estado.

A Lei do Registro do Patrimônio Vivo de Pernambuco³² (Lei n. 12.196, de 2 de maio de 2002) tem como objetivo preservar as manifestações populares e tradicionais da cultura pernambucana, assim como permitir que os artistas repassem seus conhecimentos às novas gerações de alunos e aprendizes. A seleção dos contemplados é realizada através de um processo de candidatura por indicação de entidades culturais e órgãos governamentais e da avaliação do Conselho Estadual de Cultura (CEC). Os agraciados assumem a missão de transmitir os seus conhecimentos a alunos e aprendizes em programas de ensino e aprendizagem.

Para concorrer, os candidatos devem ser brasileiros e residentes em Pernambuco há mais de vinte anos; comprovar participação em atividades culturais por igual período, anterior à data do pedido de inscrição; estar capacitados a transmitir seus conhecimentos ou técnicas a alunos e aprendizes. De acordo com a lei, a cada ano devem ser registrados, como Patrimônio Vivo, três novos nomes até o ano de 2021 (60 representantes). Como o processo de escolha só foi iniciado em 2005, em janeiro de 2006 o título foi entregue a 12 representantes, o que corresponde ao período retroativo à criação da lei (2002).

Assim como aconteceu no RN, o governo de Pernambuco alterou a Lei³³ do Registro do Patrimônio Vivo (RPV-PE), em dezembro de 2016, para ampliar o total de habilitados, passando de três para seis o número de agraciados anuais, além de ter feito uma majoração no valor das bolsas concedidas aos patrimônios. Logo a seguir, a SECULT e a FUNDARPE anunciaram o resultado do edital especial, que saiu com seis vagas, sendo três para o ano de 2015 e três para o ano de 2016.

Em março de 2017, o governo lançou o XII Concurso Público do Registro do Patrimônio Vivo do Estado de Pernambuco (RPV-PE). O Concurso cumpriu os trâmites previstos nas seguintes fases: publicidade, inscrição, seleção, divulgação do resultado e registro final em livro específico, em conformidade com as normas e condições estabelecidas no regulamento do

³² <http://www.cultura.pe.gov.br/pagina/patrimonio-cultural/imaterial/legislacao/>. Acesso em outubro-2015.

³³ O Concurso do Registro do Patrimônio Vivo de Pernambuco – RPV foi instituído pela Lei Estadual n. 12.196, de 02 de maio de 2002. Nova Lei alterada pela Lei estadual n. 15.944/2016, de 14 de dezembro de 2004, e regulamentada pelo Decreto n. 27.503, de 27 de dezembro de 2004. Desde 2005 até este ano, já foram titulados 45 Patrimônios Vivos, tendo falecido dez entre estes contemplados. Através da concessão do título de “Patrimônio Vivo de Pernambuco”, mestres e grupos ligados a diferentes manifestações da cultura popular e tradicional, representativas da cultura pernambucana, recebem bolsas vitalícias de apoio financeiro, garantindo, dessa forma, que os artistas repassem seus conhecimentos às novas gerações de aprendizes. Atualmente, as bolsas são no valor de R\$1.600,00 mensais para pessoas físicas e R\$ 3.200,00 mensais para grupos culturais, como incentivo à realização e perpetuação de suas atividades. Ressalta-se que os valores serão atualizados na forma prevista na Lei Estadual n. 11.922, de 29 de dezembro de 2000.

edital. O presente certame disponibilizou seis vagas para Patrimônio Vivo, referentes ao ano de 2017. De acordo com a Secretaria de Cultura de Pernambuco, a escolha foi feita com a realização de audiências públicas, após a análise dos candidatos, realizada pela Unidade de Patrimônio Imaterial da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe). Com os seis novos eleitos, Pernambuco passa a somar 51 titulados.

Na Paraíba, denomina-se Registro dos Mestres das Artes (REMA) – Canhoto da Paraíba. Nessa forma de registro, reconhece-se o valor de patrimônio Vivo pelo conjunto da obra e se beneficia com pensão de 2 salários mínimos, os mestres que fazem parte de vários segmentos da cultura popular, em conformidade com a Lei n. 7.694, de 22 de dezembro de 2004 e nos termos do Decreto n. 26.065, de 15 de julho de 2005³⁴.

Os “Mestres das Artes Canhoto da Paraíba” são aquelas pessoas que tenham os conhecimentos e as técnicas necessárias para a produção e a preservação da cultura tradicional do Estado da Paraíba e estejam em situação de vulnerabilidade econômica. Além disso, precisam comprovar atividades culturais na Paraíba, há mais de 20 anos, a partir da apreciação do mérito cultural, bem como comprovar a capacidade de transmitir seus conhecimentos e técnicas a aprendizes.

Para o ano de 2017, a Secretaria de Estado da Cultura (SECULT-PB), por meio do Conselho Estadual de Política Cultural (CONSECULT), ampliou, para seis, o número de vagas do Edital que foi prorrogado até final do mês de outubro. Os mestres selecionados receberão auxílio financeiro mensal no valor de dois salários mínimos. Até esse momento, o resultado final não foi divulgado.

No Estado da Bahia, são considerados, para os fins da referida Lei n. 8.899, de 18 de dezembro/2003³⁵, regulamentada através do decreto n. 9.101/2004, como Mestres dos Saberes e Fazeres da Cultura Tradicional Popular desse estado (e, para tanto, *Tesouro Vivo*, apto, na forma legalmente prevista, a ser inscrito junto ao Registro dos Mestres dos Saberes e Fazeres), pessoas naturais que tenham os conhecimentos, as destrezas ou as técnicas necessárias para a produção e preservação da cultura tradicional popular de determinada comunidade estabelecida no Estado.

³⁴ <https://docs.google.com/document/d/10x-kHbd_ovQb6sWtp615AkerN9LV_-0689NtJHF04S4/edit>. Acesso em: set/2016.

³⁵ Disponível em: <http://www2.casacivil.ba.gov.br/nxt/gateway.dll/legsegov/leiord/leiordec2000/leiord2003/leiord2003dez/lo20038899.xml#LO_8_899>.

Ao ser registrada no Livro dos Mestres dos Saberes e Fazeres³⁶, essa pessoa passa a ter direito, dentre outros, à “percepção de auxílio financeiro a ser pago mensalmente, pelo Estado da Bahia, no valor correspondente a um salário mínimo” (Art. 11, cap. II da Lei) e o dever, dentre outros, de “transferir seus conhecimentos e técnica aos alunos e aprendizes, através de programas de ensino e aprendizagem organizados pelo IPAC, cujas despesas serão custeadas pelo Estado” (Art. 12 da Lei).

No Estado do Ceará, a Lei 13.351, de 27 de agosto de 2003, garante, através da Secretaria da Cultura (SECULT), o registro dos Mestres da Cultura Tradicional Popular, apoiando e preservando a memória cultural de seu povo, transmitindo às gerações futuras o saber e a arte sobre os quais se constrói sua história.

Em 2006, essa Lei foi revisada e ampliada, trazendo a manutenção dos grupos e coletividades, sendo publicada no Diário Oficial do Estado do Ceará, a Lei dos Tesouros Vivos da Cultura, n. 13.842, de 27 de novembro de 2006. Conforme determina a referida Lei, faz-se necessário que o interessado a concorrer ao título de Mestre da Cultura Tradicional Popular do Estado do Ceará, “Tesouro Vivo”, seja brasileiro, residente no estado do Ceará há mais de 20 anos e que, na data do seu pedido de inscrição, possa comprovar sua participação em atividades culturais nesse período, e ainda seja capaz de transmitir seus conhecimentos e/ou suas técnicas a alunos ou aprendizes.

A Lei³⁷ prevê como exceção, no que se refere ao repasse dos saberes e fazeres, a comprovação da incapacidade física por doença grave, validada por meio de perícia médica. Portanto, o Mestre deve estar qualificado para transmitir seus conhecimentos na produção e preservação da Cultura Tradicional Popular, contribuindo para a manutenção dessa cultura em sua comunidade.

Desde a criação da lei n.13.351, em 2003³⁸, já foram titulados sessenta e nove Tesouros Vivos da Cultura no Ceará, sendo que vinte e oito são da região do Cariri. As explicações para a concentração de mestres na região do Cariri, de forma mais específica na região metropolitana do Cariri, Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha e Caririáçu, podem estar ligadas à atuação do Padre Cícero, na criação do município de Juazeiro do Norte, que não se preocupava apenas com

³⁶ No primeiro edital serão 15 agraciados, no máximo 30 anualmente. Os registros deverão ocorrer no dia 5 de novembro, data consagrada ao dia nacional da cultura.

³⁷ A lei n.13.351, de 2003, é composta por 18 artigos. O artigo 3º da lei, que trata dos critérios para o processo de indicação de Registro dos Mestres da Cultura Tradicional Popular, exige que o candidato tenha vida e obra relevantes para a Cultura Tradicional Popular do Ceará; tenha reconhecimento público das tradições culturais desenvolvidas; esteja em atividade e com capacidade de transmitir seus conhecimentos artísticos e culturais; comprove sua experiência e vivência dos costumes e tradições culturais e, por fim, comprove a situação de carência econômica e social.

³⁸ <http://www.secult.ce.gov.br/index.php/tesouros-vivos-da-cultura>.

o propagar a palavra divina, mas também com as lições de trabalho.

A ação atende à meta do Plano Estadual de Cultura do Ceará, que prevê a ampliação do número de mestres e mestras de 60 para 80. Atualmente, o Ceará conta com 57 mestres e mestras da Cultura, 9 grupos e uma coletividade de ativos, contemplados com Edital dos Tesouros Vivos³⁹. Com o Edital de 2017, passarão a ser 69 mestres diplomados, para que, até 2018, o Ceará chegue ao número estipulado de 80 Mestres da Cultura. O edital mais recente, lançado pela Secretaria da Cultura do Estado do Ceará (SECULT), em 9 de agosto de 2017, visa selecionar e fazer a titulação de até 12 mestres ou mestras da Cultura, dois grupos e uma coletividade.

Já a Lei n. 4.652⁴⁰, de 21 de agosto de 2006, instituiu o Registro dos Mestres da Cultura Tradicional Popular da Cidade de São Luís (RMCTP–SL), seguindo o modelo das demais Leis criadas no Nordeste, para o segmento da cultura popular. Mas esta se destina à cidade de São Luís, diferente das demais, porque contempla mestres e grupos de todo o estado.

No ano de 2017, por meio do Edital “Mestres e Mestras”, dez mestres do Estado do Maranhão foram premiados, por sua contribuição à cultura popular tradicional, com um valor de R\$ 20 mil cada, totalizando um investimento de R\$ 200 mil para a realização do certame.

O Edital “Patrimônio Imaterial” concederá bolsas de pesquisa (na área da cultura popular em que foram investidos R\$ 350 mil para a promoção do edital) de até R\$ 40 mil para doutores, R\$ 20 mil para mestres e R\$ 10 mil para especialistas.

Com os editais, o Governo do Maranhão pretende apoiar os saberes e os fazeres dos mestres e mestras tradicionais, além de incentivar a pesquisa para reconhecimento e valorização dessa produção como patrimônio imaterial. Como consequência dessa política, o Governo desenvolve a salvaguarda e perpetuação da cultura popular tradicional ao longo do tempo. Para atender os mestres de todo o estado, está sendo analisando a aprovação da Lei do Programa Estadual de Proteção aos Mestres – 2016, a ser lançado pela FAPEMA – Fundação de Amparo à Pesquisa e Desenvolvimento Científico do Maranhão.

A Lei ordinária⁴¹ n. 5816, de 16 de dezembro de 2008, instituiu, no âmbito da Administração Pública Estadual, o Registro do Patrimônio Vivo do Estado do Piauí (RPV–PI), e deu outras providências. Assim como aconteceu no Rio Grande do Norte, no Piauí, quem

³⁹ Considerando a vacância de três vagas em decorrência dos falecimentos de Manoel Antônio da Silva (Mestre Bigode), João Evangelista dos Santos (Mestre João Mocó) e Maria Deusa Silva Almeida (Mestra Dona Deusa), ocorridos após a publicação do resultado final do último edital lançado, os selecionados nas posições 13ª, 14ª, 15ª e 16ª deverão preencher as referidas vagas. Até junho de 2018 será lançado o novo edital, chegando a 80 o número de vagas preenchidas, conforme o Plano Estadual de Cultura, para o Tesouros Vivos do Ceará.

⁴⁰ <<https://camara-municipal-de-sao-luis.jusbrasil.com.br/legislacao/829954/lei-4652-06>>.

⁴¹ <<https://www.gp1.com.br/noticias/governo-cria-registro-do-patrimonio-vivo-do-piaui-39924.html>>.

apresentou o indicativo do Projeto de Lei foi uma Deputada do PT (Flora Izabel). A matéria recebeu parecer favorável da deputada Lílian Martins (PSB), na Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa, e teve como objetivo o registro da cultura piauiense para preservar as tradições e memória de seu povo. O registro ficou a cargo da Fundação Cultural do Piauí. Os requisitos básicos para o registro são, nos casos de pessoa viva, ser brasileira ou residente no Piauí há mais de 20 anos, a partir da data do pedido da inscrição e participar de atividade cultural no estado.

A Lei prevê que a cada dois anos sejam feitas análises, pelo Conselho Estadual de Cultura, quanto aos recursos financeiros usados pelos setores beneficiados. No caso de irregularidades na aplicação dos investimentos, poderá ser instaurado processo através do Conselho Estadual de Cultura, Assembleia Legislativa e os Municípios.

É considerado Patrimônio Vivo em Alagoas (Lei Estadual n. 6.513, de 22 de setembro de 2004, alterada pela Lei n. 7.172, de 30 de junho de 2010) aquele indivíduo que detenha os conhecimentos e técnicas necessárias para a preservação dos aspectos da cultura tradicional ou popular de uma comunidade, que esteja estabelecido em Alagoas há 13 anos, e se mostre competente para repassar às novas gerações os saberes relacionados a danças e folguedos, literatura oral e/ou escrita, gastronomia, música, teatro, artesanato, dentre outras práticas da cultura popular.

A Secretaria de Estado da Cultura de Alagoas⁴² (SECULT) divulgou, em março de 2017, um edital para dois novos nomes no livro de registro de Patrimônio Vivo de Alagoas. Os aprovados⁴³ passam a receber uma bolsa de incentivo no valor de um salário mínimo e meio.

No Estado de Sergipe visualizamos apenas o registro “Mestres dos Mestres da Cultura”, instituído pela Lei n. 909, de outubro de 2009⁴⁴, no Município de Laranjeiras. O teor da Lei do município de Laranjeiras–SE segue uma política mais inclusiva, mesmo que seletiva, se

⁴² A SECULT–AL publica em 2018, a ata da reunião da comissão de análise de projetos para seleção dos candidatos escritos no edital n. 04/2018 – registro do patrimônio vivo de alagoas 2018. A Comissão de Análise de Projetos iniciou os trabalhos de análise das documentações protocoladas nesta secretaria pelos candidatos inscritos. O edital prevê a seleção de 02 (dois) mestres do patrimônio vivo. Após o período de inscrição estabelecido no edital, contabilizou-se 38 (trinta e oito) inscritos, sendo 37 (trinta e sete) propostas habilitadas e apenas 01 (uma) desabilitadas por insuficiência de documentos.

⁴³ Antônio Celestino da Silva, 79 anos, cultura indígena, do município de Palmeira dos Índios – Terra Indígena Xucuru-Kariri–AL e Iraciana Bonfim de Melo, 60 anos, Guerreira, do município de Girau do Ponciano–AL.

⁴⁴ Segundo a legislação, poderão ser registradas pessoas físicas, grupos e coletividades portadores de saberes e técnicas cuja produção, preservação e transmissão sejam consideradas representativas de elevado grau de maestria no campo cultural laranjeirense. O reconhecimento da condição “Mestre dos Mestres” depende do cumprimento de alguns requisitos que perpassam pela comprovação e pela relevância do saber ou do fazer; pelo reconhecimento público; a efetiva transmissão; além de possuírem residência, domicílio e atuação no município, há pelo menos 20 anos.

Disponível

em:

<http://www.camaradelaranjeiras.se.gov.br/sites/default/files/legislacao_e_atos/LEI%20MUNICIPAL%20N%C2%BA%20909-2009.pdf>.

comparada às demais acima instituídas nos Estados do Nordeste, quando possibilita, como, por exemplo, a valorização de memórias distintas oriundas dos conhecimentos tradicionais e de grupos populares, com o objetivo de reconhecer, diplomar, valorizar e premiar os mestres e grupos da cultura popular; propiciar a efetiva transmissão dos conhecimentos tradicionais; identificar, fortalecer e divulgar as manifestações culturais laranjeirenses.

A lei também destaca algumas categorias em que se enquadram os saberes e os fazeres: artes populares, cura, ofícios tradicionais, líder religioso de tradição oral, contador de histórias, brincante, poesia popular. Além dos requisitos informados anteriormente, as candidaturas devem ser instruídas com as cópias autenticadas dos documentos pessoais; declaração de personalidade no campo cultural (artistas, professores, jornalistas, pesquisadores, gestores culturais) atestando a importância e recomendando o registro; e materiais complementares, publicações, fotografias ou audiovisual, que comprovem sua atuação como detentor das memórias da comunidade.

Finalizando a pesquisa das Leis criadas e implementadas em outros Estados do Nordeste (Quadro 2), mesmo sem a intenção de fazer uma análise comparativa, evidenciamos alguns resultados alcançados, como a formação de multiplicadores para gerações futuras e a divulgação de novos editais de concurso, concedendo mais bolsas aos habilitados, protegendo e beneficiando mestres e ou grupos, com o título de Patrimônio Vivo.

Quadro 2 – Leis implementadas no Nordeste com habilitados até o ano de 2017

ESTADO	LEI	ATRIBUIÇÃO	ÓRGÃO GESTOR	HABILITADOS 2017
Alagoas	6.513 de setembro de 2004	Institui o Registro do Patrimônio Vivo do Estado de Alagoas (RPV-AL)	Secretária da Cultura	58 – 15 (falecidos)= 43 titularizados ativos.
Bahia	– 8.899 de dezembro de 2003 – Decreto–Lei n. 9.101, de maio de 2004.	– Institui o Registro dos Mestres dos Saberes e Fazeres do Estado da Bahia. – Regulamenta a Lei 8.889.	Secretaria de Cultura e Turismo e demais instituições da Cultura da Bahia.	Não excederá o limite de 30 registros.
Ceará	– Decreto nº 27.229, de outubro de 2003.	– Dispõe sobre o Registro dos Mestres da Cultura	Secretária da Cultura 4º Superintendenci	69 titularizados

	<p>– 13.842 de novembro de 2006</p>	<p>Tradicional e Popular do Estado do Ceará. – Institui o Registro dos Tesouros Vivos da Cultura do Estado do Ceará.</p>	<p>a Regional do IPHAN.</p>	
Pernambuco	<p>– 12.196, de março de 2002. – Decreto-Lei n. 27.503, de dezembro 200. Estabelece a sistemática de execução do Registro do Patrimônio Vivo do Estado de Pernambuco. – Decreto n. 27.733, de março de 2005. Especifica a quantidade de registros a serem realizados nos anos subsequentes. – Decreto n. 27.753, de março de 2005. Institui o registro do Patrimônio Imaterial do Estado de Pernambuco (RPV-PE).</p>	<p>Registro de Pessoas Patrimônio Vivo do Estado de Pernambuco.</p>	<p>Secretária de Cultura.</p> <p>Secretária de Cultura</p>	<p>51 titularizados</p>
Paraíba	<p>7.694, de Dezembro de Julho de 2004. Decreto-Lei n. 26.065, de Julho de 2005.</p>	<p>Institui o Registro dos Mestres das Artes. Regulamenta a Lei n. 7.694, estabelece a sistemática de execução do Registro dos</p>	<p>CONSECULT-PB</p>	<p>24 Mestres titularizados.</p>

		mestres das Artes.		
Rio Grande do Norte	9.032, de 27 de novembro de 2007. –Decreto 20.666, de 19 de agosto de 2008.	Institui o Registro do Patrimônio Vivo no RN. Regulamenta a Lei, passando a vigorar em 2009.	Fundação José Augusto	13–4 (falecidos)=9 titularizados ativos. 4 grupos (pessoas jurídicas) e 5 pessoas físicas.
Sergipe	Lei n. 909, de outubro de 2009	Registro dos “Mestres dos Mestres da Cultura do município de Laranjeiras – SE.		10 contemplados por ano, até o teto de 30 registros.
Maranhão	Lei n. 4652, de dezembro de 2006	Registro dos Mestres da Cultura Tradicional da Cidade de São Luís–MA	FAPEMA – Fundação de Amparo à Pesquisa e Desenvolvimento Científico do Maranhão.	Está sendo analisada a aprovação da Lei de 2016, para o Programa Estadual de Proteção aos mestres .

Fonte: pesquisa documental autora

Ainda assim, consideramos que o número de mestres reconhecidos no Nordeste ainda é bastante limitado, se comparado à quantidade dos inscritos e à quantidade de municípios existentes em cada Estado. Além disso, observamos que a abertura para o reconhecimento do saber consolidado de grupos/coletivos não se dá do mesmo modo na legislação das várias unidades da federação. Entre todas as pesquisadas, apenas Alagoas e Paraíba não permitem o reconhecimento de grupos. Na revisão de 2006, o Ceará abriu essa possibilidade, tal qual a Bahia o fez em 2015. No RN, desde a criação da Lei já se contemplava a inscrição de grupos, constituídos como pessoa jurídica.

Constata-se ainda que todas elas beneficiam os mestres com bolsas mensais e, a mais antiga, a do Estado de Pernambuco, não é a que possui maior número de contemplados; atualmente, esse recorde ficou com o Ceará, que, depois da ampliação da Lei, conta atualmente com setenta Tesouros Vivos registrados. Outro fator observado na formulação das referidas leis é a cessão de direitos patrimoniais do autor como contrapartida, além da transmissão de conhecimento, exceto a da Bahia e a do Ceará, ambas instituídas em 2003.

Ao propor um lugar de destaque para a avaliação da trajetória da Lei do Registro do Patrimônio Vivo do Rio Grande do Norte–RPV (anexo–4), rememoramos as reflexões de Bourdieu (1989, p.189-190), que, ao pensar o processo de uma vida, desconstrói a ideia de que uma trajetória de vida seja um processo linear, que se pode apreender de uma só vez, como se fosse um todo coerente. Assim também entendemos a trajetória da Lei, que, como a vida, pode ser apreendida, através dos processos relativos aos múltiplos trajetos e posições que ocupa no campo social, até aqui pesquisado, “como uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço próprio que é um devir, submetido a incessantes transformações”. Bom ressaltar, que para esse autor, as trajetórias definem-se como colocações e deslocamentos no espaço social, mais precisamente, “nos estados sucessivos da estrutura da distribuição das diferentes espécies de capital, que estão colocados em jogo no campo considerado”.

Assim sendo, avaliamos que as realidades locais têm coloridos diversos: os prefeitos e os governadores têm filiações políticas as mais diferentes; as necessidades são incomparáveis, às vezes, inclusive, entre unidades administrativas vizinhas. Os processos de confrontação de interesses são muito ricos politicamente, em especial porque permitem a criação, a estabilização de redes e códigos operacionais e a tradução de referenciais de políticas a partir de interesses locais. Todavia, esses processos nem sempre estão sincronizados com a conjuntura política imediata, com a necessidade de responder a objetivos imediatos e a obtenção de resultados visíveis. Isso tudo demanda tempo e paciência.

2.3 O PRESENTE COMO “LACUNA” ENTRE PASSADO E FUTURO: vazio entre os editais de 2009 e 2012, até o ano de 2017, sem publicações

A história do tempo presente pode contribuir para rever a lacuna que cada geração nova deve descobrir e preencher, mediante um trabalho assíduo, pela própria natureza de suas preocupações, atrelando nossas reflexões à exigência do conhecimento que as fundamenta.

A Lei do RPV–RN (anexo–4), aprovada em 2008, teve, no período de dez anos, apenas a publicação de dois editais, entrando em desacordo com a formulação da própria Lei, que prevê a publicação anual de editais, um desencontro com as metas previstas para a sua implementação e, ainda, com os conceitos de patrimônio, memória e tradição constantes na sua escrita, ficando somente no campo do discurso.

E isso se tornou ainda mais visível no decurso da pesquisa, pois constatamos que os mestres recebem a bolsa como se fosse um benefício, sendo o Estado apenas um mantenedor

dos recursos, o que se contrapõe aos objetivos da Lei que visa à preservação das tradições, através da transmissão das práticas e saberes culturais populares para as novas gerações, tendo em vista não só a preservação das necessidades presentes mas também a sua multiplicação para o futuro.

O objetivo da titulação desse patrimônio, que é vivo, é o reconhecimento do valor cultural dessas pessoas e grupos, que detêm conhecimentos diversos das expressões culturais, que têm uma relação mais íntima com esse universo.

A UNESCO chama a atenção para os critérios que os países devem ter em conta quando decidem criar um sistema de Tesouros Humanos vivos, a saber: o valor do patrimônio cultural intangível, sua testemunhalidade, suas características e o perigo de desaparecimento. Elevar um indivíduo à categoria de Patrimônio Humano Vivo pressupõe a criação de uma comissão interdisciplinar de especialistas, que precisarão avaliar “o grau da destreza que cada um possui, sua dedicação à atividade em questão, sua capacidade de contribuir para o desenvolvimento da modalidade cultural que pratica, sua capacidade para transmitir as ditas técnicas ou destrezas aos aprendizes” (PRIMO, 2011, p. 42).

Amparada na retórica da perda, a UNESCO reconheceu a necessidade de proteção dos mestres de variados ofícios, assegurando a transmissão de suas referências, a partir do fomento à consolidação do pluralismo cultural, da perpetuação da diversidade e de um desenvolvimento humano durável, pautado na preservação das culturas tradicionais e populares, fontes inspiradoras da criatividade contemporânea que, por sua imaterialidade, se tornariam mais vulneráveis (ABREU, 2009).

O Estado do Rio Grande do Norte, por sua vez, na teoria, estabelece a relação entre patrimônio e tradição, ao incentivar a transmissão dos conhecimentos e das habilidades, desenvolvidos por pessoa natural ou grupo de pessoas naturais, que têm significativa importância para a cultura tradicional e popular norte-rio-grandense (Decreto n. 20.666 de 2008. Art. 2º), no âmbito da política cultural nacional, considerando um dos meios mais eficazes de preservação do patrimônio cultural imaterial, mas, na prática, não está cumprindo o seu objetivo.

A Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (2003) define, como um dos meios oportunos para promover a salvaguarda dos bens culturais imateriais, o desenvolvimento de “programas educativos, de conscientização e de disseminação de informações voltadas para o público, em especial para os jovens” (UNESCO, 2003, p. 9).

Por esse motivo, quem recebe o título de mestre assume o compromisso de participar dos programas a serem implantados com esse objetivo. Contudo, é sabido que a contrapartida

de transmissão dos conhecimentos e técnicas dos mestres e grupos para a sociedade, através de um programa educacional sob a responsabilidade do poder público, após dez anos da existência da Lei do RPV–RN, não foi desenvolvida como programa.

Essas metas se apresentam, tanto na formulação da Lei do RPV–RN (anexo–4) quanto no Edital do concurso, para que sejam alcançadas na implementação do programa, efetivando-se o reconhecimento e a valorização de formas de expressão da cultura popular ou tradicional e o estabelecimento de ações para estimular a continuidade de tais expressões culturais.

Nesse ponto, há o desencontro entre o que está previsto na lei do RPV–RN (anexo–4) e o que não está ocorrendo na prática: como já mencionado, os mestres recebem a bolsa como se fosse um benefício e a posição do Estado apenas como mantenedor, sem proporcionar a elaboração de oficinas para a formação de multiplicadores, salvaguardando o bem para as gerações futuras, ou seja, sem a oportunidade de elaboração das experiências vividas, revitalizando suas práticas, mostrando sua forma de estar no mundo, preservando as condições necessárias para a sua reprodução.

Essa posição do Estado gera um discurso repetitivo por parte dos habilitados: *a bolsa é uma boa ajuda que o governo dá, mas nós não somos prestigiados com apresentações nas programações culturais da Fundação José Augusto, nem somos convidados para fazer oficinas para ensinar o que sabemos fazer*. Mesmo sendo muito gratos a quem indicou o nome deles para receber a bolsa, como elemento palpável do reconhecimento e do título recebido como Patrimônio Vivo do RN, a maioria sente-se desprestigiada, por não haver, também, nenhuma forma de reconhecimento em suas comunidades, para que as novas gerações se identifiquem com eles, completando a cadeia de patrimonialização da cultura.

Essa não prestação de assistência técnica e administrativa eficiente para o bom desempenho das atividades dos habilitados pelos ditames da Lei, que inclui entre suas finalidades a proteção ao patrimônio cultural ou artístico estadual, é, decerto, perceptível. Sensível a essa problemática, Maria Cecília Londres Fonseca⁴⁵ indica os caminhos para uma política de preservação do patrimônio imaterial cultural:

O reconhecimento de um patrimônio vai além de medidas protetivas. Faz-se necessário questionar o processo de produção deste universo que constitui um patrimônio, os critérios que regem a seleção de bens e justificam sua proteção. A salvaguarda desse patrimônio vai além da salvaguarda de resquícios do passado. A proteção do patrimônio Imaterial cultural consiste em um trabalho de desapropriação, restituição e reabilitação do próprio presente, em prol de um futuro de relações sociais mais justas.

⁴⁵ Maria Cecília Londres. O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ; MinC – IPHAN, 2005. Op. cit., p. 35-36.

Para a autora, o patrimônio imaterial⁴⁶ como objeto de políticas públicas indica sua progressiva apropriação como tema político por parte da sociedade, ocasionando conflitos a uma prática tradicionalmente cumprida pelo Estado, com o concurso de mestres ou grupos de perfil marcante e à margem das forças sociais.

No período de dez anos, os patrimonializados pelo RPV–RN tiveram poucas oportunidades de estar incluídos nas programações culturais do órgão oficial de cultura do Estado e implementador do programa, a Fundação José Augusto – FJA, conforme quadro 3 abaixo, mostrando a falta de compromisso com a visibilidade desse patrimônio vivo.

Quadro 3 – Resultado de dados colhidos na pesquisa documental (FJA – 2010 a 2017), com as programações culturais da instituição

Nomes	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
João Viana	-	-	-	-	-	-	-	-
Antônio Vieira	-	-	-	-	-	-	-	-
João Gomes Sobrinho	-	01	01	-	-	-	-	-
João Grigório da Rocha	-	-	-	-	-	-	-	-
Grupo Chegança	-	01	01	01	01	-	01	02
Grupo Cabocolinho	-	01	01	-	01	-	01	01

Fonte: Produzido pela autora.

E vale ainda esclarecer o fato de que o quadro acima apresenta apenas a inclusão dos mestres ou grupos habilitados do RPV–RN, escolhidos pela pesquisa, visto ter encontrado outros nomes de habilitados incluídos nas programações culturais da instituição, mas que não estão contemplados nesta pesquisa. Também não constam os pedidos feitos para apresentações dos habilitados em outras instituições, vez que não tivemos acesso a essa agenda. Além disso, é preciso sublinhar a inexistência de documento impresso dessas apresentações em domínio dos habilitados, e nem mesmo um registro de memória de parte destes.

Enquanto novos editais para o concurso do RPV–RN não são divulgados, para atender mestres e ou grupos da cultura popular no RN, no Congresso Nacional, ainda tramitam dois projetos de Lei (PL) que visam à proteção e valorização dos conhecimentos e expressões das culturas populares e tradicionais: o PL n. 1786/2011, que institui a Política Nacional Griô, e o PL n. 1176/11, que prevê a criação do Programa de Proteção e Promoção dos Mestres e Mestras

⁴⁶ Art. 216. Constituição Federal – Constitui patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

dos Saberes e Fazeres das Culturas Populares. O PL n. 1786/2011 foi apensado ao PL 1176/11 e está na Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, como destacou, em entrevista, o Dep. Estadual Fernando Mineiro, autor da Lei do Registro do Patrimônio Vivo, no RN.

Com relação ao marco legal de proteção dos conhecimentos tradicionais e expressões culturais tradicionais e dos direitos coletivos das populações autoras e detentoras desses conhecimentos, o Ministério da Cultura publicou, em dezembro de 2012, o relatório final do Grupo de Trabalho, instituído no âmbito do Minc, com as recomendações e encaminhamentos.

Em 2013, esse projeto foi devolvido ao relator para manifestação sobre as emendas apresentadas ao substitutivo. Enquanto esses benefícios não chegam, outros Estados do Nordeste vão avançando com a implementação de Leis para salvaguardar o saber-fazer de mestres ou grupos da cultura popular e, a cada ano, publicam novos editais. Mas o nosso estado continua sem fazer publicações de novos editais para o concurso do RPV, desprotegendo nossos representantes da cultura popular.

Na realidade, nossa pretensão primeira é identificar como essa política do Registro do Patrimônio Vivo (que se denomina como de reconhecimento e valorização da cultura popular e tradicional, situada no contexto do patrimônio, e que dialoga com os conceitos fundamentais de tradição, memória e transmissão de saberes constituídos como categorias chave da Lei e do Decreto que a regulamentou) é vista no cotidiano, na história de vida dos atores e no seu reconhecimento perante a sociedade, através das interpretações dos interpretadores, feitas no campo, que serão relatadas no próximo capítulo, produzindo um conhecimento novo sobre esse fenômeno.

3 TECIDOS DE MÚLTIPLOS FIOS E ARTESÃOS: avaliação de processo na implementação da Lei do RPV – RN

A adoção da política é o movimento decisório da escolha de uma alternativa para o enfrentamento da situação problema, atendendo os apelos de uma comunidade, como no caso do RPV, que teve como sujeito relevante o Legislativo. É importante considerar que essa adoção geralmente é antecedida por ações de legitimação da proposta política indicada, buscando, na sociedade, e com os sujeitos políticos, um respaldo que dê à medida adotada, a credibilidade e a possibilidade de êxito.

Em suma, do ponto de vista teórico-conceitual, a política pública, em geral, e a política social, em particular, são campos multidisciplinares, e seu foco está nas explicações sobre a natureza da política pública e seus resultados. Como um campo de conhecimento, a área da política pública produz estudos e diagnósticos, com base em informações confiáveis e, preferencialmente, coletadas de maneira sistemática. Os programas e políticas, em especial os de grande duração, necessitam de acompanhamento e avaliações sistemáticas, havendo toda uma literatura dedicada às técnicas (SOUZA, 2002).

Assim, quando falamos de política pública, é importante compreender que estamos tratando de um problema latente que essa mesma política objetiva responder. Ela é perpassada por momentos da política que se traduz em *agenda, formulação, implementação e avaliação*, derivando um conjunto de movimentos não lineares, mas articulados, seja por diferentes sujeitos e instituições (como os grupos de interesse, os políticos, os gestores), seja pela mídia, a publicidade, a inscrição, a seleção, a divulgação do resultado e o registro final em livro específico, dentre outros.

Neste capítulo, reconstituiremos o percurso da avaliação de processo da implementação da Lei do RPV–RN (anexo-4). Para Weiss (1978), a avaliação visaria compreender entre as variáveis e a consequência causal e teria como objeto medir uma gama de efeitos ou resultados, incluindo os inesperados, indesejáveis, felizes e negativos e ainda, a possibilidade de que determinados resultados possam também atingir ou derramar-se, sobre outros aspectos da vida dos participantes do programa, de forma indireta.

Para a avaliação de processo Draibe (2001, p.30) *afirma que as avaliações de processo, de natureza qualitativa, buscam identificar os fatores facilitadores e os obstáculos que operam ao longo da implementação e que condicionam, positiva ou negativamente, o cumprimento das metas e objetivos*. Tais fatores podem ser entendidos como condições institucionais e sociais dos andamento garantindo ao público-alvo seus benefícios e direitos. Dessa forma, a avaliação

centrada no processo de implementação requer informações mais precisas sobre o desenho da política/programa, atribuindo a responsabilidade de poder gerar dados que possam ser utilizados para melhorar o processo de implementação.

Assim sendo, percorrendo o caminho de sua trajetória, demos início a avaliação pelo movimento de pré-decisão, a constituição do diagnóstico sobre a situação do programa, as alternativas para seu enfrentamento, indicando o conteúdo geral da Lei (sua abrangência, seu escopo, a quem beneficia, onde e quando...); os recursos (o tipo, o quantitativo e suas fontes); o aparato institucional (órgãos responsáveis); as responsabilidades (equipe técnica, parcerias, ações, publicação de editais). Esse momento tem como sujeito principal os gestores do órgão implementador, a Fundação José Augusto e o corpo técnico responsável para acompanhar o programa no período compreendido entre 2007 e 2017.

Na abordagem dos momentos dessas ações, ancoramo-nos em Kingdon (1995), especialmente para entender o que significa agenda pública e como esta se apresenta. Tal como elucida o autor, há três tipos de agenda: sistêmica ou não governamental, governamental e de decisão. A primeira contém a lista de assuntos que são, há anos, preocupação do país, sem merecer a atenção do governo; a segunda inclui os problemas que merecem a atenção do governo; a última contém a lista dos problemas a serem decididos. O autor também afirma que um assunto pode sair da agenda sistêmica, para a governamental, quando há eventos dramáticos ou crises, influência de um quadro de indicadores ou acumulação de informações e experiências. A atenção governamental, portanto, estaria em função desses três acontecimentos.

Considerando essa linha de acontecimentos, parece-nos interessante lembrar como esse projeto inscreveu-se na agenda do autor da lei do RPV–RN, o Deputado Estadual Fernando Mineiro. Em seu pronunciamento (entrevista), o parlamentar informou tratar-se de questão antiga, por já haver uma prática recorrente, iniciada pelo folclorista Deífilo Gurgel, desde 1979, quando assumiu a direção do Centro de Desenvolvimento Cultural da Fundação José Augusto e que, para proteger alguns mestres da cultura popular, fazia inserções de alguns deles, em órgãos públicos, em troca de um salário mínimo, para que pudessem levar às escolas o seu saber-fazer, exercitando o processo de salvaguarda. Ilustrou com o caso do mestre Chico Daniel⁴⁷, que se tornou funcionário da Secretária Municipal de Cultura de Natal, recebendo um salário mínimo para apresentar seu teatro nas escolas sem que, para isso, fizesse jus a qualquer tipo de recompensa.

⁴⁷ Chico Daniel (Mestre falecido em 2007) foi representante da tradição do Teatro de João Redondo do RN.

Assim, por ser um problema recursivo e abrangente, e por estar em sintonia com o pensamento da UNESCO, no que concerne à Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, o projeto ingressou na demanda da agenda do Deputado Fernando Mineiro, reacendendo os anseios da cultura popular, junto ao folclorista Deífilo Gurgel e ao Presidente da Comissão Estadual do Folclore, à época, Severino Vicente. Como modelo, utilizaram a Lei do Registro do Patrimônio Vivo, adotada em Pernambuco, adequando-a às necessidades de nossos mestres e/ou grupos, dentre outros imperativos, como a fonte dos recursos para a sua manutenção e as responsabilidades diversas, na etapa da formulação do projeto de Lei para o RPV–RN.

Na etapa da formulação da política, os problemas, as sugestões e as indicações inscritas na agenda convertem-se em leis, programas e proposições de ações. Nesse momento, as informações operacionais da política, em tese, precisam ser explicitadas: diretrizes estratégicas, propostas de leis, decretos normativos, bem como programas e projetos.

O processo de formulação do projeto para a Lei do RPV–RN, de acordo com Santos, (1986), é o momento em que se dá a escolha de uma dada política, a partir de princípios que fundamentam o seu conteúdo indicando os “valores” embutidos nos objetivos pretendidos com a sua execução; é também o momento em que são elaboradas e negociadas as possíveis alternativas de ação para o enfrentamento do problema e implementação da decisão tomada; é, por fim, um momento que atrai a atenção de muitos agentes, com diferentes interesses.

Na recomposição desse percurso, percebemos a necessidade de uma pesquisa documental na Assembleia Legislativa, para conhecer a trajetória do projeto de Lei nas comissões da Casa Legislativa, até a sua aprovação no Parlamento para tornar-se Lei.

Mesmo sabendo de antemão, através da entrevista com o autor da Lei, Deputado Fernando Mineiro, que esse projeto de Lei tinha sido aprovado por unanimidade, essa consulta seria necessária, até por sabermos que as políticas não são formuladas em condições de liberdade, e sim como um processo de negociações e barganhas. Antes disso, precisávamos saber algumas informações do setor de arquivo da casa, como o horário de atendimento, dentre outras coisas. Dessa feita, soubemos que era necessário formalizar o pedido das vistas do processo, na Secretaria Administrativa, para que tivesse o acesso livre, podendo, então, registrar os caminhos percorridos, pelo projeto de Lei, nas comissões, até chegar à decisão final no Parlamento.

Esse movimento ocorre, segundo SILVA (2013, p. 26), principalmente, no interior da burocracia estatal, em escritórios de grupos de interesse, comissões legislativas, comissões especiais de trabalho e organizações de planejamento, enquanto que o detalhamento das


alternativas indicadas é desenvolvido por técnicos de execução que se orientam pelas diretrizes fixadas nos grupos de direção.

Ao chegar à Secretaria Administrativa da Casa Legislativa, soube que teria de passar primeiro na Secretaria Legislativa, para que pudesse fazer o pedido do projeto, pois não poderia ir diretamente ao arquivo. Depois de requisitar o processo no referido setor, logo pudemos dispor deste e da devida autorização para fazer o registro fotográfico das folhas em anexo, já que não se poderia levá-lo do setor, para tirar cópias Xerox fora da instituição.

Na abertura do processo do projeto de Lei de n. 1. 467/2007, consta, da folha de nº1 até a de n. 6, a formulação dos termos do projeto de Lei para o RPV–RN, de número 096/2007, originado do gabinete do Deputado Fernando Mineiro, tal como se apresenta a seguir.

Figura 12 – Justificativa do Deputado Estadual Fernando Mineiro sobre o projeto de Lei n. 096/07

FL. Nº 6
 Processo Nº 1467 107 Func. 7



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO NORTE
GABINETE DO DEPUTADO FERNANDO MINEIRO
 PRAÇA 7 DE SETEMBRO, S/N, CENTRO, NATAL/RN - 59025-300 - (84) 3232 5824
 fernandomineiro@m.gov.br

Art. 9º Todas as disposições relativas aos candidatos a inscrição no RPV-RN ou aos nele inscritos, salvo disposição expressa em contrário, aplicam-se igualmente, no que couber, aos grupos candidatos a inscrição no RPV ou nele inscritos.

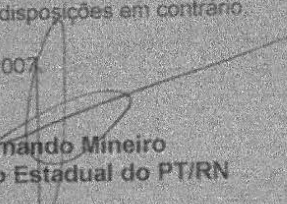
Art. 10. Todas as despesas decorrentes desta Lei correrão por conta dos créditos orçamentários da Fundação José Augusto - FJA.

Art. 11. O Poder Executivo, mediante decreto, expedido no prazo de 90 dias, expedirá instruções para a fiel execução desta Lei, bem como delegará ao Diretor da Fundação José Augusto - FJA, competência para expedir atos normativos complementares.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13. Revogam-se as disposições em contrário.

Natal, 21 de agosto de 2007.


Fernando Mineiro
 Deputado Estadual do PT/RN

JUSTIFICATIVA

Instituir o Patrimônio Vivo do Estado do Rio Grande do Norte através do presente Projeto de Lei, consiste em estimular a difusão da cultura, através da valorização da pessoa natural ou grupo constituído, que possua histórico de vida relacionado com a cultura norte-nordestense.


Através do título de Patrimônio Vivo Do Estado do Rio Grande do Norte, o beneficiário poderá usufruir preferência na apresentação de projetos culturais, além de estímulo financeiro com vistas a custear a produção cultural.

Em contrapartida, o Estado contará com a prestação de serviços do beneficiário, seja na divulgação direta das atividades culturais, seja na cessão de uso de conhecimentos e práticas que aquele detiver.

Trata-se da instituição de uma relação bilateral, cujo maior beneficiário será o Estado do Rio Grande do Norte e sua população, no instante em que disporá de agentes especializados para fomentar e divulgar a cultura potiguar, através da implementação do presente Projeto de Lei.

Diante da constatação de tantos benefícios, acredita-se que esta Casa Legislativa não relutará na pronta aprovação deste Projeto, razão pelo qual submetemos à apreciação dos demais pares que compõem esta Casa.

Natal, 21 de agosto de 2007.


Fernando Mineiro
 Deputado Estadual do PT/RN

A Seguir, entre as folhas 7 e 10 do referido processo, há um Boletim oficial, contendo uma cópia do projeto de lei, comunicando à governadora do Estado do Rio Grande do Norte, Wilma de Faria, que a Assembleia Legislativa tinha aprovado a referida lei, no âmbito da Administração Pública Estadual, como Registro do Patrimônio Vivo do Rio Grande do Norte, RPV–RN e dá outras providências.

Na folha 11, consta um carimbo com o seguinte *DESPACHO: De acordo com a deliberação tomada em Reunião de Liderança, ficam dispensadas as exigências e formalidades regimentais do presente processo. E, ainda: Inclua-se em pauta para a sessão de 23.10.07. S.S. da Assembleia, 17 de outubro de 2007*, assinado pelo presidente, à época, Leonardo Arruda (PV). A informação contida nessa folha foi registrada, resumidamente, quando da entrevista com o Deputado Mineiro. Ao questioná-lo sobre essa trajetória inicial, ele revelou que, por falta de comissões de Cultura, à época, na Assembleia Legislativa, o projeto havia sido liberado das exigências regimentais, que outro segmento requeria.

Na folha 12, datada de 23 de outubro de 2007, visualizamos outro carimbo com a inscrição *DESPACHO: Aprovado por unanimidade na reunião plenária de hoje. S.S. da Assembleia, 23 de outubro de 2007, e a rubrica do presidente. Mais abaixo, nessa mesma folha, outro carimbo de REMESSA: Nesta data, faço remessa deste processo à Secretaria Legislativa. Natal, 23 de outubro de 2007*, com assinatura do assessor de plenário.

Já na folha 13, do processo acima referenciado, vê-se um ofício de n. 1998/2007, de 24 de outubro de 2007, destinado à Governadora, Wilma de Faria, comunicando, para os efeitos Constitucionais da Sanção, o Projeto de Lei n.º 96/2007, constante do Processo nº 1467/07 – PL/SL, que instituiu, no âmbito da Administração Pública Estadual, o Registro do Patrimônio Vivo do Estado do Rio Grande do Norte (RPV–RN), de iniciativa do Excelentíssimo Senhor Deputado Fernando Mineiro, aprovado em sessão plenária do dia 23 de outubro de 2007. O presente documento foi assinado pelo então presidente, Deputado Robinson Faria.

Na folha seguinte, de número 14, está anexada uma cópia da publicação no Diário Oficial, de n. 11.807, de 28 de novembro de 2007, com a aprovação da Lei do RPV–RN. Na folha 15, tem-se a publicação do Decreto n. 20.666, de 19 de agosto de 2008, que regulamenta a Lei Estadual n. 9.032, de 27 de novembro de 2007, que institui o Registro do Patrimônio Vivo do Estado do Rio Grande do Norte, RPV–RN, após comprometimento dos fundos, para obter o resultado prognosticado, como aponta Pressman e Wildavsky (1984).

Depois que a Lei do RPV–RN foi transformada num programa, com base em critérios técnicos, apresentados pelos formuladores, e em critérios políticos do próprio Legislativo, defendidos pelo Executivo, foi, então, aprovada. Para chegar a esse ponto, dependeu do suporte

da maioria do Legislativo, do consenso entre dirigentes e da decisão judiciária. Assim, partiu para a etapa seguinte, sua implementação.

O novo instrumento foi recebido com festa e muita expectativa por todos que atuam nessa área, pois, pela primeira vez, a reivindicação de uma proposta era transformada em uma política de governo, sendo materializada através do Decreto n. 20.666, de 19 de agosto de 2008, que a regulamentou.

Com a publicação do edital do concurso, inicia-se, de fato, o processo de implementação do programa, momento em que o previsto na formulação é transformado em ação, na prática. A seguir, são direcionados os recursos financeiros, tecnológicos, materiais e humanos para a execução do programa, garantindo aos habilitados todos os benefícios prometidos.

Para melhor entendimento sobre a implementação de políticas públicas, faz-se necessário evidenciar que estas se desenvolveram a partir de 1973, com a publicação do trabalho de Pressman e Wildavsky (1973), intitulado *Implementação*. A partir desse trabalho, vários outros foram elaborados, abordando desde técnicas para estudar e administrar a implementação até a sua diferença entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento (OLIVEIRA, 2006).

Na fase de implementação de uma política ou de um programa, conforme literatura específica, os problemas surgidos, como constrangimentos burocrático-administrativos, institucionais e econômicos obstaculizam os objetivos previstos e desejados com a implementação, pois, apesar do caráter predominantemente político do processo decisório, é impossível desconhecer que toda política pública obedece a condicionantes próprios, de várias ordens.

De acordo com SILVA (2013, p. 27), “os direitos e deveres, bem como as decisões e os decisores são o foco central na implementação, por expressarem conflitos e disputas por alternativas, ocorrendo momentos de afastamento ou aproximação em direção às metas, aos meios e às estratégias estabelecidas”.

Ademais, na prática, qualquer política pública é, de fato, executada pelos agentes encarregados da implementação; no caso da pesquisa, o corpo técnico da FJA–RN, em que vários fatores podem interferir, alterando os rumos previstos, como, por exemplo, os fatores relativos à natureza do foco do programa; à sua capacidade de adaptação e de aceitar e acomodar imprevistos; às características da equipe, com suas condições de trabalho, condições políticas, econômicas e sociais. Se não for bem planejada, pode levar ao fracasso do programa.

Nessa linha, colocam-se vários exemplos brasileiros de *leis que não pegaram*, de *programas que não vingaram* ou de projetos para solucionar problemas públicos, que acabaram

sendo completamente distorcidos no momento da implementação. Na verdade, o que a política fez nesse projeto de formulação do RPV–RN modelou a implementação, definindo o contexto no qual o processo ocorreria, a identidade e o papel dos principais sujeitos.

Com a publicação do edital do concurso, a Fundação José Augusto, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela portaria n. 004, de 08 de janeiro de 2009, publicada no DOE – Diário Oficial do Estado, de 14/01/2009, torna público, para o conhecimento dos interessados, que iria realizar licitação na modalidade “concurso”, cuja finalidade seria definida observando os preceitos de direito público e, em especial, os termos da Lei n. 9.032, de 2 de novembro de 2007, do Decreto n. 20.666, de 19 de agosto de 2008, e legislações correlatas, em conformidade com a autorização contida no Processo n. 115229/2009-3 para a publicação do edital do concurso 001/2009, edição de 2008, conforme documentos anexos a esta pesquisa.

Após a publicação do edital do concurso, as instituições credenciadas foram indicando seus candidatos, mesmo com alguns atropelos⁴⁸, nas inscrições para os grupos, o que não impediu que fossem inscritos dentro do prazo. O Regulamento do Concurso poderia ser obtido pelos interessados a partir do dia 2 de julho de 2009, na sede da FJA–RN ou por meio da internet, no endereço www.fja.gov.br.

O objeto do Edital, contido em seus nove capítulos, segue os dispositivos da Lei do RPV–RN. Além disso, constam algumas observações de cunho administrativo da instituição implementadora, como, por exemplo, o prazo das inscrições, local e condições de candidatura, constantes do capítulo II, em que se determina que as inscrições para o concurso serão realizadas, exclusivamente, pelas partes legítimas indicadas no artigo 7º da Lei n. 9.032/2007, (sob pena de nulidade do pedido de registro no PRV–RN), durante o período de 2 de julho a 17 de agosto de 2009, no horário das 7h às 13h, no seguinte endereço: Rua Jundiaí, n. 641, Tirol, sede da Fundação José Augusto, sala da Unidade Gerencial do RPV–RN (Coordenadoria de Cultura Popular e Pesquisa).

Nas disposições gerais e transitórias, dentre outras coisas, define-se que a realização dos procedimentos licitatórios, na modalidade de concurso público, em todas as edições anuais do RPV–RN, ficarão sob a responsabilidade da Comissão Permanente de Licitação da FJA–RN, com a devida participação da Comissão Especial, prevista no inciso 2, do artigo 8º, da Lei do

⁴⁸ Travou-se, a partir daí, um problema enfrentado na operacionalização da Lei, que exigia registro no CNPJ dos grupos folclóricos. Um dilema que forçou alguns brincantes tradicionais, em sua maioria, sem a instrução necessária, a dialogarem com os novos ditames da modernidade e as novas relações, como as criadas pelo Estado e suas políticas. A própria FJA, à época, organizou uma força tarefa para ajudar os grupos interessados na inscrição.

RPV–RN de n. 9.032/2007, auxiliada, no que couber, pela Unidade Gerencial do RPV–RN. Estabelece, ainda, no item 25 desse mesmo capítulo, que, para efeito deste 1º concurso público do RPV–RN, poderão ser agraciados dez candidatos, na forma do Decreto n. 20.666, de 19 de agosto de 2008, modificado pelo Decreto n. 21.193, de 16 de junho de 2009, *que alterou a quantidade de candidaturas iniciais* (grifo nosso).

As inscrições encerraram-se no prazo previsto, tendo, ao final, 10 candidatos aprovados contemplando sete na categoria pessoa física e três na categoria pessoa jurídica. Esse resultado foi publicado, sob forma de relatório, no Diário Oficial, de 08 de dezembro de 2009, emitido pela Comissão Especial e assinado por Paulo de Tarso Correia de Melo, à época presidente do Conselho Estadual de Cultura⁴⁹, conforme anexos.

As primeiras bolsas começaram a ser pagas em janeiro de 2010. Houve uma solenidade para entrega dos certificados aos habilitados do RPV–RN e, posteriormente, uma reunião entre a gestora da FJA, à época, Isaura Amélia Rosado Maia (2011–2014), com os habilitados, para esclarecimentos sobre seus direitos e deveres.

É nesse contexto que retornamos à pesquisa documental, em busca de um cronograma que indicasse os setores responsáveis pela implementação do programa, o que não se obteve nos arquivos da FJA–RN. Uma funcionária integrante do corpo técnico à época (identificada como informante de pesquisa “amarelo”⁵⁰), revelou haver feito um relatório com os nomes dos inscritos, as regiões mais beneficiadas, dentre outros, logo após o encerramento das inscrições, vez que lhe coubera a responsabilidade do recebimento dos documentos comprobatórios da participação em atividades culturais há mais de vinte anos, contados da data do pedido de inscrição, na forma do Art. 2 da Lei do RPV–RN.

Esse relatório foi entregue ao gestor da FJA–RN, à época, Crispiniano Neto, como informativo para a comunicação com a imprensa; mas conforme, posteriormente, tomou ciência a referida informante, o documento em causa havia sido extraviado, não havendo uma segunda via em arquivo. Mesmo sem esse cronograma, os setores designados para a implementação do programa sabiam, através de comunicado feito pelo gestor, dessa mais nova incumbência.

Além dos setores envolvidos com a inscrição, como, por exemplo, a Comissão Permanente de Licitação da FJA–RN, o Protocolo e, conseqüentemente, o setor de apoio na organização do material de comprovação dos inscritos, havia aqueles que fariam parte do corpo

⁴⁹ A Reunião aconteceu na sala de Seções do Conselho Estadual de Cultura, em Natal, em 13 de outubro de 2009, justificando a assinatura do Presidente do Conselho no Relatório da Comissão Especial.

⁵⁰ Acordado durante entrevista com os sujeitos entrevistados. Dessa forma, cada depoimento apresentado é seguido de uma cor correspondente, utilizada para identificar o sujeito que está sendo referenciado.

técnico da instituição, durante todo o processo da implementação do programa, como o Centro de Promoções Culturais, o Setor Financeiro, a Comissão Estadual de Folclore, o gestor da Instituição no período, dentre outros, como, por exemplo, o setor de comunicação.

Já de posse do relatório enviado pela Comissão Especial, em que se registrava a seleção dos habilitados do primeiro edital do concurso, em 2009, publicado no Diário oficial do Estado, encontramos uma lista do primeiro depósito efetuado a esses habilitados em 2010, além de outras listas correspondentes ao período de 2011 a 2017, em que também se registrava a ausência dos nomes dos habilitados falecidos, e ainda outras com novos nomes, substitutos das vagas existentes, já que o Decreto n. 20.666 que regulamenta a Lei do RPV–RN prevê cinco inscrições anuais, sendo duas para pessoa física e três para pessoa Jurídica, levando em conta a não publicação do resultado final do edital do concurso do RPV–RN de 2012.

A partir desse ponto, inicia-se a avaliação da trajetória da Lei do RPV–RN, sempre seguindo as rotas estabelecidas na metodologia da pesquisa: o levantamento de dados e informações, o pré-teste com os questionários e um roteiro de entrevistas, tudo em absoluta sintonia com os objetivos da pesquisa. Basicamente, é o momento de sistematizar os dados e as informações, analisá-los e abstrair as conclusões.

Para Guba e Lincoln (1989), os objetivos de uma pesquisa de avaliação devem ir além dos objetivos da medida, da descrição e dos juízos, além de adotar uma posição construtivista, que considere as interpretações e as significações que os atores elaboram sobre a situação a ser avaliada.

Na literatura especializada, encontramos a preponderância de dois tipos de avaliação de políticas sociais: a de processo e de impacto. Em contrapartida, preferimos considerar, sob a ótica de Draibe (2001), uma outra dimensão: a de resultados (que engloba o desempenho, e se refere aos produtos definidos pelas metas do programa e os impactos, que indicam mudança na situação dos beneficiários, provocada pelo programa) e a de processo (que se volta para estudos sobre os pontos que favorecem ou dificultam os processos de implementação da política ou do programa).

O caminho escolhido para esta pesquisa foi a avaliação de processo (conforme quadro 4), por ser o caminho indicado para avaliar as atividades de implementação dos programas, a extensão do público-alvo atendido, a qualidade dos serviços oferecidos ou, ainda, as dificuldades que estão atrapalhando a efetiva operação do programa, entendido como o cumprimento das metas, com vistas a contribuir para o seu aperfeiçoamento, a melhoria do processo decisório e sanar os pontos de estrangulamento que estejam impedindo maior eficácia,

dando também subsídios para o planejamento, a programação e a tomada de decisões futuras e ou o aumento da accountability⁵¹.

Quadro 4 – Métodos e Técnicas da Avaliação de Processo

Dimensão	Avaliação de processo
Concepção	Trata-se de um procedimento de verificação e correção do funcionamento de um programa.
Objeto	Aferição da adequação entre meios e fins, observando os contextos organizacional, institucional, social, econômico e político em que se desenvolve a implementação de um programa.
Objetivos	Aferir eficiência e eficácia de um programa, oferecendo descrição adequada dos serviços, verificando se a população-alvo está sendo atingida. Oportunizar, aos técnicos da FJA, o conhecimento dos aspectos operativos utilizados na implementação do programa.
Momento	Realiza-se durante a implementação do programa, olhando para frente, para correções e adequações.
Horizonte	Efetuar operações cotidianas, operativas.
Usuário	O gestor e o corpo técnico da FJA, que administra e executa o programa.

Fonte: Surrel et Miller. Análise de avaliação de políticas públicas, complementado pela autora.

A avaliação de Processo situa-se no âmbito de fluxo de decisões de sujeitos e organizações. Quanto às questões de ordem metodológica e/ou às distintas maneiras de se classificar, a avaliação tem sido classificada em função do seu *timing* “antes, durante ou depois da implementação da política ou programa”, da posição do avaliador em relação ao objeto avaliado interna, externa ou semi-independente e da natureza do objeto avaliado, contexto, insumos, processos e resultados (COTTA, 2001, p. 91).

Para Draibe (2001), a escolha dos desenhos de estudos de avaliação e, consequentemente, dos métodos, dependerá das perguntas que se quer responder, dos recursos e das fontes de dados disponíveis e do tempo de resposta desejada. Rodrigues (2008; 2011), por sua vez, aponta para quatro dimensões da avaliação, a saber: a análise de conteúdo, o contexto da formulação, a extensão temporal e territorial e a construção de trajetórias; no caso da pesquisa, a da Lei do RPV–RN (anexo–4).

Para além disso, consideramos também algumas técnicas do modelo das faces da avaliação, proposto por Stake (1967), que oferece um quadro de referências para levantarmos perguntas sobre fundamento lógico, intenções, eventos reais e padrões, mostrando a extensão

⁵¹ Accountability pode ser entendido como a “capacidade do sistema político de prestar contas de suas promessas aos cidadãos”. Em auditoria, accountability é “a obrigação de responder por uma responsabilidade outorgada”. Isso inclui o lado que delega responsabilidade e o lado que presta contas pelos recursos utilizados.

de como a abordagem de avaliação de Tyler foi refinada, utilizando instrumentos alternativos de coleta de dados.

Contando com esse suporte teórico, propusemo-nos fazer uma avaliação da trajetória da Lei do RPV–RN (anexo–4), visando identificar as pretensões, as vantagens e os pontos frágeis desse processo tendo como parâmetro a relação entre as pretensões, o desempenho e o alcance dos objetivos definidos para sua implementação.

Parece-nos importante considerar o fato de que a construção de significados vai além de descrever o que vai ser avaliado, o que se coloca em foco, ou dizer com que intenção se fará uma avaliação, o que se denomina utilização, ao dizer que serve para identificar pontos fortes e fracos, mas que não pode, sozinha, ajustar problemas, pois essa é a função da administração e de outros responsáveis, que podem utilizar as conclusões da avaliação como instrumento de ajuda nesse processo, voltando-se a um processo reflexivo e político: **por que avaliar?**

Fazer essa pergunta é pôr em evidência o objeto da avaliação, que implica produzir sentidos. Como a avaliação é, em si, um conjunto de atos e de julgamentos que correspondem a determinados questionamentos (“por quê?”, “para quê?” e “para quem?”) esbarra sempre numa velha crença, que alimenta um contradito sobre seu objetivo: a avaliação vista como controle ou como melhora e emancipação (SOBRINHO, 2003).

Como os contextos são móveis, na trajetória da Lei do RPV–RN, há uma flutuação nas suas respostas. Na pesquisa efetuada, verificou-se que o órgão implementador do programa, a Fundação José Augusto, por exemplo, dentro do período avaliado (2007 a 2017), sofreu constantes mudanças de gestor, dificultando o conjunto de suas ações.

3.1 UMA TRAMA INTENSA: por que avaliar?

A ciência dá importância ao ato de avaliar, dita a necessidade de descrevermos o caminho atravessado pelo subcampo da avaliação, mas sem a pretensão de desenvolver um estudo histórico de sua constituição, nem fazer uma profunda discussão sobre as tipologias avaliativas, referenciadas na literatura especializada.

A avaliação incidiria na ação de lançar juízo de valor, levando em conta normas e juízo crítico adequados, capazes de mensurar a intensidade de determinada ação, acontecimento, situação, de modo a quantificá-lo e qualificá-lo a partir dos elementos que o configuram:

Assim, pois – e sempre como uma primeira aproximação – podemos dizer que avaliar é uma forma de estimar, apreciar, calcular. Em sentido lato, a palavra avaliação se refere ao termo valor e supõe um juízo sobre algo. Em outras palavras, a avaliação é

um processo que consiste em emitir um juízo de valor (AGUILAR; ANDER-EGG, 1995, p. 17–18).

Tal como juízo de valor, a avaliação está presente no cotidiano das pessoas, que, frente a alguma adversidade, refletem e estabelecem escolhas para enfrentarem a situação a ser alterada. Ao final, as pessoas pensam sobre os objetivos atingidos ou não, elencando os acertos e os equívocos que incidiram sobre aquela decisão. Nesse sentido, o ato de avaliar pode estar correlacionado ao ato de preferir e fazer escolhas.

O campo conceitual da avaliação é constituído historicamente, e como tal se transforma de acordo com os movimentos e as mudanças dos fenômenos sociais. Há mais de dois mil anos, a China já fazia exames de seleção para os serviços públicos, e a velha Grécia praticava a docimasia, uma verificação das aptidões morais daqueles que se candidatavam a funções públicas. Em nenhum desses casos, realizava-se avaliação escrita, segundo nos informa Sobrinho (2003).

Na Educação, decerto, a avaliação encontrou seu lugar privilegiado, não só como exercício político e pedagógico mas também como respeitável campo de estudo. E embora desde o final do século XIX já se exercitasse a avaliação, com base em recursos técnicos e científicos, de forma estabelecida, ela somente atinge os graus de complexidade, como hoje a percebemos, há cerca de meio século.

Na década de 1960, Bourdieu avaliava museus franceses e europeus. Nos anos de 1970, e nos seguintes, a avaliação passa a ser uma área de muitas práticas e um importante objeto de estudos. Uma vasta produção técnica começa a se consolidar em revistas específicas e livros. Já na década de 1980, a avaliação começa a ganhar status de disciplina e se torna um campo formal de estudo.

Nessa seara do saber sobre a avaliação, muitos são os enfoques e muitas foram as propostas registradas na literatura especializada. Todavia, não é nossa pretensão ir muito além de um panorama geral de abordagens mais importantes para a pesquisa, como as de Stake (1967), Scriven (1974), Guba e Lincoln (1981, 1989), House (1983), Minayo (2002), dentre outros que possam favorecer uma leitura mais pertinente daquilo que nos propusemos investigar. Para esta pesquisa, a escolha ficou centrada na especificação de metas e objetivos e na determinação da medida em que esses foram atingidos. As avaliações centradas nesta abordagem, basicamente, buscam identificar se o que foi planejado foi atingido.

Scriven (1974, p. 174) define explicitamente a avaliação como um “processo pelo qual se determina o mérito ou valor de alguma coisa”. Identifica duas alternativas para a realização de uma avaliação: a avaliação formativa e a somativa. As avaliações formativas melhoram o

desempenho do programa, influenciando decisões imediatas sobre este, especialmente sobre como podem ser melhorados seus processos e seus componentes. Segundo Sobrinho (2003, p, 158) “trata-se de uma relação de ensino e de aprendizagem, não uma simples relação de controle”. Na avaliação do tipo somativa, confrontam-se os resultados alcançados. É por seu intermédio, que se dá o retorno à etapa inicial da formulação, com as correções no plano de ação, caso seja uma política de uso contínuo ou quando se decide pelo encerramento de determinada política.

Outros avaliadores, no entanto, sugeriram que a dicotomia de Scriven, acima descrita, não é suficientemente ampla para abranger todas as formas de avaliação. Chen (1996), por exemplo, alegou que a dicotomia formativa-somativa de Scriven não compreende, como deveria, todos os tipos básicos de avaliação, tornando-se um rico manancial para a sementeira de muitos refinamentos e expansão.

Minayo (2012), por sua vez, contribui no campo da avaliação com pesquisas na área da saúde e da doença, trazendo um reforço de sentido epistemológico e político, ao oferecer possibilidades de se repensar em políticas de saúde, menos segregacionistas e voltadas, particularmente, às necessidades das classes mais desprovidas. Assim, ao propor uma abordagem qualitativa para a avaliação, a antropologia introduz, de forma positiva, a importância do "subjetivo", oferecendo instrumentos para a sua apreensão, passando este a ser valorizado nos estudos dos fenômenos sociais.

Stake (1967) celebrizou-se como teórico de estudos de casos ou modelo de negociação, como é mais conhecido. Para ele, a avaliação é a percepção e a compreensão por meio de um processo de negociação. Ele também cunhou a expressão “avaliação responsiva”, caso em que os avaliadores precisam revelar sensibilidade, demonstrando habilidade de resposta ao que os destinatários esperam conhecer.

Guba e Lincoln (1981) também contribuíram, de maneira acentuada, para o desenvolvimento das pesquisas sobre a avaliação “naturalista”. Trata-se de uma abordagem de grande acolhida, tanto em termos práticos quanto em termos teóricos, notadamente, ao assumir a negociação, valorizando e aceitando a pluralidade de valores e a liberdade de demonstração.

Como vimos, a avaliação não é um processo tranquilo e sem contradições. É um fenômeno complexo, com uma pluralidade de funções e uma multiplicidade de efeitos que lhe são atribuídos. “O importante é buscar a teoria e a prática necessária para os acordos de interesses organizacionais para o desenvolvimento da avaliação” (SOBRINHO, 2003, p. 35).

Em contrapartida, há também os especialistas da avaliação, que têm tratado de estabelecer a especificidade das diferenças e das semelhanças entre a *pesquisa básica* e a

pesquisa de avaliação, tornando-se cada vez mais claro que as duas modalidades trilham caminhos comuns, no que se refere aos conteúdos e procedimentos científicos (técnicas de coleta de dados, organização e análise).

Em termos conceituais, existe uma diferença entre avaliação política e avaliação de políticas. A primeira diz respeito ao conteúdo, aos padrões de referência e ao momento inicial a que remete (direta ou indiretamente) para as relações causais de êxito ou fracasso. “A avaliação política consiste, portanto, em atribuir valor às políticas, às suas consequências, ao aparato institucional em que elas se dão e aos próprios atos que pretendem modificar o conteúdo dessas políticas” (FIGUEIREDO e FIGUEIREDO, 1986. p.108).

E além do mais, ainda pode fazer referência aos determinantes econômicos, políticos ou socioculturais que influenciam as tomadas de decisão e as escolhas de certas políticas, em detrimento de outras.

A avaliação de política ou de programa é aquela voltada para determinados setores sociais, como a que esta pesquisa se propõe – a utilização de métodos de avaliação de políticas sociais, próprios da pesquisa social e a análise de dados agregados.

Programa é um dos instrumentos de operacionalização da política; especificamente, trata-se de um conjunto sistêmico de ações programadas e articuladas entre si, com objetivo de atender uma demanda pública específica, encampada na agenda de prioridades de políticas públicas do Estado ou governo (ROSSI et al., 2004; VILLANUEVA, 2006).

Por sua vez, a expressão política pública visa definir uma situação específica da política. A melhor forma de compreendermos essa definição é partirmos do que cada palavra, separadamente, significa. Política é uma palavra de origem grega, politikó, que exprime condição de participação da pessoa que é livre nas decisões sobre os rumos da cidade, a pólis. Já a palavra pública é de origem latina, publica, significa povo, do povo.

Do ponto de vista etimológico, política pública refere-se à participação do povo nas decisões da cidade, do território. Porém, historicamente, essa participação assumiu feições distintas, no tempo e no lugar, podendo ter acontecido de forma direta ou indireta (por representação). De todo modo, um agente sempre foi fundamental no acontecimento da política pública: o Estado.

Não existe singularidade, nem a melhor conceituação sobre políticas públicas. Mead (1995) concebe-a como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas; Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Pode-se também acrescentar que, por concentrarem o foco no papel

dos governos, essas definições deixam de lado o seu aspecto conflituoso e os limites que cercam as decisões dos governos, por ser uma intervenção destinada a mudar uma realidade.

Ainda segundo Mead (1995), a área de políticas públicas contou com quatro grandes “pais” fundadores: H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton. Na sequência, Laswell (1936) introduziu a expressão *policy analysis* (análise de política Pública); Simon (1957) formulou o conceito de racionalidade limitada dos decisores públicos (*policy makers*); Lindblom (1959; 1979) questionou a ênfase no racionalismo de Laswell e Simon propôs a incorporação de outras variáveis à formulação e à análise de políticas públicas; Easton (1965) contribuiu para a área ao definir a política pública como um sistema.

No entanto, a definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por que e que diferença faz.

A discussão acerca das políticas públicas tomou, nas últimas décadas, uma dimensão muito ampla, apesar do não avanço das condições democráticas em todos os recantos do mundo e a gama de arranjos institucionais de governos, necessários para acontecer a governabilidade, mas que, por sua vez, se traduz nas condições adequadas para que os governos se mantenham estáveis.

Assim sendo, em 1984, Thomas Dye define uma política pública como aquilo que o governo escolhe fazer ou não fazer, uma vez que a própria decisão do governo de “não fazer nada” a respeito de um problema estabelecido pode ser considerada como uma maneira de produzir políticas públicas. A conceituação de Dye é amplamente aceita, assim como a definição cunhada por Lasswell e retomada por Souza (2006).

Por fim, é importante dizer que os grupos de interesse, organizados socialmente, traçam estratégias políticas para pressionarem o governo, a fim de que políticas públicas sejam instituídas.

No período do *boom* da avaliação de políticas e programas públicos, ocorrido nos Estados Unidos, na década de 1960, a avaliação era vista, quase exclusivamente, como uma ferramenta de planejamento destinada aos formuladores de políticas e aos gerentes de mais alto nível. A demanda por avaliação justificava-se, então, pela expansão, sem precedentes, do gasto público, notadamente do gasto com bens e serviços sociais. Isso se teria dado não apenas porque a provisão estatal de bem-estar social era (e ainda é) politicamente bem mais controvertida nos EUA do que na maioria dos países europeus, por exemplo, mas também em decorrência do ethos norte-americano de sempre buscar maximizar o valor do dinheiro (ALBAEK, 1998).

No Brasil e na América Latina, a expansão da utilização de modelos e métodos de avaliação se deu a partir dos anos de 1970, com mais ênfase nos anos de 1980 e de 1990, sob a hegemonia de uma ótica gerencialista (FARIA, 2005), que ao classificar, fragmentar e tipificar os processos avaliativos, colocou-os a serviço das contrarreformas do Estado (BEHRING, 2003), com intuito de sustentar sua redução e transformação sob a alegação de maior busca de eficiência e eficácia.

No entanto, a ampliação da avaliação de políticas e programas sociais somente é documentada, no Brasil, a partir de 1978, coordenado por Olavo Brasil Jr., no encadeamento das lutas sociais contra a ditadura militar, propagada em 1964, por ação dos movimentos sociais, que assentaram na agenda pública a necessidade de alargamento das políticas sociais universais, como direito de cidadania. Nessas circunstâncias, expande-se a crítica ao padrão de políticas sociais desenvolvidas na América Latina e no Brasil, principalmente quanto ao mau uso do dinheiro público e à falta de foco dos programas sociais para a população mais necessitada (SILVA, 2013).

A partir de 1995, ainda segundo Silva (2013), o impulso da avaliação de programas sociais continua a se desenvolver, agora no contexto da reforma do estado brasileiro, seguindo uma tendência internacional para a adaptação do país ao novo ordenamento do capitalismo mundial.

Assim sendo, empreender qualquer avaliação sobre políticas públicas de cultura significa capturar a ordem de sua orientação conceitual, os níveis de procedimento de gestão e suas técnicas de implementação. Por se tratar de um objeto que traz consigo um universo de difícil delimitação, sua administração carrega desafios que superam os da simples relação entre os níveis extremos de um ciclo político.

Para Dias Sobrinho (2003, p.18), “a avaliação na perspectiva cultural leva em conta a realidade de cada instituição ou programa, e muitas das estratégias são criadas ao longo do processo, ou seja, no próprio desenvolvimento da avaliação”. É também na perspectiva cultural que se leva em conta a diversidade de normas e valores que constituem os diversos grupos e se percebe que não é nada tranquila a produção de acordos. E ainda se abre espaço para a observação participativa, a etnometodologia, os estudos de casos e outras metodologias, derivadas da antropologia (como a pesquisa qualitativa), que buscam conhecer e interpretar os diferentes significados e as interpretações que os indivíduos e grupos têm a respeito dos fatos e fenômenos, temática que reservamos ao próximo capítulo.

House (1994) também apresenta uma importante contribuição a essa abordagem, ao discorrer sobre as perspectivas que projetam valores e pressupostos e funcionam como marcos

interpretativos. Segundo ele, três perspectivas são bastante importantes para explicar o estado do nosso conhecimento sobre as práticas em educação: perspectiva tecnológica, política e cultural. Cada uma delas carrega explicações em termos de categorias regulares e predizíveis, a respeito do fenômeno que buscamos compreender sob a ótica da avaliação.

A complexidade da avaliação refere-se, como estamos vendo, à complexidade mesma do fenômeno e, então, do objeto, à pluralidade de funções que lhe são atribuídas, aos processos, aos grupos implicados e à multiplicidade de efeitos que produz.

Segundo Weiss (1998, p. 23), a boa teoria de uso da avaliação tem conteúdo descritivamente preciso.

O primeiro obstáculo é que os resultados da avaliação muitas vezes ameaçam interesses arraigados. Um segundo obstáculo é que os programas sociais como um todo (em oposição aos projetos ou elementos) raramente morrem ou são substituídos. Quando o fazem, é principalmente, por razões políticas ou econômicas, não porque eles foram avaliados negativamente. Daí porque a informação da avaliação sobre os efeitos do programa não afeta a política rapidamente. Um terceiro obstáculo é que os prestadores de serviço se envolvem em práticas para além de razões de eficácia, como comodidade, hábito, e segurança. Um quarto obstáculo é que a decisão política é um processo lento e quase sempre a mudança é incremental. Um quinto obstáculo é que os decisores políticos e gestores utilizam informações de muitas maneiras. Apesar dos decisores políticos obterem informações sobre o desempenho do programa, devem existir conflitos de valores, interesses e conveniências, e eles têm menos poder de modificar os programas do que os observadores de fora possam imaginar. As restrições são impostas a eles por decisões passadas e pela atual realidade fiscal, e pelas realidades políticas da programação social. Um sexto obstáculo é que mesmo que uma inovação seja extremamente bem-sucedida, o pessoal local pode ainda não adotá-la.

A boa teoria de uso identifica as principais escolhas que os avaliadores devem fazer sobre como, quando, onde e por que, para produzir resultados úteis. Assim, uma teoria do uso é um componente necessário da teoria da avaliação.

O que fundamentalmente está em questão nessa avaliação da trajetória do RPV–RN é como o órgão implementador do programa está conduzindo sua aplicação, a frequência da inserção dos mestres e grupos habilitados na programação de atividades da instituição, através de registros na agenda cultural e também da fala dos habilitados, desde a publicação do resultado do edital, em 2009, até o ano de 2017, e como está sendo utilizada, na prática, a salvaguarda do patrimônio da cultura popular para as gerações futuras, com o intuito de alcançar as metas formuladas na forma da Lei.

Assim sendo, a finalidade da avaliação centrada nas metas busca determinar o grau em que os objetivos foram alcançados. A distinção entre suas características deve definir objetivos

mensuráveis, usar instrumentos precisos de coleta de dados e procurar discrepâncias entre objetivos e desempenhos.

Nesse contexto é que foi feita a escolha dos indicadores sociais que irão estabelecer o elo entre os modelos explicativos da teoria social e a evidência empírica dos fenômenos sociais observados, que expressaram, com profundidade, as mudanças em processo e não apenas o grau de variação que tenha ocorrido no percurso. Enfim, os indicadores precisam versar, com muita clareza, os objetivos do programa.

O primeiro indicador foi o de eficácia, que, no plano mais geral, “diz respeito à relação entre características e “qualidades” dos processos e sistemas de sua implementação, de um lado, e os resultados a que chega, de outro”. O segundo indicador, o de efetividade, “refere-se à relação entre objetivos e metas. Ou seja, a efetividade de um programa se mede pelas quantidades e níveis de qualidade com que realiza seus objetivos específicos, isto é, as alterações que se pretende provocar na realidade sobre a qual o programa incide, promovendo efeitos ou não” (DRAIBE, 2001, p. 26).

Dessa forma, o grau de alcance dos objetivos definidos nos projetos sociais é a característica definidora da eficácia, sendo que seus indicadores têm a função de demonstrar até que ponto os resultados do projeto são atingidos. E somente a avaliação de efetividade “torna possível estabelecer uma relação de causalidade entre as ações do projeto e o resultado final, além de permitir verificar se este resultado final teria sido o mesmo na ausência do projeto”(SULBRANDT, 1994, p. 365-408), tornando possível assegurar a qualidade, a confiabilidade e a validade dos dados obtidos na avaliação desse programa.

A organização da coleta e dos dados seguiu, em parte, o quadro de referências criado por Stake (1967): 1 – o pano de fundo, a justificativa e a descrição do fundamento lógico do programa (o que inclui sua necessidade); 2 – fazer uma lista de antecedentes significativos (insumos, recursos, condições existentes), transações (atividades, processos) e resultados; e 3 – registrar os julgamentos feitos de condições, transações e resultados do programa. Cada um desses eixos de análise mereceu uma abordagem extensa, bem como uma reflexão sobre seus limites e possibilidades, comprovados pelos relatos obtidos nas entrevistas estruturadas, semiestruturadas e na observação participante, para abarcar a complexidade da trajetória do RPV–RN.

A essa metodologia associam-se os procedimentos antropológicos, de caráter qualitativo, que trabalham com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Segundo Minayo (2009, p. 21), “esse conjunto de fenômenos humanos é entendido como parte da realidade social que se distingue não só por agir, mas por

pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações, dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes”.

Na análise e interpretação dos resultados obtidos, por meio da coleta dos dados, que vai fazer parte da última etapa do processo de avaliação, foram utilizadas técnicas de entrevistas para fortalecer as conclusões extraídas dos resultados, (com a interpretação dos interpretadores, concentrada na execução do programa avaliado) quanto aqueles relacionados à mensuração e ainda os demais relacionados aos envolvidos nas etapas da avaliação.

4 O PROCESSO DA TESSITURA: reflexões do campo

Numa ciência, onde o observador é da mesma natureza que o objeto, o observador, ele mesmo, é uma parte de sua observação.

Lévi-Strauss (1975, p. 215)

A pesquisa de campo teve início nas localidades dos dois mestres motivadores da investigação: primeiro, na comunidade de Lagoa do Tapará, povoado de São Gonçalo do Amarante, em que reside o mestre Antônio de Rosa, representante do Boi-de-Reis e, posteriormente, no município de São José de Campestre, residência do mestre João Viana, representante do segmento teatro de João Redondo.

Os registros não se restringiram apenas às informações dos dois mestres; resultaram também das conversas com as pessoas da comunidade de ambos, nas Casas de Cultura, fazendo entrevistas semiestruturadas, seguindo algumas técnicas de Stake (1967), com outras de Figueiredo e Figueiredo (1986), para dar início à construção dos dados, em sintonia com a metodologia da pesquisa, no intuito de responder a pergunta de partida: *como o RPV–RN está sendo implementado?*

Como já havia muitos dados registrados sobre os mestres acima citados (desde a época do inventário⁵², com registros fotográficos e videográficos, junto aos seus familiares) tornou-se fácil a catalogação o material crítico sobre o fenômeno pesquisado, em que são contadas as histórias de vida, fornecendo-nos verdadeiros discursos, às vezes confundidos com dados de “especialistas”, como diria BRANDÃO (2007).

Para esses itinerários, estava sempre comigo o caderno de campo, bem resistente, com anotações anteriores, em que deixava sempre espaço para observações adicionais, em prosseguimento à pesquisa. Esse ato sempre ajudava a ver as lacunas a serem preenchidas, quais os pontos de resistência, aquela questão que era difícil perguntar, ao mesmo tempo em que nos cabia questionar segundo Brandão (2007, p. 27): “está sendo difícil por quê”? Era preciso mesmo ter consciência de que numa pesquisa, muitas vezes, a coisa mais importante são as respostas às perguntas que não foram feitas. Enfim, dava-me a oportunidade de enxergar o que estava pendente.

Além disso, levava comigo outro instrumento inseparável: a câmera filmadora. Bem mais prático, com seu uso, baixar no computador as imagens; e mais fácil ainda se fazia a transcrição do áudio com as vozes dos interpretadores, facilitando naturalmente a escrita.

⁵² Inventário para o reconhecimento do Teatro de Bonecos do Nordeste: Mamulengos, Cassimiro Coco, Babau e João Redondo, como Patrimônio Cultural do Brasil.

É nesse contexto que se inicia a segunda fase da pesquisa, focando sempre o problema e a hipótese que a encabeçam. Diferentemente da pesquisa de campo, com os dois mestres iniciais (o primeiro, compondo o segmento do teatro de João Redondo, e o outro, que embora tenha concorrido com o segmento de Boi de Reis, para o RPV–RN, também é mestre dessa forma de teatro), inteiramo-nos dos segmentos dos outros habilitados escolhidos para a pesquisa, a fim de ingressar no campo com algum conhecimento prévio, seja este advindo de fontes secundárias, informação de jornal, por exemplo, seja decorrente da coleta de dados registrados na internet (currículos, agendas de apresentações, observações em suas várias dimensões).

O contato prévio a nosso ingresso no campo, foi feito com cada mestre ou grupo, até porque estes residem em municípios diferentes. No primeiro contato, esclarecemos sobre o objetivo da pesquisa e o da instituição, a UFRN. Também solicitamos, previamente, a autorização de cada sujeito/grupo de pesquisa para gravar a entrevista, assim como para assinar o termo de consentimento.

Ainda assim, entramos em campo sob a pressão de um insistente questionamento: o que será que nos espera? Mesmo havendo feito a aplicação do pré-teste com os dois mestres do Teatro de João Redondo, os quais já conhecia, sabíamos que era preciso melhorar nossa *performance* de entrevistadora. Percebemos, por exemplo, que algumas perguntas não estavam claras e que algumas pessoas não as entenderiam; poderiam até fazer confusão no momento de respondê-las.

Em nosso retorno, após a aplicação do pré-teste com os dois mestres, buscamos o apoio de aportes teóricos, precisamente as reflexões de Brandão (2007) que nos orientaram quanto aos próximos passos: esta pergunta é realmente necessária? Qual a sua utilidade? Esse tema exige uma pergunta separada, ou pode ser incluído em outras perguntas? Existem outras perguntas que já incluem adequadamente este ponto? A pergunta é desnecessariamente minuciosa e específica? Várias perguntas são necessárias sobre o tema que propõe esta pergunta ou uma é o suficiente? Todos os aspectos importantes sobre o RPV serão obtidos da forma como foi elaborada a pergunta? Em perguntas de opinião, interessa saber os graus de favorabilidade/desfavorabilidade, ou basta saber se é a favor ou contra? As pessoas têm a informação necessária para responder a pergunta? Além desses vários questionamentos orientadores de percurso, o autor ainda nos alerta para o fato de que não basta que se esteja abordando a pessoa certa; é preciso saber se ela é capaz de se lembrar da informação. Também recomenda que é preciso evitar o uso de abreviações e não se deve tratar dois assuntos complexos em uma mesma pergunta.

Após refazer o pré-teste, relacionando-o com os questionamentos apontados por Brandão, acima mencionados, e contando com o auxílio da leitura de outras teorias e experiências (em forma de artigos e teses), foi possível articular os dados registrados e retornar ao campo para um novo encontro com os sujeitos de pesquisa.

Esse retorno causou um pouco de apreensão, pois embora já houvesse realizado os ajustes no que concerne ao realinhamento das questões, indo das mais fáceis às supostamente mais complexas, poderíamos, sem ter esta intenção, exigir até bem mais dos habilitados, ou deixá-los confusos, mesmo se tratando de questões relacionadas a seu ritual de trabalho ou à sua produção artística.

E isso é até compreensível. Muitas vezes, tanto no contexto de trabalho ritual, quanto no contexto de trabalho produtivo, é muito comum os entrevistados responderem contando sua história, para explicar o momento atual, em que quase sempre é apresentada uma história da tradição do segmento do mestre ou do grupo, como aconteceu, por exemplo, na explicação da Chegança, de Barra do Cunhaú, mesmo na volta do pré-teste, sendo necessário ajustar a pergunta.

Nesse percurso, buscamos fazer o que Brandão (2007) chama de descrição colada na prática, quando acompanhamos os mestres Antônio Vieira e João Viana, no IV Encontro de Bonecos e Bonequeiros do Teatro de João Redondo, em 2016, no município de Currais Novos, solicitando que eles dissessem como e por que faziam a brincadeira daquela forma “colando na vida deles”. Como já conhecíamos o universo a que eles pertencem, seria cansativo pedir que falassem sobre essa brincadeira, tal como era feita no passado, então solicitamos que eles falassem sobre as relações de suas brincadeiras – teatro de João Redondo e Boi de Reis –, enraizadas na tradição, com a que acontece hoje, na contemporaneidade, e, ainda, de como se dava a introdução dos novos temas em suas brincadeiras. Pareceu-nos claro que eles dominavam categorias de interpretação da realidade, como as que aprendemos na academia, como o uso das palavras sistema, pensamento, ideia, regime, mas não conseguiam atingir, com clareza, o que estávamos querendo saber, o que provocou novo ajuste, para a segunda fase.

Outro momento colado na prática do campo deu-se com o grupo Chegança, de Barra do Cunhaú, já na segunda fase, ao participarmos da confraternização de final de ano, em dezembro de 2017. Sabíamos, antecipadamente, que haveria um jantar e, antes disso, aconteceria uma pequena apresentaçãodo do grupo, em frente ao restaurante/pousada. Diferentemente do previsto/esperado, houve uma apresentação especial em nossa homenagem, o que foi deveras emocionante e também muito proveitoso para a pesquisa. Isso porque aproveitamos essa

apresentação particular para registrar várias partes da Chegança, às quais nem sempre se tem acesso em todas as apresentações do grupo.

Também merece registro especial a entrevista com o grupo Cabocolinhos, de Ceará-Mirim. Aplicamos, com alguns de seus componentes (jovens e velhos), a técnica de grupo focal de investigação, tendo em vista que a maioria deles trabalham em fábricas até o sábado, só nos restando o dia de domingo, em que, aliás, eles nunca estão na cidade, pois se deslocam, na folga, para as praias. Optamos, em razão disso, pela aplicação desse método, que é eficiente quando se quer entrevistar um coletivo, em uma única vez.

Essa ideia foi compartilhada com o Presidente do Grupo, Severino Roberto, que tratou de reunir vários componentes, principalmente os mais jovens, haja vista pertencerem, em bom número, a uma mesma família e residirem quase todos na mesma rua. Muito embora isso não seja um facilitador; ao contrário, é um grande problema para eles se reunirem. Para se ter uma ideia do problema, até para a escolha da diretoria, aproveitam o retorno de uma apresentação, ainda no ônibus, para realizar a eleição.

Os Grupos Focais são definidos como técnica de entrevista em grupo, que se baseia na interação social entre pessoas, com características em comum, procurando compreender o que sentem ou pensam sobre um determinado assunto; no caso da pesquisa, a Lei do RPV-RN (anexo-4).

Essa técnica não estava planejada para usar no campo; mas diante da singularidade do grupo, com as entrevistas restritas às esporádicas apresentações, e ainda o fato de, nesses momentos, estarem sempre atrelados ao retorno do grupo, com a contratação do transporte, com horário fechado, resolvemos aplicá-la. Mesmo porque se trata de uma técnica abrigada no campo qualitativo, orientada por narrativas produzidas por sujeitos que se encontram reunidos, e que se baseia em um tema-chave (no caso a Lei do RPV-RN), guiado por um pesquisador, que abre a reflexão a muitas vozes.

A avaliação da trajetória da Lei do RPV-RN (anexo-4), como se inscreve no paradigma qualitativo, assumiu uma preocupação com todo o processo, construindo abstrações a partir dos dados obtidos com a pesquisa documental e as entrevistas estruturadas e semiestruturadas, o uso de entrevistas, aplicando-se a técnica de grupo focal, os registros fotográficos e videográficos.

Seguindo os propósitos da pesquisa, as entrevistas semiestruturadas estiveram apoiadas nas variáveis e indicadores considerados essenciais para a construção dos dados empíricos (FLICK, 2002) e foram organizados por tópicos temáticos: sentimentos, conhecimentos, interpretação das informações sobre o RPV-RN, tanto em relação ao programa quanto aos

sentidos das ações de todos os envolvidos, colocando em foco sua vida cotidiana e seu saber-fazer, como questões mais relevantes da avaliação, suas expectativas, suas sugestões, evitando perguntas que conduzissem a respostas dicotômicas do tipo *sim* ou *não*, em favor de narrativas de suas vivências.

As mesmas intenções orientaram os roteiros das entrevistas com os gestores e o corpo técnico da FJA e, ainda, com o criador da Lei, junto aos formuladores da Lei (a instituição de apoio nessa caminhada), o Conselho Estadual de Cultura, sempre com o interesse de examinar as falas e expectativas desses sujeitos em relação à implementação e sustentabilidade do programa.

Os habilitados/sujeitos pesquisados/participantes, um dos elementos mais importantes da pesquisa etnográfica, induziram-nos a pensar nas pistas dadas por Malinowski (1978, p. 40), em seu texto clássico de orientação para antropólogos, quando afirma que “toda a estrutura da sociedade está incorporada no mais evasivo de todos os materiais, o ser humano”. E mais uma vez, quando chama a atenção para a necessidade de observar como os processos que estão sendo investigados, se organizam na prática; como funcionam; quais as incongruências entre o que é dito e o que é feito; como se processam as relações hierárquicas, as relações entre pares e entre opostos; quais são os símbolos e sinais significativos dos processos em investigação que estão sendo emitidos e naturalizados no cotidiano.

À luz dessas orientações, organizamos um percurso básico de observação, que possibilitou confrontar os diversos relatos minutados nas entrevistas. O roteiro teve três eixos de observação: o ambiente físico dos grupos e mestres habilitados; o ambiente relacional, focalizando as relações existentes na Fundação José Augusto, entre a Comissão Permanente de licitação – CPL, o Centro de programação Cultural – CPC e o departamento financeiro.

Para traçar o roteiro da análise documental, ancoramo-nos em Bachelard (1980), que chama a atenção para o fato de que os textos não falam por si; respondem a indagações dos investigadores. Adotando essa compreensão, buscamos legitimar os dados por meio de vários tipos de documentos escritos, visuais e audiovisuais, que pudessem referendar informações de natureza oficial: os orçamentos financeiros (custo-benefício); os materiais de divulgação e propaganda; a comunicação do setor cultural da instituição com os habilitados.

Muitos foram os documentos pesquisados no arquivo da FJA: os oficiais, que envolvem a Lei e o Decreto que sancionou o RPV–RN; o relatório final do processo de inscrições do edital para escolha dos habilitados (os discursos, as minutas, os boletins informativos, os relatórios das atividades culturais do Centro de programação cultural, a lista com nomes dos habilitados iniciais e as substituições feitas por morte); e a ata da comissão indicada para fazer

a escolha dos habilitados no processo, com as devidas justificativas da escolha dos mestres e ou grupos.

A análise desses conteúdos revelou posições de valores que conflitavam com as metas e os objetivos do programa. Os registros visuais e audiovisuais foram verificados em pequena proporção, visto que os habilitados não participaram, com frequência, das programações culturais da instituição.

Segundo Scriven (1994, p. 380), a avaliação de um objeto qualquer “é feita para identificar e aplicar critérios defensáveis para determinar seu valor, mérito ou qualidade”. Fazer uma avaliação da trajetória da Lei do RPV–RN (anexo–4), bem como das ações e metas sociais que a envolvem, possibilitou a produção de conhecimento sobre o modelo de gestão que atua diretamente no programa, além de contribuir para que os mestres da cultura popular não vejam o RPV apenas como uma ação do Estado para a sociedade, mas como um direito.

O procedimento analítico pautou-se pelo modelo de “avaliação de processo”, destacando os seguintes pontos: identificação do objeto de decisão; estrutura organizacional do aparato burocrático-administrativo; alocação de recursos; arcabouço institucional; características do processo de implementação.

A localização espacial da pesquisa contempla os municípios mencionados anteriormente⁵³, em que residem esses indivíduos ou grupos de indivíduos, com uma população definida em quatro pessoas físicas e dois grupos, constituídos como pessoa jurídica.

É importante ressaltar que o processo de recolha de dados da segunda fase, em que se fez a avaliação da trajetória da Lei do RPV–RN, teve início em junho de 2016, indo até novembro de 2017, alternando com a pesquisa documental e as entrevistas, ora com os habilitados, ora com o corpo técnico da implementação do programa (protocolo, apoio inscrições, departamento financeiro, centro de promoções culturais, gráfica e arquivo).

A trajetória da pesquisa de campo foi relativizada com perguntas personalizadas para os entrevistados, seguindo um fluxo de conversação natural, o que proporcionaria uma relação de confiança e contribuiria para a obtenção de dados entre diversos sujeitos, com modificações de sua ordem, em que foi deixado por último, por exemplo, a entrevista com o autor da Lei, o Deputado Estadual Fernando Mineiro, com a gestora atual (em 2017) da FJA, Isaura Amélia Rosado, e com o Presidente da Comissão Nacional do Folclore, Severino Vicente, que, à época, era Presidente da Comissão Estadual de Folclore e fez parte da equipe da formulação do projeto de Lei para o RPV–RN.

⁵³ Os municípios de São José de Campestre, Santo Antônio, Macaíba, Santa Cruz, Ceará-Mirim e Barra do Cunhaú (Canguaretama – RN).

E vale registrar ainda que foram excluídas questões que já tinham sido contempladas na entrevista estruturada, ou que tinham perdido sua relevância por se sobrepor a outros questionamentos que iam surgindo ao longo da conversa, gerando novas descobertas, como o desvendamento da conclusão do edital do concurso de 2012, numa entrevista com a gestora instituição, de quem soubemos que o edital desse concurso não estava inconcluso e que até mesmo seu resultado final já havia sido publicado.

A ciência desse fato orientou-nos o caminho de uma nova investigação: descobrir esse registro. Mas com quem? Segundo a gestora, a pessoa a quem poderíamos recorrer já se havia aposentado.

Ao fazer a releitura do edital do concurso de 2009, focamos numa informação que, diferentemente das anteriores, indicava como desvendar esse mistério. Logo após os dados cadastrais da FJA, informa-se que, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação – CPL, nomeada pela portaria n. 004, de 08 de janeiro de 2009, publicada no DOE de 14/01/2009, e para conhecimento dos interessados, se realizaria uma Licitação na modalidade concurso. No capítulo IX, das disposições gerais e transitórias, estabelece-se que a realização dos procedimentos licitatórios, na modalidade de concurso público, em todas as edições anuais do RPV–RN, ficará sob a responsabilidade da CPL, com a participação da Comissão especial, prevista no inciso 2, do Art. 8 da Lei 9.032/2007, auxiliada, no que couber, pela Unidade Gerencial do RPV–RN.

Um novo olhar dispensávamos, nesse momento, a esse setor que, antes, havíamos tomado/entendido como parte do corpo técnico da instituição nesse processo de implementação do programa, como mero responsável pela Licitação para o edital do concurso, desvestindo-se dessa responsabilidade ao final do período de inscrições. O impasse havia-se instaurado. Mas antes disso, havíamos marcado uma entrevista com o Presidente da Comissão Nacional de Folclore, Severino Vicente, naquela mesma manhã. Dada a sua demora, resolvemos conversar com o Presidente da CPL– FJA, Sr. Francisco Lopes Júnior.

Essa conversa foi muito proveitosa, pois tomamos ciência de outros detalhes do processo do RPV–RN, vez que ele havia chegado ao setor antes da implementação. Assim, juntos, esclarecemos dúvidas sobre a quantidade inicial dos mestres, que, conforme a Lei n. 9.032, de 27 de novembro de 2007, designa ao Poder Executivo, através de Decreto, fixar o número inicial de RPV–RN, o número de inscritos anuais e o número máximo de inscrições ativas, inclusive especificando acerca do quantitativo referente a pessoas físicas e jurídicas.

Numa revisão dos documentos oficiais de que dispúnhamos, confirmamos o teor do Decreto n. 20.666, de 19 de agosto de 2008, que regulamenta a Lei, nas disposições gerais, em

que se determina, no Art.5, que serão realizadas cinco inscrições anuais no RPV, dentre as quais, duas para pessoas naturais e três para pessoas jurídicas. No Art. 6, define-se que o número de bolsas de incentivo, decorrentes do RPV–RN não poderá exceder, simultaneamente, a sessenta concessões.

Com o apoio desses documentos, e contando com os esclarecimentos do presidente da CPL, revimos o Decreto n. 21.193, de 16 de junho de 2009, que altera o Decreto Estadual de n. 20.666 acima citado. *O Decreto n. 21.193, já em seu Art. 1, registra, em seu acréscimo ao Art.5 do Decreto 20.666 o seguinte: o número inicial de participantes no RPV–RN não excederá o quantitativo de dez, sendo: I – sete pessoas naturais; e II – três pessoas jurídicas de direito privado, segundo o disposto no art. 2, inciso 2, da Lei Estadual, n. 9. 032, de 2007.* Essa alteração, vale registrar, somente entra em vigor em 16 de junho de 2009.

Mesmo de posse dessas informações, ainda não entendíamos o total constante na lista de pagamento das bolsas: quatro grupos (pessoa jurídica) e seis pessoas físicas, o que se contrapunha à Lei, e ainda denunciava o desconhecimento dos critérios que concederam merecimento a esses habilitados.

Também merece destaque, na avaliação da trajetória da Lei do RPV–RN, a menção, que se faz na Lei (anexo–4), em seu Art.1 e nas Disposições Gerais do Decreto (anexo–5) que a regulamenta, de que o programa seria implementado pela Fundação José Augusto–FJA, com o apoio do Conselho Estadual de Cultura.

Em entrevista com o Presidente do Conselho Estadual de Cultura, Iaperi Araujo, questionamos sobre que tipo de apoio era dado por eles para a implementação do RPV–RN. Em sua resposta, ele faz saber que esse apoio deu-se apenas com a indicação de um membro, para compor a Comissão Especial do edital do concurso e a avaliação do pedido da família de Luzia Dantas, que entrou com um processo para aprovação de sua candidatura ao RPV–RN. Na realidade, acreditávamos que eles acompanhavam o programa de alguma forma, ou mesmo que teriam um arquivo com as atas dos relatórios para a escolha dos habilitados, visto termos observado que a reunião do Conselho Especial para o edital do concurso do RPV–2009 tinha acontecido na sala do Conselho Estadual de Cultura, que funciona na Academia Norte-riograndense de Letras.

Com tantas lacunas a serem preenchidas, voltamos a falar com Francisco Lopes Junior (CPL– FJA), de quem obtivemos a informação de que a lista com os nomes dos inscritos era feita ao término do prazo das inscrições dos concursos e, que, provavelmente, deveria estar em anexo ao processo original. Também nos informou que não havia inabilitados nos concursos, fosse por falta de documentos exigidos, fosse pelo fato de não se enquadrarem no perfil, porque

todos que chegavam para fazer a inscrição, ele fazia a conferência e, se houvesse alguma pendência, nem recebia, dando-lhes instruções para providenciarem; tudo na intenção de contribuir com o processo.

Ele procurou essas listas em seus arquivos do computador, mas não as encontrou. Mas localizou o edital do concurso de 2012, do qual nos deu uma cópia, como também do relatório da ata do edital do concurso da edição de 2012, confirmando a informação recebida da gestora atual, de que havia sido publicado o seu resultado; que ele não tinha ficado inconcluso.

Em resumo, o relatório diz que a Comissão Especial habilitou o único grupo inscrito naquele edital de concurso do RPV–RN, o Boi de Reis de Cuité, do distrito de Pedro Velho – RN, fazendo toda reverência ao grupo. Como pessoa física, foram habilitados o poeta repentista e violeiro Domingos Tomás de Lima, pela sua história como repentista. O outro nome julgado foi o da escultora Luzia de Araujo Dantas, que anteriormente tinha entrado com um pedido de contestação, junto à Comissão Estadual de Cultura; nesse caso, tornado sem efeito esse pedido.

Cabia-nos, por fim, confirmar se o Relatório da Ata do edital do Concurso do RPV–RN (2012) havia sido publicado no DOE com os nomes dos habilitados, constantes nesse documento, e de como aconteceu a inserção do nome do violeiro Antônio Fernandes Reinaldo, mais conhecido como Antônio Sobrinho, mesmo com muitos problemas de saúde, contrariando o Art. 2, que assim dispõe: *considerar-se-á habilitado na definição de Patrimônio Vivo do Estado do Rio Grande do Norte, dentre outros requisitos, aquele que esteja capacitado a transmitir seus conhecimentos ou suas técnicas a alunos ou a aprendizes*, na ordem bancária dos habilitados, com o recebimento da bolsa de incentivo. E, ainda, localizar a lista dos inscritos, nesses dois editais, para ver os nomes dos que ainda estão à espera, para uma substituição de vaga, em caso de falecimento ou de outro impeditivo, enquanto um novo edital não era publicado. Parece que, com esses dados interpretados, seria possível finalizar a história da edição do edital do concurso do RPV–RN (2012).

Todos esses pormenores, embora, aparentemente, pareçam excrescências, no que concerne ao real objetivo desta pesquisa, são dados importantes, na medida em que se constituem passos da trajetória da Lei do RPV–RN (anexo-4), que ora se avalia. Tanto é que do conjunto de dados que subsidiam esta investigação fazem parte não apenas os registros das propostas dos habilitados do programa, que foram aprovados, mas também os textos que os fundamentam – a Lei e o Decreto –, e mais particularmente, os Editais dos concursos.

Afinal, como nos orienta Minayo (2005, p. 158): “o trabalho de campo realiza um momento relacional e prático de fundamental importância exploratória, de confirmação ou refutação de hipóteses e construção de teorias”. Certamente o ciclo nunca se fecha, pois toda

pesquisa produz conhecimentos afirmativos e provoca mais questões para aprofundamento posterior.

4.1 A INTERPRETAÇÃO DOS INTERPRETADORES: vozes dos atores envolvidos na implementação do programa do RPV–RN

Nas minhas pesquisas, muitas vezes até, eu classifico os meus entrevistados em três categorias. Esse entrevistado de dados é o sujeito pobre de experiência, ou então o sujeito de experiência, mas fechado, de quem eu não consigo na entrevista mais do que alguns dados, mais do que algumas informações a respeito de como a coisa é. Depois o sujeito, o entrevistado, o informante que me dá material crítico, que me dá realmente discurso: é o sujeito que fala e que explica, que me diz uma história de vida, que interpreta fatos. Depois, o que eu chamo de informante especialista, o informante que não só produz dados populares com muita precisão, como também é aquele que entende profundamente da coisa, e ele fala como um especialista (BRANDÃO, 2007).

Esta pesquisa teve início com um problema, em forma de pergunta, dando origem a novas interrogações, que se tornaram, posteriormente, questões para as entrevistas, fazendo brotar muitas interpretações. Com base em Minayo (2006), consideramos que a interpretação consiste em relacionar as estruturas semânticas (significantes) com estruturas sociológicas (significados) dos enunciados presentes na mensagem.

É nessa perspectiva que serão integradas as entrevistas, a documentação e a literatura sobre o tema, os quais, por sua vez, vão ser incorporados ao conjunto de fontes documentais, enriquecendo a avaliação, dando-lhe credibilidade.

Como optamos pelo paradigma qualitativo, trouxemos Stake (2011), que, em algumas vezes, denomina-a como *pesquisa interpretativa*. Para ele, todas as pesquisas exigem interpretações e, na realidade, o comportamento humano exige interrogações a cada minuto. Neste subitem está o cerne da pesquisa, em que a investigação e a prática científicas se aliam, com uma sólida fundamentação teórica adotada para a construção da *trajetória* do RPV–RN.

Na concepção de Bourdieu (1980), as trajetórias se constituem como instrumento metodológico estratégico para a compreensão dos processos sociais, em um diálogo entre temporalidades, narrativas e compreensão histórica coletiva e social, com a vivência singular e individual. Por meio das narrativas e relatos de vida, seguindo o autor, é possível formular a compreensão do contexto social em que os sujeitos se inserem, assim como das representações de tais sujeitos, a partir das evocações realizadas por estes, nas entrevistas em profundidade, por exemplo.

Nessa perspectiva, Bourdieu (1980, p.189 e 190) reforça a sua noção de trajetória “como uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço ele próprio um devir submetido a incessantes transformações”. Também sublinha que as trajetórias definem-se como colocações e deslocamentos no espaço social, mais precisamente “nos estados sucessivos da estrutura da distribuição das diferentes espécies de capital que estão colocadas em jogo no campo considerado”.

À luz dessa reflexão, concebemos a noção de trajetória como aporte fundamental da ampliação vertical, na perspectiva avaliativa proposta por Gussi (2008), ao encontrar empiricamente, nas representações dos sujeitos envolvidos nos ciclos das ações do programa, um campo compreensivo e privilegiado para o desenvolvimento e problematização de sua trajetória.

Dessa forma, a avaliação não foi vista como algo que devesse ficar a distância, para arquitetar um resultado técnico, ou entender que as narrativas fossem uma coisa estranha, da qual se extraísse a verdade; ao contrário, o processo da avaliação dialogou com as ansiedades dos interpretadores, através de suas narrativas, exibidas ora por nomes fictícios, ora por nomes reais, possibilitando a construção da análise, para termos uma compreensão mais ampla do processo avaliativo.

Além dos envolvidos na implementação do programa, foram incluídas, nessa lista dos interpretadores, algumas instituições de apoio aos mestres e ou grupos (as mais citadas por eles) para identificar as divergências ou concordâncias entre as diferentes versões, como, por exemplo, para avaliar o desempenho do programa, para citar alguns dos objetivos da pesquisa.

Por envolver muitos sujeitos, esta investigação abriu espaços para a perspectiva do outro, ou seja, para a conjugação das diferentes subjetividades, levando em consideração o conhecimento de mundo na interpretação dos interpretadores desse campo, fazendo dessa fusão de subjetividades algo objetivo, transformando o “confronto” num verdadeiro “encontro etnográfico” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1996).

O texto produzido neste capítulo é polifônico (integrando o saber do outro), formando uma orquestração de vozes, em que todos podem ser ouvidos. É mais uma narrativa com seus usos, parcialidades, momentos e relações de força. Todas elas estão no mesmo plano — são narrativas —, mas nem todas têm a mesma abrangência, objetivos ou interesses como alvo para a avaliação dessa trajetória.

Essas narrativas, que designamos de interpretação, são uma parte importante da ação dos agentes envolvidos na pesquisa; por isso mesmo diferente das entrevistas feitas com os habilitados no campo, em que foi necessário fazer o pré-teste, provocando o refazer das

questões para que houvesse nova aplicação, principalmente com os dois grupos⁵⁴ da pesquisa, distinguidos pela pluralidade de opiniões. Para realizar as entrevistas com os demais interpretadores, fizemos, primeiro, uma validação com um dos participantes do corpo técnico da instituição/FJA, por meio de uma entrevista semiestruturada, em que pudemos aferir o tempo, assim como a objetividade das perguntas.

A reestruturação das entrevistas para esse público, como também para as instituições de apoio, e, conseqüentemente, para a gestora atual da instituição, possibilitou-nos uma reorganização no desenho da pesquisa, eliminando algumas proposições. Assim, além das três questões obrigatórias, que permearam todas as entrevistas, inserimos outras perguntas, de acordo com a competência das funções de cada interpretador, o que propiciou, ao final, o desencadeamento de uma conversa aberta, que serviu para embasar a análise definitiva dos dados.

Seguindo os princípios éticos de investigação para a realização das entrevistas, preservaram-se as identidades de alguns sujeitos, os termos de consentimento para uso de voz e imagem foram esclarecidos e devidamente assinados.

O roteiro dividiu-se em categorias, com alguns indivíduos sendo identificados (os habilitados), outros nomeados por cores, para manter o sigilo na interpretação de conceitos-chave expressos na forma da Lei, tais como: Categoria I – Os habilitados escolhidos para a pesquisa: os mestres, pessoa física, as pessoas jurídicas, os grupos. Categoria II – Corpo técnico da instituição (FJA–RN), acompanhantes da implementação do programa. Categoria III – Instituições de apoio à FJA–RN na implementação do programa (Conselho Estadual de Cultura e Comissão Estadual de Folclore). Categoria IV – Participantes diretos e, ou indiretos, do programa (Diretores de Casas de Cultura dos municípios dos habilitados, dentre outros). Categoria V – Gestor atual (2017) da instituição implementadora do programa.

É oportuno ressaltar, ainda, que, para possibilitar a avaliação das respostas dadas pelos interpretadores de todas as categorias, aplicou-se, em grande parte, as técnicas de construção de dados sugeridas por Figueiredo e Figueiredo (1986. p, 125): em que medida são cumpridas as atividades especificadas nas disposições da Lei? Em que medida estão presentes os recursos necessários? Em que medida está sendo observada a sequência das ações? Qual o grau de proximidade observado entre a quantidade e a qualidade das ações, serviços ou produtos planejados e os que estão sendo executados? Que manifestações de queixa ou satisfação ocorrem entre os diversos atores envolvidos na execução dessa política? Que oportunidades

⁵⁴ Os grupos da pesquisa habilitados pelo RPV-RN: Cabocolinhos, de Ceará-Mirim e o Grupo Chegança, de Barra do Cunhaú (Canguaretama).

existem para aperfeiçoar a exploração do recurso? Vale salientar que essas questões terminaram sendo inseridas no contexto das três perguntas obrigatórias, de uma forma direta ou indireta, bem como para as outras perguntas abertas, com propostas diferentes para os componentes das demais categorias.

Logo abaixo, apresentamos as três questões que perpassam todas as categorias de entrevistados, ou seja, dos interpretadores.

1) Em sua opinião, o que significa o Registro do Patrimônio Vivo do RN?

Essa questão visa ao registro das impressões de todos os que estão envolvidos pelo programa, que se devem pronunciar sobre a importância desse título de patrimônio vivo, concedido aos mestres e grupos, e busca saber se os objetivos e metas a serem alcançados são iguais na percepção de todos.

2) O programa atende as necessidades e expectativas dos habilitados?

Essa questão permite construir uma descrição das normas e de seu funcionamento efetivo, mas também de incoerências estruturais e inevitáveis, entre as próprias normas, contidas na forma da Lei e da diversificação de suas práticas, a partir de um esquema de ações e reações, com o suprimento das necessidades e expectativas dos habilitados, certificados com o título de patrimônio vivo.

3) Em sua opinião, quais são os fatores que facilitam e os que dificultam o alcance dos objetivos da Lei do RPV–RN?

Com essa proposição, visa-se à construção de diagnósticos sobre as dificuldades e facilidades que circundam a implementação do programa, para embasar a análise crítica de seus resultados, com o objetivo de contribuir para a sua melhoria no decorrer do processo.

As outras questões são mais peculiares, condizentes a cada categoria de interpretadores, mas que, na visão do todo, convergem para um propósito comum: avaliar a trajetória do RPV–RN.

Categoria I – Os habilitados do RPV–RN escolhidos para a pesquisa

CATEGORIA I OS HABILITADOS DO RPV–RN ESCOLHIDOS PARA A PESQUISA	
1- Em sua opinião o que significa o registro do patrimônio vivo do RN?	
João Viana: É um recurso do governo do Estado para a gente fazer a brincadeira, para a nossa sobrevivência.	
Antônio Vieira: Ah! Eu acho que é um tipo de benefício que a gente recebe, todos os meses, para melhorar a nossa brincadeira e eu sou abençoado em receber esse dinheiro.	
Xexéu: Sei que é um benefício do Governo do Estado para ajudar na sobrevivência de nossa arte, tanto na produção como na impressão dos folhetos para a venda, deixando o legado para as novas gerações.	
João Grigório: É uma grande ajuda que a gente recebe da Fundação José Augusto, para a produção de vários setores da cultura, enquanto a gente viver, apesar de que muita gente aqui não sabe que sou patrimônio vivo.	
Grupo Chegança: A Lei do Registro do Patrimônio Vivo no RN concedeu o título para mestres e grupos, como forma de garantir, para as gerações futuras, o patrimônio da cultura popular.	
Grupo Cabocolinho: O programa do RPV–RN é uma forma de reconhecimento para a manutenção das tradições culturais no RN, possibilitando a extensão do grupo de geração a geração.	

Na interpretação da maioria dos mestres escolhidos para a pesquisa do campo, conforme se verifica no quadro acima, o RPV–RN é um benefício do Governo do Estado, para ajudar na sobrevivência de sua arte para as gerações futuras. Apenas um habilitado interpretou o RPV como sendo uma bolsa paga pela Fundação José Augusto para ajudar na permanência de vários segmentos da cultura e não sendo um benefício proveniente do Governo do Estado.

Em resposta a essa primeira questão, os mestres ficaram mais no campo do senso comum, mesmo que entendendo os objetivos da Lei, sem mencionar a meta do programa, que é o ensino e aprendizagem de seus conhecimentos e técnicas (como dever dos habilitados), sem que houvesse nenhuma menção ao fato de que o RPV–RN teria sido aprovado através de uma Lei Estadual, tendo como objetivo a salvaguarda da Cultura Popular do RN, que está em consonância com a noção de patrimônio Cultural Imaterial definido na Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial:

Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (UNESCO, 2003, p. 4).

A política de registro de patrimônio vivo nos Estados brasileiros teve forte influência das políticas internacionais sobre patrimônios imateriais, elaboradas pela UNESCO, e também dos programas nacionais de salvaguarda, que serviram como modelo de experiência.

Sob tal patrocínio, institui-se, no âmbito da Administração Pública Estadual, o RPV–RN, que passou a considerar como Patrimônio Vivo do Rio Grande do Norte, apto, na forma prevista na Lei n. 9.032, de 27 de novembro de 2017, a pessoa natural (ou grupo de pessoas naturais) que detenha os conhecimentos ou as técnicas necessárias para a produção e para a preservação de aspectos da cultura tradicional ou popular de uma comunidade estabelecida no Estado do RN e que atenda os requisitos exigidos na forma da Lei.

Por sua vez, a interpretação dos grupos habilitados teve uma melhor elaboração, como diria Halbwachs (1990), colocando-se na interseção de várias correntes do “pensamento coletivo”, permitindo entrelaçar experiências diversas no tempo e no espaço, transformando a tradição em fonte de reposição de sentidos, como aconteceu (na categoria “entrevista de grupo focal”) com o grupo Cabocolinhos, de Ceará-Mirim e, em outra oportunidade, com as mulheres componentes do grupo Chegança, de Barra de Cunhaú.

Partindo do princípio de que o significado geral de tradição é a transmissão de costumes, comportamentos, memórias, rumores, crenças e lendas para pessoas de uma comunidade, observa-se que, no campo da cultura da tradição, é recorrente associar a própria definição como sendo a transmissão de geração a geração ou para as gerações futuras. Isso ocorre nas interpretações dos interpretadores da pesquisa, para a questão acima, como um determinado tempo histórico. A tradição ou as tradições, por sua vez, como se manifestam através de práticas coletivas concretas inscrevem-se no cotidiano dos grupos sociais, para definir as marcações do tempo e do espaço e, principalmente, a construção das referências de lugar.

Assim sendo, a comunidade das gerações compreende também os seus sucessores, aqueles aos quais se transmite a história (ensino, transmissão, mídia). Ademais, a transmissão de conhecimentos é critério da seleção dos habilitados, uma exigência do edital que faz parte da própria definição de “patrimônio Vivo”, garantindo a todos que sustentam essa produção inspirarem as gerações futuras.

Dando seguimento à interpretação dos interpretadores, anunciamos a segunda questão da entrevista, para essa categoria.

2 – O programa atende às necessidades e expectativas dos habilitados?

João Viana: Sou agradecido por receber essa bolsa, pois com ela eu compro material para fazer meus bonecos, me ajuda nas minhas despesas, mas muita gente não sabe que sou patrimônio vivo. Mas eu nunca fui convidado para fazer oficina pela Fundação José Augusto. A Casa de Cultura daqui de São José de Campestre já me convidou, mas muita gente daqui não sabe que sou Patrimônio Vivo do RN.

Antônio Vieira: Receber essa ajuda faz com que eu divida com os componentes do meu Boi de Reis, quando sou chamado para me apresentar e me ajuda na compra de tecidos e adereços para as roupas do grupo, como também pagar a costureira. Estou sempre preocupado com as roupas, por isso guardo tudo aqui em casa. De vez em quando, dou dinheiro para alguma emergência do grupo, questões de saúde. Se não fosse esse dinheiro, o grupo tinha se acabado. Só recebi uma vez, um terno para o grupo, da prefeitura municipal de São Gonçalo do Amarante-RN. Outra coisa é que nunca me chamaram nem para me apresentar e nem para fazer oficina pela Fundação José Augusto. Já levei meu grupo de Boi de Reis em muitos lugares, como em Pureza, Taipu, pelo litoral Norte todo, menos Cajueiro. Mas nunca fui reconhecido como Patrimônio Vivo nesses lugares.

Xexéu: Essa bolsa é muito importante, pois além de contribuir para a minha sobrevivência e de minha família, me ajuda para imprimir meus folhetos de cordel. Nunca fui convidado para fazer oficina ou para participar nas programações de ensino e aprendizagem nas escolas. Sou lembrado só no mês de agosto pelas escolas do município.

João Grigório: Com esse dinheiro, eu compro material para minha arte e como a madeira boa desapareceu do mercado, me ajuda para ir de moto procurar madeira no mato com meu sobrinho, além de pagar minhas despesas, como água, luz e alimentação. Mas nunca me convidam para alguma coisa. Mas me ajuda muito na confecção das peças e a vendê-las por encomenda, em feiras ou a colecionadores, quando me procuram. Logo quando recebi a bolsa, fui convidado para fazer uma oficina na Pinacoteca, com 16 alunos. Mas, nesse período, sofri um acidente e, quando voltei, Crispiniano tinha saído, depois todos se calaram. Nunca mais fui convidado para nada.

Grupo Chengança: O recebimento dessa bolsa ajuda na compra de ternos completos dos componentes que precisam, sem que a gente precise pedir a políticos, como antigamente. Possibilitou a compra do terreno de nossa sede e a sua construção, com 90 % dela já construída e para podermos pagar R\$50,00 por apresentação, a cada componente do grupo. Existe uma grande diferença entre o ontem e o hoje do grupo, com o recebimento dessa bolsa. Agora como somos um grupo grande, e mesmo recebendo a contrapartida do transporte para apresentação do grupo, por parte da prefeitura de Canguaretama, recebemos poucos convites para nos apresentar fora daqui. Outra coisa, nunca fomos convidados para fazermos oficina nem para as escolas, nem em outra instituição. Abrimos espaços para novos componentes, quando os que estão já há algum tempo no grupo precisam sair por algum motivo. Mas nenhum chega porque ficou interessado pelo grupo durante uma oficina.

Grupo Cabocolinhos: Esse incentivo do governo do Estado é muito importante para a sobrevivência do grupo, visto que a prefeitura local não se interessa pela cultura popular. Compramos as indumentárias, ajudamos com qualquer problema de saúde dos componentes, ou outra ajuda emergencial. Nesse tempo, adquirimos máquina fotográfica profissional, computador, impressora, dentre outros. Apesar de não termos sede própria, mas são

guardados em um quarto, na casa do presidente do grupo. Como também possibilita o pagamento do transporte (ônibus) e o pagamento de R\$50,00, para cada componente do grupo, antes de cada apresentação. Agora nunca fomos convidados para participarmos de programas de ensino e de aprendizagem dos nossos conhecimentos. A sorte é que somos um grupo familiar e desde pequenos já somos treinados para fazer a brincadeira.

Para essa segunda questão, mestres e grupos tiveram interpretações semelhantes, em maior ou menor proporção, pois além da menção ao pagamento da bolsa vitalícia e de como esses recursos são revertidos, os mestres se sentem desprestigiados, principalmente por não serem inseridos, com regularidade, nas programações culturais da instituição, nem serem convidados para ministrar oficinas para alunos ou aprendizes, cumprindo os deveres exigidos no edital do programa, que, dentre outras coisas, exige que o inscrito esteja capacitado a transmitir seus conhecimentos ou suas técnicas, só estando dispensados aqueles que, no decorrer do processo da implementação, comprovarem, mediante exames médico-pericial, sua incapacidade física para não participar do programa de ensino e de aprendizagem de seus saberes peculiares.

Assim, tudo o que foi dito, em parte, responde a questão anterior, que trata das ações e reações do programa: mostram-se muito satisfeitos com o pagamento da bolsa, mas se sentem desprestigiados, com a não evidência do seu trabalho e a despreocupação em salvaguardar esse conhecimento que eles detêm para as gerações futuras.

Essas interpretações validam o que foi observado na pesquisa documental, entre 2010 e 2017, tanto através dos folders das programações culturais da instituição, em arquivo na gráfica Manimbu, quanto através do site da Fundação José Augusto, <http://www.cultura.rn.gov.br/>, que após julho de 2016, nessa atual gestão, registrou-se na agenda cultural on line (para futuras pesquisas).

Observamos também que os depoimentos dos grupos habilitados ressaltaram a teia de parentesco que envolve os seus componentes, principalmente o grupo Cabocolinhos, que somente há pouco tempo permitiu a entrada de não descendentes em seu elenco.

Para avançar na avaliação da trajetória da Lei do RPV–RN (anexo–4), partimos para a terceira questão feita aos interpretadores dessa categoria.

3 – Em sua opinião, quais são os fatores que facilitam e os que dificultam o alcance dos objetivos da lei do RPV?

João Viana: O que facilita é que esse direito a gente vai ter a vida toda. O que dificulta é que não somos reconhecidos, nem pelas pessoas daqui de minha cidade, fazendo com que a gente passe em branco nas festas daqui.

Antônio Vieira: O que facilita é a gente ter a quem recorrer lá na Fundação; quando atrasa o pagamento, isso é muito bom. O que dificulta é a falta de reconhecimento. Eu acho que vou morrer e não sou convidado para me apresentar em nada lá na capital.

Xexéu: O que facilita é que a bolsa está sendo paga, mesmo com pequenos atrasos. Eu me sinto gente. O que dificulta é a ausência de convites para as apresentações e por deixar de ser feita a parte do objetivo da lei, em fazer programas para a transferência das nossas técnicas e conhecimentos, que adquiri a duras penas, por esforço próprio.

João Grigório: Facilita muito para nós o merecimento de receber a bolsa todos os meses. Eu acho que a dificuldade é da parte da Fundação, que eles não chamam nós para fazer oficinas, nem divulgar o nosso trabalho, já que ela paga a bolsa. Aqui ninguém sabe que eu sou patrimônio vivo.

Grupo Cabocolinhos: O que facilita para todos os que receberam o certificado de patrimônio vivo é que eles cumprem o pagamento da bolsa, mesmo com pequenos atrasos, mas ele chega. A dificuldade envolve a falta de planejamento e recursos ao mesmo tempo, para divulgar esse projeto que o governo abraçou, com a gente se apresentando mais e fazendo parcerias com as escolas, por exemplo, para a gente mostrar nossas tradições, incentivando alunos a se integrarem a nós, pois hoje em dia tem muitos que não querem mais entrar em grupos tradicionais.

Grupo Chagança: O que facilita é o pagamento da bolsa, o que para nós impediu de estarmos mendigando com os políticos, para tudo. Conseguimos muitas coisas com esse incentivo, até mesmo construir nossa sede própria. Essa parte é cumprida. Mas a outra parte fica a desejar. Somos chamados uma vez ao ano para apresentações pela Fundação. Aqui por perto somos mais convidados pela parceria com a Secretaria de Educação do Município, ou mesmo pela UFRN, mas não somos chamados para falar sobre a nossa tradição.

Para essa questão, os mestres e os grupos tiveram opiniões semelhantes, de acordo com sua representação. Fizeram julgamentos parecidos para os motivos facilitadores do programa, voltadas para a regularidade do pagamento das bolsas. Em relação aos fatores que dificultam o alcance dos objetivos, também se mostraram unânimes ao alegar a falta de reconhecimento e o fato de não serem convidados, com frequência, para apresentações públicas.

Os grupos também tiveram respostas similares às dos mestres no que concerne aos fatores facilitadores, com o pagamento regular da bolsa, tornando viável a manutenção do grupo, sem ser preciso, na maioria das vezes, pedir recursos ao poder público. Já em relação à dificuldade para alcançar as metas dos objetivos formulados na Lei, assinalam o descaso de não serem incluídos nas programações da FJA–RN, a não ser uma ou, no máximo, duas vezes ao ano, nem participarem de festivais nacionais ou estaduais, como já aconteceu em alguns

momentos, antes do recebimento da bolsa, que lhes dá o sustento. Também foram unânimes ao tratar do não cumprimento das oficinas para evidenciar a tradição dos grupos, possibilitando a entrada de mais integrantes em seu quadro permanente.

Categoria II – Corpo técnico da FJA–RN encarregado de acompanhar a implementação do
RPV–RN

CATEGORIA II – CORPO TÉCNICO DA FJA – RN	
1– Em sua opinião o que significa o registro do patrimônio vivo do RN? 2– O programa atende as necessidades e expectativas dos habilitados? 3– Em sua opinião, quais são os fatores que facilitam e os que dificultam o alcance dos objetivos da lei do RPV?	
	<p>Amarelo:</p> <p>1 – O Registro do patrimônio Vivo é uma forma do poder público preservar o conhecimento e os aspectos culturais e tradicionais estabelecidos em nosso Estado. O programa do Patrimônio Vivo representa muito para a cultura popular e o que gosto nele é a ideia de prover a subsistência dos mestres, dando-lhes condições de transmitir seu saber às gerações presentes e futuras.</p> <p>2 – A Lei do RPV–RN ainda tem certas limitações. A legislação poderia ampliar seus benefícios a mais grupos que estão sob o risco de extinção. Em minha opinião, nesse momento, esse programa não atende as necessidades e expectativas dos habilitados.</p> <p>3 – Os fatores que facilitam para que a Lei alcance os seus objetivos é o planejamento das ações, o que muitas vezes não dá para contemplar a todos, com um contato permanente com todos os habilitados para avaliar suas necessidades; mas, dentro do possível, isso é feito. Os componentes que mais dificultam e os mais críticos para seu sucesso é a falta de estrutura da instituição para manter a fiscalização do seu cumprimento.</p>
	<p>Azul:</p> <p>1 – Olha, quando o edital estava sendo construído, passou pelo meu setor para avaliação. Daí, eu tomei conhecimento sobre esse programa e achei muito importante contemplar mestres e grupos da cultura popular do RN com a bolsa vitalícia.</p> <p>2 – Hoje eu acho que, com a adoção desse programa, nós estamos esse tempo todo servindo para eles como aposentadoria, desviando de sua função do que seja Patrimônio Vivo, contribuindo para gerar outros multiplicadores com a transmissão de suas técnicas e de seu saber-fazer.</p> <p>3 – Não vejo nada para facilitar o alcance das metas e objetivos do programa, pois vejo como um problema de má gestão. Veja bem, se o RPV tem por objetivo o programa de oficinas para que os habilitados transmitam aos aprendizes suas técnicas, por que não há um contato com as Casas de Cultura onde a maioria reside, para que se efetive a meta, já que a instituição está em crise, sem que precise trazer para eventos somente aqui, na capital? O mesmo acontece com os grupos, já que eles têm muitos componentes, por que não há um contato para eles se apresentarem em eventos em seus municípios ou mesmo com as secretarias de cultura, para que desperte o interesse por essa cultura da tradição? Se houvesse essa dinâmica, haveria dados para compor o relatório bienal sobre as atividades do programa.</p>
	<p>Verde:</p>

1 – Considero o RPV–Registro do Patrimônio Vivo no RN, como um programa que veio para atender mestres e grupos da cultura da tradição, com o título de patrimônio Vivo e o pagamento de uma bolsa para a sobrevivência e multiplicação de saberes para as próximas gerações, até aí tudo certo.

2 – Dizer que o programa atende as expectativas e necessidades dos habilitados significa outra coisa. No momento, o governo está servindo apenas como previdência, com o pagamento de mais uma aposentadoria para eles. Os objetivos e metas do programa não estão sendo cumpridos devido a muitos fatores. Os habilitados, por sua vez, não reclamam da falta de reconhecimento; só quando a bolsa atrasa. Assim, o tempo vai passando, com alguns mestres falecendo, sem os editais previstos para cada ano acontecer, e os que estão na espera, continuam na expectativa por dias melhores.

3 – O governo atual está falido. Os recursos para a Cultura, quando libera para uma coisa, falta para outra. Os fatores que facilitam é o pagamento da bolsa em dia, com alguns atrasos no passado e recentemente, não só para os habilitados, mas para todos os funcionários, devido à máquina governamental está em crise, mas serão pagos, de forma retroativa. As dificuldades envolvem o problema de má gestão de quem está à frente do Centro de promoções culturais da instituição desde há muito tempo. Veja bem: por que os patrimonializados não estão nas programações culturais da instituição, com frequência? Porque dá trabalho em fazer uma previsão anterior de transporte, lanche... Mas se você me perguntar: existe o recurso caso isso fosse feito, já que não precisa pagar o cachê para a apresentação? Eu diria, se houvesse planejamento, com parcerias, dentre outras medidas, muitas metas seriam alcançadas.

Vermelho:

1 – Olha, se você não me falasse sobre esse programa, eu não saberia dizer para que ele existe aqui no RN. Aqui as coisas chegam para nós executarmos e pronto. Não tem um treinamento prévio, nada. Acho muito importante o pagamento dessa bolsa para esse público, diante de tanto que se rouba nesse país, pelo menos contempla os representantes da nossa cultura, fortalecendo o nosso Estado e o nosso país.

2 – Não sei te dizer se o programa atende as necessidades dos patrimonializados ou não; não é assim que são chamados os que detêm esse título? Preciso ler mais sobre a Lei e procurar me informar sobre seus objetivos. Acho melhor você me entrevistar depois que falar com outras pessoas.

3 – Para responder sobre esse assunto com precisão, vamos marcar para outro dia?

Laranja:

1 – Sobre o Registro do Patrimônio Vivo, eu sei que é de autoria do Deputado Mineiro, que ele começou a ser executado logo depois que saiu o resultado do edital, no início de 2010, atendendo a mestres e grupos da cultura popular, enquanto eles viverem.

2 – Sei que esse programa atende as necessidades dos que receberam esse título, por estar sendo pago as bolsas com regularidade, dentro do possível. Agora se eles fazem parte de programas da instituição, para dar em contrapartida a esse recebimento, não sei te dizer. Não faço esse acompanhamento. Mantenho contato com todos eles através de telefone ou quando eles chegam aqui, pessoalmente, ou através de familiares, administrando assuntos de várias ordens: atraso do pagamento da bolsa, falecimento de mestres, dentre outros.

3 – Como facilitador, acredito que seja o pagamento da bolsa, atendendo àqueles que possuem o conhecimento da cultura popular, como também para a sobrevivência de nossas raízes. Como elemento que dificulta, acredito ser a falta de recursos para a Fundação José Augusto caminhar plenamente, atendendo a sua missão, como também os objetivos e metas de cada gestor que chega aqui para administrá-la.

A interpretação dos interpretadores situados nos setores que acompanham direta ou indiretamente a implementação do RPV–RN, para a primeira questão, em sua maioria é a mesma, no tocante a sua importância como um programa que atende os mestres da cultura popular com uma bolsa vitalícia, visando salvaguardar seus conhecimentos para as gerações futuras.

As interpretações para a segunda questão representam uma verdadeira análise de como o programa é visto por quem acompanha sua implementação, desviando-se dos objetivos específicos plantados na sua formulação, com seus direitos e deveres, almejando a difusão de um saber-fazer para alunos ou aprendizes, através de programas de ensino e aprendizagem, apoiados ou executados diretamente pela Fundação José Augusto.

De certa maneira, as interpretações para a terceira questão são um bom exemplo dos objetivos da avaliação, por cobrirem focos com os objetivos do programa, funcionamento, habilitados, apoio técnico, como também suas variáveis, correspondentes aos insumos, apoio técnico, eficiência interna do programa, recursos e introdução de atividades produtivas, dentre outras.

Quanto à recomendação da interpretadora da cor “vermelha”, buscamos atender, retornando em um outro momento, mas ela havia entrado em licença médica, depois ficou pela perícia e, assim, não foi possível obter sua interpretação, depois de efetuar a leitura da parte documental que envolve esse processo. Os demais interpretadores mostram a fragilidade existente na estrutura da instituição, que se distancia do alcance das metas traçadas pelo programa, mas sempre colocando a culpa no outro, sem assumir suas responsabilidades, à exceção de algumas sugestões para ajustes e melhoramento do programa.

Categoria III – GESTORA DA FJA – RN (2010-2014 e 2016-2017)
Interpretação de Isaura Amélia Rosado Souza Maia

CATEGORIA III – GESTORA DA FJA – RN (2010 a 2014 e 2016 a 2017), ISAURA AMÉLIA ROSADO SOUZA MAIA
1 – Em sua opinião o que significa o registro do patrimônio vivo do RN? 2 – O programa atende as necessidades e expectativas dos habilitados? 3 – Em sua opinião, quais são os fatores que facilitam e os que dificultam o alcance dos objetivos da lei do RPV?
1 – Acho que o Registro do Patrimônio Vivo é um programa muito importante para a Cultura do Rio Grande do Norte. Deífilo já tinha buscado, em outros momentos, a concessão de apoios, vitalícios quase, para artistas populares do Estado. Então, o RPV não é uma novidade, é uma Lei que concede um apoio justo para vários segmentos da Cultura Popular.

2 – Agora, com relação à sua implementação, no quesito perpetuação dos mestres e grupos, acho que ela é falha. Nas passagens que tenho estado por aqui nunca consegui, efetivamente, fazer essa organização. Por um lado, por eles serem muito dispersos e, por outro, o próprio início da implementação não levou a essa responsabilidade, na intenção de formação de novos grupos, de fazer parcerias com as escolas, de favorecer a uma contrapartida; parece que só há uma responsabilidade, a de efetuarmos o pagamento da bolsa, sem uma contrapartida por parte dos habilitados, principalmente essa da perpetuação dos saberes para gerações futuras.

3 – Quem deveria tomar conta dessa perpetuação seria a Fundação José Augusto, mas vejo, também, que os próprios mestres e grupos não precisam se deslocar para aqui, para que essa transmissão possa acontecer. Isso pode ser feito nos seus próprios municípios. O que dificulta o alcance desses objetivos, em certa parte, é a ausência de servidores efetivos da casa ou comissionados, com formação técnica, que sejam sensíveis a essa causa e de ter o entendimento de que esses grupos precisam permanecer e o caminho a ser seguido é transferindo o seu saber.

Na análise feita pela gestora, inicialmente rememora os esforços do saudoso folclorista Deífilo Gurgel, que antes da implementação da Lei, já buscava apoio para a concessão de benefícios para mestres da cultura popular, quando esteve à frente da diretoria de cultura na instituição. A seguir enfatiza que as projeções feitas para a implementação do RPV–RN, bem como as ações integrantes que envolvem o programa, mesmo com todo esforço empreendido pelos envolvidos na sua formulação, foram desenvolvidas sobre bases precárias e com distorções, o que levou a uma impossibilidade do alcance de suas metas. Mesmo as que foram pensadas para o primeiro e o segundo edital, não se fizeram plenamente exitosas. Enfim, robustece sua interpretação, ao afirmar que só se fez uma parte. Cadê a outra parte?

A imputação de culpa, decerto, cabe a outros ocasionais atores, envolvidos na implementação do programa, que deixaram de cumprir as ações que lhes tocariam (o que se registrou na interpretação das outras questões), confirmando a fragilidade do corpo técnico da instituição, para que fossem alcançadas as metas durante essa trajetória. E vale lembrar que lhes competia a autonomia para determinar a qualidade e quantidade dos bens e serviços a serem oferecidos, permitindo-lhes atuar, segundo seus referenciais, fazendo a política.

E muito embora revelem reconhecimento da importância do RPV para a preservação da Cultura Popular do RN e conheçam as prioridades do programa, preferem eleger suas próprias prioridades, não cumprindo a outra parte da implementação, que compreende a instauração de programas de aprendizado, com oficinas ministradas pelos habilitados, mantendo a preservação desse patrimônio vivo para gerações futuras e a publicação de novos editais, conformando-se aos ditames da Lei.

Interpretação do autor da Lei do RPV–RN – Dep. Estadual Fernando Mineiro (PT)

AUTOR DA LEI DO RPV–RN – DEP. ESTADUAL FERNANDO MINEIRO (PT)

1 – Em sua opinião o que significa o registro do patrimônio vivo do RN?

2 – O programa atende as necessidades e expectativas dos habilitados?

3 – Em sua opinião, quais são os fatores que facilitam e os que dificultam o alcance dos objetivos da lei do RPV?

1 – Na verdade, eu tenho uma militância muito antiga com os grupos das culturas populares, mesmo antes de me interessar pela política partidária, ou de exercer mandatos, por achar que a cultura é central na formação da sociedade. Então tenho várias interlocuções na área da cultura e várias ações, desde meu mandato como vereador, voltadas para a área de cultura e arte do Estado do RN. A ação que envolve a Lei do Patrimônio Vivo sempre nos preocupou e, principalmente, com o pensamento de que o poder tem uma dívida para com os mestres da cultura popular, que têm sofrido um abandono histórico para com os fazedores, os produtores dessa área, da cultura popular. Assim, dialogando com várias pessoas, a gente pensou em criar uma Lei que desse uma certa cobertura, um certo respaldo para esse setor. E, em particular, uma pessoa que muito me ajudou nessa reflexão foi o Professor Deífilo Gurgel, inclusive essa Lei deveria ter sido chamada de Deífilo Gurgel. Ele foi o principal estimulador e incentivador, primeiro para que eu conhecesse mais sobre a cultura popular do RN; tive o maior prazer de conversar e conviver com ele. É tanto que o primeiro texto que eu fiz sobre a Lei, a apresentação é dele, pois sempre acompanhou muito de perto esse problema e era defensor que o Estado deveria tomar essa iniciativa, pagasse um pouco da dívida que a sociedade tem para com esses formuladores da cultura popular. No meio dessas discussões, nos deparamos com a Lei do RPV de Pernambuco e, aí, na verdade, fizemos uma adaptação dela para o nosso Estado. Assim, em conversa com várias pessoas, dentre elas, Severino Vicente, à época presidente da Comissão Estadual de Folclore, foram decisivas nessa caminhada. Assim, tanto Deífilo como Severino Vicente são os verdadeiros pais dessa legislação. Eu fui mais um instrumento para tocar essa Lei. Eles deram uma importante contribuição na articulação com os grupos e na escolha dos primeiros colocados do primeiro edital. A Lei então é fruto desse diálogo.

2 – Nas tratativas da implementação do programa, tem um arcabouço legislativo para o Estado operar a política pública. Só que tenho uma frustração muito grande: por que o Estado não opera essa política, percebe? O que aconteceu é que nós só tivemos duas oportunidades de momentos de editais para que os mestres e grupos fossem beneficiados. Era para ser anual. Tivemos só dois. A partir de 2008, na verdade, era para a gente estar aqui na décima rodada. Enquanto isso, temos mestres da cultura popular falecendo, inativos, enfim, é uma pena.

3 – Como facilitador, eu, todo ano, continuo trabalhando muito para ter recursos no orçamento; e mesmo que a gente coloque os recursos no orçamento, a gestão não consegue publicar outro edital, para poder escolher novos contemplados do RPV–RN. Muito ruim, pois a gente dotou o Estado de um instrumento legislativo que possibilita traçar essa política, mas ele não faz o seu dever. A dificuldade é um problema de gestão. Se a Lei fosse efetivada, teríamos outra situação e haveria um acompanhamento dos deveres dos mestres por parte do poder público e, conseqüentemente, um relatório das atividades que nunca aconteceu. A ideia da Lei é que o Estado dote os contemplados das condições mínimas para que eles possam exercer o seu trabalho, mas, em contrapartida, devolvam para a sociedade com a troca de suas técnicas e conhecimento. Então, ter só a lei não basta. Ela, em si, não transforma e não cria a política pública. A política pública precisa de uma legislação, a institucionalização como ação do Estado, incorporada na gestão do Estado.

O intérprete dessa categoria é o autor da Lei do RPV–RN. Ele faz uma interpretação do que significa essa Lei para ele, mostrando-se frustrado com a sua não efetivação até hoje. Também faz uma retrospectiva da história do programa, lembrando que essa política pública é Lei estadual desde novembro de 2007 – antigo sonho do saudoso folclorista Deífilo Gurgel, e sublinha que as ideias, como as políticas, precisam de um campo fértil para florescer. Segundo afirma, foi em decorrência de muitos diálogos entretecidos com esse folclorista que nasceu a Lei.

Reforça ainda, na sua análise, que desde que a governadora Rosalba Ciarlini tomou posse, em 2011, a Lei do Patrimônio Vivo (anexo-4) deixou de ser aplicada, conforme sua formulação: publicação de um edital ao ano para a seleção de novos representantes do patrimônio vivo de nossa cultura. Segundo o decreto n. 20.666, de 19 de agosto de 2008(anexo-5), que regulamenta a Lei, nos anos seguintes, deveriam ter sido feitas cinco inscrições anuais no RPV, sendo duas pessoas físicas e três pessoas jurídicas. Não obstante a exigência, em 2011, 2013 e 2014, esse decreto foi descumprido pela FJA, e, nesse período, seis pessoas físicas e nove pessoas jurídicas, entre mestres e grupos que atuam na preservação da nossa cultura, deixaram de receber o benefício.

Em novembro de 2011, Mineiro destinou, em quatro emendas diferentes, mais R\$ 870 mil para a área de cultura. Os remanejamentos propostos pelo deputado aumentaram os investimentos para as Casas de Cultura, os Pontos de Cultura, a promoção e difusão da Lei do Livro e o programa Patrimônio Vivo, que contou com uma elevação em R\$ 190 mil para assegurar e comprometer a participação do tesouro no projeto. Essa preocupação do parlamentar com os recursos para a dotação orçamentária da Fundação José Augusto mantém-se constante, sendo sempre o foco de sua atuação, vez que, em sua visão, as ações do programa precisam ser efetivadas em caráter permanente.

Ainda seguindo sua avaliação, nos anos compreendidos entre 2014 e 2017, também nada aconteceu. Considerando o tempo decorrido, já se deveria estar na décima rodada de editais, atendendo mais mestres e grupos, como também já era para ter havido um avanço das trocas entre os saberes dos mestres e o dos pretensos aprendizes, através de oficinas ou em programas de ensino. A partir dessas considerações, segundo a interpretação do autor da Lei, o fracasso desse programa é decorrente da imperícia da gestão.

A seguir, as interpretações do Ex-Presidente da Comissão Estadual de Folclore (2007), que, juntamente com o autor da Lei e outros parceiros, elaborou o projeto de Lei para a formulação do RPV–RN.

Categoria IV – Instituições de apoio na implementação do RPPV–RN
 Interpretação do ex-presidente da Comissão Estadual de Folclore (2007) e atual presidente da
 Comissão Nacional de Folclore, Severino Vicente.

PRESIDENTE DA COMISSÃO ESTADUAL DE FOLCLORE (2007), ATUAL PRESIDENTE COMISSÃO NACIONAL DE FOLCLORE
1 – Em sua opinião o que significa o registro do patrimônio vivo do RN? 2 – O programa atende as necessidades e expectativas dos habilitados? 3 – Em sua opinião, quais são os fatores que facilitam e os que dificultam o alcance dos objetivos da lei do RPPV?
<p>1 – Para mim, é uma frustração grande falar do RPPV–RN, porque pensava que essa Lei vinha para ficar e, em dez anos, só houve duas publicações de editais, para contemplar mestres e ou grupos. De maneira que ele vai terminar se exaurindo pelo número de edições, até porque os mestres vão falecendo. Considero como de grande importância, tendo em vista seus objetivos em salvaguardar, divulgar e promover o patrimônio cultural do RN. Agora, leia-se: os nossos grupos folclóricos e os nossos artistas populares não estão sendo levados em consideração pela Fundação José Augusto.</p> <p>2 – Em outros Estados, como o Ceará e Pernambuco, por exemplo, já estão bem avançados, e nós poderíamos estar na décima edição. Os mestres e grupos que foram contemplados estão muito bem. Imagine se essa Lei tivesse continuado com a publicação de editais, como estaria preservado o patrimônio do Rio Grande do Norte!</p> <p>3 – Eu fiz várias tentativas de conversas com os gestores no decorrer desse tempo, mas não houve acordo para a retomada da publicação de editais. O que dificulta para que essa instituição alcance os objetivos formulados na Lei é simplesmente a falta de respeito e compromisso com o patrimônio folclórico do RN. Só isso. Quando saí daqui para assumir a Comissão Nacional de Folclore, fiquei com pouco tempo disponível para os problemas da cultura do RN. O RPPV ficou sem acompanhamento; e quando retornei, tomando o pé das coisas, me envergonhava de chegar às salas dessa instituição, que trabalha com a cultura, e via que a maioria não sabia o que era o Registro do Patrimônio Vivo. Assim sendo, como encontrar alguém para trabalhar com o folclore e acompanhar esse programa? Desse jeito, não funciona. É falta de gestão.</p>

O sentimento que envolve a interpretação do presidente, para essa primeira questão, é igual ao do autor da Lei do RPPV–RN, Deputado Fernando Mineiro (PT), mostrado anteriormente: frustração.

Em sua resposta à segunda questão, ele compara a inércia do programa em nosso Estado com os avanços da mesma Lei, implementada em outros estados do Nordeste. Também recrimina a falta de respeito e de compromisso da Fundação José Augusto para com os grupos e mestres da cultura popular.

No tocante à terceira questão, enfatiza que, quando deixou a Presidência da Comissão Estadual de Folclore, ficou um pouco distante da realidade da Cultura popular do RN, visto estar como representante da Comissão Nacional de Folclore, e fala da sua decepção ao retornar e constatar que as pessoas não sabiam, na FJA–RN, em sua maioria, o que era o RPPV–RN.

Assim sendo, como recrutar pessoas para trabalhar com ele, acompanhando os habilitados e o folclore do Rio Grande do Norte? É lamentável!

Por fim, ressalta que se esse programa tivesse sido implementado na sua integralidade, a sociedade conheceria os patrimonializados não só através de divulgações em suas apresentações mas também pelo direito de aprender com eles, para que essas expressões da cultura tradicional pudessem ser impressas na memória das gerações futuras.

Categoria V – Representantes de instituições públicas: Casa de Cultura e Escola Municipal de municípios em que residem os habilitados no RPV–RN

Representantes de instituições públicas: Casa de Cultura e Escola Municipal de municípios em que residem os habilitados no RPV–RN
<p>1 – Em sua opinião o que significa o registro do patrimônio vivo do RN? 2 – O programa atende as necessidades e expectativas dos habilitados? 3 – Em sua opinião, quais são os fatores que facilitam e os que dificultam o alcance dos objetivos da lei do RPV?</p>
<p>1 – Nós sabemos que o Registro do Patrimônio Vivo contempla mestres ou grupos da cultura popular que há mais de 20 anos exercem atividades culturais no RN e estejam capacitados a transmitir conhecimentos e técnicas que eles detiverem.</p> <p>2 –Sei que o programa paga as bolsas, pois aqui a gente acompanhava o mestre patrimonializado nas oficinas que geravam exposições, mas isso logo que ele recebeu o título. Depois não houve mais nada. Aqui a maioria das pessoas não sabe que ele é patrimônio vivo.</p> <p>3 – Acredito que o que funciona nesse programa mesmo seja o pagamento da bolsa, e o que dificulta seja a falta de recursos para a formação de multiplicadores. É como se fosse uma ajuda para a sobrevivência do mestre ou grupos.</p>
<p>1 – Se você não dissesse para nós o que significa o Registro do Patrimônio Vivo do RN, a gente não saberia direito. No nosso município, acontece uma grande feira na escola, no mês de agosto, dedicada ao folclore. Trazemos vários mestres e grupos, pedindo o apoio da Casa de Cultura, como também da Fundação José Augusto, que disponibiliza algumas apresentações. Depois disso, nada mais acontece. A gente já tinha ouvido falar que na nossa cidade tinha um patrimônio vivo. E ele sempre está nas nossas programações, mesmo sem fazermos a apresentação dele como patrimonializado.</p> <p>2 – Pelo que sei, o mestre recebe a bolsa de incentivo do Governo do Estado. Agora eu acho que esses editais deveriam ser mais divulgados. Nós temos alguns mestres que poderiam ser indicados nos próximos editais.</p> <p>3 – O que facilita, nesse programa, eu acredito que seja o pagamento regular da bolsa, pois se não fosse feito, seria divulgado na mídia e dificilmente os habilitados ficariam calados, como ficam pela dificuldade de recursos para os programas de ensino e aprendizagem, para eles formarem multiplicadores de seus conhecimentos.</p>

Na interpretação dos representantes das instituições públicas, há um consenso nas respostas à primeira questão, vez que todos reconhecem a importância do Registro do

Patrimônio Vivo para a preservação da cultura popular no RN, mesmo quando a segunda instituição passou a ter conhecimento sobre esse programa, momentos antes da entrevista, com a minha explanação sobre o objeto da pesquisa.

Para a segunda questão, as respostas mostram-se um tanto divergentes. O primeiro, por já conhecer os objetivos do programa, levou a sua interpretação para o lado do descaso do Estado, que deveria proporcionar mais oficinas para a salvaguarda do saber-fazer, principalmente do mestre, que é patrimônio Vivo e morador da cidade, onde a maioria nem sabe que ele existe. O segundo levanta, com sua interpretação, uma observação pertinente quanto à necessidade de uma maior divulgação dos editais, haja vista ter, em seu município, outros segmentos que poderiam inscrever-se.

Para a terceira questão, a interpretação entre os sujeitos se completa, tanto para o que facilita quanto para o que dificulta o alcance das metas do programa.

As interpretações sobre essas três questões norteadoras, feitas pelos envolvidos na implementação do programa, trouxeram novos conhecimentos, bem como serviram de subsídios para as decisões futuras.

Nesse ponto, refletindo sobre os modelos de pesquisa qualitativa habituais, que requerem mais responsabilidades nas interpretações do trabalho de campo, para emitir juízos subjetivos, buscar aspectos da trajetória, como objeto de reflexão, questionamos: é de fato possível alcançar a própria objetividade? Pensamos em nossas descrições de campo, nos relatos, nas observações e voltamos a refletir sobre o que vimos, o que experienciamos durante o percurso da recolha dos dados, em especial as notas reservadas em cada página do dia, destinadas para os dados em aberto, lacunas que devem ser preenchidas no decorrer da pesquisa. Para maiores esclarecimentos, retornamos a Bodgan e Biklen (1994) que nos podem auxiliar com seus apontamentos. Para esses autores, há dois tipos de notas de campo, uma descritiva e outra reflexiva. As *descritivas*, englobam 5 aspectos: 1) retratos dos sujeitos – descrição dos sujeitos; 2) reconstrução dos diálogos: palavras, gestos, expressões e pronúncias devem ser registrados; 3) espaço físico – descrição do espaço, mobília e conteúdos; 4) acontecimentos particulares – relatos das pessoas envolvidas e suas ações; 5) descrição de atividades – descrição minuciosa do comportamento; 6) comportamento do observador – registrar o investigador; é importante ficar atento quanto ao seu comportamento. As *reflexivas* envolvem as concepções do investigador, já de posse dos registros fotográficos, anotações e gravações.

Evidentemente, há (pelo menos deve haver), da parte do pesquisador, a ciência de que não basta gravar os dados, fazer anotações precisas etc., é necessário empreender uma análise reflexiva e criteriosa sobre todo o material coletado. Nesta pesquisa, por exemplo, optamos por

expurgar do texto, algumas marcas (né, num é, tá, então, per aí, vixe, per aí) que não fossem interferir no sentido global, sendo mais expressivas de “cacoetes” da oralidade.

Esse procedimento foi adotado em todo o processo de transcrição das falas as quais foram reproduzidas em sua íntegra.

Na sequência, o registro das entrevistas com os mestres e os grupos, sujeitos desta pesquisa.

MESTRE JOÃO VIANA
<p>1 – Quem fez sua inscrição para o edital do RPV – Registro do Patrimônio Vivo? Quem fez minha inscrição foi o pessoal da Casa de Cultura Palácio Borborema Potiguar, de São José de Campestre–RN, como mestre do Teatro de João Redondo.</p>
<p>2 – Você recebeu alguma informação sobre o funcionamento do programa antes ou depois do recebimento do título de patrimônio imaterial do RN? De quem? Primeiro, eu recebi a informação de Alexandre, que dirigia a Casa de Cultura e eu nem acreditei. Ele me explicou bem direito e eu confiava nele, pois me levava para todo lugar, nas brincadeiras de João Redondo. Depois, eu fui lá em Natal, na Fundação José Augusto, numa reunião com a Professora Isaura e ela explicou tudo, mas eu ainda fiquei com dúvida. Quando ela me chamou para participar do Agosto da Alegria, um evento do governo do Estado, eu achava que tinha que receber o cachê. Foi aquela confusão. Nem participei do evento.</p>
<p>3 – Qual a frequência de agendamento pela FJA, para a sua participação nas programações culturais da instituição ou para atender a algum proponente desde o recebimento do título? Nunca me apresentei pela Fundação José Augusto com a minha brincadeira.</p>
<p>4 – Você é apresentado como patrimônio vivo do RN, antes das apresentações públicas? Quem faz esse papel? Não sei dizer, pois nunca fiz apresentação sendo convidado deles.</p>
<p>5 – Como funciona o sistema de transporte nas apresentações? Há fornecimento de lanche? Quando eu me apresento na Casa de Cultura de São José de Campestre, não recebo cachê. Já fiz oficina de bonecos a convite deles também. Eles me dão lanche e me levam em casa de carro.</p>
<p>6 – Você recebe a bolsa vitalícia todos os meses? Já recebi com atraso e deixei Maria José do financeiro da Fundação doidinha, de tanto que eu liguei. Mas ela não tinha culpa. Cheguei até a ir lá. Depois recebi tudo junto. Deu para fazer muitas coisas.</p>
<p>7 – Como é aplicado o valor recebido? Compro madeira para fazer bonecos, tintas, ferramentas, tecidos. Estou sempre fazendo novos bonecos. Vendo, troco e dou para amigos da brincadeira. Faço bonecos de luvas e bonecas de pano. O resto é para minhas despesas.</p>
<p>8 – Você já foi convidado para fazer alguma oficina para transmissão de seus conhecimentos na FJA? Ou em casas de cultura de seu município ou de cidades vizinhas?</p>

Só na Casa de Cultura de São José de Campestre.

9 – Você sabe que essa bolsa é vitalícia?

Sei e minha família também sabe. Quando eu morrer, eles não contam mais com esse pagamento.

O mestre João Viana é muito extrovertido; fica entusiasmado com a câmera ligada à sua frente; sente-se importante. À certa altura, somos interrompidos pela chegada dos netos e de sua esposa, mostrando os lambedores que fabrica, mas, ao final, conseguimos capturar seu pensamento sobre essas questões, mesmo dando muito trabalho na escuta do áudio, com a grande quantidade de conversas paralelas. Mas isso também faz parte da pesquisa – os imprevistos.

MESTRE ANTÔNIO VIEIRA

1 – Quem fez sua inscrição para o edital do RPV – Registro do Patrimônio Vivo?

Foi a Fundação Cultural Dona Militana de São Gonçalo do Amarante, no segmento mestre de Boi de Reis.

2 – Você recebeu alguma informação sobre o funcionamento do programa antes ou depois do recebimento do título de patrimônio imaterial do RN? De quem?

Antes eu soube que ia concorrer a uma bolsa de oitocentos e tantos reais, pelo resto da minha vida, para eu fazer a minha brincadeira do Boi de Reis. Fiquei todo animado. Depois eu fui numa reunião lá na Fundação José Augusto, com todos que tinha recebido o certificado e a professora Isaura explicou tudo para nós.

3 – Qual a frequência de agendamento pela FJA, para a sua participação nas programações culturais da instituição ou para atender a algum proponente desde o recebimento do título?

Eu nunca fui chamado pela Fundação José Augusto para fazer apresentação do meu Boi de Reis Surubim. Lembro que uma vez recebi uma ligação para a gente se apresentar em Bom Jesus-RN e que a Fundação ia mandar um ônibus para levar a gente e eles não vieram. Esperamos muitas horas; não deram nem satisfação.

4 – Você é apresentado como patrimônio vivo do RN, antes das apresentações públicas? Quem faz esse papel?

Como eu nunca fui convidado pela Fundação, não sei como acontece, Dona Graça.

5 – Como funciona o sistema de transporte nas apresentações? Há fornecimento de lanche?

Eu já fui me apresentar em vários lugares e sempre vamos com um transporte enviado por quem convida a gente. Recebemos o lanche e um cachê pequeno, que termino dividindo com os componentes do grupo.

6 – Você recebe a bolsa vitalícia todos os meses?

Lembro apenas de um atraso de cinco meses, no governo de Iberê, e dois meses, no de Rosalba Ciarlini, mas depois recebi tudo de uma vez. Às vezes atrasa no mês de janeiro, quando a gente tem um aumento.

7 – Como é aplicado o valor recebido?

Quando os bonecos precisam, eu compro tecido e aviamentos para arrumar as roupas; e quando alguém precisa de um remédio ou outro tipo de ajuda, eu chego junto. Como meu filho brinca comigo, eu estou pensando em dividir com ele o valor da bolsa, para ele tomar a frente da brincadeira.

8 – Você já foi convidado para fazer alguma oficina para transmissão de seus conhecimentos na FJA? Ou em casas de cultura de seu município ou de cidades vizinhas?

Nunca fui chamado para fazer oficinas.

9 – Você sabe que essa bolsa é vitalícia?

Sei demais. Minha mulher tem consciência disso também. E mesmo tendo recebido o título como pessoa física, eu tenho a responsabilidade com os componentes de meu grupo e eles sabem disso. Se eu pudesse, passaria tudo em vida para meu filho, mas não posso.

O mestre Antônio Vieira, após as questões iniciais, repetiu várias vezes durante a entrevista aberta: “Nunca mais me chamaram para nada. Minha brincadeira está esquecida. E é só chamar que eu vou. Faz tempo que a gente num se apresenta. E outra: num tem quem fique à frente. Quando eu morrer, num tem quem tome de conta”. Como nos foi informado, o mestre tem um filho, que é componente do seu Boi de Reis, e pensa em transferir o comando do grupo, mesmo continuando a brincar.

E para mais sabermos, ainda lhe perguntamos com quem ele aprendeu a brincar o Boi. A conversa se prolonga e entra no particular do mestre. Aqui vale a pena sublinhar que a vida, a alegria, a tristeza, a inspiração e a sobrevivência da maioria das pessoas que fazem a brincadeira, é a agricultura de subsistência, principalmente, além de outras profissões. Não obstante, é a música que os alenta; ela finaliza o ciclo da brincadeira, permeia suas estruturas internas, alimenta o espírito dos personagens, envolve o público.

Nesse dia, encerramos a entrevista com sua música: ele pega o seu violino, como ele chama, e canta feliz a música do seu Boi de Reis Surubim.

MESTRE JOÃO GOMES SOBRINHO (XEXÉU)

1 – Quem fez sua inscrição para o edital do RPV–Registro do Patrimônio Vivo?

A Prefeitura Municipal de Santo Antônio foi quem me inscreveu no edital do RPV–RN, no segmento Literatura de Cordel.

2 – Você recebeu alguma informação sobre o funcionamento do programa antes ou depois do recebimento do título de patrimônio imaterial do RN? De quem?

Recebi uma ligação telefônica do professor Deífilo e de Severino Vicente para eu me inscrever. Como tinha que ter uma indicação, eu procurei o Secretário de Esporte, Cultura e Turismo, José Maria Santos Barateiro, que se interessou em me inscrever.

<p>3 – Qual a frequência de agendamento pela FJA, para a sua participação nas programações culturais da instituição ou para atender a algum proponente desde o recebimento do título?</p> <p>Só fui uma vez me apresentar a convite da Fundação José Augusto, no Teatro Alberto Maranhão. Já fui me apresentar também em Olímpia-SP e em diversos espaços do RN, a convite de particulares.</p>
<p>4 – Você é apresentado como patrimônio vivo do RN, antes das apresentações públicas? Quem faz esse papel?</p> <p>Sim. Geralmente é o chefe do cerimonial.</p>
<p>5 – Como funciona o sistema de transporte nas apresentações? Há fornecimento de lanche?</p> <p>Sempre tem alguém para me pegar de carro em casa, pois moro na Zona Rural. Depois recebo um lanche.</p>
<p>6 – Você recebe a bolsa vitalícia todos os meses?</p> <p>Já sofri com os atrasos, pois tenho uma família numerosa para cuidar. Mas depois recebi tudo.</p>
<p>7 – Como é aplicado o valor recebido?</p> <p>Sustento minha família, imprimo meus cordéis, pois estou sempre produzindo causos; eu vendo na feira ou em qualquer lugar que eu vá, como em Olímpia-SP. Eu me sinto gente.</p>
<p>8 – Você já foi convidado para fazer alguma oficina para transmissão de seus conhecimentos na FJA? Ou em casas de cultura de seu município ou de cidades vizinhas?</p> <p>Nunca me convidaram para fazer oficinas de Literatura de Cordel.</p>
<p>9 – Você sabe que essa bolsa é vitalícia?</p> <p>Tenho consciência disso e minha família também.</p>

Na segunda vez em que estivemos na casa do mestre Xexéu, ele, sentado na sua cadeira de balanço, começou a recitar uma poesia, que tinha acabado de fazer. Ela tinha muitas estrofes; não tinha como fazê-lo parar. Nesse momento, valeu lembrar Zumthor (2005, p. 83): “a voz é presença. A performance não pode ser outra coisa senão presente”. No rosto do mestre, delineava-se o semblante da tristeza, do esquecimento e da saudade. Esse tempo outro, um passado que não volta e está borrado de ausências; o contrário do que é toda performance no seu caráter imediato e mediatizante, transitório e singular.

Esse texto promove um momento de interação, de tal modo que demoramos para começar a fazer as questões, e assim podermos ouvir suas interpretações, mais uma vez. Ele é muito lúcido. Sua voz e seus gestos vão conduzindo as respostas, socializando a performance. O discurso firma-se reiteradamente num ponto: “Sinto-me gente como Patrimônio Vivo do Rio Grande do Norte. Pena que as pessoas não reconheçam a importância que eu dou a isso”. E ele tem sua razão. Basta saber que nos Festivais de Literatura de Cordel, que acontecem aqui em Natal, seu nome não está na programação, embora tenha uma trajetória de vida e arte muito

importante, como foi retratado, em parte, na biografia dos mestres escolhidos para a pesquisa, no capítulo anterior.

MESTRE JOÃO GRIGÓRIO	
1 – Quem fez sua inscrição para o edital do RPV–Registro do Patrimônio Vivo?	Sr. Crispiniano se interessou para me inscrever, depois Dr. Diogénes da Cunha Lima pegou meus documentos para agilizar a inscrição no escritório dele, e eu sei que deu entrada na Fundação José Augusto. Mas, oficialmente, a minha inscrição foi através do Conselho Estadual de Cultura, como Escultor de madeira.
2 – Você recebeu alguma informação sobre o funcionamento do programa antes ou depois do recebimento do título de patrimônio imaterial do RN? De quem?	Sim. Eu fui a duas reuniões na Fundação sobre o RPV–RN.
3 – Qual a frequência de agendamento pela FJA, para a sua participação nas programações culturais da instituição ou para atender a algum proponente desde o recebimento do título?	Antes de receber o certificado como Patrimônio Vivo, eu trabalhava fazendo minhas peças, num quatinho nos fundos da FJA. Lá cheguei a fazer uma encomenda de 60 peças. A que ficou mais famosa foi a de 80 cm retratando Fabião das Queimadas. Quando recebi o certificado como Patrimônio Vivo, Sr. Crispiniano me convidou para fazer uma oficina na Pinacoteca com projeto para escolas para 16 alunos. Mas logo a seguir, sofri um acidente. Quando me recuperei, Sr. Crispiniano já tinha saído da direção da FJA e aí ficou tudo parado. Depois voltei para Santa Cruz–RN. Comecei a fazer minhas peças num anexo da Casa de Cultura, quando fiz algumas peças para fazer uma exposição na semana do Folclore. Depois me mudei para uma casa de herança dos meus pais, um pouco afastada do centro da cidade, onde vivo até hoje. Nunca mais fui convidado pela Fundação José Augusto, nem pela Casa de Cultura, ou outra instituição, para nada. Minhas peças, que foram feitas ao longo do tempo, está nas mãos de colecionadores.
4– Você é apresentado como patrimônio vivo do RN, antes das apresentações públicas? Quem faz esse papel?	Pouca gente sabe que sou Patrimônio Vivo do RN. Nunca ninguém me apresentou como tal. Vim quatro vezes participar da feira de Artesanato no Centro de Convenções de Natal, mas ficou difícil o transporte, apesar de vender bem minhas peças.
5– Como funciona o sistema de transporte nas apresentações? Há fornecimento de lanche?	Nunca tive essa experiência.
6– Você recebe a bolsa vitalícia todos os meses?	Já vivemos alguns meses de atraso, em governos passados, mas recebemos tudo depois. Mas foi aquela agonia.
7– Como é aplicado o valor recebido?	Pago a meu sobrinho para ele ir, de moto, comigo procurar madeira no mato. Compro ferramentas, cola, lixa, formão, goiva, serrote, lima, machado, dentre outras coisas, além de pagar despesas pessoais, como água, luz, meus remédios, e alimentação. Ainda dou um agrado a alguns familiares.
8– Você já foi convidado para fazer alguma oficina para transmissão de seus conhecimentos na FJA? Ou em casas de cultura de seu município ou de cidades vizinhas?	

Já lhe respondi em parte no início da entrevista ou, melhor, da nossa conversa.

9– Você sabe que essa bolsa é vitalícia?

Eu sei. Mas meus familiares nunca procuraram saber, nem eu digo. Sou viúvo e moro com meu filho solteiro.

Quando chegamos para entrevistar o mestre Grigório, era início da manhã. A casa estava fechada. Depois ele chega de mansinho, em sua bicicleta; vinha do mato com alguns pedaços de madeira para seu trabalho. Abriu a casa, entramos e nos deparamos com um quarto, contendo uma bancada rústica, com alguns santos de sua devoção em cima, um tamborete, em que trabalha, sem nenhum conforto, onde faz coleções por encomendas ou, na maioria das vezes, para serem oferecidas a colecionadores.

Como o mestre Grigório não tinha uma representação de seu trabalho para mostrar, citou nomes de pessoas detentoras de seus acervos, que comprovam sua arte, como se temesse que fôssemos duvidar de sua competência. Citou Woden Madruga, Antônio Marques, dentre outros. Mas também nos deu referências de alguns trabalhos, quando lhe dissemos que conhecíamos um deles: “Então não deixe de ver um Fabião das Queimadas que ele tem, de 80 cm, pois, só para fazer o violino, eu levei 10 meses, na procura da madeira ideal”. E não se cansava de detalhar outras peças, para que não deixássemos de ver.

Posteriormente, fomos visitar o ateliê do *marchand* Antônio Marques, um dos citados por ele (e meu amigo, em particular). Lá encontramos, realmente, várias obras de sua autoria, confirmando todas as informações relatadas no dia da entrevista. Sua indicação como Patrimônio Vivo foi merecida; ele é realmente um excelente escultor.

Mestre Grigório deixa claro, na entrevista, que a criatividade no trabalho artesanal exige muito empenho, concentração, e amor ao ofício. É o verdadeiro “pulo do gato” que faz do mestre diferente dos demais artesãos: “Eu recebo inspiração através de sonhos. Quando acordo, eu sei todos os detalhes. Eu queria muito fazer oficinas para ensinar o que sei, pois, quando eu morrer, isso vai se perder”.

GRUPO CABOCOLINHOS

1 – Quem fez a inscrição de vocês para o edital do RPV– Registro do Patrimônio Vivo?

Quem fez a nossa inscrição no edital do RPV–RN foi a Ordem Franciscana Secular, como Grupo Folclórico Cabocolinhos.

2 – Vocês receberam alguma informação sobre o funcionamento do programa antes ou depois do recebimento do título de patrimônio imaterial do RN? De quem?

Sim. O professor Deífilo telefonou para nós logo depois da publicação do edital, como também o Sr. Severino Vicente. Depois estivemos junto com outros mestres na Fundação para uma palestra com a Professora Isaura, que explicou tudo.
--

3 – Qual a frequência de agendamento pela FJA, para a participação do grupo nas programações culturais da instituição ou para atender a algum proponente desde o recebimento do título?

Como somos um grupo grande, a Fundação José Augusto só nos convida uma vez ao ano. Nessa oportunidade, além do pagamento do ônibus, pagamos R\$50,00 para cada integrante do grupo, antes da apresentação. Mas somos convidados para outros lugares e nessas oportunidades recebemos o transporte. O cachê é muito raro. E quando acontece, é dividido para todos.

4 – Vocês são apresentados como patrimônio vivo do RN, antes das apresentações públicas? Quem faz esse papel?

Quando acontece do convite ser pela Fundação José Augusto, somos apresentados pelo responsável da coordenação de cultura da instituição.

5 – Como funciona o sistema de transporte nas apresentações? Há fornecimento de lanche?

Quando a Fundação José Augusto convida, eles mandam o transporte, apesar de que, algumas vezes, os componentes trocaram o horário de trabalho e de última hora o transporte não chegou. Nas poucas vezes que deu certo, uma vez por ano, tem um lanche depois da apresentação.

6 – Vocês recebem a bolsa vitalícia todos os meses?

Tivemos um atraso no Governo de Rosalba, mas recebemos tudo com efeito retroativo. Nesse Governo de Robinson, estamos com um atraso de dois meses; esperamos que se resolva logo.

7 – Como é aplicado o valor recebido?

O valor recebido fica na conta para várias coisas, principalmente para o pagamento de ônibus quando surge uma apresentação, pois a Secretária de Cultura do Município diz que não recebe verba para a cultura. Para comprar indumentária para o grupo. Adquirimos vários eletrônicos, como computador, impressora, máquina fotográfica, comprados com esses recursos. Quando precisamos auxiliar uma emergência com qualquer membro do grupo.

8 – Vocês já foram convidados para fazer alguma oficina para transmissão de seus conhecimentos na FJA? Ou em casas de cultura de seu município ou de cidades vizinhas?

Não. Nunca fomos chamados para participar de programas para transmissão de nossos conhecimentos para as gerações seguintes. Dentro do grupo já fazemos isso. Os componentes da família começam no grupo desde crianças mesmo.

9 – Vocês sabem que essa bolsa é vitalícia?

Sim. Todo mundo está ciente disso.

O Grupo Folclórico Cabocolinhos, de Ceará-Mirim – Zona de engenhos –, liderado por mestre Manoel Clemente, tem mais de 80 anos de fundação. Costuma apresentar-se em diversos eventos culturais pelo Estado, com mais de quarenta brincantes, incluindo os músicos. A evocação indígena é permanentemente festejada em cortejos, sem hora marcada para acabar. A fantasia traz cocar, arco, e flecha, misturados com elementos do branco, como calças, lenços e sapatos.

Como em toda transformação, há aspectos negativos e positivos que se contrapõem nessa mudança reveladora de tensões; e nesse grupo não é diferente. A presença dos mais jovens é por demais importante para que haja substituição dos mais velhos no grupo; e mesmo havendo um saber a ser compartilhado e uma série de mudanças a serem encaradas, isso é visto pelos mais velhos tão-somente como uma perda de espaço e do sentido proveniente da prática.

Assim sendo, faz-se necessário depreender uma variação qualitativa nos estilos e posturas dos jovens e dos velhos. Essa variedade de pertencimento das novas gerações e os novos modos de aliciação das linguagens juvenis terminam por criar um universo ignorado pelos velhos. Em contrapartida, é o que também ocorre com os jovens em relação aos velhos.

Os jovens, que são maioria, estão mais envolvidos, como diria Velho (2006), com tudo que é novidade; isso no *shopping*, na roupa do amigo, no ponto mais interessante que a amiga fez, articulando seus múltiplos pertencimentos, como é característica da vida na sociedade moderno-contemporânea. Os velhos, por sua vez, sentem-se meio que desamparados diante das transformações, com a impressão de não ser reconhecidos pela experiência que carregam.

Em meados de março de 2016, os contatos foram feitos com o grupo para combinar uma visita, mas como eles estavam se preparando para uma apresentação na Cidade da Criança, em Natal, dentro da programação da Fundação José Augusto, não foi possível. Mudamos, então, o ponto de encontro. Dessa vez, focaríamos na apresentação em Natal. No acompanhamento dessa apresentação, percebemos a ausência de vários componentes, mesmo tendo garantido o transporte de ida e volta de Ceará-Mirim, com um ônibus disponibilizado para o grupo. Essa postura dos mais novos deixa os mais velhos decepcionados, pois sentem que eles não demonstram compromisso com a palavra dada, mesmo que vejam no grupo uma cultura da tradição, que deve ser preservada.

A visibilidade do grupo diz respeito a realizações de apresentações, que aconteciam mais no período do Carnaval, e que deixaram de fazer ou quando são convidados pelo RPV–RN. Nesses eventos, o grupo não recebe recursos financeiros, mas recebe, do seu presidente, ainda dentro do ônibus, o valor de R\$50,00, para motivar os componentes.

O grupo não tem uma sede própria, e até um local antes disponibilizado pela escola, para os ensaios nos finais de semana, foi proibido, por motivo de segurança. Com essa dificuldade, eles fazem os ensaios em praça pública. Diante da dificuldade com as apresentações e os ensaios, agendamos uma entrevista com grupo focal, num domingo, em Ceará-Mirim, devido à maioria dos componentes trabalharem até o sábado.

A tradição oral se configura pela presença de um conjunto de lembranças, as lendas, as histórias que, por sua vez, se articulam com as narrativas e as experiências dos mais antigos.

Como nos aponta Benjamin (1985), “o sujeito que vive a experiência narra o que lhe aconteceu de dentro, com autoridade e, ao mesmo tempo, retoma a experiência, que, como toda lembrança, é fruto de um trabalho de construção e ressignificação a partir do presente”. A narrativa compreende um regime de comunicação que só é possível numa comunidade de narradores e ouvintes, em presença uns dos outros.

A prefeitura do município em que vivem, Ceará-Mirim, coloca-se à margem de qualquer forma de iniciativa para o fortalecimento do grupo, mesmo estando os componentes deste envolvidos com os códigos eletrônicos exigidos, e inseridos na comunicação escrita.

Se eles fazem um pedido com antecedência, é muito cedo; se mais próximo do evento, está muito em cima da hora. Para eles, esse apoio seria imprescindível, principalmente com a liberação do transporte nas apresentações, visto terem um grande número de componentes e não disporem de local próprio para os ensaios, nem tampouco para guardar as indumentárias e os instrumentos musicais do grupo.

Em contraponto a isso, os registros das apresentações do grupo, em áudio e vídeo, têm sido produzidos com mais frequência, pelos mais jovens componentes, o que é bastante apreciado pelos mais velhos, que assistem, ouvem e conversam sobre a importância dessa iniciativa.

A experiência da entrevista de grupo focal com os cabocolinhos, que acolhe vários jovens, entre homens e mulheres, na faixa entre 16 a 24, e os mais velhos entre 45, 54 a 63 anos, sendo o mais velho, o presidente do grupo, Severino Roberto, foi bem proveitosa. A entrevista aconteceu na casa da tesoureira, Francinete Marques. Para deixá-los mais à vontade, iniciei com uma pergunta que não estava relacionada ao foco da pesquisa: como vocês vêm o grupo Cabocolinhos? Fizemos uma rodada com todos os participantes e depois é que começamos a fazer as perguntas estruturadas e semiestruturadas, já que estávamos numa grande roda, e um assunto leva a outro. Não foi tão fechada assim.

Para essa pergunta inicial, dentre muitas respostas, uma delas resume a interpretação do grupo: “O Grupo Cabocolinhos, como Patrimônio Vivo do RN, é fruto de uma tradição familiar, que agora abriu a entrada de membros de outras famílias, para que pudessem conhecer a sua história e a sua memória”. O presidente afirma que o grupo sempre foi aberto, 60 % da família e o resto, em sua maioria eram de cortadores de cana, que vinham de longe para brincar no carnaval. O problema é que hoje muita gente não quer.

Na visão de Isa (porta bandeira), é muito agradável estar com o grupo; gosta especialmente das resenhas da família todinha dentro do ônibus, da expectativa antes das apresentações, pois todos se empolgam tanto que nem dá vontade de parar. Para o presidente

do grupo, não é diferente. Segundo ele, se tivesse de abandonar o grupo antes de morrer, não resistiria: “Comecei no grupo aos 8 anos. Eu faço de tudo no grupo. Meu tio, mestre Clemente, me levava para as reuniões desde os 14 anos; e quando completei 18 anos, ele me passou toda a responsabilidade do grupo. Entrei no ritmo de reuniões, desde audiência com o governador, a reuniões com o professor Deífilo, na Fundação José Augusto, prefeitos, secretários, dentre outros”.

E o que significa o nome Caboclinhos? Essa era mais uma curiosidade a ser satisfeita. Segundo o presidente, o símbolo da bandeira do grupo é um pássaro; só que, para ele, o nome desse pássaro é Cabocolinho. O som da gaita do grupo é o mesmo do canto do pássaro Cabocolinho. No seu estandarte, está bordado Cabocolinho.

Severino Roberto enfatiza que o Cabocolinho de Pernambuco, por exemplo, tem a fantasia como se fosse uma escola de samba e usa penas na indumentária. O toque dos instrumentos é mais apressado. “O nosso grupo é diferente; antigamente o grupo tinha uma calça de flanela com um meião cheio de pena. Para ficar diferente de Pernambuco, foi feita a modificação: calça branca, camisas nas cores amarela, azul e lenço vermelho. Antigamente todo mundo comprava sua roupa e sapatos. Quando começamos a conseguir ajuda com vários parceiros, as pessoas não compravam mais. Os sapatos é um problema; temos que ter estoque com material antiderrapante. Agora, compramos com a bolsa do RPV–RN. Nós somos um grupo de dança. Não temos nada do sagrado para mostrar em ocasiões especiais. O que temos guardado são algumas partes que não dá mais tempo, como a do cipó, que se constituem seis partes dentro de uma só, com um tempo de 2 horas. Se for apresentação completa do grupo, são 4 horas. Quando a gente se apresentava no carnaval, a gente ensaiava por três horas, para brincar três dias de carnaval. Hoje, dependendo do tempo para nos apresentarmos, já sabemos o que mostrar, mesmo sem ter o ensaio”.

Depois de deixá-los bem à vontade, começamos a fazer as questões focadas na pesquisa, para que tivéssemos mais dados para a análise final, com as respostas contidas no quadro, seguindo o critério semelhança/diferença, após a escuta do áudio da câmera.

GRUPO CHEGANÇA
<p>1 – Quem fez a inscrição do grupo para o edital do RPV–Registro do Patrimônio Vivo? Quem foi o responsável pela nossa inscrição foi a Comissão Estadual de Folclore.</p>
<p>2 – Vocês receberam alguma informação sobre o funcionamento do programa antes ou depois do recebimento do título de patrimônio imaterial do RN? De quem? Sim. Fomos informados. Severino Vicente, como na época era o presidente da Comissão Estadual de Folclore, tinha muita aproximação com nosso grupo e nos explicou tudo.</p>

E ainda ouvimos da Professora Isaura, lá na Fundação, tirando todas as dúvidas.
<p>3 – Qual a frequência de agendamento pela FJA, para a participação do grupo nas programações culturais da instituição ou para atender a algum proponente desde o recebimento do título?</p> <p>Somos convidados, no máximo duas vezes ao ano, pela Fundação José Augusto ou até menos disso. Em agosto desse ano (2017), a Prefeitura de Várzea fez o convite, mas não tinha o transporte. Em setembro, participamos do desfile cívico de Barra do Cunhaú. O transporte sempre nós conseguimos com a Prefeitura de Canguaretama. Mas nas apresentações, pagamos R\$50,00 a cada integrante do grupo, ainda dentro do ônibus, antes de cada apresentação.</p>
<p>4 – Vocês são apresentados como patrimônio vivo do RN, antes das apresentações públicas? Quem faz esse papel?</p> <p>Somos apresentados sempre por alguém do cerimonial do evento, como, por exemplo, na cidade da Criança, que é onde a gente se apresenta pela Fundação José Augusto, é um representante do setor da coordenação da cultura.</p>
<p>5 – Como funciona o sistema de transporte nas apresentações? Há fornecimento de lanche?</p> <p>Sempre que recebemos um convite para uma apresentação, enviamos um pedido formal para a Prefeitura Municipal de Canguaretama, que nos concede o ônibus. Ao final, recebemos o lanche.</p>
<p>6 – Vocês recebem a bolsa vitalícia todos os meses?</p> <p>Sim. Nesses dez anos da existência do RPV, só tivemos alguns meses sem receber, ainda no Governo de Rosalba, mas recebemos depois e utilizamos para avançar na construção de nossa sede, que agora está com 90% pronta. Nesse governo atual, também já estamos com dois meses sem receber.</p>
<p>7 – Como é aplicado o valor recebido?</p> <p>O recurso proveniente da bolsa é colocado na conta e administramos para várias coisas: compra de material para a construção de nossa sede própria, compra de tecido e sapatos, para fazer reposição de quem está precisando no grupo. Pagamos para cada integrante do grupo R\$50,00 antes de uma apresentação fora da cidade, e para ajudar em alguma emergência de pessoas do grupo.</p>
<p>8 – Vocês já foram convidados para fazer alguma oficina para transmissão de seus conhecimentos na FJA? Ou em casas de cultura de seu município ou de cidades vizinhas?</p> <p>Não. Nunca fomos convidados para fazer oficina.</p>
<p>9 – Vocês sabem que essa bolsa é vitalícia?</p> <p>Sim. Todos do grupo sabem disso.</p>

Na entrevista semiestruturada, feita com alguns participantes, primeiramente, e depois com as mulheres do grupo, revelou-se que a existência de uma personalidade jurídica para o grupo permitiu o reconhecimento junto aos órgãos governamentais, o que possibilitou a construção de sua sede, com o recebimento da bolsa do RPV–RN, conforme registro abaixo.

Figura 13 – Primeira visita à sede do Grupo Chegança, de Barra do Cunhaú



Fonte: Acervo particular (2016)

As atividades destinadas à transmissão da Chegança é algo recente na história do grupo e apresenta alguns desafios. Primeiro, teve início no espaço das escolas. Com a inauguração da sede própria, elas ficaram concentradas nesse espaço, como também a guarda das indumentárias do grupo, o que antes se dava nas casas dos componentes. Numa de nossas visitas, no decorrer da pesquisa, constatamos um esvaziamento das atividades nos ensaios, logo justificado pela composição dos membros de várias faixas etárias, impedimento para adequar os horários, para adolescentes e pessoas mais velhas.

A chegança se revela, nesse contexto, não só como uma história que se conhece ou uma dança a ser ensinada a seus multiplicadores mas também como um conjunto de valores e práticas, modelados na comunicação oral e na convivência entre as gerações, amigos e familiares, que se foi percebendo no trabalho de campo.

Em relação à titularidade do grupo, como patrimônio imaterial, observam-se aspectos importantes, principalmente em relação ao orgulho pelo reconhecimento adquirido, expresso no certificado em quadros expostos na parede da sala da casa do diretor. Em contrapartida, ressentem-se da indiferença no que concerne à inserção do grupo nas programações culturais governamentais, com mais frequência.

Na pesquisa de campo com o grupo, é perceptível o fato de que, mesmo eles estando conectados com as mídias sociais instaladas como meio de informação, dando, inclusive, visibilidade ao grupo, não acreditam que essa estratégia seja capaz de modificar as relações sociais; tudo continua do mesmo jeito.

Como a maioria, também o grupo Chegança alega nunca haver sido convidado pela FJA para fazer oficina, conforme exige a Lei do RPV–RN (anexo-4).

Categoria II – Corpo técnico da FJA–RN

CATEGORIA II CORPO TÉCNICO DA FJA–RN	
4– Você conhece os objetivos e metas a serem alcançados na forma da Lei, para o RPV–RN?	
Amarelo:	Olha, quando esse programa foi implementado, nós não tivemos uma orientação do que seria. As coisas quando chegam aos setores são para serem executadas. Mas, como tive acesso aos documentos, tive curiosidade de ler e me inteirar sobre os objetivos e metas formuladas na Lei, até porque esse dinheiro é público.
Azul:	Eu tive por obrigação conhecer os objetivos e metas contidas na Lei e vejo que, da forma que ela está, só alcançou somente os direitos, com o pagamento das bolsas, mas os deveres estão a desejar.
Verde:	Acompanhei desde o início a implementação do programa e sei dos objetivos e metas do programa. Mas acredito numa reformulação da Lei, em algumas coisas, para que ela possa beneficiar mais mestres e grupos e, em contrapartida, eles possam transmitir suas técnicas para gerações futuras, exercendo seus deveres para com o programa.
Vermelho:	Tomei conhecimento dos objetivos e metas do programa depois que você iniciou a entrevista comigo. Peguei a Lei do RPV–RN e agora sei do que ela pretende. Olhe que trabalho aqui desde 2008.
Laranja:	Conheço a Lei porque faz parte do meu trabalho entender a que ele se destina, mas não acompanho o programa, para saber se atingiu os objetivos ou não, até porque isso deveria estar publicado de alguma forma, para dar respostas à sociedade. Mas eu desconheço se ela alcançou ou deixou de alcançar suas metas.

Em geral, as respostas dos interpretadores para essa questão justificam-se pela ausência de um fluxograma, indicando quais as pessoas que vão trabalhar com o programa, como serão preparadas essas pessoas, qual será a distribuição do trabalho, como será feito o acompanhamento, visando ao alcance das metas formuladas na Lei.

Categoria III – Autor da Lei do RPV–RN, Deputado Estadual Fernando Mineiro (PT)

**CATEGORIA III – AUTOR DA LEI DO RPV–RN,
DEPUTADO ESTADUAL FERNANDO MINEIRO (PT)**

1 – Como aconteceu a fase da constituição da agenda e formulação dessa política pública?

Olha, de acordo com esse desenho acadêmico que você trouxe, quero antes de tudo falar sobre um problema. É que, nesse momento, havia a ausência de políticas públicas para a cultura popular no RN, e com a aprovação do projeto de Lei, foi feita a formulação na busca de alternativas para o poder público dar respostas a este problema. Na Assembleia tem várias comissões, e como não havia uma específica para as culturas populares, esse projeto passou pelas comissões permanentes que analisam os projetos e, no caso, eu, como parlamentar, autor do projeto, dei entrada e ele tramitou pelas comissões de Justiça, Administração e Educação. Depois de receber a aprovação nessas comissões, recebeu os votos do plenário, sendo aprovado por unanimidade e transformado em Lei.

2 – Consta como dever dos inscritos participar de programas de ensino e de aprendizagem dos seus conhecimentos e técnicas para as gerações futuras, mas isso não está acontecendo, nem tampouco, os relatórios bienais constando esse cumprimento. O que o senhor acha disso?

Bom, você tem uma Lei que, se fosse efetivada, teria outra situação, tanto por contemplar novas pessoas físicas quanto grupos, pessoas jurídicas. A pessoa ou entidade é contemplada, mas tem que haver uma troca com a sociedade, de forma sistematizada. A ideia é que o Estado dote o contemplado das condições mínimas para que ele possa exercer o seu trabalho, dando-lhe oportunidade de fazer oficinas, de levar seu conhecimento para as escolas, para a formação de novos grupos, de novos multiplicadores. Minha maior frustração é que você faz a Lei, mas ela não saiu do papel, não conseguiu ser efetivada. Eu gosto de uma frase de Drummond que diz: “As Leis não bastam, os lírios não nascem das Leis”. Na verdade, a Lei é importante, mas não transforma, não cria a política pública; ela precisa de uma legislação com ação. Precisa ser incorporada nas ações cotidianas do Estado; essa é a política pública. Você pode ter as normas e as Leis, mas elas não se transformam automaticamente, de forma mágica, em política pública. Ela precisa de uma relação efetiva, recursos, preocupação, acompanhamento, dentre outras, para ela se concretizar.

3 – Quais as reclamações que o senhor mais recebe hoje dos patrimonializados? Olha, eu tenho uma história bem engraçada para contar. No início do governo Rosalba, mais ou menos em abril de 2011, quando encontrei o poeta Luiz Campos, perguntei como ele estava e ele respondeu que tinha morrido. Estranhei: “Mas como?” Ele disse: “Disseram que eu receberia esse dinheiro (do RPV) até morrer. Faz cinco meses que não recebo. Então, eu morri”. O período de inadimplência reclamado por Luiz Campos foi entre janeiro e maio de 2011. Quando o convênio 2010 acabou, houve esse atraso e foram muitas as reclamações. Mas depois foi normalizado. Hoje não recebo mais esse tipo de reclamação, mas sim da não publicação de novos editais para o RPV–RN.

4 – Será que não seria mais fácil que a dotação orçamentária enviada para a Fundação José Augusto tivesse uma parte direcionada para uso do RPV–RN?

A Lei do RPV–RN ela é escrita na garantia dos recursos da bolsa, na contribuição do Estado para com o pagamento dos mestres da cultura popular e eu sou muito cuidadoso, eu sempre disponibilizo recursos no orçamento. Outra coisa é o Estado ter condições para viabilizar sua efetivação. Isso é dentro da política da Fundação, que dentro do seu custeio geral, define como vai gastar. Isso é uma questão de gestão. Não teria necessidade, imagine você enviar um recurso para a Secretaria de Educação para a locação de um carro, por exemplo, para

cuidar do ensino Fundamental, isso não seria possível; a Secretaria tem que se estruturar para cuidar daquilo que é de sua responsabilidade. Se existe uma Lei para a Cultura, a Fundação tem que viabilizar essa implementação, senão teria que ser criada uma série de normas. Se, atualmente, ela não sai do papel, imagine você criar uma amarração dessas, não teria sentido; isso é uma questão de cuidado, de prioridade.

5 – Qual é a sua visão do RPV–RN atualmente?

Eu sinto muita frustração em relação à implementação da Lei; a gente fez um esforço mobilizamos pessoas e entidades. O Estado precisa cuidar e acolher aqueles que produzem a cultura popular, dando o mínimo de condições para eles fazerem a multiplicação desses saberes, que é muito importante para a identidade do Estado. Temos uma Lei provando que é possível porque, mesmo com todas as dificuldades, o primeiro edital foi publicado, mostrando que tem muita coisa positiva. É preciso fazer a circulação com esses grupos habilitados, para não deixar morrer essa cultura. É uma pena.

A entrevista com o autor da Lei do RPV–RN preencheu muitas lacunas da pesquisa, principalmente em relação à trajetória da Lei, com as fases da política pública, desde a agenda, à formulação e à implementação. As respostas às questões propostas esclareceram muitas dúvidas, orientando-nos, inclusive, a pesquisa documental (anexo) no arquivo da Assembleia Legislativa, para ver os despachos e, principalmente, a justificativa feita pelo parlamentar, autor do projeto, para que este pudesse tramitar nas comissões permanentes.

No que concerne ao programa de ensino e aprendizagem, o parlamentar sugeriu que a Fundação José Augusto poderia criar, a cada início de ano, uma agenda para as apresentações com os habilitados do RPV–RN, como também combinar os programas de ensino e aprendizagem com os mestres e grupos, visando a uma maior eficácia.

EX-PRESIDENTE DA COMISSÃO ESTADUAL DE CULTURA, SEVERINO VICENTE

1 – Até bem pouco tempo, acreditávamos que o segundo edital do RPV–RN (2012) estava inconcluso. Com a localização da ata da Comissão especial desse edital, essa informação não se confirmou. Houve o resultado desse concurso, oficialmente, no Diário Oficial? Como aconteceu essa publicação?

Esse edital foi prorrogado ante a alteração do número de vagas e, na sua análise final, foram habilitados como pessoa física, Domingos Tomás de Lima (violetista) e Luzia de Araújo Dantas (escultora). Como pessoa Jurídica, foi habilitado apenas um grupo, o Boi de Reis do distrito de Cuité; outros inscritos não apresentaram a documentação necessária. Esse resultado foi alterado mediante um pedido de um membro da comissão, para que houvesse o julgamento de outra inscrição, a de Antônio Fernandes Reinaldo, mais conhecido por Antônio Sobrinho (falecido recentemente), que na época estava doente, mesmo ferindo a exigência do edital, de que o habilitado deveria estar capacitado a transmitir seus conhecimentos; mas esse nome foi aprovado pela maioria da comissão, sendo substituído pelo nome do também violetista, Domingos Tomas de Lima, escolhido anteriormente. Depois, o resultado final foi publicado no Diário Oficial.

2 – Como funciona o número de vagas nos próximos editais após a quantidade inicial publicada pelo Decreto n. 21.193/09?

No primeiro edital, tivemos a quantidade inicial de 10 vagas. Três vagas para grupos, pessoas jurídicas e sete vagas para pessoa física. A partir disso, cada edital definiria a quantidade de vagas; seria acumulativa, até completar o limite de 60 vagas. No segundo edital, voltou a contagem de 5 vagas, conforme a Lei. Três vagas para pessoa jurídica e duas para pessoas físicas. E, assim, sucessivamente. Não estão previstas, na forma da Lei, substituições por falecimento no RPV–RN.

3 – O senhor acha que, diante desse quadro que acabamos de traçar sobre a implementação do RPV–RN, com o Estado exercendo uma função assistencialista, fazendo apenas o pagamento das bolsas, existe uma boa justificativa para que seja publicado um novo edital?

Eu não digo se existe justificativa ou não. Só sei que os grupos contemplados no RPV eles se organizam; já os mestres, pessoas físicas, recebem a bolsa mais como uma aposentadoria; também não são acompanhados, estão soltos. A culpa é da Fundação e da Comissão Estadual de Folclore. Mas eu respondo pela Comissão de Folclore, que não tem estrutura, nem recursos para acompanhar essa dinâmica na sua implementação. Precisaria de uma força tarefa para modificar essa realidade.

Além das três questões iniciais, a continuação da entrevista serviu para que suas interpretações preenchessem algumas lacunas na pesquisa. Aproveitamos para lhe perguntar por que é que o Araruna não foi contemplado no primeiro Edital do RPV–RN, já que é um grupo da tradição e seu presidente já ia completar 100 anos naquele período (2009). O fato real, como nos foi informado, é que o grupo tinha problemas com a Receita Federal e não tinha como passar na Comissão de Licitação, sem a documentação, para ser habilitado. “Eu estava na comissão para avaliar o mérito do grupo, não a documentação. Lamentavelmente”, finalizou.

Também tratou de satisfazer nossa curiosidade quanto à escolha dos habilitados residentes de regiões mais próximas de Natal, em detrimento daqueles residentes em regiões mais afastadas. Se o registro é de âmbito estadual, então uma instituição de qualquer município poderia indicar um mestre ou um grupo. Na visão do ex-presidente, isso é “um pente fino”, não se tem uma certeza antecipada. A comissão é que decide; por isso ela é composta por representantes conhecedores da Cultura Popular. Em suas próprias palavras, “se um Boi de Reis, por exemplo, estiver sem a caracterização, não poderemos escolher, e sim aquele que tem caracterizações legítimas, que se apresentem com maior qualidade, dentro dos critérios tradicionais. Se a Fundação trouxesse esses grupos para se apresentarem em Natal, ou mesmo se houvesse intercâmbio entre municípios, poderia haver um acompanhamento até para indicação em editais futuros; seria muito importante”.

Em mais uma investida, e apoiando-nos na experiência de Pernambuco, no processo de ampliação do número de vagas, questionamos: “O que o senhor acha de o RPV–RN reparar essa espera de 2013 a 2017 e somar o número de vagas prováveis a cada edital, com cinco vagas, duas para pessoa física e três para pessoa jurídica, fazendo um edital com 20 vagas?”

Em tom um tanto irônico, ele respondeu: “Esse seria o ideal, mas, nesse governo, não dá mais, pois teria que ser programado de um ano para o outro. Poderíamos pleitear essa sugestão, mostrando a realidade desse programa no Nordeste e o quanto estamos aquém de outros Estados, para constar na pauta das próximas eleições para governador do RN”. Prosseguimos com outra questão: “Nessa contagem de 20 vagas, teríamos 12 grupos para beneficiar? Não seria melhor ampliarmos o número de vagas para pessoa física, que seria menor, com 8 vagas”? Ele então rebate: “Não seria necessário. Temos muitos grupos no RN. Só no pastoril, temos 57 grupos cadastrados em minha última pesquisa. Claro que podemos fazer uma pesquisa atualizando esse último mapeamento. A minha lista está nesse armário, mas não posso lhe mostrar agora, diante do mofo e poeira. Quando eu mandar limpar, vou lhe convidar para fazermos uma triagem da documentação que tenho aqui do RPV–RN”.

E surge aí mais uma sugestão: como não estão acontecendo mais editais, que fossem contemplados os inscritos que não foram habilitados nos editais anteriores, avaliados pela comissão, e que não foram escolhidos pelo número de vagas disponíveis.

Outro ponto a ser esclarecido, para preenchimento das lacunas, é como a Comissão Estadual de Folclore exerce o acompanhamento das atividades exigidas no edital, se não estão sendo realizados os programas de aprendizagem de ensino dos conhecimentos que os habilitados detêm. Questiona-se se a comissão do folclore fez algum tipo de pressão no sentido de exigir o cumprimento desse dever. Na sua interpretação, ele confessa que algumas vezes acompanhou, no seu carro particular, os mestres e grupos, antes de estar na Comissão Nacional de Folclore. Até sugeriu que a Fundação deveria colocar à disposição um carro para acompanhar os habilitados. Depois, isso não aconteceu mais, porque a Fundação não tem mais carro; está sem essa estrutura.

“E sobre os projetos dos gestores para os programas de ensino e aprendizagem”? Voltamos a questionar. Ele responde: “Bom, Crispiniano tinha projetos de oficinas nas Casas de Cultura. Chegou a fazer um encontro de uma semana com grupos folclóricos, violeiros, cantadores, literatura de cordel, na EMATER, em São José de Mipibu. O público alvo eram os agentes das Casas de Cultura”. Na minha palestra, eu dialogava mais com eles, como, por exemplo: ‘Qual a expressão cultural que tem em sua cidade’? Para minha decepção, eles desconheciam a existência de grupos ou mestres da cultura popular. Essas pessoas são indicadas

politicamente e o prefeito dá o nome indicado para a Fundação registrar, sem a preocupação de verificar se a pessoa tem condições de assumir a função de direção de uma casa de cultura. Assim não vingou; até porque Crispiniano não ficou muito depois da aprovação da Lei e nem na sua última gestão”.

Na verdade, parece que cada gestor tem como missão favorecer apenas uma camada da cultura popular, e não o coletivo. Aliás, se analisarmos a trajetória de vários gestores, teremos uma visão particular para a sua gestão: ora favorecem cantadores, violeiros, literatura de cordel, ora editais, dentre outras.

Categoria IV – Gestora da FJA–RN (2010 a 2014 e 2016-2017)
Isaura Amélia Rosado de Sousa Maia

CATEGORIA IV – GESTORA DA FJA – RN (2010 a 2014 e 2016 a 2018)
<p>1 – Em sua opinião, por que não houve mais publicações de editais do RPV–RN? Não houve mais publicações de editais porque não conseguimos executar os objetivos propostos pela Lei para alcançar suas metas.</p>
<p>2 – O segundo edital publicado na sua gestão, em 2012, ficou inconcluso, por quê? Não. Ele foi concluído e publicado no Diário Oficial. Houve uma alteração no relatório inicial do concurso, com a substituição de um nome que tinha sido aprovado anteriormente, por outro nome do mesmo segmento. Foi atípico. Mas não ficou inconcluso. Procure que você vai encontrar.</p>
<p>3 – Existe algum relatório sobre a execução das atividades do programa? Não existe nenhum relatório relativo ao cumprimento de atividades pelos habilitados do RPV–RN, pois, como a etapa anterior não foi executada, ou melhor, os programas de ensino e aprendizagem não aconteceram, não tínhamos os dados para a elaboração do relatório bienal.</p>
<p>4 – Qual é a sua visão geral, atualmente, do programa do RPV–RN? O programa do RPV–RN tem por finalidade o apoio financeiro e a preservação, por incentivo do Governo do RN, dos processos de criação e divulgação de técnicas, modos de fazer os saberes das culturas, tradicional popular potiguar, mediante atividades, ações e projetos dos quais forem detentores os habilitados, salvaguardando esse saber-fazer para as gerações futuras. Mas a Fundação José Augusto fez só uma parte desses objetivos na implementação do programa. A outra parte precisaria ter pessoas sensíveis para acompanhar esse processo. Aqui tenho resistência de pessoas que são sensíveis a causas da cultura popular, que me dizem que os habilitados não precisam dar essa contrapartida para a sociedade. Essa bolsa seria para sua sobrevivência. O que discordo plenamente, pois esse não é o objetivo da Lei.</p>

Depois da interpretação dada às três questões iniciais, precisava estender a conversa para outras questões. Uma, em particular, levou-nos a revisar dados da pesquisa, inclusive a

hipótese, em razão de sua categórica afirmação de que o segundo edital não havia ficado inconcluso.

Antes tinha como certa a não divulgação do resultado final, tanto pelas declarações do autor da Lei, Dep. Fernando Mineiro, quanto pela pesquisa documental, com a análise da lista de depósito, requisitada ao departamento financeiro. Primeiro, comparamos a lista de 2010 com a lista de 2013; depois, com a de 2016. A primeira registrava as sete pessoas físicas e três jurídicas. A lista de depósito de 2013 dá conta do ingresso de Luzia Dantas.

Tratando sobre o tipo de apoio dado pelo Conselho no processo de implementação do RPV–RN com Iaperi Araújo, ele reforça a interpretação da questão, admitindo que esse apoio estava mais voltado para a homologação ou não da escolha da Comissão especial, composta por especialistas de notório saber nas áreas das expressões da cultura tradicional ou popular, que têm o dever de apreciar e organizar o relatório, decidindo sobre as indicações favoráveis ou desfavoráveis à inscrição das candidaturas ao Registro do Patrimônio Vivo (RPV–RN). Não obstante, temos a ciência de que, na área da cultura, os conselhos devem propor, formular, monitorar e fiscalizar as políticas culturais, a partir das diretrizes emanadas das conferências de Cultura, na sua área de jurisdição.

Assim sendo, depois da avaliação das inscrições pelo Conselho especial, o relatório é, posteriormente, encaminhado ao Conselho Estadual de Cultura, para deliberação e resolução final. Além disso, há a indicação de um nome para participar como Conselheiro na avaliação das inscrições do RPV–RN. O Conselho também pode arbitrar nos casos de recursos (que são permitidos pela Lei), no tocante aos requisitos de habilitação de candidatos, mérito cultural e idoneidade das candidaturas e do cumprimento dos deveres atribuídos aos inscritos no RPV–RN, como aconteceu com o tratamento de um recurso impetrado pela família de Luzia Dantas, que foi devidamente avaliado e acatado por todos.

Ainda em relação a esse caso, ancorando-nos na informação do Conselho Estadual de Cultura, acreditávamos que a inserção do nome de Luzia de Araújo Dantas devia-se à entrada desse pedido. Quanto ao nome de Antônio Fernandes Reinaldo, que apareceu na lista, a partir de 2013, justificávamos que tinha sido por substituição, pelo falecimento de Luiz Campos; e para justificar a entrada do Grupo Cultural Boi de Cuité, também em 2013, havia o critério da substituição, por falecimento, de dois mestres: Antônio Rodrigues da Silva (Antônio da Ladeira) e Sebastião João da Rocha (Tião Oleiro).

Entretanto, após esclarecimentos prestados pela Gestora da FJA–RN, professora Isaura Amélia Rosado Maia, buscamos a Comissão Permanente de Licitação – CPL (setor que, desde

o início, achava irrelevante para a pesquisa, haja vista que, após a publicação do edital, cessaria sua participação na implementação do RPV–RN). Ledo engano.

Ao conversar com o presidente da CPL – FJA, Francisco Lopes Junior, obtivemos a documentação tão procurada. Primeiro, a cópia do segundo Edital do Concurso, que já não estava mais no site da instituição, nem havia registro de uma outra cópia no arquivo. Ao relatar, no setor, que o segundo edital havia ficado inconcluso, ele nos apresentou a cópia do relatório, conforme anexo, contendo o julgamento do mérito dos inscritos e os nomes dos selecionados. Nesse relatório, não consta a substituição ocorrida com os nomes dos habilitados Domingos Tomás de Lima, pelo de Antônio Fernandes Reinaldo. A reformulação do relatório aconteceu, posteriormente, quando do envio para a publicação no Diário Oficial. Outra cópia adquirida nesse setor foi um despacho referente ao número de vagas, constantes no segundo concurso (10 vagas), deixando claro, para a diretoria administrativa e para a comissão de méritos, que esse número de vagas, conforme o Decreto n. 21.193/09, referia-se ao número inicial de participantes no primeiro edital. Para os demais, voltaria para cinco candidatos, três pessoas jurídicas e duas pessoas físicas.

Com esse despacho, o segundo edital do concurso foi prorrogado por mais trinta dias, alterando o número de vagas. Consta também, nesse documento, o pedido de contestação feito pela Sra. Luzia de Araújo Dantas, tornando sem efeito o resultado do julgamento contestado, confirmando que o pedido foi plenamente atendido.

Assim sendo, não se confirmou totalmente a hipótese da tese de que *O segundo edital do concurso do RPV–RN ficou inconcluso pela falta de recursos, apoios técnicos e ausência de programas para a formação de multiplicadores para as gerações futuras, inviabilizando a publicação de novos editais*. Na verdade, o segundo edital do concurso não ficou inconcluso, o que sustenta apenas parte da hipótese, com os motivos para a não publicação de novos editais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação do processo de implementação do RPV–RN destinou-se a coletar, analisar e interpretar concepções sobre a implementação do programa.

Os indicadores escolhidos para a avaliação foram duas ferramentas úteis para estabelecer o grau de racionalidade, operacionalmente. O primeiro foi o de eficácia, para medir o grau em que se alcançam os objetivos e metas do programa, previstos em favor da população beneficiária, que, nesse caso, são os habilitados pelo RPV–RN, no período compreendido de 2009 a 2017. A outra é o de efetividade, que revela-se no estabelecimento da relação entre os resultados e os objetivos, na alocação de recursos destinados aos projetos sociais que, no geral, teve, nos dois editais publicados, 13 beneficiados, sendo 4 deles já falecidos, nesses dez anos de implementação, e nenhum programa visando à preservação desse patrimônio, para futuras gerações.

Muito embora não se tenha constatado melhoria na relação habilitado–FJA, com o programa, evidenciaram-se mudanças qualitativas nessa interação; mesmo assim, bem aquém das expectativas. Esse aspecto, do ponto de vista qualitativo, constituiu a alteração mais evidente e relevante.

Vale rememorar que um dos principais objetivos da lei de patrimônio vivo (anexo–4) é o incentivo e a promoção de atividades específicas para a transmissão dos saberes tradicionais, necessários à produção e à preservação de aspectos da cultura popular, que os mestres ou grupos culturais detêm. Visando a essa perspectiva, o Estado precisa investir na construção de um programa de ensino e aprendizagem para a transmissão desses conhecimentos tradicionais da cultura popular, sendo fundamental, inclusive, que haja, por parte do poder público, uma preocupação em proporcionar a efetiva participação desses mestres na sua elaboração.

A lei estabelece, ainda, que seja de responsabilidade da administração pública o desenvolvimento desse programa educacional; contudo, até hoje, esse programa não foi concretizado. E não se deve esquecer que a lei vai, completamente, ao encontro de uma política de valorização dos detentores de conhecimentos tradicionais. Mas também se espera que essa política seja implementada na sua integralidade, para que a sociedade possa não só conhecer seus mestres da cultura popular, através de divulgações publicitárias, mas também tenha, de fato, o direito de aprender com eles, para que essas expressões culturais tradicionais possam ser transmitidas para as futuras gerações. Não obstante, essa contrapartida de transmissão dos conhecimentos e técnicas dos mestres e grupos para a sociedade, através de um programa educacional sob a responsabilidade do poder público, até hoje não foi desenvolvida.

Considerando as proposições do programa do RPV–RN, definidas, tanto pelas fontes documentais e pelas entrevistas com os habilitados quanto pelo corpo técnico, pelos gestores e pelas instituições de apoio, verificamos que muito pouco foi atingido. E mesmo se tomarmos o exemplo de similar Registro do Patrimônio Vivo de Pernambuco (RPV–PE), constataremos que as ações de transmissão do saber existente estão sendo executadas de forma precária e descontinuada, sem um efetivo acompanhamento dessas atividades. Atualmente, elas acontecem através de oficinas, realizadas dentro das programações de capacitação dos Festivais “Pernambuco Nação Cultural”, que se realizam em cidades polos das regiões de desenvolvimento do Estado. Porém, não se configuram como um programa educacional, com uma metodologia clara de ensino-aprendizagem, em atendimento aos reais propósitos do programa.

Faz-se necessário sublinhar, quanto a esse pormenor, que não nos é dada a ciência de, com essa comparação, poder mostrar a diferença entre as ações dos programas existentes entre o RN e PE, até por que em Pernambuco a Lei foi regulamentada em 2002, servindo de modelo para sua formulação no Rio Grande do Norte, em 2007. Daí a importância da busca de elementos de validação para cada realidade, como os que serviram de suporte nesta pesquisa, na busca de conexões causais entre os resultados e as ações dos componentes que estão envolvidos no programa, a exemplo das entrevistas, com perguntas abertas, dentre outros meios, dando-lhe transparência e credibilidade.

De outro ponto de vista, também não podemos esquecer os entraves burocráticos, por parte de setores educacionais, para entender a posição do Mestre na escola. Uma espécie de força ideológica contrária reforça a crença de que este (o Mestre) “não tem competência para ensinar nada”. E os saberes informais extraescolares, o saber de mundo, não valem?

É como se a função do mestre da cultura na escola fosse unicamente ensinar a reproduzir manifestações da cultura subalterna. Lamentavelmente, é uma demonstração clara de preconceito. Como se os habilitados fossem disseminar produtos de uma economia atrasada, superada. Seria interessante que a Secretaria de Educação do Estado (e dos municípios) criasse uma metodologia específica e parcialmente desvinculada da grade curricular do ensino formal, que pudesse estar dentro das escolas como atividades extracurriculares. Esse é o primeiro passo a ser dado como apontamento desta avaliação.

Fazer entender, por exemplo, que o Bumba meu boi é um auto que representa o universo socioeconômico do ciclo do gado, do interior nordestino; que o grupo Cabocolinhos é uma dança inspirada nos usos e costumes indígenas; que o grupo Chegança é uma manifestação da cultura popular de origem portuguesa, que representa antigas tradições ibéricas, com temas

vinculados à vida no mar e às lutas entre cristãos e mouros; que o teatro de João Redondo é Patrimônio Cultural do Brasil, e que tudo isso faz parte da nossa cultura popular é o objetivo maior de todo esse projeto.

Mas, infelizmente, o fato de vivermos numa sociedade consumista de uma cultura de massa implantada pelos meios de comunicação dificulta muito o despertar do interesse de jovens por determinadas linguagens e fazeres dos Mestres. É perceptível que os jovens se interessam mais pelas linguagens que trabalham com temas ligados aos sons e ao corpo, como a música e a dança. Quando da elaboração do Plano Estadual da Cultura, em quase todos os fóruns regionais, essa temática foi inserida, propondo-se, inclusive, como uma das metas a construção de um programa de ensino e aprendizagem.

Ao rever a trajetória da Lei do RPV–RN (anexo–4), descobrimos por que muitos de nós, pesquisadores, desejamos trabalhar com as pessoas cujas vozes têm pouco alcance: os pobres, as minorias, as pessoas com deficiência, todos aqueles que são privados de seus direitos. Ao estudá-las, tornamo-nos agentes de defesa. Infelizmente, nem sempre temos certeza de que realmente ajudamos essas pessoas. Será que não estamos ajudando a nós mesmos adotando a sua causa? Será que é ético um pesquisador entrar na privacidade de indivíduos anônimos que consentem e colaboram?

A avaliação da trajetória dessa lei possibilitou a amostragem das questões mais intensas e também as mais frágeis; as que facilitaram e as que dificultaram, nesse percurso de dez anos, desde quando foi instituída a Lei do RPV–RN (anexo–4) em 2007, para que fosse implementada. Além disso, mostrou o que funciona (o que atende as necessidades), o que está de acordo ou não com as metas estabelecidas; mas não pode, sozinha, ajustar os problemas; esse é o papel do gestor e de seu corpo técnico, que pode utilizar as conclusões desta avaliação, como instrumento de auxílio nesse processo, para a melhoria das políticas, de suas práticas e das decisões das instituições, no caso desta pesquisa, a Fundação José Augusto – FJA (como órgão oficial de cultura do RN), como aponta Weiss (1998, p. 23), citada na página 105 dessa tese.

Seguindo muitas reflexões, no entrecruzar de teorias, conceitos, fazendo um percurso metodológico que incorporou a cultura do ponto de vista da antropologia, com uma pesquisa qualitativa, que envolveu os habilitados, o gestor e o corpo técnico da instituição que iria acompanhar a implementação do programa e as instituições parceiras, na utilização de técnicas de entrevistas semiestruturadas, estruturadas e grupo focal, e ainda fazendo a pesquisa documental e de campo, conseguimos mapear o programa, o que nos permitiu cumprir o propósito de nossa tese: avaliar a trajetória da Lei do RPV–RN (anexo–4).

Essa caminhada partiu de uma necessidade em responder um questionamento levantado por dois mestres, que eram certificados como Patrimônios Vivos do RN e, que, posteriormente, diante da complexidade que envolvia o campo, tornou-se o objeto para o projeto desta tese.

Ao propor um lugar de destaque para a avaliação da trajetória da Lei do Registro do Patrimônio Vivo do Rio Grande do Norte (RPV–RN), (anexo–4), foram evocadas as reflexões de Bourdieu (1989), especialmente a ideia de que uma trajetória de vida não é um processo linear, que se pode apreender de uma só vez, como se fosse um todo coerente. Nessa concepção é que nos ancoramos para fazer a trajetória da Lei, que, tal como a vida, pode ser apreendida pelos processos relativos aos múltiplos trajetos e posições que ocupa no campo social até aqui pesquisado.

Na realidade, foi uma verdadeira busca por significados, tanto para os que formularam a Lei quanto para os designados para fazer sua implementação, a Fundação José Augusto–FJA, bem como aqueles que a vivenciam, como, por exemplo, o corpo técnico e os habilitados, que através de suas representações, possibilitaram a execução da avaliação da trajetória da Lei do RPV–RN.

A Lei do RPV–RN (anexo–4) teria, pelas razões expostas até aqui, o caminho traçado, para que sua implementação, no decorrer do processo, fosse diferente. Entretanto, não chegou a alcançar todos os seus objetivos. Nesta investigação, isso ficou evidente, em especial quando se vai analisando as respostas que visam esclarecer o problema da pesquisa: *o que tem dificultado ou facilitado a implementação do programa do Registro do Patrimônio Vivo no RN?*

Esse projeto de Lei foi sonhado pelo folclorista Deífilo Gurgel, que encampou uma luta junto à Comissão Estadual de Folclore, articulando forças para que o tema entrasse nas demandas sociais da agenda do Deputado Fernando Mineiro, fosse aprovada por unanimidade no Parlamento da Assembleia Legislativa do RN e transformado em Lei em 2007, regulamentada através de Decreto em 2008 (anexo–5). Após sua implementação, teve o edital do concurso publicado, em 2009, com as primeiras bolsas pagas em janeiro de 2010, beneficiando 7 pessoas físicas e três pessoas jurídicas. Os recursos são enviados através de dotação orçamentária e por emenda parlamentar do Deputado Estadual Fernando Mineiro.

Com relação a material, pessoal qualificado, informações atualizadas, cortes nas dotações orçamentárias e aos implacáveis atrasos nas liberações financeiras, os resultados se apresentaram muito diferentes daqueles esperados, quando da formulação do programa. Além disso, a diferença de interesses entre os gestores da FJA desde que a Lei foi implementada gera diferentes motivações para o alcance das metas estabelecidas no RPV–RN.

Levando em consideração todos os dados elencados nesta avaliação de processo da implementação do RPV–RN, podemos dizer que as ações da retomada de publicações de editais do concurso a cada ano; a criação de equipe de apoio para acompanhar a implementação do programa; a ampliação dos recursos; a inserção dos habilitados na programação cultural anual da instituição; a reserva de sala específica para atendimento e arquivo documental do RPV–RN; a divulgação do edital do concurso nas cidades que têm Casa de Cultura e prioridade de projetos encaminhados pelos habilitados, incluídas em parte nas sugestões dadas para o gestor da instituição responsável pela implementação do programa, no caso a FJA–RN, são algumas das mudanças que devem ser efetivamente operadas, a fim de contemplar o que se define por Lei.

Essas foram as respostas que buscamos para esclarecer uma das questões da pesquisa: *como o programa do RPV–RN está sendo implementado?* Depois de fazer as entrevistas (com várias idas e vindas ao campo), tendo o apoio dos estudos qualitativos, entrecruzando-os com as teorias de avaliação, para saber como as instituições estão fazendo para funcionar, compreendemos que o programa está implementado mais como um benefício, fazendo o pagamento das bolsas vitalícias. A maioria dos habilitados não consta nas programações culturais da instituição, como mostrado no gráfico, no capítulo anterior. No lastro dessas avaliações, os conceitos de tradição, memória e de preservação da cultura popular do RN permaneceram apenas no discurso da formulação da Lei.

A pergunta de partida, por sua vez, que acompanhou toda a trajetória da Lei do RPV–RN (anexo–4) e deu o mote para levantar a hipótese da pesquisa (*O segundo edital do concurso do RPV–RN ficou inconcluso pela falta de recursos, apoios técnicos e programas para ensino e aprendizagem para salvaguardar as técnicas e conhecimentos para as gerações futuras, inviabilizando a publicação de novos editais*), foi certamente respondida, já que o segundo edital do concurso não ficou inconcluso; houve a publicação do seu resultado final, com o relatório da Comissão especial sendo encaminhado para a publicação no Diário Oficial, com a indicação de duas pessoas físicas e um grupo, pessoa jurídica. Apenas os problemas existentes para a não publicação de novos editais se confirmou na pesquisa.

As razões para não estarem acontecendo as oficinas foram reveladas durante a entrevista com a atual gestora da instituição, que mencionou as dificuldades de recursos para o programa, fazendo com que as oficinas para o ensino e aprendizagem se tornassem possíveis, até mesmo por falta de técnico interessado em acompanhar o programa e por falta de recursos financeiros, principalmente para trazer as oficinas para serem executadas em Natal, com as despesas pagas pela FJA. Numa última alegação, acrescenta que a realização dos programas de ensino e

aprendizagem não precisava ser em Natal; isso poderia ser feito nos municípios dos mestres ou grupos.

Não obstante, esse é um problema que vem acontecendo desde o início da implementação; não que tenha havido uma experiência anterior, e hoje, por alguma dificuldade, tenha sido suspensa. O fato é que não foi colocado em prática, apesar de esse critério estar dentro das exigências do edital: estar capacitado a transmitir suas técnicas a alunos e aprendizes. E vale dizer que isso se mostrou um impedimento para que outros candidatos se inscrevessem, por não estarem enquadrados nesse requisito.

Diante desse quadro de deficiência da instituição, consequentemente, os editais não foram mais publicados; o Estado passou a exercer uma função meramente assistencialista, promovendo apenas o pagamento das bolsas aos habilitados, não atingindo os objetivos e metas instituídas pela Lei, para salvaguardar o patrimônio imaterial do Rio Grande do Norte.

Ancorando-nos em tais conclusões, comprovadas ao longo da pesquisa, ressaltamos que é indiscutível que a Lei de Registro do Patrimônio Vivo do Rio Grande do Norte significa um grande avanço das políticas públicas, seguindo a inspiração do plano piloto da UNESCO, para salvaguardar os patrimônios culturais de natureza imaterial, principalmente na perspectiva de elevar os detentores dos conhecimentos e técnicas tradicionais, através do pagamento de bolsas vitalícias, objetivando, em contrapartida, a transmissão de seu saber-fazer para as gerações futuras.

O enfoque ou abordagem empregada para a aferição do sucesso ou fracasso de um programa consiste em medir se a diferença entre a meta atingida e a proposta está dentro de limites toleráveis. Afinal, são esses limites que ditam a faixa de sucesso/fracasso da política.

Torna-se, portanto, extremamente difícil, senão temeroso, estabelecer relações causais entre as ações desenvolvidas e os resultados alcançados, sejam estes previstos ou não, desejados ou não, primários ou secundários, restritos ou ampliados. Compreender e avaliar os problemas complexos exige saberes que não são encontrados nas disciplinas acadêmicas e, menos ainda, em seus subconjuntos, nos quais se aprofundam os especialistas convocados a participar das equipes de avaliação.

Entendemos que como o RPV–RN não é um processo acabado, e sim um contínuo movimento de uma política em mudança. Mas precisa ser acompanhado, para que seja possível identificar o momento dos conflitos e tensões, produzidos por óticas diferentes, a fim de que se possa observar, com mais clareza, sua extensão e o sentido que isso traz para a vida dos habilitados individuais, dos grupos e da instituição.

Constatamos que a implementação do programa tem vida longa e ganha com a avaliação da trajetória da Lei do RPV–RN (anexo–4), sugestões que se colocam em favor de seu avanço, colhidas durante a caminhada, tanto pelo olhar apurado da avaliadora quanto pelas declarações advindas das entrevistas com os habilitados, o gestor, o corpo técnico e as instituições parceiras, ou melhor, todos os envolvidos, direta ou indiretamente, com a sua implementação, motivando outras avaliações no âmbito da cultura, algo que ainda se mostra incipiente.

Nesse sentido, embora não tenhamos tido a pretensão de promover uma ação intervencionista, fazemos algumas recomendações/sugestões (em deriva desta avaliação) ao gestor do órgão implementador (FJA – RN):

- a) alterar a Lei, excluindo a limitação de 60 patrimônios vivos. Isso se justifica pelo número de municípios que o Estado do RN possui (167 municípios), considerando que entre eles há mestres e ou grupos que se enquadram na legislação para concorrer ao título Patrimônio Vivo da Cultura do RN, para que, num futuro próximo, possamos ter, pelo menos, um habilitado do RPV–RN, por município, contemplando, assim, todas as categorias.
- b) envolver a Secretaria de Educação do Estado e as Secretarias de Educação dos Municípios, para que possam implementar programas de ensino nas escolas, e, em parceria com a FJA–RN e a Comissão Estadual de Folclore, possam acompanhar o cumprimento dessa meta prevista na Lei;
- c) inserir na lei a regionalização do edital do concurso do RPV–RN, para que não ocorra a concentração de mestres em uma determinada região, em detrimento de outra;
- d) despertar a sensibilização dos gestores culturais dos municípios, realizando reuniões regionais com representantes da FJA – RN, para mostrar a importância da política de promoção e preservação da Cultura Tradicional Popular, antes de lançar os editais para o concurso do RPV–RN, de modo a levá-los a se mobilizarem e incentivarem seus mestres e grupos a participar das inscrições;
- e) realizar um mapeamento do Patrimônio Material e Imaterial dos municípios, em parceria com as prefeituras, envolvendo alunos do ensino médio da rede pública. Esse mapeamento pode inclusive estar articulado com as disciplinas extracurriculares, para a transmissão dos conhecimentos dos Mestres;
- f) incentivar todos os municípios a implantar uma política de promoção e preservação da Cultura Popular Tradicional, criando seus conselhos de patrimônio e reconhecendo seus mestres com titulação municipal, mesmo que não tenham ajuda financeira;
- g) promover uma maior participação dos Patrimônios Vivos nos editais da Fundação José Augusto, já que, de acordo com a Lei, os habilitados terão prioridade, apresentando projetos

como demanda espontânea no Fundo Estadual da Cultura, para transformar suas atividades em pontos de cultura e criar um sistema de documentação dos encontros já realizados;

- h) criar, no âmbito da FJA, uma equipe focada no patrimônio imaterial, visto que já existe uma coordenação de patrimônio mais voltada para o patrimônio material, formada por engenheiros e arquitetos;
- i) colocar um funcionário efetivo para acompanhar o programa do RPV–RN, que tenha sensibilidade para acompanhar sua implementação, visto que a dinâmica da repartição pública é contrária à lógica da criação cultural;
- j) incluir apresentações dos habilitados, na abertura de eventos do Governo do Estado, fazendo-as constar, obrigatoriamente, nas programações da Fundação José Augusto e nas Secretarias de Cultura dos municípios;
- k) promover confraternizações anuais com os habilitados na Fundação José Augusto;
- l) realizar uma reparação, no próximo edital, somando as vagas dos anos anteriores, fazendo uma provisão de vinte vagas: doze para pessoa jurídica e oito para pessoa física;
- m) fazer a publicação oficial dos nomes dos inscritos nos próximos editais de concurso do RPV–RN e depois a lista com os nomes dos habilitados, assim como faz o Prêmio Culturas Populares, do Ministério da Cultura.

Acreditamos que essas sugestões apresentadas invocam dificuldades, é verdade; mas também podem favorecer o aprimoramento do programa, vez que se apoiam na avaliação ora efetivada, a partir da qual podemos estabelecer uma relação de transparência entre as instituições sociais, o público-alvo e a sociedade em geral.

Finalmente, acreditamos que a avaliação da trajetória da Lei do RPV–RN (anexo–4) permitiu uma relação de transparência entre os diferentes atores envolvidos no processo, os quais trouxeram informações sobre a utilização dos recursos financeiros e materiais, sobre o cumprimento dos objetivos e metas previamente estabelecidas e, ainda, sobre a capacidade que os resultados do projeto têm de produzir mudanças significativas e duradouras.

REFERÊNCIAS

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: FAPERJ / DP&A / UNI-RIO, 2003.

AGUILAR, Maria José; ANDER-EGG, Ezequiel. **Avaliação de serviços de programas sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

ALVES, Elder Patrick Maia (Org.). **Políticas Culturais para as culturas populares no Brasil Contemporâneo**. Maceió: Edudal, 2011. 241p.

_____. O advento de uma nova formação discursiva: o repertório discursivo UNESCO. In: _____. **A Economia simbólica da cultura popular sertanejo nordestina**. 2009. 385f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, 2009.

ANDRADE, Mário de. **Cartas de trabalho**. Brasília: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Pró-Memória, Brasília, 1981.

_____. **Anteprojeto para a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional**. *Revista do IPHAN*, n. 30, p. 270-287, 2002. Nacional Pró-Memória, 1981.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

_____. **O que é política?** 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Ursula Ludz: Bertrand Brasil, 2002.

ARAUJO, Richard Medeiros de. **Programa de aquisição de alimentos (2003-2010): Avaliação da Implementação pela CONAB no Rio Grande do Norte**. Tese (doutorado em Administração) UFRN. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-graduação em Administração. 2012.

ARRETCHE, Marta T.S. Tendências no estudo sobre a avaliação. In: RICO, Elizabeth Melo (Org.). **Avaliação de Políticas Sociais**: uma questão em debate. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. Políticas sociais no Brasil: descentralização em um estado federativo. Trabalho apresentado no XXI Encontro da LASA, Chicago, USA 24/06/1998.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. **A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento.** O contexto de François Rabelais. São Paulo, HUCITEC, 1987.

BENJAMIN, WALTER. “O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov.” In: *Obras escolhidas*. vol.1. **Magia e técnica, arte e política.** Ensaaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BOGDAN, R. S.; BIKEN, S. **Investigação qualitativa em educação:** uma introdução à teoria e aos métodos. 12. ed. Porto: Porto, 2003.

BOTELHO, Isaura, MOISÉS, José Álvaro (Org.). **Modelos de financiamento da cultura:** os casos do Brasil, França, Inglaterra, Estados Unidos e Portugal. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1997.

_____. **Dimensões da cultura e políticas públicas.** Revista São Paulo em Perspectiva, v.15, n. 2, São Paulo, 2001.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In:_____. **Razões práticas:** sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.

_____. **A miséria do Mundo.** 5. ed. São Paulo: Vozes, 2003.

_____. **A distinção crítica social do julgamento.** Editora Zouk, São Paulo, 2007.

_____. **O poder simbólico.** Lisboa: DIFEL, Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil. (Coleção História e Sociedade).

_____. **O mercado de bens simbólicos.** In: BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1997, p. 99-182. (Introdução, Organização e Seleção de Sergio Miceli).

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Identidade & Etnia:** construção da pessoa e resistência cultural. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/internet/interacao/constituicoes/constituicao_es.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2017.

BRASIL. **Decreto n. 5.520, de 24 de agosto de 2005**. Institui o Sistema Federal de Cultura – SFC e dispõe sobre a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Política Cultural – CNPC do Ministério da Cultura, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5520.htm>. Acesso em: 17 set. 2016.

BURKE, Peter. **Cultura popular na Idade Moderna**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

_____. **Do diálogo ao dialógico**. São Paulo: Perspectiva: 2007. Coleção Debates.

CALABRE, Lia. **Políticas culturais: diálogo indispensável**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2005.

CANCLINI, Nestor García. **Culturas híbridas – estratégias para entrar e sair da Modernidade**. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 1997.

CARDOSO, R. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: CARDOSO, R. (Org.). **A Aventura antropológica: teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 95-106.

CASTRO, Maria Laura Viveiros de. **Patrimônio imaterial no Brasil** / Maria Laura Viveiros de Castro e Maria Cecília Londres Fonseca. Brasília: UNESCO, Educarte, 2008.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1 – artes de fazer**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura política e política cultural**. In: Estudos Avançados – Scielo, vol. 9, n.23, São Paulo, janeiro-abril, 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103401419950000100006&lang=pt>.

_____. **Cidadania cultural**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

_____. Uma opção radical e moderna: democracia cultural. In: FARIA, Hamilton; SOUZA, Valmir de. **Experiências de gestão cultural democrática**. São Paulo: Instituto Polis, 1993. p. 9-38. (Publicações Polis, 12)

COELHO, Teixeira. **Dicionário Crítico de Política Cultural**. São Paulo: ILUMINURAS FAPESP, 1999. 383p.

COHEN, Ernesto. Franco, Rolando. **Avaliação de Projetos Sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

COTA, Tereza Cristina. **Metodologias de avaliação e programas e projetos sociais**: análise de resultados e de impacto. Revista do Serviço Público, Brasília, Ano 49, n.2, abr. – jun., 2001.

DEWEY, John. **Arte como experiência**. São Paulo: Martins Fontes, 2010. (Coleção Todas as Artes).

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação**: políticas educacionais e reformas da educação superior. São Paulo: Cortez, 2003.

DRAIBE, Sônia Miriam. Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. In: Barreira, Maria Cecília Roxo Nobre; Maria do Carmo Brant de Carvalho (Org.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. A política da avaliação de políticas públicas. **RBCS**, São Paulo, v. 20, n. 59, out. 2005.

FIGUEIREDO, M.F.; FIGUEIREDO, Argelina M. Cheibub. **Avaliação política e avaliação de políticas**: um quadro de referência teórica. *Análise & Conjuntura*. Belo Horizonte, 1986.

_____. Princípios de Justiça e avaliação de políticas. **Lua Nova**, São Paulo, n. 39, 1997.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.

FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; IPHAN, 1997.

_____. Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. In: IPHAN. **Manual de aplicação do INRC**. Brasília: MinC/IPHAN/Departamento de Documentação e Identificação, 2000.

_____. Para além da pedra e cal: por uma ampla concepção de patrimônio cultural. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Org.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 56-76.

FURTADO, C. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. **Prefácio a uma Nova Economia Política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

_____. **Nova luz sobre a Antropologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. Cia das Letras: São Paulo, 1987.

GUBA, Egon G; LINCOLN, Yvonna S. **Avaliação de quarta geração**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2011.

GURGEL, Deífilo. **Espaço e tempo do folclore potiguar**. Prefeitura do Natal FUNCART (PROFINC): Secretaria do 4º Centenário, 1999.

GUSSI, A. F. **Pedagogias da experiência no mundo do trabalho: narrativas biográficas no contexto de mudanças de um banco público estadual**. Tese (Doutorado), Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

_____. Apontamentos teórico-metodológicos para avaliação de programas de microcrédito. **Aval Revista de Avaliação de Políticas Públicas**, UFC, n. 1, p. 29-37, 2008.

_____. **A dimensão cultural na avaliação de políticas públicas**. 9º. Congresso Latino-Americano de Ciência Política, organizado pela Associação Latino-Americana de Ciências Políticas (ALACIP) Montevideú, 26 a 28 de julho de 2017.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, IPHAN, 1996.

_____. S. Notas sobre La desconstrucción de 'lo popular'. In: SAMUEL, R. (Org.). **Historia popular y teoria socialista**. Barcelona: Editorial Crítica, 1984. p. 93-110.

Hobsbawn, Eric & Terence Ranger (Org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOUSE, Ernest R. **Evaluación, ética y poder**. 3. ed. Madrid: Ediciones Morata, 1994.

_____. Três perspectivas da inovação educativa: Tecnológica, política e cultural. **Revista de Educação**, Madri, Centro de Publicações do Ministério da Educação e Ciência, n. 286, 1983.

IPEA. **Avaliação do Programa Educação Cultura e Cidadania**: Cultura Viva. Brasília: IPEA/FUNDAJ, Relatório, 2009.

IPHAN. **Manual de aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais**. Brasília: 2000.

_____. **O registro do patrimônio imaterial: dossiê final das atividades da Comissão do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial**. 4. ed. Brasília: Instituto Patrimônio Histórico Nacional, 2006 a.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores Sociais no Brasil**: Conceitos, fontes de dados e aplicações para formulação e avaliação de políticas públicas, elaboração de estudos socioeconômicos. 4. ed. 2009.

JOBERT, Bruno. MULLER, Pierre. **L'Etat en action**: politiques publiques et corporatismes. Paris: Press Universitaires de France, 1987.

KINGDON, John W. **Agendas, alternatives and public policies**. 2. ed. New York: Harper Collins College, 1995.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **As estruturas elementares do parentesco**. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. **O cru e o cozido**. São Paulo: Cosac Naify. 2004.

_____. Aula Inaugural. In: ZALUAR, Alba (Org.). **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975. p. 215.

LÉVI-STRAUSS, Laurent. Patrimônio imaterial e diversidade cultural: o novo decreto para a proteção dos bens imateriais. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n.147, p. 23-27, out. 2001.

LINDBLON, Charles E. **O processo de decisão política**. Brasília: UNB, 1981.

LONDRES, Maria Cecília. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ; Minc – IPHAN, 2005.

MAGALHÃES, Aloísio. **E triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MEAD, L. M. Public Policy: Vision, Potential, Limits, **Policy Currents**, fev. p. 1-4, 1995.

MENY, Yves; THOENIG, Jean-Claude. **Las políticas públicas**. Barcelona: Ariel, 1992.

MULLER, Pierre. Yves Surel. **A análise das Políticas Públicas**. Tradução de Agemir Bavaresco, Alceu R. Ferraro. Pelotas: Educat, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Abordagem antropológica para avaliação de políticas sociais. **Saúde Pública** [online]. 1991. Acesso em: 25 de abril de 2015.

_____. (Org.). **Avaliação por triangulação de métodos**: abordagem de programas. Organizado por Maria Cecília de Souza Minayo, Simone Gonçalves de Assis e Ednilza Ramos de Souza. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009. 244p.

Morgan, D. **Focus group as qualitative research**. Qualitative Research Methods Series. 16. London: Sage Publications, 1997.

NÚCLEO DE ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS (NEPP). **Avaliação do processo de Implementação do Projeto** “Inovações no Ensino Básico” e de algumas medidas da escola-padrão. Campinas: UNICAMP, 1995.

OLIVEIRA, Márcia Mansur de. **Vidas dedicadas**. A lei do registro do patrimônio vivo: transmissão, reconhecimento e tradição. Dissertação (mestrado) Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Antropologia. 2010.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Ensaaios antropológicos sobre moral e ética**. Rio de Janeiro, Tempo. Brasileiro, 1996.

ORTIZ, Renato. **Românticos e folcloristas: cultura popular**. São Paulo: Olho D'água, 1995.

_____. **Cultura brasileira e Identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. **Trajetos e Memórias**. São Paulo. Ed. Brasiliense, 2010.

PAES-SOUSA, R.; VAITSMAN, J. **Síntese das pesquisas de avaliação de programas sociais do MDS**. Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate, n. 5, p. 1- 133. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2007.

_____. **Avaliação de programas e transparência da gestão pública**. Reflexões para IberoAmérica: Avaliação de Programas Sociais / Cibele Franzese. [et al.]; Prefácio de Paulo Martino Jannuzzi. – Brasília: ENAP, 2009.

PARLETT M., HAMILTON D. **Evaluation as illumination: a new approach to the study of innovatory programmers**. In: HAMILTON, D. et al. Beyond the numbers game: a reader on educational evaluation. London: MacMillan Education Ltd., 1977.

PRESSMAN, J. WILDAVSKY, A. **Implementation 3**. Fondo de Cultura Econômica. Carretera Picacho-Ajusco. México, D.F.1998.

_____. **Implementation: how great expectations in Washington are dashed in Oakland**. 3ª ed. Berkeley: University of California Press, 1984.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais. **Aval – Revista de Avaliação de Políticas Públicas**, UFC, n. 1, p. 7-15, 2008.

_____. Análises de conteúdo e trajetórias institucionais na avaliação de políticas públicas sociais: perspectivas, limites e desafios. **CAOS Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, João Pessoa, n. 16, março de 2011.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: Barbalho, Alexandre; RUBIM, Albino (Org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007.

_____. **As políticas culturais e o Governo Lula**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2011.

_____. Dilemas para uma política cultural na contemporaneidade. In: LEITÃO, Cláudia (Org.). **Gestão cultural: significados e dilemas na contemporaneidade**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2003.

SANT'ANNA, M. A face imaterial do patrimônio cultural. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Org.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 46-55.

_____. Políticas públicas e salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. In: FALCÃO, A. (Org.). **Registro e políticas de salvaguarda para as culturas populares**. Rio de Janeiro: IPHAN/CNFCP, 2005. p. 7-13.

SANTOS, Boaventura de Souza. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. In: FELDMAN-BIANCO, Bela; CAPINHA, Aranha (Org.). **Identidades: estudos de cultura e poder**. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Paula Fernanda Brandão Batista dos. **Avaliação do Programa Saúde da família no Rio Grande do Norte**. Tese (doutorado) UFRN – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. 2013.

SAHLINS, Marshall. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

SANTOS, T. M. O direito à cultura na Constituição Federal de 1988. **Verbo jurídico**, Rio Grande do Sul, 2007.

SARLO, Beatriz. **Escena de la vida pós-moderna: Intelectual é arte y vide cultura en la Argentina**. Buenos Aires: Ariel, 1994. p. 197.

SCRIVEN, Michael. Types of Evaluation and Types of Evaluator. **Evaluation Practice**, v.17, n. 2, p. 165-175, 1994.

SHADISH JR, W.R. COOK, T.D; LEVITON, L.C. **Foundations of Program Evaluation – theories of practice**. London: Sage publications, 1991. Tradução: Paula Fernanda Brandão Batista dos Santos. Revisor: João Mattos Filho Natal, Julho de 2012.

SILVA. Frederico A. Barbosa da Silva, Luiz Eduardo Abreu (Organizadores). **As políticas públicas e suas narrativas: o estranho caso entre o Mais Cultura e o Sistema Nacional de Cultura**. Brasília: IPEA, 2011

SILVA, Marcus Flávio Alexandre. **A política de Incentivo à Cultura no Ceará a partir da Lei Jereissatti**. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade)– Universidade Federal do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados. Fortaleza, 2005.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Pesquisa avaliativa: aspectos teórico-metodológicos**. São Paulo: Veras; São Luís, MA: Grupo de Avaliação e Estudo da Pobreza e de Políticas Direcionadas à Pobreza (GAEP), 2013.

_____. **Construindo uma proposta metodológica participativa para desenvolvimento da pesquisa avaliativa: uma contribuição da teoria crítica para a prática do Serviço Social**. Porto Alegre: Textos & Contextos, 2002.

SILVA, Jois Alberto da. **Política Cultural no RN: uma avaliação das casas de cultura popular (2003-2010)**. Dissertação de mestrado/Pós-Graduação em Ciências Sociais/UFRN. 2012.

SOBRINHO. José Dias. Avaliação. **Políticas educacionais e reformas da educação superior**. São Paulo: Cortez, 2003.

SOUZA, Celina. “Estado do campo” da pesquisa em políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, fev. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?scrip=sci_arttext&pid=S0102-69092003000100003> <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/3566/1/15983.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2016.

_____. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, 2006.

SOUZA, Daline Maria de. **Gestão de centros históricos: Uma avaliação da política de requalificação urbana de Natal/RN**. Tese (doutorado) Pós-graduação em Ciências Sociais UFRN-2013.

SOUZA. Lincoln Moraes de. **Três ensaios sobre avaliação de políticas públicas**. Natal, RN: EDUFRN, 2014.

_____. (Org.). **Avaliações e reflexões sobre as políticas públicas de assistência social, saúde e educação**. Natal, RN: EDUFRN, 2014.

_____. **Políticas públicas:** introdução às atividades e análise. Natal, RN: EDUFRN, 2009.

_____. O lugar da avaliação de políticas públicas no capitalismo organizado: o Estado supranacional do capital e a avaliação. In: ARCOVERDE, Ana Cristina (Org.). **Avaliação de políticas públicas no capitalismo globalizado:** para que e para quem? Recife: Editora UFPE, 2015.

SOUZA, Jessé. **A modernização seletiva:** uma reinterpretação do dilema brasileiro. Brasília, Ed. da UnB, 2000.

SOUZA, Márcio. **Fascínio e repulsa:** Estado, cultura e sociedade no Brasil. Rio de Janeiro: Edições Fundo Nacional de Cultura, 2000.

STAKE, Robert. The countenance of educational evaluation. **Teachers College Record**, v. 68, n. 7, p. 523-540, 1967.

_____. **Pesquisa qualitativa:** estudando como as coisas funcionam. Tradução de Karla Reis. Porto Alegre. Penso, 2011.

_____. **Investigación com estudio de casos.** Madrid: Ediciones Morata S. L., 1999.

TAYLOR, C. (2003). O teste ACIDD: uma estrutura para o planejamento de políticas e processos decisórios. In: **Desafios para o desenvolvimento de políticas públicas:** uma visão geral. Brasília: ENAP.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade, desenvolvimento local e na transformação da realidade.** Disponível em: <http://www.fit.br/home/link/texto/politicas_publicas.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2016.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum** – estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

UNESCO. **Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial.** Paris: UNESCO, 2003. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540por.pdf>>.

VAITSMAN, Jeni; RODRIGUES, Roberto W. S.; PAES-SOUSA, Rômulo, 2006. O Sistema de Avaliação e Monitoramento das Políticas e Programas Sociais: a experiência do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Policy Papers**, Brasília-Unesco n.17.

WEISS, Carol H. **Investigación evaluativa:** métodos para determinar la eficiencia de los programas de acción. México: Trilhas, 1978.

_____. Have we learned anything new about the use of evaluation? **American Journal of Evaluation**, v. 19, n. 1, p. 21-34, 1998.

_____. **Evaluation Research:** methods of assessing program effectiveness. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1972.

ZUMTHOR, Paul. **A letra e a voz:** a literatura medieval. Tradução de Amálio Pinheiro, Jerusa Pires Ferreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 142.

_____. **Introdução à poesia oral.** Tradução de Jerusa Pires Ferreira (*et alii*). Belo Horizonte: Editora: UFMG, 2010.

_____. **Tradição e esquecimento.** São Paulo: Hucitec, 1997.

ANEXOS

ANEXO 1 – RELATÓRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA PARA O EDITAL
DO RPV – RN (2009)

CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA

RESOLUÇÃO Nº 01/2009 – CEC/RN

Considera aptos à inscrição no Registro do Patrimônio Vivo do Estado Rio Grande do Norte os candidatos aprovados no relatório da Comissão Especial, e dá outras providências.

O CONSELHO ESTADUAL DO DE CULTURA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei n.º 3.691, de 03 de outubro de 1968, e suas alterações posteriores; e,

CONSIDERANDO o disposto na Lei n.º 9.032, de 27 de novembro de 2007, que institui no âmbito da Administração Estadual o Registro do Patrimônio Vivo do Estado Rio Grande do Norte, e seu Regulamento, Decreto n.º 20.666, de 19 de agosto de 2008 e Decreto n.º 20.193, de 16 de junho de 2009;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica aprovado o Relatório emitido pela Comissão Especial, considerando idôneas as candidaturas propostas para inscrição no Registro do Patrimônio Vivo do Estado Rio Grande do Norte.

Art. 2º. São considerados aptos à inscrição no Registro do Patrimônio Vivo do Estado Rio Grande do Norte, as candidaturas das seguintes pessoas naturais:

I – LUIZ DE OLIVEIRA CAMPOS, RG n.º 002.549.220 – SSP/RN;

II – JOÃO GRIGÓRIO DA ROCHA, RG n.º 003.103.144 – SSP/RN;

III – JOÃO GOMES SOBRINHO, RG n.º 224.612 – SSP/RN;

IV – JOÃO VIANA DA SILVA, RG n.º 1.089.029 – SSP/RN;

V – ANTONIO RODRIGUES DA SILVA, RG n.º 44.331 – SSP/RN;

VI – ANTONIO VIEIRA DA SILVA, RG n.º 3631.6010 – SSP/RN;

VII – SEBASTIÃO JOÃO DA ROCHA, RG n.º 1.181.479 – SSP/RN.

Art. 3º. São considerados aptos à inscrição no Registro do Patrimônio Vivo do Estado Rio Grande do Norte, as candidaturas das seguintes pessoas jurídicas de direito privado:

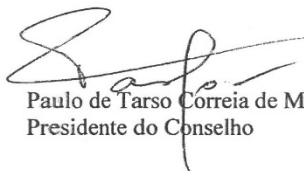
I – GRUPO FANDANGO DE CANGUARETAMA;

II – GRUPO FOLCLÓRICO CABOCOLINHOS DE CEARÁ-MIRIM;

III – GRUPO CHEGANÇA DE BARRA DE CUNHAU.

Art. 4º. Esta ~~Resolução entra em vigor na data~~ de sua publicação.

Sala das Seções do Conselho Estadual de Cultura, em Natal, 13 de outubro de 2009.



Paulo de Tarso Correia de Melo
Presidente do Conselho

ANEXO 2 – PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DO CONCURSO DO RPV – RN (2009)

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO

PROCESSO Nº 115229/2009-3

OBJETO: RESULTADO DO CONCURSO DO REGISTRO DO PATRIMÔNIO VIVO DO RIO GRANDE DO NORTE – RPV/RN

O Diretor Geral da Fundação José Augusto torna público, a quem possa interessar, os candidatos inscritos no REGISTRO DO PATRIMÔNIO VIVO – RPV-RN”, em acordo com o art. 8º da Lei nº 9.032/97, com o art. 9º do Decreto nº 20.666/08, e com o Edital do referido Concurso, na seguinte ordem:

07 - PESSOAS NATURAIS:

- 1 - LUIZ DE OLIVEIRA CAMPOS, VIOLEIRO “LUIZ CAMPOS”, 70 ANOS – MOSSORÓ-RN;
- 2 - JOÃO GRIGÓRIO DA ROCHA, ESCULTOR POPULAR – “GRIGÓRIO SANTEIRO” – 69 ANOS – TANGARÁ-RN;
- 3 - JOÃO GOMES SOBRINHO, POETA CORDELISTA “XEXEU” – 71 ANOS – SANTO ANTONIO-RN;
- 4 - JOÃO VIANA DA SILVA, MAMULENGUEIRO, “JOÃO VIANA”, 79 ANOS, SÃO JOSÉ DE CAMPESTRE-RN;
- 5 - ANTONIO RODRIGUES DA SILVA, MESTRE DE BOI- DE -REIS “ANTONIO DA LADEIRA” 85 ANOS – SANTA CRUZ-RN;
- 6 - ANTONIO VIEIRA DA SILVA, MESTRE DE BOI DE REIS E MAMULENGUEIRO, “ANTONIO DO PAPARÁ”, 68 ANOS – MACAIBA-RN e
- 7 - SEBASTIÃO JOÃO DA ROCHA, MESTRE DOS CONGOS DE GUERRA-, “TIAO OLEIRO”, 95 ANOS - CEARÁ-MIRIM-RN.

03 - PESSOAS JURIDICAS DE DIREITO PRIVADO:

- 1 - GRUPO FANDANGO DE CANGUARETAMA – 150 ANOS DE ATUAÇÃO.
- 2 - GRUPO FOLCLÓRICO CABOCOLINHOS DE CEARÁ-MIRIM – 80 ANOS DE ATUAÇÃO e
- 3 - GRUPO CHEGANÇA DE BARRA DE CUNHAU – MAIS DE 30 ANOS DE ATIVIDADES FOLCLÓRICAS.

Este Resultado entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 15 de outubro de 2009.

Natal, 15 de outubro de 2009

Joaquim Crispiniano Neto
Diretor-Geral
Fundação José Augusto

ANEXO 3 – RELATÓRIO DO CONCURSO DO RPV – RN (2012)

RELATÓRIO DO CONCURSO PÚBLICO DO REGISTRO DO PATRIMÔNIO VIVO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Edição 2012.

A Fundação José Augusto, tornou público através de edital, o concurso para inscrição e seleção de pessoas físicas e jurídicas para concorrerem ao prêmio no Registro do Patrimônio Vivo do Rio Grande do Norte, RPV, pela portaria nº 146/2012. E, nomeava uma Comissão, pela portaria 146\2013, assim constituída: Representantes de várias entidades, sob a Presidência do Diretor Geral da Fundação José Augusto, Sérgio Cunha de Aragão Mendes (titular), Sônia Maria Soares Santos (titular) e Ivanira Ribeiro Machado (suplente); pela Comissão Norte-Rio-Grandense de Folclore Severino Vicente (titular) e Aucides Bezerra Sales (suplente); Pelo Conselho Estadual de Cultura Ana Maria Cascudo Barreto; Pela Secretaria Estadual de Educação Maria Gerusa Soares Câmara (titular) e Claudio de Almeida Cavalcante (suplente).

A citada comissão presidida por Sérgio Cunha de Aragão Mendes reuniu-se na sala da Diretoria Geral da Fundação José Augusto, no dia 12 de setembro 2013, para julgar o mérito dos inscritos, conforme instruções do referido edital. Após observar detalhadamente a vida cultural dos inscritos foram selecionados: duas pessoas físicas e uma jurídica. As vagas de pessoa jurídica não foram preenchidas, porque alguns inscritos não apresentaram documentação necessária e não puderam ser habilitados para julgamento do mérito cultural. O único grupo com personalidade jurídica, habilitado, julgado e aprovado foi o Boi de Reis do distrito de Cuité, no município de Pedro Velho/RN. A Comissão julgadora levou em consideração sua tradição centenária, que mantém ao longo dos anos, como uma das expressões que guarda aspectos de originalidade, legitimidade como poucos no Brasil, aja vista suas apresentações em importantes Festivais, como o de Olímpia/SP, na Paraíba e outros estados. O referido grupo apresentou um vasto material em CDS e DVS com Espetáculos Itinerantes em toda região, "Folclore Vivo", um Projeto da Comissão Norte-rio-grandense de Folclore, Fundação José Augusto e Caminhos do RN da TV Assembléia.

A Comissão premiou como pessoa física, entre os inscritos, o poeta repentista e violeiro Domingos Tomás de Lima, levando em consideração os seus 60 anos dedicados ao repente e a viola, uma bela contribuição a cultura popular do nosso estado. O citado violeiro é criador de muitas canções, com emoção e criatividade no seu desempenho profissional. Ganhador de prêmios e festivais no RN, respeitado e admirado na cidade de Touros onde reside. Continua cantando e fazendo versos em toda região. Foi parceiro de grandes nomes da cantoria potiguar, como o saudoso Severino Ferreira, um dos maiores poetas repentista do Nordeste e do Brasil, Onésimo Maia, José Alves, Geraldo Alves, Antônio Nunes e outros grandes nomes da cantoria nordestina.

Em sua biografia consta que foi organizador de onze festivais de violeiros na cidade de Touros, Deus sabe, o sacrifício, pedindo ajuda á comunidade para realizar os citados festivais.

São 60 anos de cantoria de viola, servindo e divulgando a cultura popular do Rio Grande do Norte, participando de grandes festivais em Natal, a convite da Fundação José Augusto e fundação Capitania das Artes, um colecionador de troféus, um mestre da viola.

O outro nome julgado e selecionado foi da escultora popular Luzia de Araujo Dantas, nascida no município de São Vicente, na região do Seridó\ RN. É considerada uma das mais importantes escultoras do Rio Grande do Norte e do Nordeste Brasileiro.

Sobre a importância de sua arte, observamos depoimentos de importantes nomes da cultura potiguar, amigos, admiradores e colecionadores de seus trabalhos, como o poeta Luis Carlos Guimarães seridoense como Luzia de Araujo Dantas, colecionador apaixonado de suas imagens sacras, que assim se pronunciou: "Há um halo visível nos santos de madeira que ela constrói com a delicadeza de suas mãos, com a pureza de sua alma. Luzia de Araujo Dantas é a mais inspirada artesã do Rio Grande do Norte"; O professor de história da arte, Antônio Marques, também discorre sobre seu estilo: "Quando alude a temas do cotidiano nordestino, como vaquejada, casas de farinha, retirantes, seu estilo é absolutamente realista. Contudo, quando trabalha a madeira, em função das imagens sacras, seu estilo é fundamentalmente barroco"; O artista plástico e conterrâneo laperi Araujo, um estudioso de sua arte diz o seguinte: "Luzia de Araujo Dantas, á maneira de alguns grandes mestres (que ela jamais conheceu), costuma colocar nos santos, que esculpe o rosto de parentes, amigos, vizinhos, Luzia grava inconscientemente a figura dos Alves do município de São Vicente, por ter convivido quase toda sua vida com eles" (...)

Luzia de Araujo Dantas continua lúcida e disposta, a trabalhar a madeira bruta, criando seus tipos populares, seus cenários nordestinos, seus santos iluminados pela arte mais pura da cultura popular.

Atualmente reside na cidade de Currais Novos. É visitada por pessoas de todas as partes do Brasil. Entre estes, colecionadores e admiradores de sua arte, o que mostra a grandiosidade desta notável artista potiguar.

Natal 12 de setembro de 2013

Sérgio Cunha de Aragão Mendes

Sônia Maria Soares Santos

Severino Vicente

Ana Maria Cascudo Barreto

Maria Gerusa Soares Câmara

Ivanira Ribeiro Machado

Severino Vicente

Anna Maria Cascudo Barreto

Maria Geruza Soares Câmara

ANEXO 4 – LEI DO RPV (lei n. 9.032/2007)



Governo do Estado do Rio Grande do Norte
Gabinete Civil
Coordenadoria de Controle dos Atos Governamentais

LEI Nº 9.032, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2007.

Institui, no âmbito da Administração Pública Estadual, o Registro do Patrimônio Vivo do Estado do Rio Grande do Norte – RPV-RN e dá outras providências.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE:
FAÇO SABER que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Administração Pública Estadual, o Registro do Patrimônio Vivo do Estado do Rio Grande do Norte – RPV-RN, a ser feito em livro próprio a cargo da Fundação José Augusto - FJA, assistida neste mister, na forma prevista nesta Lei, pelo Conselho Estadual de Cultura.

Parágrafo único. Será considerado, para os fins desta Lei, como Patrimônio Vivo do Estado do Rio Grande do Norte, apto, na forma prevista nesta Lei, a ser inscrito no RPV-RN, a pessoa natural ou grupo de pessoas naturais, dotado ou não de personalidade jurídica, que detenha os conhecimentos ou as técnicas necessárias para a produção e para a preservação de aspectos da cultura tradicional ou popular de uma comunidade estabelecida no Estado do Rio Grande do Norte.

Art. 2º Considerar-se-á habilitado para pedido de inscrição no RPV-RN, na forma desta Lei, os que, abrangidos na definição de Patrimônio Vivo do Estado do Rio Grande do Norte, atenderem ainda os seguintes requisitos:

I - no caso de pessoa natural:

- a) estar viva;
- b) ser brasileira residente no Estado do Rio Grande do Norte há mais de 20 (vinte) anos, contados da data do pedido de inscrição;
- c) ter comprovada participação em atividades culturais há mais de 20 (vinte) anos, contados da data do pedido de inscrição;
- d) estar capacitada a transmitir seus conhecimentos ou suas técnicas a alunos ou a aprendizes;

II - no caso dos grupos:

- a) estar em atividade;

b) estar constituído sob qualquer forma associativa, sem fins lucrativos, dotado ou não de personalidade jurídica na forma da lei civil, comprovadamente há mais de 20 (vinte) anos contados da data do pedido de inscrição;

c) ter comprovada participação em atividades culturais há mais de 20 (vinte) anos, contados da data do pedido de inscrição;

d) estar capacitado a transmitir seus conhecimentos ou suas técnicas a alunos ou a aprendizes.

§ 1º O requisito da alínea “d” do inciso I do **caput** deste artigo poderá ser dispensado na hipótese de verificação de condição de incapacidade física causada por doença grave cuja ocorrência for comprovada mediante exame médico-pericial com base em laudo conclusivo da medicina especializada, elaborado ou ratificado por junta médica da Secretaria de Estado da Administração e dos Recursos Humanos.

§ 2º No caso dos grupos não dotados de personalidade jurídica, a concessão da inscrição no RPV-RN fica condicionada à aquisição, pelo grupo, da personalidade jurídica na forma da lei civil, mantidos a denominação tradicional do grupo, o objeto cultural e a finalidade não lucrativa.

Art. 3º A inscrição no RPV-RN acarretará para a pessoa natural ou para o grupo inscrito exclusivamente os seguintes direitos:

I - uso do título de Patrimônio Vivo do Estado do Rio Grande do Norte;

II - percepção de bolsa de incentivo a ser-lhes paga pelo Estado do Rio Grande do Norte na forma prevista nesta Lei;

III - prioridade na análise de projetos por eles apresentados ao Sistema de Incentivo à Cultura.

Art. 4º A bolsa de incentivo de que trata o inciso II do art. 3º desta Lei consistirá no pagamento mensal, pelo Estado do Rio Grande do Norte:

I - à pessoa natural inscrita no RPV-RN, da quantia de R\$ 750,00 (setecentos reais);

II - ao grupo inscrito no RPV-RN, da quantia de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), a ser distribuída entre os seus membros na forma prevista nos seus atos constitutivos.

§ 1º Os valores previstos no **caput** deste artigo serão atualizados anualmente, com a variação do INPC, apresentado pelo IBGE.

§ 2º Os direitos atribuídos aos inscritos no RPV-RN na forma prevista nesta Lei terão natureza personalíssima e serão inalienáveis e impenhoráveis, não podendo ser cedidos ou transmitidos, sob qualquer título, a cessionários, herdeiros ou legatários, todavia, não geram qualquer vínculo de natureza administrativa para com o Estado.

§ 3º Os direitos atribuídos aos inscritos no RPV-RN, extinguir-se-ão:

I - pelo cancelamento da inscrição na forma prevista nesta Lei;

II - pelo falecimento do inscrito se pessoa natural; ou

III - pela sua dissolução, de fato ou de direito, no caso de grupo.

§ 4º Competirá ao Poder Executivo, através de Decreto, a ser expedido no prazo máximo de 90 dias, fixar o número inicial de participantes no RPV-RN, o número de inscritos anuais e o número máximo de inscrições ativas, inclusive especificando acerca do quantitativo referente a pessoas físicas e jurídicas.

Art. 5º Serão deveres dos inscritos no RPV-RN, observado o disposto no art. 2º desta Lei:

I - participar de programas de ensino e de aprendizagem dos seus conhecimentos e técnicas organizados pela Fundação José Augusto - FJA, cujas despesas serão custeadas pelo Estado e no qual serão transmitidos aos alunos ou aos aprendizes os conhecimentos e as técnicas das quais forem detentores os inscritos no RPV-RN;

II - ceder ao Estado, para fins não lucrativos de natureza educacional e cultural, em especial para suas documentação e divulgação e sem exclusividade em relação a outros eventuais cessionários que o inscrito houver por bem constituir, os direitos patrimoniais de autor sobre os conhecimentos e as técnicas que detiver.

Art. 6º Caberá à Fundação José Augusto - FJA, em comum acordo com a Comissão Estadual de Folclore, acompanhar o cumprimento, pelos inscritos no RPV-RN, dos deveres a eles atribuídos na forma prevista nesta Lei, bem como lhes prestar a assistência técnica e administrativa necessária ao bom desempenho de suas atividades.

§ 1º A cada 02 (dois) anos até o final do exercício financeiro subsequente ao biênio objeto de análise, a Fundação José Augusto - FJA elaborará relatório a ser apresentado ao Secretário de Cultura do Estado relativo ao cumprimento ou não pelos inscritos no RPV-RN dos deveres a eles atribuídos na forma prevista nesta Lei.

§ 2º Na elaboração do relatório de que trata o parágrafo anterior, a FJA assegurará aos inscritos no RPV-RN o direito de ampla defesa para esclarecimento, pelo prazo de 30 (trinta) dias, de qualquer exigência ou impugnação relativa ao cumprimento dos deveres a ele atribuídos na forma prevista nesta Lei.

§ 3º Não será considerado descumprimento dos deveres a ele atribuídos por esta Lei a impossibilidade, para o inscrito ou para número relevante dos membros de grupo inscrito, de participar dos programas de que trata o inciso I do art. 5º desta Lei, desde que tal impossibilidade tenha sido motivada por incapacidade física causada por doença grave cuja ocorrência for comprovada mediante exame médico-pericial com base em laudo conclusivo da medicina especializada, elaborado ou ratificado por junta médica da Secretaria de Estado da Administração e dos Recursos Humanos.

§ 4º A aprovação pelo Diretor da Fundação José Augusto - FJA por 02 (dois) biênios consecutivos ou por 03 (três) biênios não consecutivos de relatório de que trata o § 1º deste artigo em que tiver ficado constatado o descumprimento por inscritos no RPV-RN de quaisquer dos deveres a ele atribuídos na forma prevista nesta Lei implicará o cancelamento do registro do inscrito inadimplente junto ao RPV-RN.

§ 5º De decisão do Diretor da Fundação José Augusto - FJA que implicar no cancelamento de inscrição no RPV-RN caberá recurso do interessado, com mero efeito devolutivo, ao Conselho Estadual de Cultura que, apreciando-o, manterá ou reformará a decisão recorrida.

Art. 7º São partes legítimas para provocar a instauração do processo de registro no RPV-RN:

I - o Conselho Estadual de Cultura;

II - a Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte;

III - os Municípios do Estado do Rio Grande do Norte;

IV - a Comissão de Folclore do Estado do Rio Grande do Norte;

V - as entidades sem fins lucrativos, sediadas no Estado do Rio Grande do Norte, que estejam constituídas há pelo menos 02 (dois) anos nos termos da lei civil e que incluam entre as suas finalidades a proteção ao patrimônio cultural ou artístico estaduais.

Art. 8º Formulado o requerimento de inscrição por parte legítima e instruído com a anuência expressa do candidato ao registro no RPV-RN com os deveres previstos nesta Lei para os inscritos no RPV, bem como com outros documentos que comprovem o atendimento, pelo candidato, dos requisitos previstos nesta Lei para a sua inscrição no RPV-RN, o Diretor da Fundação José Augusto - FJA, considerando habilitado à inscrição o candidato, mandará publicar edital no Diário Oficial do Estado e em jornais de ampla circulação na capital do Estado, para conhecimento público das candidaturas e eventual impugnação por qualquer do povo no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação.

§ 1º De decisão do Diretor da Fundação José Augusto - FJA que considerar candidato inabilitado para inscrição no RPV-RN, por não atender qualquer dos requisitos para tanto previstos nesta Lei, caberá recurso do interessado, com mero efeito devolutivo, ao Conselho Estadual de Cultura que, apreciando-o, manterá ou reformará a decisão recorrida.

§ 2º Ultrapassado o prazo para conhecimento e impugnação de que trata o **caput** deste artigo, uma Comissão Especial de 05 (cinco) membros, dentre os quais deverá haver um membro representante da Comissão Estadual de Folclore, designados pelo Diretor da Fundação José Augusto - FJA entre pessoas de notório saber e reputação ilibada na área cultural específica, elaborará relatório acerca da idoneidade da candidatura apresentada.

§ 3º Na elaboração do relatório de que trata o parágrafo anterior, a Comissão Especial, também tratada no mesmo parágrafo assegurará aos candidatos à inscrição no RPV-RN o direito de ampla defesa para esclarecimento, pelo prazo de 30 (trinta) dias, de qualquer exigência ou impugnação relativa ao atendimento pelo candidato dos requisitos previstos nesta Lei.

§ 4º Caso o número de candidatos apresentados considerados habilitados pela Comissão Especial, de que trata o § 2º deste artigo, exceda o número máximo anual permitido de novas inscrições no RPV-RN, em consonância com o quantitativo fixado pelo

Poder Executivo através de Decreto, a comissão, no seu relatório estabelecerá recomendações de preferência na inscrição com base:

I - na relevância do trabalho desenvolvido pelo candidato em prol da cultura norte-rio-grandense;

II - na idade do candidato, se pessoa natural, ou na antiguidade do grupo; e

III - na avaliação da situação de carência social do candidato.

§ 5º O relatório, de que trata o § 2º deste artigo, contendo, se for o caso, recomendações quanto à preferência na inscrição no RPV-RN na forma prevista no § 4º deste artigo, será apresentado pela Comissão Especial que o elaborou em audiência pública a ser realizada no Conselho Estadual de Cultura que emitirá resolução sobre a idoneidade dos candidatos a registro no RPV-RN apresentados naquele ano e sobre quais deles devem ter concedido sua inscrição no RPV-RN naquele ano.

§ 6º Tendo sido considerado o candidato ou candidatos aptos a registro no RPV-RN, conforme disposto na Resolução do Conselho Estadual de Cultura, de que trata o parágrafo anterior, o Diretor da Fundação José Augusto - FJA, mediante ato próprio a ser publicado no Diário Oficial do Estado, determinará a inscrição do candidato ou candidatos no RPV-RN.

§ 7º A inscrição no RPV-RN produzirá efeitos financeiros a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente à publicação do ato concessivo da inscrição.

Art. 9º Todas as disposições relativas aos candidatos à inscrição no RPV-RN ou aos nele inscritos, salvo disposição expressa em contrário, aplicam-se igualmente, no que couber, aos grupos candidatos à inscrição no RPV ou nele inscritos.

Art. 10. Todas as despesas decorrentes desta Lei correrão por conta dos créditos orçamentários da Fundação José Augusto - FJA.

Art. 11. O Poder Executivo, mediante decreto, expedido no prazo de 90 dias, expedirá instruções para a fiel execução desta Lei, bem como delegará ao Diretor da Fundação José Augusto - FJA, competência para expedir atos normativos complementares.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13. Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio de Despachos de Lagoa Nova, em Natal, 27 de novembro de 2007, 186º da Independência e 119º da República.

DOE Nº. 11.607
Data: 28.11.2007
Pág. 1

WILMA MARIA DE FARIA
Ana Cristina Cabral Medeiros

ANEXO 5 – DECRETO DE REGULAMENTAÇÃO DO RPV (Decreto n. 20.666/2008)



Governo do Estado do Rio Grande do Norte
Gabinete Civil
Coordenadoria de Controle dos Atos Governamentais

DECRETO Nº 20.666, DE 19 DE AGOSTO DE 2008.

Regulamenta a Lei Estadual n.º 9.032, de 27 de novembro de 2007, que institui o Registro do Patrimônio Vivo do Estado do Rio Grande do Norte (RPV-RN).

A GOVERNADORA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 64, V, parte final, da Constituição Estadual, e com fundamento na Lei Estadual n.º 9.032, de 27 de novembro de 2007,

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto regulamenta a Lei Estadual n.º 9.032, de 27 de novembro de 2007, que institui o Registro do Patrimônio Vivo do Estado do Rio Grande do Norte (RPV-RN).

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º O RPV-RN visa a preservar as manifestações socioculturais existentes no Estado do Rio Grande do Norte, incentivando a transmissão dos conhecimentos e das habilidades, desenvolvidos por pessoa natural ou grupo de pessoas naturais, com significativa importância para a cultura tradicional e popular norte-rio-grandense.

Art. 3º O RPV-RN será implementado pela Fundação José Augusto (FJA), com o apoio do Conselho Estadual de Cultura.

Art. 4º Cabe à FJA, na implementação do RPV-RN:

I - prestar a assistência técnica e administrativa necessária ao bom desempenho das atividades dos inscritos no RPV-RN;

II - acompanhar o cumprimento dos deveres atribuídos aos inscritos no RPV-RN, na forma do art. 5º da Lei Estadual n.º 9.032, de 2007;

III - elaborar relatório bienal das atividades desenvolvidas pelos inscritos no RPV-RN e submetê-lo à apreciação do Secretário de Estado da Educação e da Cultura;

IV - organizar o concurso destinado a selecionar os inscritos no RPV-RN; e

V - promover o registro de pessoa natural ou pessoa jurídica no RPV-RN e, quando for o caso, o cancelamento da respectiva inscrição.

Art. 5º Serão realizadas cinco inscrições anuais no RPV-RN, dentre as quais:

- I - duas para pessoas naturais; e
- II - três para pessoas jurídicas de direito privado, segundo o disposto no art. 2º, § 2º, da Lei Estadual n.º 9.032, de 2007.

Art. 6º O número de bolsas de incentivo decorrentes do RPV-RN não poderá exceder simultaneamente a sessenta concessões.

CAPÍTULO II PROCEDIMENTO PARA INSCRIÇÃO NO RPV-RN

Seção I Abertura do Concurso

Art. 7º A inscrição de pessoa natural ou pessoa jurídica no RPV-RN será precedida de licitação, sob a modalidade concurso, nos termos da legislação pertinente.

Parágrafo único. A realização do procedimento licitatório de que trata o **caput** deste artigo incumbe à Comissão Permanente de Licitação da Fundação José Augusto (CPL/FJA).

Seção II Proposta de Candidatura

Art. 8º A apresentação de candidatura para o RPV-RN será realizada por um dos Proponentes descritos no art. 7º da Lei Estadual n.º 9.032, de 2007, mediante expressa anuência do concorrente, em requerimento dirigido à FJA, de acordo com o Anexo Único deste Decreto.

§ 1º O requerimento referido no **caput** deste artigo deve ser instruído com documentos que comprovem o preenchimento, por parte do candidato, dos requisitos constantes do art. 2º da Lei Estadual n.º 9.032, de 2007.

§ 2º A documentação mencionada no § 1º deste artigo será conferida, no ato do recebimento do pedido de inscrição no RPV-RN, por servidor público designado pelo Diretor-Geral da Fundação José Augusto.

§ 3º É vedada a juntada da documentação de que trata o § 1º deste artigo após a fase de apresentação de candidaturas ao RPV-RN, excetuando-se os casos previstos nos arts. 2º, § 2º; 6º, § 2º; e 8º, § 3º, todos da Lei Estadual n.º 9.032, de 2007.

§ 4º Cada Proponente poderá inscrever apenas um concorrente em cada edição anual do concurso de que trata o art. 7º deste Decreto.

§ 5º Será nula a proposta de candidatura ao RPV-RN de membro dos seguintes Órgãos Públicos:

- I - Conselho Estadual de Cultura; e
- II - Comissão Especial de que trata o art. 8º, § 2º, da Lei Estadual n.º 9.032, de 2007.

Seção III Análise Preliminar das Candidaturas

Art. 9º Cabe ao Diretor-Geral da Fundação José Augusto habilitar as candidaturas ao RPV-RN, mediante a análise preliminar do cumprimento dos requisitos expressos no art. 2º da Lei Estadual n.º 9.032, de 2007.

§ 1º As propostas de inscrição no RPV-RN julgadas habilitadas serão publicadas no Diário Oficial do Estado (DOE) e em jornais de grande circulação nesta Capital, para fins de conhecimento público dos candidatos.

§ 2º O candidato julgado inabilitado para o RPV-RN poderá interpor recurso, com efeito meramente devolutivo, ao Conselho Estadual de Cultura, no prazo de dez dias, contados da data de publicação das propostas de inscrição habilitadas, nos termos do § 1º deste artigo.

Art. 10. Qualquer pessoa, no prazo de trinta dias, contados a partir da data da publicação de que trata o art. 9º, § 1º, deste Decreto, poderá impugnar as candidaturas habilitadas ao RPV-RN.

Parágrafo único. Contra a impugnação referida no **caput** deste artigo, o candidato poderá, no prazo de dez dias úteis, contados da data da respectiva ciência, apresentar defesa ao Conselho Estadual de Cultura.

Seção IV

Análise das Candidaturas Habilitadas

Art. 11. As candidaturas habilitadas ao RPV-RN, após o decurso do prazo de que trata o art. 10 deste Decreto, serão submetidas à Comissão Especial instituída nos termos do art. 8º, § 2º, da Lei Estadual n.º 9.032, de 2007.

§ 1º Cabe à Comissão Especial referida no **caput** deste artigo a análise das candidaturas habilitadas ao RPV-RN, a ser apresentada ao Conselho Estadual de Cultura, em relatório circunstanciado.

§ 2º O relatório mencionado no § 1º deste artigo deverá conter recomendação de preferência para inscrição no RPV-RN sempre que o número de candidaturas habilitadas exceder o número de inscrições anuais permitidas pelo art. 5º deste Decreto.

§ 3º Contra impugnação da Comissão Especial relativa à comprovação do preenchimento, pelo candidato, dos requisitos da Lei Estadual n.º 9.032, de 2007, poderá ser apresentada defesa ao Conselho Estadual de Cultura, no prazo de trinta dias, contados da data da respectiva ciência.

§ 4º Cabe ao Diretor-Geral da Fundação José Augusto disciplinar a organização e o funcionamento da Comissão Especial referida no **caput** deste artigo.

§ 5º A Comissão Especial possui caráter temporário, devendo ser constituída a cada concurso voltado para a escolha de inscritos no RPV-RN, extinguindo-se com a apresentação do relatório de que trata o § 1º deste artigo ao Conselho Estadual de Cultura.

Seção V

Julgamento das Candidaturas

Art. 12. O Conselho Estadual de Cultura, tendo por base o relatório circunstanciado apresentado pela Comissão Especial, decidirá, por resolução anual, as pessoas que merecem ser inscritas no RPV-RN.

Art. 13. O Diretor-Geral da Fundação José Augusto promoverá a publicação das inscrições aprovadas pelo Conselho Estadual de Cultura no DOE e em jornais de grande circulação nesta Capital.

CAPÍTULO III
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. O Diretor-Geral da Fundação José Augusto fixará a data da solenidade para a entrega do título de “Patrimônio Vivo do Estado do Rio Grande do Norte”, devendo comunicá-la formalmente aos respectivos agraciados.

Art. 15. As logomarcas oficiais do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, da Fundação José Augusto e do RPV-RN deverão constar da publicidade destinada a divulgar as atividades desenvolvidas pelos inscritos no RPV-RN.

Art. 16. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio de Despachos de Lagoa Nova, em Natal, 19 de agosto de 2008,
187º da Independência e 120º da República.

WILMA MARIA DE FARIA
Ruy Pereira dos Santos

ANEXO ÚNICO

Ao Senhor Diretor-Geral da Fundação José Augusto,

Nos termos do art. 8º do Decreto Estadual n.º , de de de 2008, requer-se a habilitação do Candidato abaixo qualificado no Concurso destinado ao Registro do Patrimônio Vivo do Rio Grande do Norte (RPV-RN), instituído pela Lei Estadual n.º 9.032, de 27 de novembro de 2007.

I - PROPONENTE

Nome:		CNPJ:
Endereço:		
Município:	UF:	CEP:
Telefone:	Fax:	Endereço eletrônico:

II - CANDIDATO

PESSOA NATURAL		
Nome:		
RG:	Órgão Expedidor:	UF:
Endereço:		
Município:	UF:	CEP:
Telefone:	FAX:	Endereço eletrônico:
Área de atuação:		

PESSOA JURÍDICA		
Denominação:		CNPJ:
Endereço:		
Município:	UF:	CEP:
Telefone:	FAX:	Endereço eletrônico:
Representante Legal:		
RG:	Órgão Expedidor:	UF:
Endereço:		
Município:	UF:	CEP:
Telefone:	FAX:	Endereço eletrônico:

III - JUSTIFICATIVA DA CANDIDATURA

[illegible]

_____ – RN, _____ de _____ de 20____.

Assinatura do Candidato ou Representante Legal

Assinatura do Representante Legal do Proponente

OBSERVAÇÃO:

Anexar cópia da documentação referente ao preenchimento, por parte do Candidato, dos requisitos descritos no art. 2º, I e II, da Lei Estadual n.º 9.032, de 2007.

DOE N°. 11.786
Data: 20.08.2008
Pág. 1

